


unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ALEXANDRE ANTÓNIO TIMBANE

A VARIAÇÃO E A MUDANÇA LEXICAL DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE



ARARAQUARA – S.P.
2013

ALEXANDRE ANTÓNIO TIMBANE

A VARIACÃO E A MUDANÇA LEXICAL DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE

Tese de Doutorado, apresentado ao Conselho, Departamento, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linhas de pesquisa: Análise fonológica, morfossintática, semântica e pragmática; Aquisição/Ensino de línguas; Estudo do léxico.

Orientadora: Professora Doutora Rosane de Andrade Berlinck

Bolsa: CNPq

ARARAQUARA – S.P.
2013

Timbane, Alexandre António

A variação e a mudança da língua portuguesa em
Moçambique/ Alexandre António Timbane – 2013
318 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) –
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara)
Orientador: Rosane de Andrade Berlinck

1. Variação 2. Mudança. 3. Português de Moçambique.
I. Título.

ALEXANDRE ANTÓNIO TIMBANE

A VARIAÇÃO E A MUDANÇA LEXICAL DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE

Tese de Doutorado, apresentado Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linhas de pesquisa: Análise fonológica, morfosintática, semântica e pragmática; Aquisição/Ensino de línguas; Estudo do léxico.

Orientadora: Professora Doutora Rosane de Andrade Berlinck

Bolsa: CNPq/MCT-MZ:190143/2010-0

Data da defesa: 29/11/2013

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:



Presidente e Orientadora: Professora Doutora Rosane de Andrade Berlinck
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho



Membro Titular: Professora Doutora Gladis Mássini-Cagliari
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho



Membro Titular: Professora Doutora Ieda Maria Alves
Universidade de São Paulo



Membro Titular: Professora Doutora Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho



Membro Titular: Professora Doutora Vanderci de Andrade Aguilera
Universidade Estadual de Londrina

Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

A família Timbane
Aos meus amores Florência,
Margarida Laura, Ezequiel e Fariße.
Aos sobrinhos e netos (filhos dos sobrinhos)

AGRADECIMENTOS

Sinceros agradecimentos a minha orientadora, a Professora Doutora Rosane de Andrade Berlinck, pela orientação, pelo encorajamento, pelo incentivo, pela paciência, pela confiança e por ter me adotado como seu filho. Muito obrigado por tudo!

O meu *Khanimambo* (obrigado) aos meus pais António Farisse Timbane e *Margarida Laura Artur Machambane (Que Deus a tenha) que mesmo distantes lançaram energia positiva para que eu alcançasse os meus objetivos. Aos meus queridos irmãos (Aly, Ana, Clara, Heleta, Angelina, *Erik e Artur), meus primos, aos meus sogros, sobrinhos, netos pela grande torcida durante este tempo.

À minha esposa Florência Paulo Nhavenge pela paciência nas madrugadas que sentiu minha falta, aos meus queridos filhos Margarida Laura, Ezequiel e Farisse pela compreensão e paciência quando não tinha tempo para lhes dar a devida atenção.

Aos professores da Pós-Graduação em Linguística e língua portuguesa pelo acolhimento, pelo encorajamento e pelos ensinamentos preciosos que me transmitiram durante este período de formação. As professoras Margarida Petter, Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, Ieda Maria Alves, Gladis Massini-Cagliari e Sílvia Rodrigues Vieira pelas ricas sugestões e correções nas comunicações apresentadas em congressos e seminários. Ao professor Dagoberto Fonseca pela atenção nos momentos de aflição e preocupação.

Especiais agradecimentos aos professores Jean-François Sablayrolles (Universidade Paris 13), Jonh Humbley (Universidade Paris Diderot), Margarita Correia (Universidade de Lisboa) e Armindo Ngunga (Universidade Eduardo Mondlane / Centro de Estudos Africanos) pela disponibilização dos seus artigos e livros para leitura, por tudo o meu *Merci Beaucoup*.

Especiais agradecimentos à Professora Doutora Inês Machungo (Universidade Eduardo Mondlane) pelo apoio e disponibilização do Observatório de neologismos do português de Moçambique e da Cátedra do português língua segunda e estrangeira.

Aos colegas de turma das várias disciplinas, aos colegas do Grupo NEVAR: Alexandre Monte, Sabrina, Caroline, Niguelme, Maridelma, Darlene, Priscila, Carine, Isabela, Eliana, Agenor, Livia, Daniela, Suelen, Kelly, Leandro, Juliana pelo companheirismo e apoio, enfim, aos colegas da UNESP.

Aos funcionários da Seção de Pós-graduação do Programa de Linguística e Língua Portuguesa (FCLAr) pela atenção e disposição para ajudar, auxiliar e responder prontamente à todas as minhas questões e preocupações.

Ao CNPq pelo apoio financeiro à pesquisa, o meu muito obrigado. À Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), em especial ao ex-Reitor (agora Sua Excelência, O Ministro do Interior de Moçambique), Alberto Mondlane, pela autorização que me concedeu para estudar no Brasil e pelo incentivo, o meu obrigado. Aos professores da ACIPOL por “ter trabalhado em dobro” para fechar a lacuna causada pela minha ausência.

Agradecimentos ao ex-Diretor do jornal “Notícias”, Rogério Siteo, e aos funcionários do arquivo do jornal, nomeadamente Matilde Tembe (chefe), Mateus Zimba, e Artimiza Machel pela disponibilidade e apoio durante a pesquisa. Ao mestre Artinésio Wednesse e sua família pelo acolhimento durante a pesquisa na cidade de Nampula.

Aos amigos Alexandre Wesley (estimado Camões), Rúbem Taibo, Alessandra de Cássio Laurindo, Júlio Aponto Té, José Carlos Ernesto, Égor Vasco Borges, Rajabo Abdula e a todos estudantes africanos pela motivação.

“Recriamos a língua na medida em que somos capazes de
produzir um pensamento novo, um pensamento nosso.”
(COUTO, 2007b, p.5)

RESUMO

A língua portuguesa no mundo vem ganhando seu espaço como resultado do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, da tecnologia e de políticas linguísticas. Moçambique é um país multilíngue onde as mais de vinte línguas bantu convivem com línguas europeias e asiáticas. Esta convivência linguística cria neologismos e interferências, fato que concorre para a variação e a mudança em todas as áreas: fonético-fonológica, morfológica, sintática, lexical, semântica, pragmática, etc variação linguística que é originada pelas variáveis sociais. Dentro deste cenário propôs-se a presente pesquisa que aborda “A variação e mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique”. A pesquisa tem como objetivos estudar e analisar a situação do português de Moçambique sobretudo a nível lexical e explicar os processos da integração na língua. O tema é relevante porque infelizmente, ainda se acha que em Moçambique se fala/escreve português europeu e que a norma-padrão deve ser forçosamente a europeia. A escola é intolerante com relação à variação e não dá nenhum valor ao ensino de português, fato que provoca o insucesso escolar. Para a pesquisa, compôs-se dois tipos de *corpora*: (a) o *corpus* oral composto por 36 entrevistas, sendo 16 na cidade de Maputo e 20 na cidade de Nampula, o correspondente a 191 minutos de gravação e (b) os *corpora* escritos compostos por dois jornais: “Notícias” (154 edições) e “Verdade” (24 edições) correspondente ao período 01/10/2011 a 31/03/2012. Após a transcrição das entrevistas e da organização dos dados dos *corpora* seguiu-se a fase da codificação para que os dados sejam lidos pelo programa estatístico *GoldVarb 2001*, programa muito usado em pesquisas da sociolinguística quantitativa. Os resultados fornecidos pelo programa foram analisados e discutidos tendo em conta as variáveis linguísticas: estrangeirismos e empréstimos. Da pesquisa se conclui que os estrangeirismos e os empréstimos no português de Moçambique provêm das línguas bantu, do inglês, do latim e do árabe. Cada província tem suas características linguísticas próprias, fruto da realidade sociolinguística e cultural. O português de Moçambique apresenta vários hibridismos e ex-nihilo fato que comprova que é uma variante que tende a se distanciar do português europeu. Os acrônimos e as siglas vindos do inglês se integram no português como palavras, resultado da frequência de uso. Não foi verificado nenhum caso de acrônimos nem siglas vindos das línguas bantu e do latim. Os falantes não escolarizados tendem a integrar estrangeirismos de luxo e necessários principalmente no norte de Moçambique, pois refletem a realidade cultural. Muitos estrangeirismos provêm da publicidade causados pelo surgimento de novas tecnologias. Muitos estrangeirismos que surgem no português de Moçambique são nomes e vêm completar lacunas ou mesmo para mostrar o prestígio da língua. Muitos estrangeirismos não estão dicionarizados porque Moçambique ainda depende de dicionários portugueses. Por isso que se propõe a criação de um dicionário do português de Moçambique, para que se possa incorporar neologismos (matriz interna ou externa), de modo que os alunos não fiquem “perdidos”. É urgente a criação de uma gramática que reflita a realidade da variante moçambicana para que a escola e a sociedade em geral encarem a variação sem preconceito.

Palavras – chave: Variação. Mudança. Português de Moçambique.

RÉSUMÉ

La langue portugaise dans le monde gagne sa place résultat du développement des moyens de communication de masse, de la technologie et des politiques linguistiques. Le Mozambique est un pays multilingue où plus de vingt langues bantoues vivent avec les langues européennes et asiatiques. Cette interaction linguistique crée des néologismes et des interférences fait qui contribue pour la variation et le changement dans tous les domaines: phonétique-phonologique, morphologique, syntaxique, lexicale, sémantique, pragmatique, etc, variation qui est causée par des variables sociales. Dans ce scénario, on a proposé de présenter la recherche qui porte sur « La variation et le changement lexical de la langue portugaise au Mozambique. » La recherche vise à étudier et à analyser la situation du portugais de Mozambique en particulier au niveau lexical et expliquer les processus d'intégration dans la langue. Le sujet est pertinent parce que, malheureusement on pense qu'au Mozambique, on parle/écrit le portugais européen et que la norme-standard doit nécessairement être la européenne. L'école ne tolère pas la variation ni donne aucune valeur à l'enseignement portugais, fait qui provoque l'échec scolaire. L'enquête était composée par deux types de *corpus*: (a) *corpus* oral comprenant 36 entretiens, dont 16 dans la ville de Maputo et 20 dans la ville de Nampula, correspondant à 191 minutes d'enregistrement et (b) les *corpora* écrits composés par deux journaux : «Notícias» (154 éditions) et «Verdade» (24 éditions) pour la période de 01/10/2011 au 31/03/2012. Après avoir transcrit les entretiens et l'organisation des données des *corpora*, on a suit la phase de codage pour que les données soient lus par le programme statistique *GoldVarb 2001*, programme largement utilisé dans les recherches de la sociolinguistique quantitative. Les résultats fournis par ce programme ont été analysés et discutés en tenant compte des variables linguistiques: les emprunts et les xenismes. Dans la recherche on a conclut que les emprunts et les xenismes du portugais du Mozambique viennent des langues bantoues, de l'anglais, du latin et de l'arabe. Chaque province a ses propres caractéristiques lexicaux résultat de la réalité sociolinguistique culturelle. Le portugais du Mozambique présente diverses hybridismes et ex-nihilo fait qui prouve que c'est une variante qui a tendance à se distancier de portugais européen. Les abréviations (*acrónyms*) et les sigles venus de l'anglais s'intègrent au portugais en étant mots conséquence de la fréquence d'utilisation. Il n'y avait aucun cas enregistré des abréviations (*acrónyms*) ni des sigles issus de langues bantoues ni du latin. Les parleurs sans instruction tendent à intégrer les xenismes de luxe et nécessaires principalement au nord de Mozambique, car ils reflètent la réalité culturelle. Plusieurs mots étrangers viennent de la publicité causés par l'émergence de nouvelles technologies. De nombreux mots étrangers qui apparaissent dans le portugais du Mozambique sont des noms et ils viennent compléter les lacunes ou même de montrer le prestige de la langue. De nombreux mots empruntés ne sont pas dictionarisés parce que le Mozambique dépend encore des dictionnaires portugais. Par conséquent, on propose la création d'un dictionnaire du portugais du Mozambique afin qu'on puisse intégrer les néologismes (de la matrice interne ou externe) pour que les apprenants ne soient pas «perdu». Il est urgent de créer une grammaire qui reflète la réalité de la variantes mozambicaine à l'école et la société en général se heurtent à la variation sans préjudice.

Mots-clés: Variation. Changement. Portugais de Mozambique.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Proporção de falantes do português e das línguas bantu.....	36
Quadro 2	Crescimento dos falantes do português como L1 e L2.....	38
Quadro 3	Taxa de analfabetismo por província em 2007.....	67
Quadro 4	Organização do ensino em Moçambique.....	69
Quadro 5	Alguns brasileirismos	127
Quadro 6	O léxico do português do Brasil.....	128
Quadro 7	A variação geográfica das onomatopeias.....	148
Quadro 8	Arbitrariedade da escolha do acrônimo.....	171
Quadro 9	Neologismos lexicais nos textos de Couto (substantivos e verbos).....	188
Quadro 10	Neologismos de nomes próprios nos textos de Couto (personagens das histórias)	189
Quadro 11	Distribuição do tempo e capacidade.....	213
Quadro 12	Dados do Jornal “Notícias”.....	215
Quadro 13	Dados do Jornal “Verdade”.....	216
Quadro 14	Codificação dos <i>corpora</i>	219
Quadro 15	Cruzamento entre o local de residência e a língua de origem do fenômeno.....	232
Quadro 16	Palavras eruditas provenientes do latim.....	281
Quadro 17	Padronização dos grafemas das LB moçambicanas-2008.....	315
Quadro 18	Prefixos de concordâncias na língua xichangana.....	316

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Dados referentes aos falantes de línguas maternas em 1996, 2001 e 2011, na África do Sul.....	34
Gráfico 2	Distribuição da população (com mais de 5 anos) por língua materna-2007.....	37
Gráfico 3	Evolução do sistema educativo, 1975-2011 (Ensino primário).....	64
Gráfico 4	Graduado no ESG1 e ESG2 e taxas do aproveitamento por turnos, 2004-2010 (ensino público).....	65
Gráfico 5a	Estrangeirismos nas cartas de opinião - 5b :Empréstimos em cartas de opinião.....	150
Gráfico 6	Crescimento dos acrônimos e das siglas no JFSP (1994-1997).....	173
Gráfico 7	Conhecimento ou não do significado da sigla/acrônimo por nível de escolaridade.....	176
Gráfico 8	Pronúncia aportuguesada ou não por nível de escolaridade.....	177
Gráfico 9	Ensino básico concluído por zona urbana e rural-2007.....	204
Gráfico 10	Distribuição dos informantes por sexo.....	205
Gráfico 11	Distribuição dos informantes por nível de escolaridade.....	208
Gráfico 12	Distribuição dos informantes por língua materna.....	209
Gráfico 13	Distribuição dos informantes por idade.....	210
Gráfico 14	Distribuição por classe social.....	211
Gráfico 15	Acesso e uso de meios de comunicação.....	212
Gráfico 16	Estrangeirismos/empréstimos quanto à origem.....	224
Gráfico 17	Estrangeirismos e empréstimos quanto à distinção necessário ou de luxo/prestígio.....	226
Gráfico 18	Casos de estrangeirismos/empréstimos versus classe de palavras dado.....	228
Gráfico 19	Os estrangeirismos e os empréstimos segundo a fonte de extração do dado.....	234
Gráfico 20	Casos de estrangeirismos/empréstimos por língua de origem do item.....	235
Gráfico 21	Os estrangeirismos e os empréstimos quanto a função.....	239
Gráfico 22	Classificação dos estrangeirismos e empréstimos.....	241
Gráfico 23	Tipo de empréstimo/estrangeirismo formado.....	243
Gráfico 24	Casos de estrangeirismos e empréstimos por fonte da extração do dado.....	247
Gráfico 25	Casos de estrangeirismos/empréstimos por língua de origem do item.....	248
Gráfico 26	Casos de estrangeirismos/empréstimos por tipo de unidade formada.....	250
Gráfico 27	Os estrangeirismos quanto à função no JN, JV e nas entrevistas.....	255
Gráfico 28	Classificação dos estrangeirismos nas entrevistas e nos jornais (JN e JV).....	258
Gráfico 29	Línguas de origem dos estrangeirismos nos jornais e nas entrevistas.....	259

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mapa linguístico de Moçambique.....	29
Mapa 2	Distribuição das línguas bantu em África.....	40
Mapa 3	As fronteiras linguísticas de Moçambique.....	43
Mapa 4	Localização dos crioulos em África	88
Mapa 5	Moçambique e suas províncias (divisão administrativa).....	203
Mapa 6	Línguas africanas em Angola.....	261
Mapa 7	Taxa de analfabetismo em Moçambique-2007.....	313
Mapa 8	População que não sabe ler nem escrever (5 ou mais anos)-2007.....	314

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Relatório do Desenvolvimento Humano -2013: Educação.....	52
Tabela 2	Número de alunos e percentagem de raparigas por nível de ensino, 2004, 2007 e 2007 (turnos diurno e nocturno, ensinos público, comunitário e privado).....	68
Tabela 3	Distribuição de instituições de ensino em Moçambique.....	83
Tabela 4	Relatório de Desenvolvimento Humano (IDH) : dados gerais.....	115
Tabela 5	Resultados <i>input</i> , significância e logaritmo de verossimilhança.....	220
Tabela 6	Resultados das entrevistas.....	221
Tabela 7	Casos de estrangeirismos /empréstimos dicionarizados ou não.....	227
Tabela 8	Resultados do jornal “Notícias”.....	233
Tabela 9	Resultados do jornal “Verdade”.....	246
Tabela 10	Resultados dos jornais “Notícias” e “Verdade”.....	251
Tabela 11	Fonemas consonânticos de Yao.....	273

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

abr.	abril
adj.	adjetivo
afrik.	afrikaans
ago.	agosto
CCT	Crônicas “Coisas de Tete”
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
dez.	dezembro
DILP	Dicionário Integral da Língua Portuguesa
Ed.	Editora
EP1	Escola Primária do 1º grau
EP2	Escola Primária do 2º grau
ESG	Ensino Secundário Geral
fem.	feminino
fev.	fevereiro
franc.	francês
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INDE	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
INE	Instituto Nacional de Estatística
ing.	inglês
ital.	italiano
jan.	janeiro
jap.	japonês
JFSP	Jornal “Folha de São Paulo”
JN	Jornal “Notícias”
jul.	julho
jun.	junho
JV	Jornal “Verdade”

L1	Língua primeira
L2	Língua segunda
LB	Língua Bantu, Línguas Bantu
LE	Língua Estrangeira
LM	Língua Materna
LP	Língua Portuguesa
LV	Logaritmo de Verossimilhança
mai.	maio
mar.	março
masc.	masculino
MINED	Ministério da Educação de Moçambique
MT	Metical/Meticais
nov.	novembro
NP	Norma Padrão
NPB	Norma –Padrão Brasileira
NPE	Norma-Padrão Europeia
Org.	Organizador
Orgs.	Organizadores
out.	outubro
p.	Página (s)
PA	Português de Angola
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
PM	Português de Moçambique ou Português Moçambicano
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
port.	português
PR	Peso Relativo
PT	Partido Trabalhista
R\$	Reais
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
SADC	Comunidade de Desenvolvimento para África Austral

s.d.	sem data
SE	Sem Equivalência
séc.	século
set.	setembro
s.p.	sem página
subst.	substantivo
TLI	Transmissão Linguística Irregular
TS	Terra Sonâmbula
UA	União Africana
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNESP	Universidade Estadual Paulista
verb.	verbo
www	World Wide Web

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	23
1 A SOCIOLINGUÍSTICA EM MOÇAMBIQUE: SITUAÇÃO, FRONTEIRAS E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS.....	29
1.1 Situação linguística de Moçambique no período colonial.....	29
1.2 Situação linguística de Moçambique no período pós-colonial.....	33
1.3 Moçambique e as fronteiras linguísticas.....	39
1.4 Contextos sociolinguísticos <i>versus</i> política linguística.....	44
2 CONCEITO NORMA: DEBATES NORMA-PADRÃO/NÃO-PADRÃO E ENSINO.....	54
2.1 Norma-padrão.....	56
2.2 A escola e a questão “norma linguística” em Moçambique.....	63
2.2.1 A escola e o desenvolvimento da população estudantil.....	63
2.2.2 Tipos de alunos nas escolas sob o ponto de vista linguístico.....	70
2.2.3 O ensino do português e a intolerância linguística na escola moçambicana.....	72
2.2.4 Algumas características do Português de Moçambique (PM)	75
2.2.5 Características do léxico presente nos livros escolares e debates sobre ensino.....	78
2.3 O português de Moçambique resulta de uma Transmissão Linguística Irregular?.....	85
3 A VARIAÇÃO E A MUDANÇA LINGUÍSTICAS.....	93
3.1 A variação linguística e a questão “dialeto”	94
3.1.1 Variação fonético-fonológica.....	95
3.1.2 Variação morfológica.....	97
3.1.3 Variação sintática.....	97
3.1.4 Variação semântica.....	98
3.1.5 Variação lexical.....	99
3.2 Classificação da variação sociolinguística.....	100
3.2.1 Variedades geográficas ou variação diatópica.....	100
3.2.2 Variação diastrática.....	100
3.2.3 Variação diamésica.....	101
3.2.4 Variação diafásica	102
3.2.5 Variação diacrônica.....	103

3.3 Mudança linguística.....	103
3.3.1 Características da mudança.....	105
3.4 O professor moçambicano diante da variação.....	106
4 O LÉXICO E OS NEOLOGISMOS	118
4.1 O léxico, o vocabulário e a palavra: buscando entendimento.....	118
4.1.1 A formação do léxico.....	120
4.1.2 Unidades menores.....	121
4.1.3 Unidades simples ou primitivas.....	121
4.1.4 Unidades compostas.....	121
4.1.5 A variação lexical e contextos sociais: exemplos com português brasileiro.....	123
4.2 Os neologismos: debates conceptuais.....	130
4.2.1 Matrizes neológicas.....	133
4.2.1.1 Matrizes internas.....	133
4.2.1.2 Matrizes externas.....	135
4.2.2 Como tratar os neologismos: estudos recentes.....	135
4.2.3 Tipos de neologismos.....	137
4.2.3.1 Neologia denominativa	138
4.2.3.2 Neologia estilística.....	138
4.2.3.3 Neologia formal.....	138
4.2.3.4 Neologia conceptual.....	139
4.2.3.5 Neologia por empréstimo.....	139
4.2.4 A vida de um neologismo: a neologicidade.....	139
4.2.5 Os neologismos: ex-nihilo, hibridismo, onomatopeias e palavras eruditas.....	145
4.2.5.1 Criação de palavras ex-nihilo.....	146
4.2.5.2 Hibridismos, o que são?.....	147
4.2.5.3 As onomatopeias.....	148
4.2.5.4 As palavras eruditas.....	149
4.2.6 Os neologismos na literatura moçambicana.....	151
5 OS ESTRANGEIRISMOS E OS EMPRÉSTIMOS.....	155
5.1 Os empréstimos e os estrangeirismos: conceitos e debates.....	155
5.2 Origem, aplicação e função dos empréstimos dos estrangeirismos.....	161
5.2.1 Origem dos empréstimos.....	161
5.2.2 Aplicação dos empréstimos.....	162

5.2.2.1 Os estrangeirismos necessários.....	162
5.2.2.2 Os estrangeirismos de luxo ou de prestígio.....	163
5.3 Processos de integração de empréstimos e dos estrangeirismos.....	164
5.3.1 Empréstimos lexicais como estratégias de comunicação.....	166
5.3.2 Empréstimos lexicais como estratégias de identificação	167
5.4 As siglas e os acrônimos como estrangeirismos e empréstimos.....	169
5.4.1 As siglas e suas complexidades.....	169
5.4.2 Os acrônimos e suas complexidades.....	171
5.4.3 As siglas e os acrônimos como palavras.....	172
6 OS MOÇAMBICANISMOS E DEBATES RECENTES.....	181
6.1 Discutindo a noção de moçambicanismos.....	181
6.2 Moçambicanismos na literatura: romances de Mia Couto e crônicas de Arune Valy.....	185
6.2.1 As criações lexicais de Mia Couto.....	188
6.2.2 A crônica de Arune Valy <i>versus</i> o léxico do português de Moçambique.....	189
6.2.2.1 Inserção dos verbos e dos substantivos	191
6.2.2.2 Os estrangeirismos e os empréstimos vindos do inglês.....	192
6.2.2.3 Os estrangeirismos vindos das línguas bantu.....	193
6.2.2.4 O léxico histórico-político na literatura.....	194
6.2.2.5 Transformação dos acrônimos e das siglas em palavras.....	196
7 OS <i>CORPORA</i> : DESCRIÇÃO DE PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	201
7.1 O <i>Corpus</i> oral (entrevistas nas cidades de Maputo e Nampula).....	202
7.1.1 O local de residência.....	205
7.1.2 O sexo ou o gênero.....	206
7.1.3 O nível de escolaridade.....	207
7.1.4 A língua materna do falante.....	208
7.1.5 A idade ou a faixa etária.....	209
7.1.6 As classes sociais.....	211
7.1.7 Os materiais e o tratamento das gravações.....	213
7.1.8 Transcrição dos depoimentos, a codificação e o programa estatístico.....	214
7.1.8.1 A transcrição das entrevistas.....	214
7.2 Os <i>Corpora</i> escritos: o jornal “Notícias” e o jornal “Verdade”.....	214
7.2.1 O jornal “Notícias”.....	214
7.2.2 O jornal “Verdade”	216

7.2.3. Variáveis consideradas na análise dos jornais “Notícias” e “Verdade”.....	217
7.3 O programa <i>GoldVarb 2001</i> e a codificação dos dados.....	218
8 OS DADOS E OS RESULTADOS.....	220
8.1 Resultados da entrevista (<i>corpus</i> oral).....	221
8.2 Resultados dos jornais (os <i>corpora</i> escritos).....	232
8.2.1 O jornal “Notícias”.....	232
8.2.1.1 Exemplos de palavras vindas das línguas bantu.....	236
8.2.1.2 Unidades lexicais vindas do inglês.....	237
8.2.2 O jornal “Verdade”.....	245
8.3 Conclusões preliminares (jornais e entrevistas).....	250
8.3.1 Influência do local de residência na variação.....	251
8.3.2 A influência da língua materna na variação.....	252
8.3.3 A questão sexo/gênero na variação lexical.....	252
8.3.4 Como a idade influencia na variação e na mudança lexical?.....	253
8.3.5 O nível de escolaridade teria influência na variação?.....	253
8.3.6 A classe social <i>versus</i> a variação lexical.....	254
8.3.7 Os estrangeirismos quanto à função.....	254
8.3.8 Os estrangeirismos estão dicionarizados?.....	256
8.3.9 Classificação dos fenômenos/ dados da pesquisa.....	257
8.3.10 Os estrangeirismos quanto às línguas de origem.....	258
8.3.11 Casos de línguas bantu não moçambicanas (o exemplo do kimbundo).....	260
8.3.11.1 Casos de palavras das línguas bantu angolanas (exemplo de kimbundo).....	262
8.3.12 Casos de neologismos (da matriz interna) semânticos nos jornais e nas entrevistas...	263
8.3.13 Casos de hibridismos no português de Moçambique.....	264
8.3.14 Casos de ex-nihilo no português de Moçambique.....	265
8.4 Integração dos estrangeirismos no português de Moçambique.....	267
8.5 Integração dos empréstimos no português de Moçambique.....	268
8.5.1 Adaptação gráfica.....	270
8.5.2 A mudança gramatical.....	271
8.5.2.1 Integração de verbos estrangeiros na 1ª conjugação.....	271
8.5.2.2 O português de Moçambique ignora a gramática das palavras estrangeiras.....	272
8.5.2.3 Como se sabe, se uma palavra estrangeira é masculina ou feminina?.....	273
8.5.2.4 Casos de estrangeirismos vindos das línguas bantu.....	274

8.5.2.5 Casos de estrangeirismos vindos do inglês e do francês.....	274
8.6 A variação e a mudança semântica no português de Moçambique.....	275
8.7 Sobre os neologismos da matriz interna.....	277
8.7.1 Casos de formação de palavras por justaposição.....	277
8.7.2 Casos de formação de neologismos por aglutinação.....	278
8.7.3 Formação de neologismos por meio de afixos.....	279
8.7.4 Alguns neologismos dos verbos do português na matriz interna.....	279
8.8 Que dizer de palavras eruditas nos corpora dos jornais?.....	280
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	282
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	291
ANEXOS.....	312

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em todas as sociedades, a língua é um instrumento de identidade, de transmissão da cultura e dos valores sociais e culturais, mas também é “arma de luta” contra desigualdades sociais, é expressão de sentimentos, de oportunidades em todos os níveis: social, econômico, político e cultural. É importante referir que é com a língua que as pessoas criam laços de irmandade ou mesmo de conflitos, que se discutem os vários assuntos inerentes à vida em sociedade; enfim, sem a linguagem a comunicação, o contato entre as pessoas seria difícil. Como dizia Saussure (2006, p.17), a língua “é um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” O Homem sempre precisou de se comunicar em todas as esferas da sociedade, por isso, em todo o mundo, há pessoas que lutam, para preservar a sua língua, para cuidar dela, pois pertence ao bem comum da comunidade linguística.

Segundo Brown e Ogilvie (2009), Moseley (2007) e Katzner (2002), estima-se que no mundo haja pouco mais de 250 grandes famílias de línguas e mais de 6.800 línguas, sendo o mandarim e o inglês as mais faladas, por cerca de 885 milhões e 332 milhões respectivamente. O continente asiático e o africano lideram pelo número de línguas, abrigando 33% e 30% das línguas do mundo, respectivamente. Os autores supracitados reconhecem a dificuldade de classificar as línguas bem como os limites entre língua e dialeto. Algumas línguas no mundo tendem a desaparecer, devido à existência de um número reduzido de falantes e da falta de políticas governamentais para preservá-las e expandi-las. Mas as línguas não são estáticas, quer dizer, à medida que são usadas pela comunidade linguística, elas mudam e variam em função de variáveis linguísticas e sociais diversas. A Língua Portuguesa (LP) que falamos hoje provém do latim e recebeu uma contribuição importante do grego, do árabe, do tupi, das Línguas Bantu (LB)¹ entre muitas outras. Essas línguas ou grupos linguísticos trouxeram novas unidades lexicais, novos valores semânticos, novas pronúncias, novas características sintáticas bem diferentes em relação às da língua mãe: o latim. É na base da reflexão de que as línguas mudam que trouxemos em debate a pesquisa intitulada “A variação e a mudança lexical do Português de Moçambique” para juntos

¹ Termo introduzido por Bleek (1827-1875) para designar um grupo de mais de 600 línguas espalhadas desde a África central até Austral cujas características linguísticas são comuns. Usando o método comparativo, o autor identificou 16 zonas que pertencem à grande família linguística que se chama Congo-Kordofaniana. “São línguas faladas por pouco mais de 220 milhões de pessoas numa vasta região da África contemporânea que se estende a sul de uma linha que vai desde os Montes Camarões (a sul da Nigéria), junto à Costa Atlântica, até a foz do Rio Tana (no Quênia), abrangendo países da África Central e Austral” (NGUNGA, 2004, p.29-30).

refletirmos sobre qual é o estado atual da variedade moçambicana, que designamos desde já por Português de Moçambique ou Português Moçambicano (PM).

Sabe-se que a LP deslocou-se geograficamente de Portugal para outros continentes devido à colonização e às políticas de expansão ocorridas a partir do século XV, tendo chegado a Moçambique no século XVI. Nessa região a sua implantação e expansão ocorrem até hoje porque as LB ainda resistem ao tempo, devido aos altos índices de analfabetismo que o país apresenta. Para além de Portugal, a LP é oficial no Brasil, em Angola, em Moçambique, na Guiné-Bissau, em São Tomé, em Cabo Verde, em Timor-Leste e na Cidade de Macau-China. É nesta viagem (só com passagem de ida) que a LP se enraizou e tomou outros rumos marcados pelos contextos sociais, políticos, geográficos, culturais e até mesmo econômicos em todos os lugares distantes geograficamente do lugar do surgimento (Península Ibérica). Hoje, não se fala português da mesma forma em cada um dos países que o acolheram e o mais importante é que o português já não pertence a Portugal, mas sim aos povos e às nações que fazem o uso dele como meio de comunicação. Por isso o português é também uma língua moçambicana, pois já tem ali falantes nativos.

A Sociolinguística é um ramo da linguística que se interessa pelo estudo da língua em seu contexto social, respeitando variações e mudanças linguísticas, investigando as línguas do ponto de vista diacrônico ou sincrônico. É na teoria variacionista de William Labov que nos inspiramos para trabalhar “A variação e a mudança lexical do Português de Moçambique”, que ainda não é reconhecido pelas autoridades políticas porque a Norma-Padrão Europeia ainda é a referência.

Outro aspecto que merece ser avançado nesta introdução é a situação de contato linguístico, uma vez que o contato provoca interferências, variações e mudanças tanto na LP quanto nas LB. A dinâmica da vida das pessoas, os interesses econômicos e políticos fazem com que, cada vez mais, os falantes de diferentes línguas convivam no mesmo espaço usando a LP, principalmente nas cidades. Ao observarmos a situação real cotidiana, o PM parece-nos bem diferente daquele que é falado/escrito em outros países, sobretudo no nível lexical, sintático, semântico e fonético. “Por mais que isso pareça óbvio, vale a pena repetir: toda língua muda com o tempo” (BAGNO, 2008, p.164). Por isso achamos importante estudar a situação do léxico do PM bem como explicar os processos de formação e integração pelos quais os estrangeirismos e os empréstimos se inserem na língua.

A escolha do tema se deveu ao fato de que o léxico é a face mais **evidente/saliente** da língua. Sem querermos levantar a polêmica do tipo “quem nasceu primeiro entre o ovo e a galinha?” ou melhor quem surgiu primeiro entre o som e a palavra? Isto porque foneticistas

defendem que seja a fonética a face mais evidente. Sobre este assunto discutiremos com mais propriedade mais adiante. Sabe-se que a **palavra** e o **léxico** estão interligados ao **conceito**. “o signo linguístico une não a coisa e uma palavra, mas um conceito a uma imagem acústica” (SAUSSURE, 2006, p.80). Saussure acrescenta que “sem movermos os lábios nem a língua, podemos falar conosco ou recitar mentalmente um poema”. Sendo assim, para falar mentalmente usamos o léxico, ele está presente em todos os aspetos, mas não é necessariamente obrigatório que haja emissão do som (fala).

Estamos cientes do fato de que o **conceito** e a **imagem acústica** se relacionam entre si, mas o léxico está presente em todas as formas de expressão, quer dizer, com ou sem produção de imagens acústicas. Usamos os termos **evidente ou saliente** porque o léxico tanto falado ou escrito aparece de forma perceptível pelo menos para quem tem domínio da língua, porque ele espelha a identidade, ou melhor, a realidade sociolinguística de uma comunidade linguística.

O foco em estrangeirismos e em empréstimos se explica pelo fato de que esses espelham a realidade sociolinguística e representam a identidade cultural de Moçambique e dos moçambicanos. O tema é relevante porque, infelizmente, ainda há aqueles que acham que em Moçambique se fala Português Europeu (PE) e que a norma linguística a ser falada/escrita deve ser forçosamente a europeia. Essa crença resulta num fenômeno que Bagno (2008, p.35) designa por “ilusão da língua homogênea”. Nas escolas, por exemplo, muitos professores ainda reprimem os itens lexicais estrangeiros que resultam da formação do PM e que refletem a realidade sociolinguística de Moçambique. Essas novas palavras são vistas como parasitas que estragam a beleza linguística, que impedem a comunicação em LP e que não possibilitam o domínio da gramática que é tida como requisito para “saber falar bem” português. Os contextos sociais e culturais a que estamos expostos definitivamente não nos encaminham para o PE. Encaminham-nos ao “nosso português” (o PM), que se caracteriza pelas marcas específicas ou pela presença de construções sintáticas calcadas das LB em uso em todo território. Essa atitude de valorização, aceitação das mudanças na LP poderia de certa forma reduzir as reprovações que assustam e afetam psicologicamente as crianças, principalmente nas escolas primárias e secundárias.

Como objetivo geral, a pesquisa visa contribuir para a valorização e o reconhecimento da variedade moçambicana inclusive no meio escolar, na mídia e na sociedade, deixando de lado a ilusão da procura de *performance* lisboeta que tanto se anseia adquirir através da Norma-Padrão. Como objetivos específicos, pretende-se identificar e explicar os processos de integração dos estrangeirismos e empréstimos no PM. Pretende-se ainda explicar a sua origem e os processos de aportuguesamento e integração na LP. É tempo de se pensar no PM

sob perspectiva variacionista, pois algumas vezes tendem a silenciar este fenômeno linguístico real e que até interfere no processo de aprendizagem da LP. O estudo da variação lexical apresentada com muita frequência nos meios de comunicação: rádio, jornal, televisão, revistas, etc pode ampliar a compreensão de vários fenômenos linguísticos, incluindo o preconceito linguístico que prevalece no dia a dia, na sala de aula, no recinto escolar, na política, na economia e na vida da sociedade em geral.

Esta pesquisa pode contribuir para a tomada de consciência da necessidade de normalizar a variedade moçambicana, respondendo ao preconceito antigo que privilegia unicamente a variedade europeia, como sendo “a melhor” ou “a mais certa”. A pesquisa pode incentivar os lexicógrafos, gramáticos e outros especialistas da linguística na criação de instrumentos do tipo: dicionários e gramáticas do PM, fato que certamente ajudaria os nossos alunos. É importante que os professores assumam ou pelo menos encarem a variação sociolinguística como um fenômeno “normal” que ocorre em todas as línguas do mundo e que a escola moçambicana não pode deixar de explicar a variação e a mudança da LP, quer dizer, trabalhar com a **norma pedagógica** (CASTILHO, 2010).

É uma pesquisa de carácter quantitativo, na qual através do programa estatístico *GoldVarb 2001* obtivemos as frequências, as percentagens e os pesos relativos dos fenômenos em estudo. Procuramos ligar vários aspetos teóricos com a prática real da variedade de Moçambique que cada vez, os moçambicanos tendem a assumi-la e assim nativizá-la como patromônio linguístico dos moçambicanos. Pensando na realidade do aluno moçambicano na escola e na sala de aula procurou-se o caminho para melhor se compreender o português moçambicano para que haja qualidade significativa e sucesso escolar.

Antes de estudar qualquer fenômeno é preciso obter bases teóricas para a pesquisa. Sendo assim, começamos por discutir e deixar claro os conceitos básicos para que possamos identificar e estudar o fenômeno linguístico. O trabalho está organizado em oito seções. Na primeira seção procurou-se contextualizar sociolinguisticamente Moçambique, mostrando a situação linguística e as respectivas fronteiras linguísticas. Esta contextualização permitiu obter uma visão ampla sobre o português e as LB que coabitam no mesmo espaço. O português é usado como língua oficial devido à Política e ao Planejamento político defendido pela Constituição da República de Moçambique, pois, como se sabe, o sucesso ou o insucesso de uma língua é garantido pela política. Para além desse debate, a primeira seção discutiu a correlação entre a LP e o ensino do português, observando as principais causas do insucesso na aprendizagem do português.

Na segunda seção discutimos o conceito de “norma linguística” distinguindo obviamente a **norma-padrão** da **não-padrão** e trazendo à tona discussões de Bagno (2001, 2010b, 2011), Faraco (2011), Milroy (2011), Camacho (2011, 2013), Dias (2009b) entre outros. Nesta seção mostramos a relação entre a “norma-padrão” e o ensino do português nas escolas moçambicanas. Discutimos a questão do “preconceito linguístico” provocado pelas “normas” e a sua correlação com o PM.

As questões sobre a “variação e mudança” discutidas na seção 3 constituem a base fundamental da presente pesquisa, pois sabemos que as línguas não são estáticas nem são entidades prontas. Nessa seção discutimos os conceitos, os tipos de variação e a classificação da variação com enfoque para a variação geográfica ou diatópica, diastrática, diamésia, diafásica, diacrônica sustentando-se sempre em bases teóricas recentes. Para além disso, discutimos as características da mudança e do comportamento do professor diante dessa variação, conectando-se sempre à realidade moçambicana.

A quarta seção foi consagrada aos debates sobre os neologismos e o léxico. Num primeiro momento abordamos os conceitos de **léxico**, criatividade e variação lexical, assuntos que levaram a analisar profundamente o contexto moçambicano. Outras formações lexicais (do tipo hibridismos, ex-nihilo, onomatopeias e palavras eruditas ou *savants*, em francês) tiveram espaço nesta seção para que não se confundam estes fenômenos no momento da pesquisa ou da recolha dos dados.

Num segundo momento colocamos em debate os conceitos de neologismos e as complexidades das matrizes: as matrizes internas e externas. Com base nos estudos de Sablayrolles (2002, 2006), Humbley (2008), Alves (1996, 2001, 2004, 2012), Barbosa (1989) e outros, observaram-se os tipos de neologismos e os problemas que devem ser observados com a “neologicidade”. Por isso o *corpus* de exclusão deve ser bem pensado quando se pesquisam os neologismos.

Foi necessário problematizar os conceitos de empréstimos e de estrangeirismos (na seção 5) porque a pesquisa está voltada para esses fenômenos linguísticos causados pela convivência entre LP, as LB e várias outras línguas. Discutiram-se os conceitos, bem como a sua importância e função no processo da criatividade lexical. Foi importante incluir como tópicos as “siglas e acrônimos”, pois estes também fazem parte da matriz externa e estão enraizados no PM. Demonstrou-se que os acrônimos e as siglas tendem a se transformar em palavras.

O debate sobre moçambicanismos (seção 6) abriu caminho para entender melhor as características lexicais do PM. Apresentaram-se alguns exemplos de moçambicanismos

extraídos das crônicas de Arune Valy e de Mia Couto como forma de mostrar que estes fenômenos já entram na sala de aula por meio da literatura. Nesta seção tentou-se mostrar que é necessário estudar os moçambicanismos, pois fazem parte da realidade e da identidade moçambicana.

Na seção 7 descreveram-se os *corpora* e os materiais que foram utilizados na pesquisa: o *corpus* oral constituído por 36 entrevistas realizadas nas cidades de Maputo e Nampula e os *corpora* escritos, compostos de edições dos jornais “Notícias” e “Verdade”. Descreveram-se também as variáveis independentes. É nesta seção onde se apresentou a codificação dos dados e as variáveis linguísticas e sociais. Descreveu-se também o programa *GoldVarb 2001* e alguns passos que permitiram o alcance dos resultados.

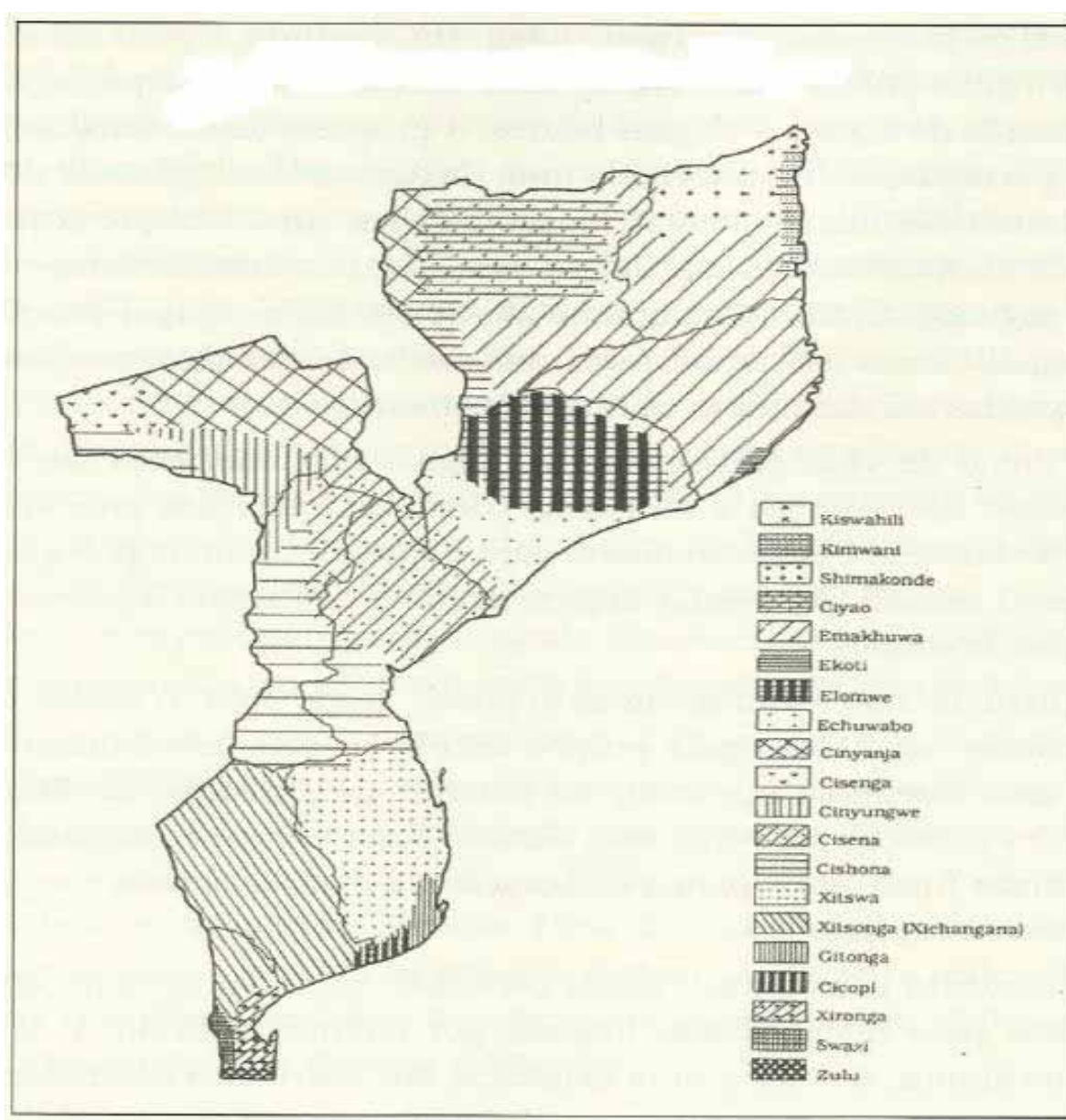
Na última seção apresentamos os dados e as respectivas análises: primeiro, os resultados da análise das entrevistas, e, num segundo momento, os resultados da análise dos jornais. Houve cruzamento das análises dos dois *corpora* para obter resultados gerais. Na última seção apresentou-se as conclusões finais onde se apontou que o PM é uma realidade no contexto sociolinguístico moçambicano e que tende a se nativizar. Assim, se deve avançar na legitimação da variedade com a elaboração de instrumentos do tipo dicionários e gramáticas. É importante deixar claro que todas as análises da variedade do PM são em relação à norma-padrão europeia, mas também trazendo para o debate alguns exemplos provenientes do Português Brasileiro (PB). Os exemplos servem de ponte por forma a consolidar e sistematizar as realidades sociolinguísticas do Brasil e de Moçambique. Neste trabalho grifamos em itálico, todas as palavras, expressões, frases ou citações provenientes de línguas estrangeiras bem como títulos de obras. Adotamos o negrito ou aspas duplas para destacar ou dar ênfase às palavras ou frases da LP. As frases extraídas dos *corpora* escritos foram escritas segundo as normas do Acordo Ortográfico de 1990.

1 A SOCIOLINGUÍSTICA EM MOÇAMBIQUE: SITUAÇÃO, FRONTEIRAS E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

1.1 Situação linguística de Moçambique no período colonial

Moçambique é um país africano, localizado na África Austral, que tem pouco mais de vinte milhões de habitantes, socioculturalmente divididos em várias etnias, cada uma delas caracterizada por uma diversidade linguística extensa, fato que faz com que haja várias línguas. Essas línguas são na sua maioria de origem bantu, tal como se pode ver no mapa 1:

Mapa 1: Mapa linguístico de Moçambique



Fonte: Patel e Cavalcanti (2013, p.279)

É importante sublinhar que, para além das línguas apresentadas no mapa 1 temos o caso de língua de sinais. A Constituição da República de Moçambique (2004) não faz nenhuma alusão a esta língua, mas felizmente estudos estão sendo feitos no sentido de “pressionar o Governo” para que esta seja ensinada desde os primeiros anos de escolaridade em todo país. O primeiro dicionário de língua de sinais foi lançado em março 2013, pelo Centro de Estudos Africanos, da Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique.

A presença da LP em Moçambique e em todos Países Africanos de língua Oficial Portuguesa (PALOP) está intimamente ligada à colonização. O primeiro colonizador português (Vasco da Gama) chegou a Moçambique em 1497 e a primeira povoação portuguesa se fundou em 1530, na região de Sena (região central de Moçambique). É importante sublinhar que antes da chegada dos portugueses, os árabes² já estabeleciam relações comerciais com africanos, em particular com os moçambicanos da região norte, divulgando também a sua religião, o islã.

Embora a presença portuguesa date do século XVI, a ocupação efetiva de Moçambique e a implementação do sistema colonial foi possível a partir de 1885, quando da Conferência de Berlim (partilha de África). Neste período a “Igreja Católica e o empreendimento colonial estiveram estreitamente vinculados, física e ideologicamente, desde os primórdios da expansão portuguesa e, à vista dos colonizadores, confundiam-se num único objetivo” (ZAMPARONI, 1998, p.416).

Entendamos um país que tenha mais de vinte línguas bantu, a língua portuguesa³, a língua inglesa, o árabe, o hindi, gujarati todas procurando cada uma o seu espaço. Num mundo linguístico como este que acabamos de mostrar predominavam as LB faladas pela maioria da população. Os portugueses utilizavam **a língua como meio de dominação** excluindo assim as línguas africanas de todas as esferas do poder estabelecendo mitos que classificavam as LB como “incapazes de cumprir certas funções, sobretudo a de veicular as noções modernas, os conceitos abstratos e científicos, invariáveis com línguas de ensino, de cultura ou de pesquisa” (ZAMPARONI, 2009, p.32). As LB faladas em Moçambique e em Angola eram chamadas preconceituosamente por **pretoquês, língua do cão, landim, dialeto, língua dos pretos**, etc. “Todo dialeto é uma língua, mas toda língua não é um dialeto”

² São monhés, baneanes, chinas e afro-maometanos. O termo **monhé** designa os vários grupos culturais de origem indiana e inclui hinduístas originários de Guzarate, mouros seguidores do islã, quer fossem omanitas ou originários da Índia (cf. ZAMPARONI, 2000, p.192, grifo nosso).

³ “A língua portuguesa, embora oficial, não era a única língua estrangeira falada em terras moçambicanas: no sul da colônia a língua inglesa era uma força presente em razão das vizinhas colônias britânicas, dos milhares de moçambicanos que iam para as minas do **Rand** e da atuação no meio rural, das missões protestantes de origem britânica e norte-americanas” (ZAMPARONI, 2009, p.31, grifo do autor).

(HAUGEN, 2001, p.100). Foi o caso das diversas LB existentes em Moçambique que resistem ao tempo e que até hoje nenhuma delas está em vias de extinção. Sobre o conceito dialeto discutiremos na subseção 3.1: Essa atitude preconceituosa valorizou a LP e cada vez mais se consolidava o mito que defendia que “quem falasse português era civilizado ou assimilado”⁴. Como o Estado português não tinha capacidade nem efetivo suficiente para controlar a colônia delegou as missões católicas e suíças a responsabilidade de sensibilizar os moçambicanos de modo a serem pacíficos com relação ao sistema.

A primeira implantação legal foi o *Estatuto político, social e criminal dos indígenas de Angola e Moçambique*, de 1926, o *Acto colonial de 1930*, a *carta orgânica do império colonial português e reforma administrativa ultramarina*, de 1933 e finalmente o *Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, aprovado por Decreto-Lei de 20 de Maio de 1954, e que era uma lei que visava à **assimilação** dos indígenas na cultura colonial (ocidental). “Indígenas” era designação atribuída aos africanos” (NEVES, 2009, p.179).

O sistema colonial dificultava a vida dos moçambicanos de tal forma que só os filhos dos poucos assimilados é que tinham acesso à educação formal. Na zona rural predominavam as LB e na zona urbana falava-se uma LP cheia de adaptações (estrangeirismos, empréstimos) variedade que funcionava como elemento do contato intercultural e comercial. É esta variedade que persiste até os dias de hoje, mas não deve ser confundida com a **crioulização**, assunto que veremos com mais pormenor na subseção 2.3. Por enquanto, deixemos claro que

só aqueles indivíduos mais diretamente envolvidos com a máquina administrativa e com o meio coloquial (pequenos funcionários, intérpretes, ajudantes de balcão, serviços domésticos, etc) eram obrigados a usar a língua portuguesa com mais frequência, e seu domínio poderia variar consoante o tempo de envolvimento com os colonos e/ou seu grau de escolaridade obtida, mesmo que o sistema rudimentar oferecido pela administração colonial. (ZAMPARONI, 2009, p.45).

Para expandir a LP, o sistema colonial proibia por meio de leis e decretos o uso do **landim**⁵, quer dizer, as LB em instituições públicas, incluindo na escola. A igreja católica contribuiu fortemente na implementação dessa política através da catequese. A expansão do português começa a ter contornos inesperados pelo Governo português - o surgimento de uma

⁴ Entende-se por “civilizado” ou “assimilado” todo africano que (a) tivesse abandonado inteiramente os usos e costumes daquela raça; (b) que falasse, lesse e escrevesse em língua portuguesa; (c) que adotasse a monogamia; (d) que exercesse profissão, arte ou ofício compatíveis com a civilização europeia.

⁵ Empréstimo do inglês *land-in*. Foram os ingleses que deram o nome de *land-in* (landim) ao conjunto de línguas africanas faladas pelos africanos.

variedade do português de Moçambique. Os colonialistas portugueses perceberam na fala/escrita⁶ formal esse desvio à norma, mas não puderam fazer muito porque eram poucos e também porque a ameaça anglófona circundava o território. Em outras palavras, o sistema colonial mesmo vendo a dificuldade que os moçambicanos tinham em aprender o português, se contentou com o pouco porque a ameaça inglesa era iminente, principalmente nas regiões fronteiriças. Lopes–Miguel explica que o

português e outras línguas europeias serviam para manter o domínio de uma pequena elite que, conseqüentemente, conduziu à subjugação e à retirada de poderes das sociedades africanas. É o grande e empobrecido campesinato, isto é, as largas massas do povo africano que são despojadas das suas condições socioculturais, econômicas, educacionais e linguísticas. (LOPES-MIGUEL, 2004, p.477-478).

Concluindo o debate, temos a lembrar que a LP no tempo colonial era oficial e obrigatória e a sua história estava intimamente ligada à colonização, pois foi este processo que a trouxe e começou a implantá-la nos princípios do século XVI. Aliás, a política linguística⁷ do sistema colonial classificava todas as LB faladas em Moçambique como dialetos⁸, fato que contraria a realidade dos moçambicanos e as conclusões dos estudos da linguística. Como lembra Camacho,

todas as línguas e dialetos (variedades de uma língua) são igualmente complexas e eficientes para o exercício de todas as funções a que se destinam e nenhuma língua ou variedade dialetal é inerentemente inferior a outra similar sua. Assim, dizer que uma variedade rural é simples demais e, portanto, primitiva, significa afirmar que há alguma outra variedade mais complexa e mais desenvolvida [...]. Esse tipo de preconceito, que infelizmente ainda se mantém, foi forjado pela tendência evolucionista do final do século XIX, segundo a qual diferenças culturais entre civilizações de diferentes estágios tecnológicos se correlacionariam a diferentes estágios na evolução da língua: assim, quanto mais **primitivo** fosse o estágio cultural de um povo, tanto mais **primitiva** seria a estrutura da língua que ele fala. (CAMACHO, 2011, p.36, grifos do autor).

As LB existentes em Moçambique (e não só) são línguas completas, com estrutura gramatical própria. Sobre este assunto, a linguista Alkmim (2001, p.41) explica que “toda a língua é adequada à comunidade que a utiliza, é um sistema completo que permite a um povo

⁶ Nos textos do heterônimo “Chico das pegas” denunciavam-se as mazelas do colonialismo em seu dia-a-dia revelando aspectos sociais e culturais pitorescos, injustiça colonial, impostos. Há incorporação de falares populares. No período colonial, os textos apresentavam palavras provenientes da língua inglesa, do ronga, xichangana, zulu e língua portuguesa. (cf. ZAMPARONI, 2009, p.44-49).

⁷ Entendamos a política linguística como a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” e planejamento linguístico como “a sua implementação” (CALVET, 2007, p.11).

⁸ O termo dialeto está “carregado de preconceito racial e cultural, pois dialeto é uma forma errada, feia, ruim, pobre ou atrasada de se falar uma língua. Também é uma maneira de distinguir as línguas dos povos civilizados, brancos, das formas supostamente primitivas de falar dos povos selvagens.” (BAGNO, 2011, p. 380).

expressar o mundo físico e simbólico em que vive.” Antes da independência líderes políticos engajados na luta pela independência adotaram o português como língua de comunicação entre os militares da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). O objetivo foi de evitar conflitos étnicos, usando assim a “arma [língua] capturada ao inimigo que serviria para lutar contra esse inimigo, identificado como o colonialismo, o sistema colonial e não o povo português” (SILVA, 2003, p. 30-39). Significa que a LP passou a ser instrumento de comunicação entre os militares durante a luta contra o colonialismo uma vez que os militares eram provenientes de várias etnias e falavam várias LB.

1.2 Situação linguística de Moçambique no período pós-colonial

Após o alcance da independência em 1975 e por razões meramente políticas⁹, o Governo da FRELIMO adotou o português como língua oficial através da Constituição da República de Moçambique (2004) embora não sendo falada/escrita pela maioria dos moçambicanos. Segundo Rousseau (2007, p.68) uma língua oficial de um estado é: língua de legislação e da justiça; é língua da administração; língua da educação; língua da toponímia; língua do comércio e dos negócios. Se todos estes “poderes” são atribuídos ao português, para quê servem as LB? A resposta é: servem para situações de menor relevância, ficam confinadas a situações de comunicação restrita, local.

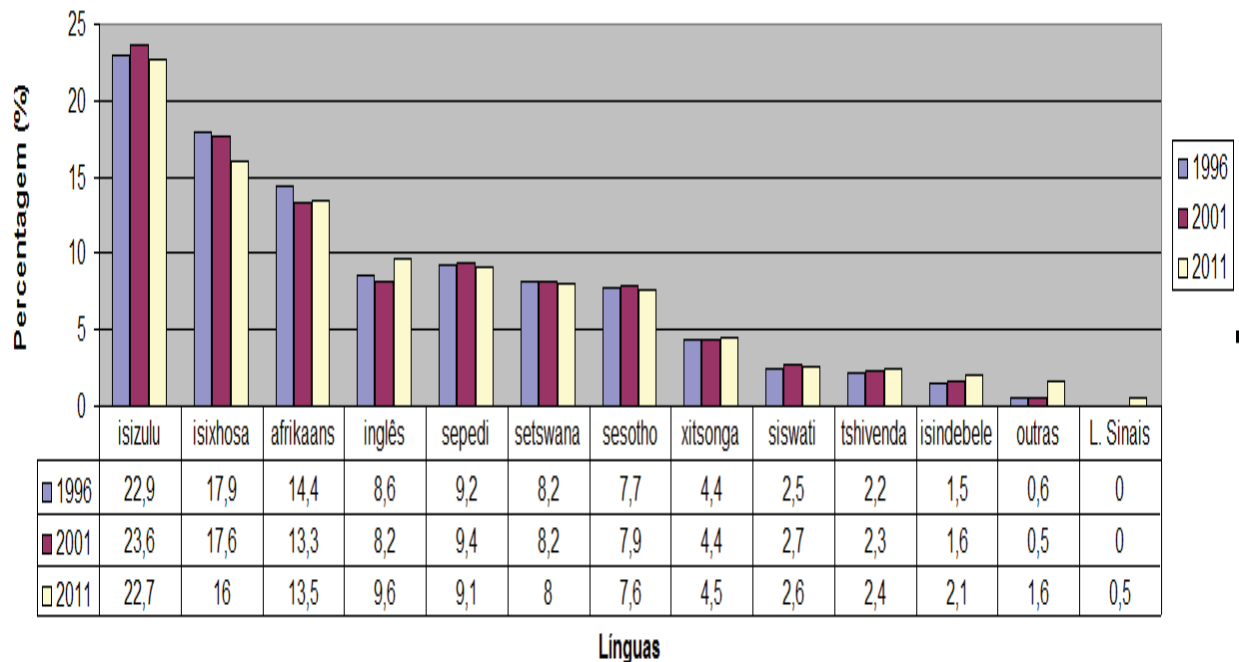
Esta decisão, por ser mais política do que linguística fez com que as LB sejam reconhecidas (somente a sua existência) pela Constituição da República de Moçambique, mas não usadas como oficiais, fato com que não concordamos, pois não existe uma língua incompleta linguisticamente falando. As LB só precisam de um espaço legal para que possam ser usadas condignamente, fato que é defendido veemente pela UNESCO (2010, p.4) num documento importante intitulado *Guide de la politique sur l'intégration des langues et cultures africaines dans les systèmes éducatifs*. A experiência da África do Sul¹⁰ (país vizinho de Moçambique) prova que os países africanos que deixaram de oficializar as suas línguas locais perderam bastante. Segundo Kaschula (2004), na África do Sul, as línguas oficiais de origem africana são usadas nas escolas, nas instituições públicas, enfim, são oficiais

⁹ As LB não deveriam ser usadas nem faladas na escola porque: (a) podem fomentar o tribalismo (inimigo fundamental da unidade nacional); (b) são muitas e não haveria dinheiro para fazer muitos livros para tantas línguas; (c) não há conhecimento científico sobre elas, incluindo gramáticas, dicionários e outros materiais didáticos (NGUNGA, 2002, p. 10).

¹⁰ Na África do sul, das vinte e cinco diferentes línguas oficializou-se nove LB (isiNdebele, isiXhosa, isiZulu, siSwati, sesotho, sepedi, setswana, tshivenda e xitsonga), uma europeia (o inglês) e uma recém-criada, o afrikaans, que resulta do contato entre as línguas europeias e africanas (REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, 2003, p. 5).

plenamente e o número de falantes tende a aumentar. Dados de *Statistics South Africa* (2012) mostram os seguintes resultados referentes aos três últimos recenseamentos:

Gráfico 1: Dados referentes aos falantes de línguas maternas em 1996, 2001 e 2011, na África do Sul.



Fonte: Statistics South África (2012)

Como se pode observar, as LB, especificamente o isindebele, tshivenda, siswati, xitsonga, tendem a aumentar ou pelo menos se manter, fato que é contrário ao contexto moçambicano cujo sentido das LB é decrescente. Os sul-africanos, tomados “como exemplo bem sucedido”, investiram na pesquisa das suas línguas, fato que resultou na criação de dicionários, de gramáticas e de muita literatura que se consolidou nos dias de hoje. Observa-se no gráfico 1 que o inglês aparece em 5º lugar com 9% de falantes como língua materna. As outras línguas que representam 1% correspondem ao português, alemão, hindi, gujarati, grego, italiano, urdo, holandês, francês, mandarim, etc, línguas que são faladas na África do Sul mesmo sendo em escala reduzida (KASCHULA, 2004, p.13).

A ideia da valorização, uso, oficialização das línguas africanas na África do Sul é elogiada por Ki-Zerbo (2006), pois “essas línguas que desempenham um papel transversal através das diferentes etnias e países da região, poderão servir de base para o federalismo na África austral” (KI-ZERBO, 2006, p.73). No caso de Moçambique em particular, os problemas com relação à evolução das LB são maiores, se não vejamos:

- (a) O número de cidadãos com LB como língua materna tende a baixar, tal como explica Gonçalves (2012) e tal como veremos no quadro 1;
- (b) Moçambique alcançou a independência em 1975 e levou trinta e três anos para conseguir padronizar a ortografia¹¹ das línguas locais (cf. quadro 17, em anexo), segundo Ngunga e Faquir (2011); quer dizer, antes do acordo, dentre os poucos que se interessavam pela escrita, escreviam cada um do seu modo;
- (c) Devido ao alto índice de reprovação no ensino em português implementou-se em regime experimental (1993-1997) a educação bilíngue em xichangana¹²-português (província de Gaza) e nyanja-português (na província de Tete), segundo Ngunga, Nhongo, Langa et al. (2010);
- (d) Existência de pouca literatura publicada em LB e
- (e) Preconceito e desprezo com relação às LB, fato que desencoraja as novas gerações em aprendê-las.

Após a adoção do português através da Constituição da República de Moçambique (art. 9 e 10, p.3), esta língua passou a ser utilizada como língua de administração, de ensino, da literatura, dos *midia*, símbolo de coesão, da unidade nacional e de comunicação internacional. O fraco domínio do português, o contato entre LP e as LB, os índices de escolaridade baixos, entre outros fatores, provocam o surgimento de neologismos de todo tipo. Não é verdade dizer que os moçambicanos falam o PE, uma vez que há variação diatópica, diastrática, diamésica, diafásica e diacrônica, fenômeno natural de todas as línguas do mundo. Está claro que “a situação linguística moçambicana é de tal forma diversificada que há novas narrativas, novas interpretações, novas metáforas e novos discursos” (DIAS, 2009b, p.414).

Segundo o Ministério da Educação de Moçambique (2011, p.33), o país possui 50,4% de população escolarizada, habitando a maioria da população (cerca de 69,62%) nas áreas

¹¹ Entendamos, aqui, a padronização da ortografia e não das línguas. É que antes da padronização cada um escrevia do seu jeito baseando-se no alfabeto latino trazido pelo colonizador. Padronizar segundo Fishman (apud ALKMIM, 2001, p.40), é o “estabelecimento de uma variedade padrão, como um tratamento social característico da língua, que se verifica quando há diversidade social suficiente e a necessidade de elaboração simbólica” fato que não se deu no caso de Moçambique.

¹² Há controvérsias quanto à grafia do nome dessa língua. Alguns linguistas escrevem **xangan**, **changana** outros **chichangana** ou **xangana**. Este problema incentivou estudos mais profundos e acelerados para a padronização das LB moçambicanas. Mesmo com a padronização das LB prevalece a dificuldade. Optamos pelo nome xichangana com “*xi*”, sustentando-nos nos argumentos de Siteo (1996, p.309), que defende que “no proto-bantu os membros de certas classes naturais podiam ser incluídos numa mesma classe nominal com base no factor semântico, havendo assim as classes dos seres humanos (classes 1 e 2, *mu/va*), das plantas (classes 3 e 4, *mu/mi*), dos nomes de línguas, de usos e costumes (classe 7 e 8, *xi/svi*), de animais (classe 9 e 10, *yi[n]/ti[n]*), dos locativos (classes 16, 17 e 18, *ha, ku e mu*), etc.” Daqui em diante usaremos a denominação **xichangana**.

rurais e falando as diversas LB na comunicação cotidiana. O português é falado especialmente por pessoas escolarizadas ou por cidadãos que vivem nas cidades. Sem querermos “politizar”, a valorização das LB passaria, ao nosso ver, pela oficialização nas regiões onde elas ocorrem. Dizer que o “Estado valoriza as línguas nacionais” sem dar o devido espaço (manifestação real e concreta) seria uma “conversa para o boi dormir”, uma vez que se saberia de antemão que as LB não seriam úteis nos usos formais. É sabido também que a maioria da população não fala português e a educação é feita exclusivamente em LP, fato que provoca reprovações que impedem o progresso acadêmico dos moçambicanos.

Algumas vozes, na sua maioria com “tom político”, consideram a LP como “língua de união” devido à existência de uma diversidade linguística. Mas também é preciso sustentar que as línguas locais poderiam ser oficializadas nas regiões onde elas ocorrem, por uma questão da conservação de valores, sociais e culturais bem como de identidade. Apesar desta situação, o número de falantes da LP até último recenseamento realizado em 2007 é de 10,7%, como vemos no quadro 1 representando um crescimento que é impulsionado pela educação inclusiva e massiva; devido ao aumento dos meios de comunicação tais como a rádio, o jornal, a televisão e a *internet*, principalmente nas zonas suburbanas e urbanas.

Quadro 1: Proporção de falantes do português e das línguas bantu.

Língua materna	% de falantes em 1980	% de falantes em 1997	% de falantes em 2007
Bantu	98,8	93,5	89,3
Português	1,2	6,5	10,7

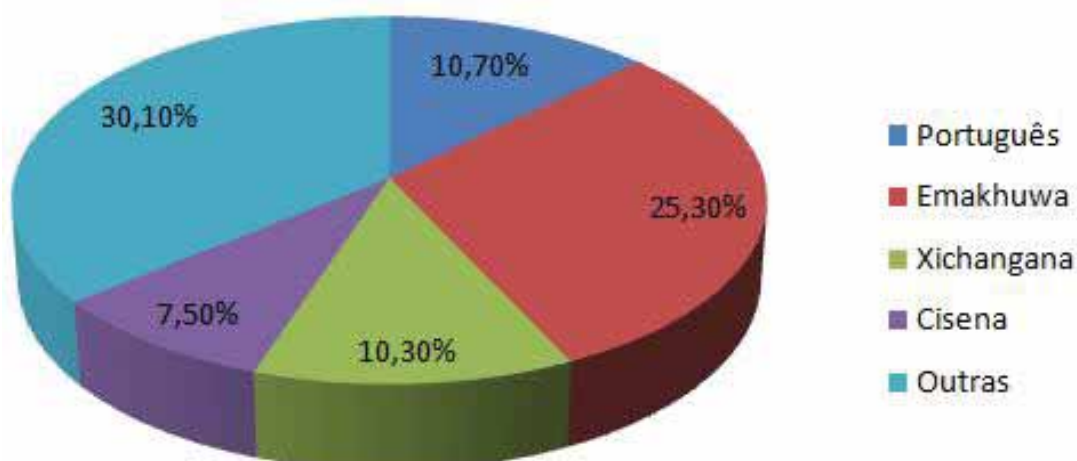
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007)

Ngunga (2002) e Silva (2003) são unânimes em considerar a LP como tendo um valor instrumental, porque a política linguística vigente aponta a LP como língua nacional e de comunicação internacional. Silva (2003, p.17) discute esta mesma questão (língua nacional), defendendo que “se o nacional estiver associado a reivindicação nacionalista de autenticidade e se o Estado lhe atribuir algum reconhecimento, todas estas línguas indígenas se podem qualificar como nacionais.” O mesmo autor mostra ainda que qualquer língua falada no território nacional tinha a probabilidade de ser escolhida como língua nacional sob ponto de vista da ideia nacionalista. Sob ponto de vista linguístico, todas as línguas utilizadas em Moçambique (incluindo o português) são línguas nacionais, até porque o número de falantes do português como língua materna está crescendo bastante, tal como se viu no quadro 1. Na

atualidade a LP faz parte do patrimônio cultural dos moçambicanos para além de ser língua de comunicação na Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP).

Laitin (1992) acrescenta que as línguas dos colonizadores serviriam de instrumento para a “unidade das nações” e é o que realmente se verificou na maioria dos países africanos. O estatuto da LP foi resultado da política linguística feita ao nível político que permanece até hoje. Tendo em conta a realidade moçambicana, podemos afirmar com convicção que Moçambique tem uma população **bantófona**¹³ em contexto real, até porque muitos cidadãos, principalmente na zona rural não se identificam com a LP. Sob ponto de vista político, Moçambique é lusófono, mas sob ponto de vista prático, social e concreto, Moçambique possui uma população majoritariamente **bantófona**, tal como se pode constatar no gráfico 2:

Gráfico 2: Distribuição da população (com mais de 5 anos) por língua materna-2007.



Fonte: Ministério da Educação de Moçambique (2011, p. 27)

Sobre o debate que incide na escolha da língua a utilizar, Dias (2002a, p.61) defende que “as línguas e os dialetos vão ser comparados e avaliados em relação a língua oficial ou ao dialeto de prestígio eleito pelo Estado, pela elite e pela classe dominante nesse país.” O prestígio e a superioridade ou a falta de prestígio ou a inferioridade são conferidos a uma língua pela política linguística fato que pode provocar a desigualdade linguística. Se compararmos os gráficos 1 e 2, nota-se que tanto na África do Sul quanto em Moçambique, as

¹³ Entendemos por “população bantófona” aquela que tem pelo menos uma língua de origem bantu como língua materna, língua da sua identidade cultural, religiosa, social, etc. Nesse grupo se inclui as diversas línguas bantu que estão em vias de extinção. Mas, há várias línguas bantu que têm um número elevado de falantes, mas que essas línguas não têm nenhum estatuto oficial. Por exemplo, cerca de “oitenta por cento da população senegalesa fala uolof, no entanto, não se diz que o Senegal é **uolofófono**, mas **francófono**. Na minha opinião, é um abuso de linguagem.” (KI-ZERBO, 2006, p.72, grifos nosso).

LB possuem maior número de falantes. Mas infelizmente, o número de falantes tende a se reduzir emergindo assim as línguas europeias (inglês, para África do Sul e português, para o caso de Moçambique). O destino das línguas em África está nas mãos de políticos e em outras personalidades influentes, isto porque a LP ganha campo sob o ponto de vista político, mas na prática e junto às populações prevalece outra realidade bem diferente: a das LB. Não se pode ignorar o número crescente de falantes da LP no país tal como se pode ver no quadro a seguir:

Quadro 2: Crescimento dos falantes do português como L1 e L2.

Estatuto	% de falantes em 1980	% de falantes em 1997	% de falantes em 2007
Português L2	24,4	39	50,3
Português L1	1,2	6,5	10,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007)

De 1980 (1º Recenseamento Geral da População e Habitação) para 2007 (último Censo) houve um crescimento do português em 26%, fato que se justifica pela escolarização massiva e a mudança da população do campo para a cidade, deslocamento causado pela guerra (entre o partido do governo da FRELIMO e o partido RENAMO, o principal partido de oposição de Moçambique) que durou dez anos. Em Moçambique foram identificadas diversas línguas nacionais, todas da grande família das LB. Esse crescimento da LP se verifica principalmente nas grandes cidades devido à aglomeração massiva da população. Mas as LB ainda resistem face ao afrontamento, pois as línguas maternas mais usadas são: **(a)** o emakhuwa (26,3%) língua falada ao norte¹⁴ do país por mais de 5.307.378 pessoas; **(b)** o xichangana (11,4%), língua falada no sul¹⁵ do país por cerca de 1.660.319 pessoas e **(c)** o cisena (7,8%), língua falada por 1.314.190 pessoas na região central¹⁶ de Moçambique.

É preciso também reconhecer a existência considerável das comunidades asiáticas radicadas em Moçambique desde os tempos da colonização. Estas comunidades são falantes de línguas urdu e o gujarati, para além do árabe utilizado nas religiões de origem asiática e no

¹⁴ Província de Nampula (variantes: emakhuwa, enahara, esaaka, esankaci, emarevoni, elomwe); Cabo Delgado (variantes: emeetto, essanka); Niassa (variantes: exirima, emakhuwa, emeetti); Zambézia (variantes: emakhuwa, elomwe, emarevoni) (NGUNGA; FAQUIR, 2011, p.71-72).

¹⁵ Província de Maputo, Gaza e Inhambane (variantes: xihlanganu, xidzonga, xin'walungo, xibila, xihlengwe).

¹⁶ Províncias de Manica, Sofala, Tete e Zambézia (variantes: sena tonga, sena caia, sena bangwe, sena pondzo, sena gombe e sena gorongozi) (NGUNGA; FAQUIR, 2011, p.120-121).

comércio. A ideia da valorização das LB no território moçambicano é defendida por Lopes (2004) quando apresenta cinco premissas:

(i) Que a língua seja fator base da identidade; (ii) Que a satisfação das necessidades humanas básicas para o desenvolvimento inclua os direitos dos cidadãos de se identificar através das suas línguas maternas bem como ter o direito de aprendê-las e a usá-las adequadamente; (iii) Que os cidadãos tenham o direito de utilizar as suas línguas maternas em situações oficiais e, conseqüentemente, todas as línguas faladas nativamente por moçambicanos gozem de estatuto de língua oficial; (iv) Que os cidadãos tenham o direito a uma adequada aprendizagem e uso da língua de comunicação mais ampla como elo de ligação e língua de unidade a nível nacional, e como meio de comunicação com as nações e comunidades que no mundo utilizam esta língua; (v) Que os cidadãos sintam a necessidade de intensificar a aprendizagem e uso de línguas estrangeiras com o objetivo principal de responder aos desafios regionais e internacionais na comunicação, cooperação, ciência e tecnologia. (LOPES, 2004, p. 50-51).

Estas premissas são fontes importantes para uma convivência em harmonia entre as línguas em determinado lugar. As premissas valorizam as LB, a LP e as línguas estrangeiras existentes no território moçambicano, mostrando o valor que cada língua tem para cada cidadão e cada uma ocupando seu devido espaço.

1.3 Moçambique e as fronteiras linguísticas

A localização das línguas faladas em Moçambique está intimamente ligada à expansão dos povos bantu desde a África Central até a Austral por volta de 200 a.C. Segundo Greenberg (2010) as LB se dividem em dois grupos:

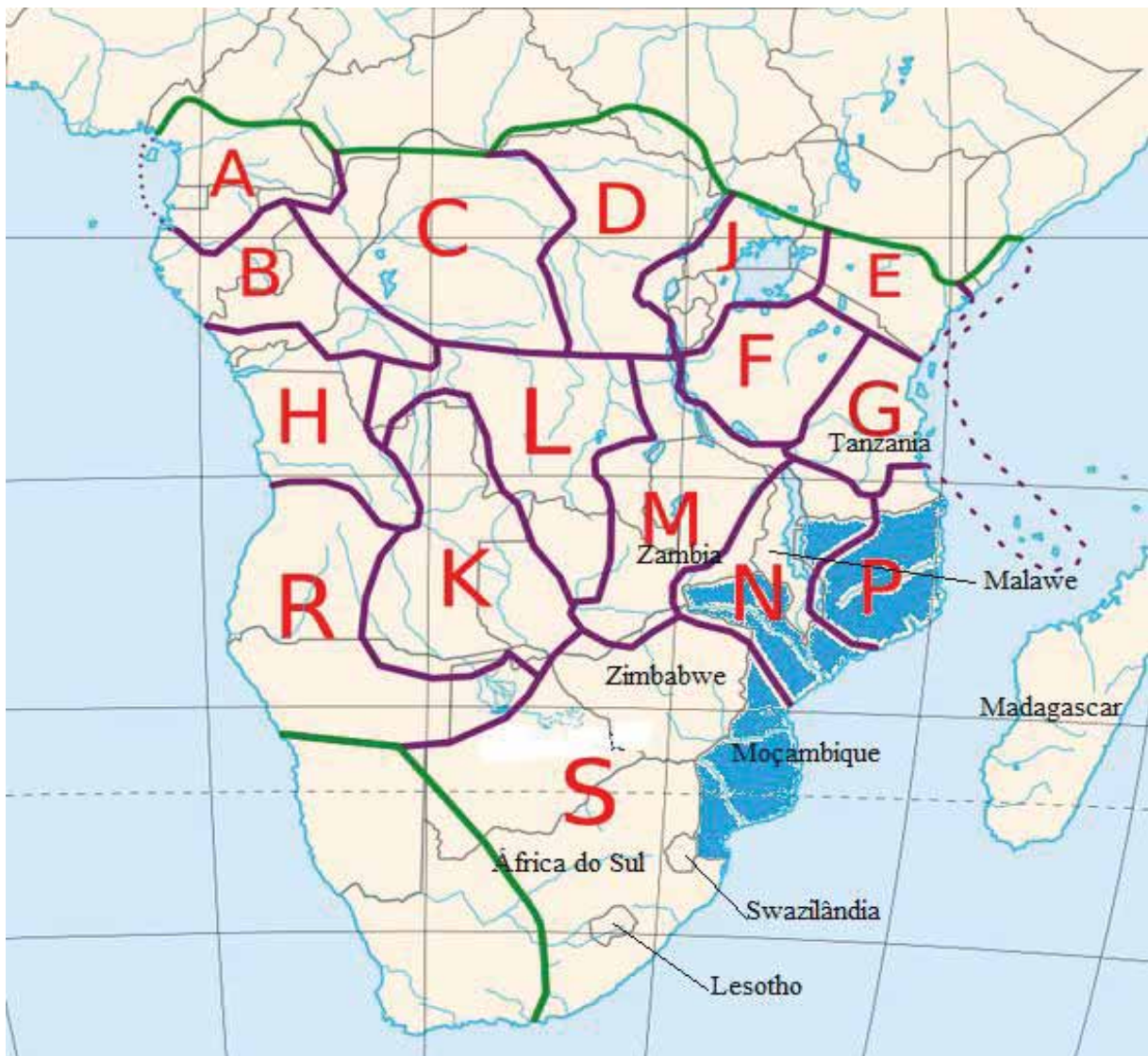
(a) **Niger-congo**: que compreende grande parte da África ao sul do Saara, incluindo quase toda a África ocidental, partes do Sudão central e oriental, sendo que seu sub-ramo bantu ocupa a maior parte da África central, oriental e meridional.

(b) **Niger-kordofaniano**: confina-se a uma zona limitada da região do kordofan, no Sudão.

É importante deixar claro que Madagascar não está incluso nesta classificação embora sua localização esteja na África austral. É que as línguas faladas em Madagascar provêm na sua maioria da família austronesiana (malaio-polinésia). Para além desse caso particular, existem três ramos de línguas pertencentes à família khoisan. O hatsa, o sandawe e o khoisan são línguas faladas na África do Sul, Namíbia, Angola, Botswana, partes do Kênia. A família khoisan não pertence à família níger-congo e kordofaniana embora esteja distribuída de forma desigual ao longo da região central e sul do continente africano.

As LB foram estudadas e classificadas por vários linguistas, mas pode-se citar os contributos de Malcolm Guthrie¹⁷ (1903-1972) e Joseph H. Greenberg¹⁸ (1915-2001) cujas pesquisas possibilitaram dividir as LB em 16 zonas: **A, B, C, D, E, F, G, H, J, K, L, M, N, P, R, S**. Sendo assim, Moçambique é abrangido por três zonas: **P, N, S**. As fronteiras geográficas são diferentes das fronteiras linguísticas (cf. mapa 2) fato que faz com que uma única língua seja falada em mais de uma região.

Mapa 2: Distribuição das línguas bantu em África



Fonte: Adaptado de Apontes (2010, p.45)

¹⁷ Professor de línguas bantu, fez estudos comparativos para classificá-las e foi quem deu o nome “línguas bantu”. Guthrie fez uma classificação geográfico-genealógica das línguas bantu.

¹⁸ Linguista norte-americano, da Universidade de Stanford, criou teorias relacionadas a conceitos linguísticos universais, implicativos universais, comparação léxica em massa de grupos de línguas níger-congo, nilótico-saarianas, afro-asiáticas, ameríndias, euro-asiáticas e indo-pacíficas.

Áreas abrangidas

A : Camarões, Guiné-Equatorial, Gabão, Nigéria...

B: Gabão, República Democrática de Congo, Costa de Marfim, Serra Leoa...

C: República Democrática de Congo, Níger, Chade...

D: Região da República Democrática de Congo, República Centro Africana, Sudão, Ruanda, Burundi...

E: Quênia, Somália, Uganda...

F: Tanzânia, Uganda...

G: Tanzânia, República Democrática de Congo...

H: Angola, República Democrática de Congo, Gabão...

J: Uganda, Ruanda, Burundi...

K: Angola, Zâmbia, Namíbia...

L: Congo, Zâmbia...

M: Zâmbia, Zimbábue, Tanzânia...

N: Malauí, Moçambique, Zimbábue, Zâmbia...

P: Moçambique, Tanzânia, Malauí...

R: Angola, Namíbia, Botsuana...

S: África do sul, Botsuana, Moçambique, Suazilândia, Zimbábue, Lesotho...

As reticências indicadas nas descrições dos países significam que os limites linguísticos ultrapassam os políticos, quer dizer, os limites linguísticos não são nítidos. Existem outros países onde esses grupos linguísticos se manifestam. Segundo Ki-Zerbo, as línguas haussá, bambará e diulá são línguas-pontes, quer dizer,

o diulá é falado pelo menos em oito países da África ocidental; o haussá pelo menos em quatro ou cinco países entre os quais a Nigéria, que constitui facilmente metade da população da África ocidental. As pontes linguísticas entre as diferentes regiões da África ocidental ajudariam todos esses países a constituírem-se mais rapidamente (KI-ZERBO, 2006, p.73).

Apesar de Moçambique ser composto por 10 províncias (cf. mapa 5, p.203), as fronteiras geográficas nacionais e internacionais não respeitaram/respeitam as fronteiras linguísticas. As fronteiras geográficas foram criadas/inventadas na Conferência de Berlim (1884/1885) para responder aos interesses da colonização de África. Muitas línguas só estão divididas politicamente, mas continuam sendo iguais em todos os aspectos linguísticos. Vejamos exemplos de línguas faladas em Moçambique e também em outros países vizinhos.

A seguir, o código entre parênteses indica a classificação linguística estabelecida por Guthrie (1948).

Língua ciyaawo (**P.20**): Falado no Malawi, na Tanzânia, Zâmbia e no Zimbábue.

Língua cinyanja (**N31**): Falado em Malawi e Zâmbia.

Língua cinyungwe (**N43**): Falado em Malawi, no Zimbábue e Zâmbia.

Língua cisena (**N44**): Falado em Malawi e no Zimbábue.

Língua cindau (**S15**): Falado no Zimbábue.

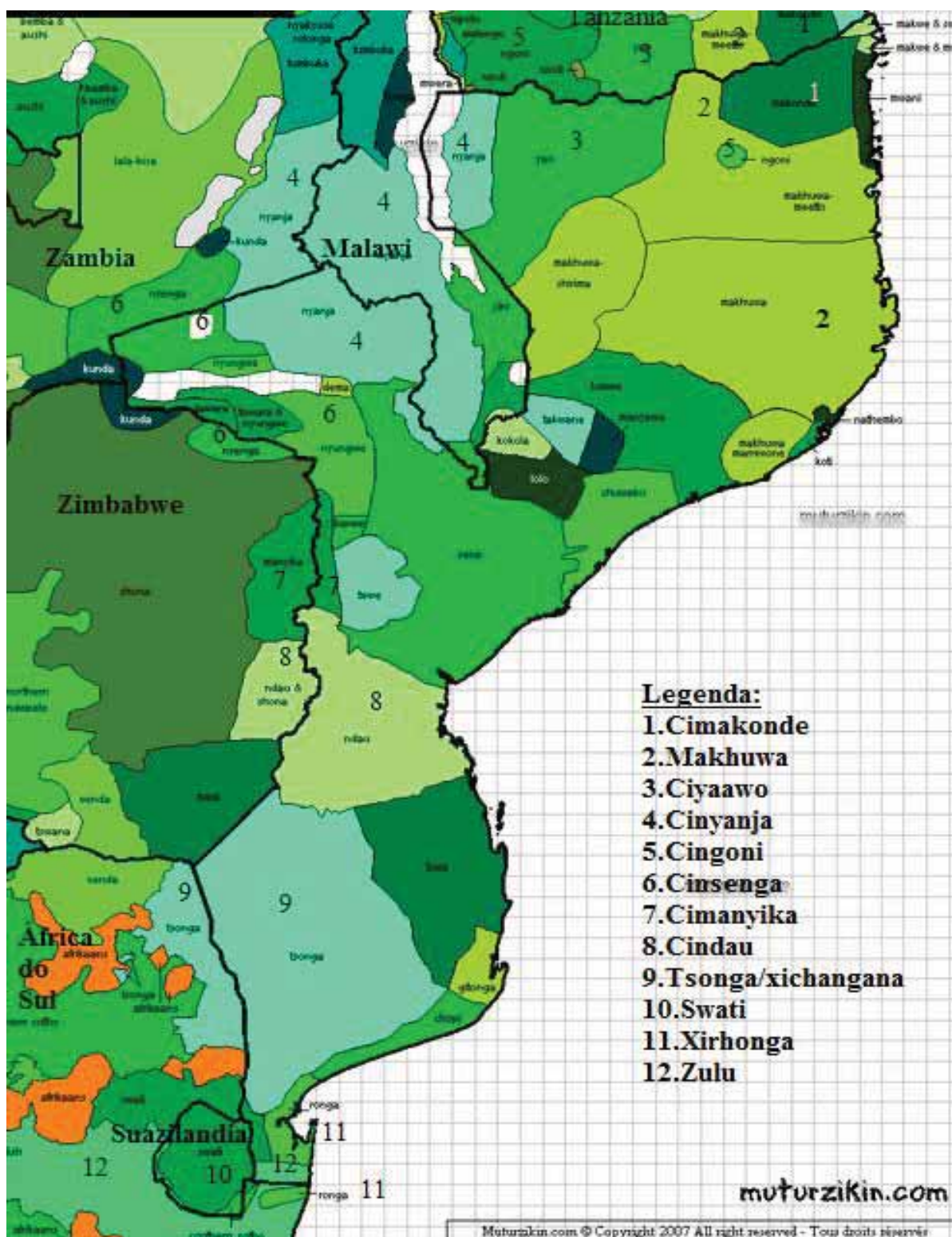
Línguas xitshwa (**S51**): xichangana (**S53**), xirhonga (**S54**): Falado no Zimbábue e na África do Sul e Suazilândia.

As LB moçambicanas transbordam as fronteiras políticas. Isto aconteceu por causa da mobilidade da população (população nômade) e dos limites políticos estabelecidos na Conferência de Berlim ocorrida em 1884 e 1885. A partilha da África teve como objetivo organizar, na forma de regras, a ocupação da África pelas potências coloniais fato que resultou na divisão que não respeitou a história africana, as relações étnicas, culturais e linguísticas.

Desta forma, há línguas de países vizinhos que são faladas em Moçambique. É o caso da língua isiswati (da Suazilândia), língua isizulu (da África do Sul), língua kunda (de Zimbábue), ciyao da Tanzânia entre muitas outras, línguas principalmente faladas por populações das zonas fronteiriças. O mapa 3 ilustra essa transfronteiriçade das línguas, aspecto que deve ser preservado pelos povos africanos porque representa o patrimônio cultural que está intimamente ligado à identidade. Conclui-se que “as línguas não têm limites naturais” (SAUSSURE, 2006, p.235). Elas não respeitam os limites geográficos, pois os limites políticos não conseguiriam se adaptar a elas.

Embora não esteja representada no mapa 3, o swahili (uma LB) tem estatuto oficial em 5 países africanos (Comores, Quênia, Uganda, República Democrática de Congo e Tanzânia) e é também falada como língua materna em Moçambique, Madagáscar, Malawi, Ruanda, Burundi (MANESSY, 1964, p.79; TIMBANE, 2013c, p.262). A língua swahili é língua oficial da União Africana que é uma organização importante em África. É falada por mais de 50 milhões de africanos e já está descrita havendo disponível dicionários e gramáticas.

Mapa 3: As fronteiras linguísticas de Moçambique



Fonte: Adaptado de Mutorzikin.com (2012)

Para além disso, as línguas oficiais (de origem europeia) dos países vizinhos de Moçambique interagem com as LB de Moçambique e surgem até empréstimos, tal como Firmino (2001, p.118) exemplifica: empréstimos do inglês à língua xichangana: *xipuni* (provém do inglês, *spoon* = colher), *xitimela* (do inglês *steamer* = *train* ou comboio), *buku* (do inglês *book* = livro), *bayibele* (do inglês *bible* = bíblia), *watchi* (do inglês *watch* = relógio), *phayipi* (do inglês *pipe* = tubo), *penisela* (do inglês *pencil*, *pen* = caneta), etc.

Das mais de vinte LB faladas em Moçambique, a maioria (15 línguas) já está padronizada a sua ortografia tal como ilustra o quadro 17, em anexo (p.315). A diversidade linguística em Moçambique é uma realidade e precisa ser encarada de forma positiva, pois ela representa a riqueza sociocultural e histórica dos moçambicanos e da África em geral. Mas quem define a legalização dos usos oficiais não são os falantes, infelizmente. É neste ponto onde começa a intervenção de políticos para estabelecer através de leis o uso ou não de línguas. Vejamos a seguir o impacto da política linguística nas línguas moçambicanas.

1.4 Contextos sociolinguísticos versus política linguística

Na subsecção anterior apresentamos a situação linguística de Moçambique bem como as complicações territoriais das línguas. O desenvolvimento, a expansão, a adoção, a padronização ou proteção das línguas é feita em muitas partes do mundo por políticos (governantes). Os políticos desempenham um papel preponderante para influenciar as massas por meio da criação de instrumentos legais do tipo: decretos, leis, memorandos, constituição com objetivo de “proteger” ou mesmo desproteger uma língua legalmente.

Denominamos por “política linguística” toda atuação de um Estado ou Organização em favor de uma ou várias línguas faladas num determinado território ou região para a/as modificar, controlar, mudar o estatuto, para a criação de uma norma de uso, sua expansão ou mesmo erradicação. Para efetiva implementação desse anseio, o Estado ou organização conta com ajuda de linguistas que organizam, estruturam, demarcam, criam dicionários, gramáticas, manuais e livros escolares, sempre recebendo apoio financeiro e moral dos políticos.

Para Mariani (2011, p.239), “falar em política de línguas é conferir às línguas um sentido político necessário em função de serem, as línguas, objetos simbólicos totalmente inseridos nas práticas sociais, nos modos como sujeitos historicamente localizados significam seu cotidiano linguageiro.” O poder das LB faladas em Moçambique é mais expressivo na instituição tradicional moçambicana: ritos de iniciação, ritos de passagem, ritos de morte, ritos de nascimento, etc. A tradição obriga que nessas cerimônias se usem exclusivamente as LB

predominantes naquela etnia ou naquele grupo linguístico. A “instituição tradicional” também preserva as suas línguas, de forma oral, passando-as de geração a geração.

A partir dos 10 ou 12 anos, a criança deixa de pertencer à família e passa a pertencer à sociedade, sendo tarefa da sociedade educá-la e passar os valores sócio-culturais, incluindo a língua. Por isso qualquer elemento da sociedade pode/deve ensinar as regras de convivência em sociedade. Nos ritos de iniciação e de passagem, por exemplo, as línguas do ensino são as diversas LB faladas naquele lugar e jamais o português. Esse comportamento é inerente à política linguística no contexto da tradição africana.

Quanto à oficialidade, há que considerar três tipos de política:

(a) A **política linguística baseada no princípio de territorialidade**, em que no mesmo território predominam duas ou mais línguas oficiais dependendo da região (exemplos de Canadá e Suíça);

(b) A **política linguística baseada na individualidade**, pela qual o Estado reconhece no território várias línguas oficiais que são usadas pela administração e cada cidadão é livre para fazer a escolha da língua a usar (exemplos, da África do Sul, Tanzânia, Suazilândia, Quênia, República Democrática do Congo, etc) e

(c) A **política linguística baseada na coletividade**, em que no determinado território há várias línguas dentre as quais se escolhe uma para ser oficial, menosprezando as restantes faladas pela maioria. São exemplos de Moçambique, de Zimbábue e da Namíbia.

O ambiente sociocultural de Moçambique é diverso, fato que é proporcional às suas línguas. Mas a promoção da LP é resultado da política e do planejamento linguístico adotado pelo Governo e não pela incapacidade linguística das LB. A política linguística seria “toda a forma de decisão tomada por um Estado, por um Governo ou por um ator social reconhecido ou tendo autoridade, destinado a orientar a utilização de uma ou mais línguas num dado território (real ou virtual) ou mesmo para regular o seu uso”¹⁹ (ROUSSEAU, 2007, p.58, tradução nossa). Uma vez que não existe uma língua incompleta gramaticalmente, todas as línguas bantu moçambicanas poderiam ter o estatuto que foi atribuído à LP, se houvesse essa vontade política, pois

toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, é um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico em que vive. É absolutamente impróprio dizer que há línguas pobres de vocabulário. Não existem também sistemas gramaticais imperfeitos. (ALKMIM, 2001, p.41).

¹⁹ *Toute forme de décision prise par un État, par un gouvernement ou par un acteur social reconnu ou faisant autorité, destinée à orienter l'utilisation d'une ou de plusieurs langues sur un « territoire » (réel ou virtuel) donné ou à en régler l'usage.*

Em contrapartida, Moçambique faz fronteira com países anglófonos (África do Sul, Suazilândia, Zimbábue, Zâmbia, Malawi e Tanzânia), o que de certa forma tem trazido algum léxico anglófono, principalmente na fala dos imigrantes, de trabalhadores moçambicanos na diáspora e de moçambicanos residentes nas zonas fronteiriças, fenômeno linguístico que resulta do contato linguístico. Segundo Dias, a LP em Moçambique

é de **fora** porque é de origem europeia mas também é uma língua de **dentro** porque é usada como língua materna e língua segunda por parte da população. Por outro lado, esta língua é odiada porque é considerada língua do opressor e do colonialista, por outro lado, é admirada por ser língua de comunicação alargada e por não haver em relação a ela uma identificação étnica forte e a grande fidelidade linguística, permite a união entre moçambicanos. Ela é vista como o modelo de perfeição linguística que é através dela que se pode discutir a maior parte dos assuntos políticos, científicos, técnicos, etc. (DIAS, 2002a, p.101, grifos nosso).

Por causa deste prestígio, constata-se um crescente número de falantes de português como língua materna (cf. quadro 2, p.38), resultantes da mudança de parte da população do campo para cidade por causa da guerra, da procura do emprego e das condições básicas tais como: escolas, hospitais, meios de transportes, enfim, oportunidades. A “importância da língua portuguesa para o contexto nacional (unidade) e internacional (diálogos da globalização, possibilitando intercompreensão com as chamadas línguas neolatinas que possibilitariam diálogos em (e além de) Moçambique” (PATEL; CAVALCANTI, 2013, p.293). Nas cidades, muitos pais a ensinam aos seus filhos e estes por sua vez passam a usá-la como língua materna.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (2008), a cidade de Maputo (capital econômica e política), por exemplo, tem 42,9% de cidadãos que declararam saber a LP. A percentagem dos que sabem falar a LP não chega a 50%, o que indica a força, a predominância das LB na cidade, nomeadamente xichangana (31,5%) xirhonga (9,7%), cicopi (3,3%), xitswa (3,5%), bitonga (2,8%) e outras línguas que totalizam 6,2%. Dentro da cidade não há uma homogeneidade linguística. A cidade de Maputo ocupa uma área de 346.77 km² com uma população de 1.094.315 habitantes, o que prova o contato de várias línguas num espaço geográfico muito reduzido. Observa-se um crescimento da LP, mas ainda um domínio das LB.

Nesse contexto heterogêneo, os pais de muitos alunos das escolas da cidade não são falantes nativos da LP e muitas vezes não têm uma escolaridade que lhes permite usar a “norma-padrão”. Há na fala desses pais uma mistura de línguas (transferência de construções

sintáticas das LB para português), o uso de empréstimos e estrangeirismos resultantes do contato que têm com as LB. É este “português” que chega às crianças e que é a língua materna de muitas das crianças, Em alguns casos há transposição de construções gramaticais da LB para LP, o que provoca uma variação em relação ao PE esperado e exigido pelas autoridades políticas e, principalmente, pela escola.

Sabe-se que não existe uma única forma de falar português, tal como os gramáticos tradicionalistas diziam. Defende-se que a **Norma-Padrão Europeia** (NPE) “não pode servir como uma forma de exclusão social, mesmo sabendo que com este se alcança um estatuto social elevado”(FIRMINO, 2001, p. 133). Sobre este assunto Bagno afirma que, se consideramos as formas normatizadas como corretas, estamos impedindo que “o conhecimento da norma tradicional seja usado como instrumento de perseguição, de discriminação, de humilhação do outro [...] reservado para alguns iluminados de inteligência superior” (BAGNO, 2010a, p.29). Isso significa que, quando insistimos em ensinar uma única forma de falar português, estamos excluindo preconceituosamente aqueles que não dominam essa NPE.

A realidade é que o português encontra-se numa situação de contato com as LB e com inglês em Moçambique. Dependendo do ponto de vista, a LP é oficial (segundo a Constituição), é língua nacional (sentimento nacionalista, patriótico), é língua materna, é língua segunda, é língua estrangeira dentro do mesmo espaço que é Moçambique. A porta de entrada de tendências de mudança provém do desconhecimento da NPE por parte dos moçambicanos e das interferências linguísticas vindas de várias línguas. Ou seja, “a interação do português com outras línguas distintas concorre, fortemente, para a variação gramatical e, em alguns casos, para a mudança linguística” (MENESES, 2010). Esse processo linguístico Gonçalves (2005a, p.7) designa por **nativização do português** ou ainda **moçambicanização do português**. É uma espécie de afirmação da identidade do português falado/escrito em Moçambique, porque apresenta características bem diferentes com as do PE, tal como veremos mais adiante.

Dependendo do lugar geográfico, do nível social, da escolaridade, de idade, do sexo, da formação profissional, cada um tem a sua forma de falar a LP. Acredita-se na existência de uma só LP e que esta é falada de forma variável dependendo das variáveis linguísticas e extra-linguísticas. Muitas vezes a norma-padrão europeia é colocada à prova devido à sua característica prescritiva e tradicionalista. Os dicionários e as gramáticas usados em Moçambique foram concebidos, escritos, publicados em Portugal e foram importados para as colônias africanas. Nenhum exemplo reflete a realidade/ variedade africana/ moçambicana. O

Brasil²⁰ já vem declarando a independência linguística com afirmação clara intitulada “Português Brasileiro” (PB) e apresentando instrumentos legais do tipo gramáticas, dicionários e outros materiais frutos das pesquisas em várias regiões do país. E isso é bastante positivo, exemplo que devia ser seguido pelos linguistas interessados pelos estudos linguísticos em Moçambique. Voltando para Moçambique, vale sublinhar que essas gramáticas (importadas de Lisboa) tinham os seguintes defeitos:

Os seus objetivos estavam mal colocados, porque acreditava-se que o estudo da gramática era o único instrumento que levaria o aluno a ler e escrever melhor; A metodologia adequada era inadequada, quer dizer aprende-se uma única forma gramatical e não se aceita a variação; A própria matéria carecia de organização lógica, porque a língua é como é, deve ser ensinada assim e não da forma como deveria ser. (PERINI, 2005, p.49-56).

Infelizmente Moçambique ainda não tem seu próprio dicionário nem uma própria gramática, ficando assim “refém” de dicionários portugueses, fato que provoca desigualdade entre os manuais elaborados em Moçambique e essas gramáticas e dicionários. Vejamos o seguinte exemplo: já que a literatura moçambicana é aceite e é obrigatória no ensino vejamos o caso em que os alunos encontrem as palavras *cacana* (planta rasteira usada para alimentação e para fins medicinais, sobretudo em infusão; *momordica balsamina*), *badjia* (acarajé, no PB), *matoritori* (paçoca, no PB) em que dicionário irão consultar o significado dessas palavras? Os dicionários portugueses não trazem essa realidade, pois são termos usados especificamente em Moçambique. Será que um dicionário do português de Moçambique não ajudaria esse aluno?

Esta preocupação é importante e crucial de tal forma que, a partir dos anos 90 surgem pesquisas que mostram as diferenças entre o PE e o português falado/escrito em Moçambique, sobretudo nos níveis lexical e semântico. Em seguida, aparecem novos estudos que pesquisam a variação do português no nível gramatical, fato que resultou na publicação de vários estudos: Gonçalves (1996a, 1996b, 2001a, 2001b, 2005b), Gonçalves e Maciel (1998), Dias (1993, 2002a, 2009a, 2009b), Silva (1991), Stroud e Gonçalves (1997), entre muitos outros “corajosos”, no bom sentido da palavra. Estes estudos tentam mostrar que em Moçambique o rumo da LP é bem diferente do determinado pelo sistema colonial. Defender que existe a NPE

²⁰ “O Estado português e, depois da independência, o Estado brasileiro tiveram por política, durante quase toda a história, impor o português como a única língua legítima, considerando-a companheira do império [...]. A política linguística do Estado sempre foi a de reduzir o número de línguas, num processo de glotocídio (assassinato de línguas), através de deslocamento linguístico, isto é, de sua substituição pela língua portuguesa” (MOURA, 2002, p.84).

e a norma moçambicana é ao mesmo tempo aceitar que “as línguas mudam com o passar do tempo”, o que é difícil de ser entendido por alguns desavisados.

Antes de terminar esta seção é importante sublinhar que esta situação sociolinguística predomina na maior parte dos países africanos. As LB foram menosprezadas pelo sistema colonial e hoje algumas delas tendem a desaparecer porque os governos locais não lhes deram nenhum valor real. A República Democrática do Congo, por exemplo, tem 72 línguas das quais só quatro (swahili, tshiluba, kikongo e lingala) são oficiais e pertencem à família Níger-Congo.

Fenômeno contrário a este é o da Namíbia, em que só o inglês é oficial enquanto as línguas silozi, setswana, kwangali, oshiwambo, hereró, damara e afrikaans²¹ não têm estatuto oficial. Segundo Massoumou e Queffélec (2007), a questão das línguas nacionais subentendida como opostas e que se encontram entre a elite e os analfabetos (pobres, desfavorecidos) é muito discutida, pois a elite é que participa na gestão do poder político graças ao conhecimento de francês (língua oficial) e os analfabetos (o resto da população pobre) são considerados cidadãos da segunda zona, quer dizer os que não têm valor. Este exemplo nos chama atenção pelo fato de que as línguas têm o seu valor social e cultural na região onde elas ocorrem. Não é pelo fato de haver grande número de línguas que os políticos devem desvalorizá-las, mas sim deve-se dar oportunidade e incentivo para que elas sejam aprendidas e usadas.

Muitos políticos consideram que as línguas só podem criar desavenças e guerras, fato que contestamos porque as línguas bantu “têm oferecido o acesso ao título de membro de uma nação, uma identidade que dá à pessoa o ingresso num tipo novo de grupo, que não é apenas parentesco, governo ou religião, mas uma mistura inédita e peculiarmente moderna dos três” (HAUGEN, 2001, p.113-114). Entendem que, criando uma só língua poderão unir etnias. Isso é uma ilusão, pois há no mundo vários exemplos de países que têm uma diversidade linguística e que nunca tiveram o país dividido ou com guerras.

Ao olharmos para Moçambique, observamos que os que não falam a LP não têm emprego nem tomam decisões políticas e, logo, pertencem à classe social baixa. Uma das condições para ser deputado é o domínio da LP; quer dizer, se o cidadão fala perfeitamente a LB (sua língua materna) e não conhece a LP, mesmo que tenha ideias construtivas, não tem acesso à

²¹ É uma língua de origem germânica falada por fazendeiros (*boers*) holandeses e por africanos na sua maioria trabalhadores na mineração e na agricultura. A língua é formada por estrangeirismos e empréstimos lexicais e sintáticos do malaio, do inglês, do português, das diversas línguas bantu e das línguas khoisan. É falada na África do Sul, no Zimbábue, na Namíbia, Botsuana e Zimbábue. Cerca de 6,2 milhões de pessoas falam como língua materna e 4 milhões como língua segunda. (NIESLER; LOUW; ROUX, 2005).

Assembleia da República. Considera-se isso uma “intolerância linguística” pelo fato de não desenvolver/possibilitar a livre expressão e a democracia. A política linguística que está sendo aplicada em Moçambique pode ser verificada em quase todos os países africanos. O problema das línguas, segundo Ki-Zerbo (2006)

é fundamental, porque diz respeito à identidade dos povos. E a identidade é necessária, tanto para o desenvolvimento quanto para a democracia. As línguas também dizem respeito à cultura, aos problemas da nação, à capacidade de imaginar, à criatividade. Quando falamos numa língua que não é originalmente a nossa, exprimimo-nos de forma mecânica e mimética, salvo exceções [...] não fazemos mais do que imitar. Mas, quando nos exprimimos na nossa língua materna, a imaginação liberta-se (KI-ZERBO, 2006, p.73).

Por essa razão a UNESCO produziu um documento que mostra as diretrizes da política da educação multilíngue e multicultural que os países africanos deveriam adotar. Os países africanos, segundo a UNESCO (2010, p.4) devem:

definir uma política linguística e educativa que explicita a favor das línguas africanas; tomar em conta as línguas africanas nos textos legislativos (constituição, leis, decretos, etc); introduzir as línguas em exames e concursos oficiais; utilizar as línguas africanas na administração, na justiça, nas *mídias* e no ensino; cultivar a vontade política de promover uma política de educação multilíngue e multicultural.

Não basta que os países ofereçam uma educação formal, com um conjunto enorme de disciplinas sem que as suas próprias línguas sejam valorizadas ou aceites. A planificação linguística africana é intolerante e em muitas ocasiões tende a amputar a expansão das LB, mesmo sabendo que “todas as línguas são a expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de perceber e de descrever a realidade, portanto possuem o poder de gozar das condições necessárias para seu desenvolvimento em todas as funções” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUISTICOS, 2003, p.28, art. 7). Os países africanos (na sua maioria), ao invés de investir na codificação, padronização, preservação, desenvolvimento e promoção das suas línguas, desprezam-nas, não dando o valor que elas merecem na maioria dos casos. Sabemos de antemão que o

colonialismo português, ao proibir a utilização das línguas autóctones como instrumento de comunicação social, não o fez por querer **civilizar** os povos africanos. Fê-lo para reprimir, evitar e retardar o aparecimento e o crescimento da consciência nacional. A impossibilidade de obter instrução materna, a degradação cultural e o esquecimento das tradições são sequelas do colonialismo mental. O povo moçambicano não se sentirá completamente

reabilitado enquanto não recuperar a sua dignidade de um povo identificável, com suas origens linguísticas e culturais próprias. (LOPES-MIGUEL, 2004, p.231, grifo do autor).

A Conferência “Rio+20”, realizada no Brasil em 2012, decidiu que os países membros devem dar a todas as crianças a possibilidade de estudar e a alfabetização deve ser obrigatória. Para além disso, é preciso fazer com que a educação seja universal tendo impacto positivo sobre o desenvolvimento. Por outro lado, fazer baixar a taxa de analfabetismo em crianças melhoraria a vida de milhões de pessoas pobres que vivem em más condições de saúde e com poucas possibilidades de emprego. A questão educação é muito profunda e importante. Vejamos a tabela 1. Ela apresenta dados do Relatório de Desenvolvimento Humano-2013. Do relatório extraímos os dados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na tabela, nota-se que Moçambique está na penúltima posição (185º lugar) no *ranking* mundial do Índice do Desenvolvimento Humano-2013.

Os dados mostram que, no seio da CPLP, Moçambique tem a taxa de 56,1% de alfabetismo, valor que não é acompanhado pela criação de infraestruturas e melhoria da qualidade de ensino. O ingresso dos alunos no ensino primário é positivo e ultrapassa os 100%, mas poucos alunos chegam a frequentar o ensino superior. Por exemplo, em Moçambique, dos 115% que entram na escola só 1,5% conseguem chegar ao ensino superior. Este número é muito assustador se contarmos com a população total que é de 24.5 milhões, segundo Malik (2013). Pretende-se concluir que as desistências (abandono escolar) são constantes e atingem 64,6%, como se pode conferir na tabela 1. Os alunos abandonam a escola por diversos fatores: casamento precoce, pobreza, distância casa-escola, falta de materiais didáticos, qualidade do ensino, a falta de motivação dos professores e a falta de formação de professores que atinge 24,9%, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano-2013. Voltaremos a discutir a tabela 1 mais adiante (na subsecção 2.2.).

O direito à educação é um caminho para o alívio à pobreza (UNESCO, 2012, p.7). Mas é preciso que a educação pense profundamente sobre as línguas, porque “há línguas moçambicanas que correm risco de desaparecer. Há escolas que continuam a proibir os estudantes de se exprimir nas suas próprias línguas dentro do recinto escolar” (COUTO, 2012). É preciso valorizar a LP, mas sem perdermos de vista a nossa identidade cultural, pois as LB e a LP devem ser equiparadas para que não tenhamos nada a perder (COUTO, 2012).

Tabela 1: Relatório do Desenvolvimento Humano-2013: Educação

POSI- ÇÃO	PAÍS (CPLP)	TAXA DE ALFABETISMO DE ADULTOS (% COM 15 OU MAIS ANOS) 2005-2010	RÁCIO BRUTO DE MATRÍCULAS (%) 2010		PROFESSOR DO ENSINO PRIMÁRIO COM FORMAÇÃO PARA O ENSINO (%) 2005-2011	SATISFAÇÃO COM A QUALIDADE DE EDUCAÇÃO % DE SATISFAÇÃO (2011)	TAXA DE ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO PRIMÁRIO (%) 2002-2011	
			ENSINO PRIMÁRIO	ENSINO SECUNDÁRIO SUPERIOR				
43º	Portugal*	95.2	114	107.0	62.2	-	64.9	-
85º	Brasil**	90.3	127	101.0	36.1	-	53.7	24.3
132º	Cabo verde***	84.3	110	88.0	17.8	90.0	-	14.3
134º	Timor Leste***	58.3	117	56.0	16.7	-	-	33.4
144	São Tomé e Príncipe****	89.2	134	59.0	4.5	40.5	-	32.0
148º	Angola****	70.1	124	31.0	3.7	-	42.0	68.1
176º	Guiné-Bissau****	54.2	123	36.0	2.7	38.9	-	-
185º	Moçambique****	56.1	115	25.0	1.5	75.9	63.2	64.6

Fonte: Malik (2013, p.173-179)

Legenda:

*Desenvolvimento Humano mais elevado (1º a 47º lugar)

**Desenvolvimento Humano elevado (48º a 94º lugar)

***Desenvolvimento Humano médio (95º a 141º lugar)

****Desenvolvimento Humano baixo (142º a 186º lugar)

CPLP: Comunidade de Países de Língua Portuguesa

% : Percentagem

O importante a reter nesta seção é que a situação sociolinguística de Moçambique é muito complexa pela existência de mais de vinte LB faladas de forma dispersa em todo país. É uma situação característica e partilhada pela maioria dos países africanos, pois os africanos são um povo multilíngue e multicultural na sua origem histórica. A LP chegou como intrusa e o sistema colonial não permitiu uma convivência sã entre o português e as LB. Portugal proibiu o uso das LB em instituições públicas, nas empresas, inclusive na escola, até porque as LB eram ágrafas. Este aspeto provocou um recuo na divulgação e na pesquisa das LB, fato contrário ao que foi verificado nas colônias inglesas, como é o caso da África do Sul. A proibição do uso das LB em Moçambique pelo sistema colonial fez parte de um planejamento político cujo objetivo era a expansão da LP, ofuscando as línguas locais.

O crescimento da LP foi muito lento antes da independência, mas verificou-se um crescimento considerável nos anos 1990, com a introdução de políticas governamentais que incentivam a educação massiva e gratuita no ensino primário (fundamental 1). Vindo de cima para baixo, quer dizer sob forma de incentivos, recomendações e leis introduzidas por um governo ou uma comissão nacional, a “língua da cultura dominante se infiltra em todos os lugares, reforçada pela incansável pressão diária dos meios de comunicação e, em especial, da televisão” (CRYSTAL, 2005, p.66). Um exemplo prático dessa pressão é a televisão. Dos cinco canais abertos não existe nenhum programa em LB, quer dizer todos os programas são transmitidos em português fato que pressiona a aprendizagem do português, principalmente no meio urbano e suburbano. Contrariamente a Moçambique, os canais televisivos na Suazilândia e África do Sul apresentam a sua programação em línguas locais, fato que achamos interessante: ouvir notícias na sua língua materna.

Outra questão importante a referir nesta seção é a delimitação geográfica das línguas: as LB faladas em Moçambique ultrapassam as fronteiras políticas e isso permite a comunicação entre moçambicanos e cidadãos de países vizinhos. Estudos estão sendo feitos com vista à publicação de dicionários e de gramáticas por forma a preservar, proteger e a divulgar as LB moçambicanas. Dentro do país, os limites linguísticos não são visíveis por causa da mobilidade da população de um lugar para o outro, provocada pela guerra que terminou em 1992. Conclui-se ainda que o número de falantes do português em Moçambique tende a crescer de forma acelerada por causa da alfabetização e do prestígio que o português tem no mundo globalizado em que vivemos. Sendo assim, na próxima seção discutimos o conceito de “norma” e as questões inerentes à intolerância linguística nas escolas moçambicanas.

2 CONCEITO DE NORMA: DEBATES SOBRE NORMA-PADRÃO/NÃO-PADRÃO E ENSINO

Na seção anterior vimos os conflitos existentes entre a realidade sociolinguística de Moçambique e a política linguística. Enquanto a política linguística ordena, sensibiliza e usa a população para os seus interesses, a realidade sociolinguística perde espaço uma vez que o número de falantes das LB tende a se reduzir. Por outro lado, se o número de falantes da LP aumenta qual é a norma que está sendo usada? Será a Norma-Padrão Europeia (NPE)? Vejamos nesta seção, o que é **norma** e sua relação com o ensino na escola moçambicana.

Nesta seção, trouxemos uma discussão sobre o conceito de **norma** porque toda variação e mudança são inerentes à norma e em Moçambique se discute bastante esta questão, principalmente entre linguistas, professores de português e pais dos alunos. É frequente ouvirmos pessoas que estudaram no tempo colonial afirmar: no nosso tempo, chegávamos à 4ª série sabendo falar, escrever e recitar bem a gramática da LP. Mas no ensino de hoje as crianças e jovens não aprendem nada. O que estaria falhando?

Neste trabalho discutimos profundamente a **norma-padrão** e **não-padrão**, mesmo sabendo que existem muitas outras designações/debates no seio dos linguistas: língua padrão, dialeto padrão, norma culta, língua exemplar, etc, tal como reportam Bagno (2010b, p.64; 2011, p.355), Milroy (2011, p.49), Faraco (2011, p.259-260). A discussão sobre estes conceitos permitiu a compreensão da situação da norma da LP em Moçambique. Tentamos responder a pergunta sobre que norma é usada ou que norma deve ser usada em Moçambique. As respostas a estas perguntas deram o panorama geral da questão linguística moçambicana. O conceito de norma, segundo Faraco

foi criado basicamente para dar conta da variação linguística, ou seja, para acomodar no modelo saussuriano de língua e fala uma terceira camada teórica capaz de captar a diversidade intralinguística, sem abandonar a ideia da existência de um grande sistema que autoriza os diferentes usos coletivos, ou seja, os usos normais das diversas comunidades que, não obstante as diferenças, se identificam como falantes de uma mesma língua. (FARACO, 2011, p.259).

A palavra norma pode ser entendida de formas diversas. Coseriu (1979, p.55) a define “como um aspecto da língua, coordenado ao sistema.” O autor considera a norma ou o sistema da língua como sendo de “natureza social e ideal ou formal; a fala, ou ritmo da língua, seria individual e real, isto é, funcional” (COSERIU, 1979, p.26). A norma, embora pertencente ao social é uma criação artificial que em muitos casos não corresponde à realidade das massas populares desfavorecidas da sociedade, o que significa não é uma variedade linguística.

O termo **norma** pode se referir ao normal (o que é habitual) e ao normativo (regra imposta). Há dificuldades para distinguir norma e sistema. Coseriu explica que o maior problema encontra-se no campo do léxico propriamente dito, isto é, no campo onde atuam as funções que chamamos representativa e associativa. “Mas não se trata de dificuldades inerentes à própria distinção, mas de dificuldades que se devam à enorme complexidade e infinita variedade das opiniões que se estabelecem neste campo e que tornam tão árduo o estudo sistemático do vocabulário” (COSERIU, 1979, p.66).

Assumimos que, os fatos de **norma** são modelos abstratos e representam obrigações impostas numa dada comunidade sociolinguística e cultural enquanto que **sistema** é modelo abstrato, constituído por oposições funcionais e representa um código para toda a sociedade.

Para evitar ambiguidades e debates que nos fariam fugir do foco desta pesquisa simplesmente consideramos a **norma-padrão**, definida como sendo “o conjunto de prescrições tradicionais veiculadas pelas gramáticas normativas, pela prática pedagógica conservadora e pelos empreendimentos puristas da mídia.” (BAGNO, 2001, p.11). A norma aparece como instrumento medidor²², controlador da fala de uma comunidade linguística e todos os que falam/escrevem fora da norma são considerados erradamente como “anormais” e recebem todo tipo de preconceito²³ e prejuízos incalculáveis na sociedade: perda de emprego, perda de prestígio social, ser chamado de ignorante, etc. A norma-padrão não é língua, mas sim uma lei imposta de cima (elite) para baixo (resto da população) que não reflete a realidade de uma comunidade linguística. Para Castilho (1973, p. 21), a norma é a “variante linguística de prestígio, ensinada pela escola, e capaz de fornecer ao falante um meio de comunicação isento de regionalismos.”

Uma comunicação isenta de regionalismos é quase impossível, ao nosso ver porque as particularidades podem ocorrer no nível fonético-fonológico, ao nível lexical, morfológico e assim em diante, fato que nos leva a crer que a “norma” é artificial. Sobre esta questão de “norma-padrão”,

o brasileiro não dá [...] atenção especial a tradição da língua, ao que é originalmente português. Primeiro, porque tal conscientização seria decorrente da escolarização engajada à essa ideologia, depois, porque - como é normal a um país colonizado, depois de libertado da exploração do colonizador -, no Brasil não houve preocupação, por parte do aparelho difusor da cultura, de ensinar e de pregar nem a valorização e o respeito aos

²² “O padrão é uma régua ou um bastão usado para medir níveis relativos de desempenho (como em padrões de avaliação, manter os padrões, etc)” (MILROY, 2011, p.52).

²³ Para aprofundar esse conceito ver “Preconceito linguístico: o que é, como se faz.” (BAGNO, 2009b); “Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social.” (BAGNO, 2005).

marcos históricos que representam a ação do colonizador nem quanto a língua, o estudo e a observação de suas marcas tradicionais, que aos poucos vão, como é natural, sendo transformadas. (LEITE, 2003, p.20-21).

A afirmação de Leite pretende mostrar uma das origens do “desvio” à norma: a diferenciação dos contextos sociais e a distância geográfica entre Portugal e Brasil. Fato semelhante se fez sentir nos PALOP. O sistema colonial desconfiou do desvio da norma-padrão quando se iniciou o ensino em Moçambique, tal como discutimos em 2.4. É por isso que os colonizadores

eram partidários de que o ensino de português deveria ser ministrado por professor português europeu e de preferência por aqueles que nada conhecessem das **línguas de preto**, pois julgavam que a maioria dos professores indígenas, que ensinavam outros indígenas, não tinha o necessário domínio da língua portuguesa. (ZAMPARONI, 2002, p.465).

Essa preocupação era nada mais, nada menos que o desejo de impor a “norma-padrão europeia”, que na realidade “não faz parte do espectro contínuo de variedades linguísticas reais, efetivamente faladas numa comunidade.” (BAGNO, 2013b). Lembra-se que africanos (em particular os moçambicanos) com 4ª classe (4º ano de escolaridade) já eram obrigados a “deixar de ser alunos” e “passar a ser professores” porque não havia professores portugueses suficientes. Isso mostrou a precariedade do sistema educacional colonial, uma vez que Portugal não tinha recursos humanos suficientes para sua implementação. Agora se pode fazer a pergunta: como aquele professor africano com 4ª classe poderia ensinar a norma-padrão europeia? Claro que este foi o primeiro passo rumo à variação. Mas não se pode encarar este destino como um mal, mas sim característica normal das línguas em expansão, como era o caso dos PALOP. Vejamos então que é norma-padrão.

2.1 Norma-padrão

Antes de mais nada, é importante esclarecer que há várias normas. Existe uma “norma no sentido corrente, estabelecida ou imposta segundo critérios de correção e de valorização subjetivado expressado.” (COSERIU, 1979, p.69). Essa seria a **norma-padrão** cujo controle é feito por meio de gramáticas e dicionários. A **norma não-padrão** seria aquela que é “objetivamente comprovável numa língua, a norma que seguimos necessariamente por sermos membros duma comunidade linguística” (COSERIU, 1979, p.69).

Entendemos por “padronização” o processo que inclui a escolha de uma língua ou variedade: seu processo de codificação rigorosa por parte de linguistas, gramáticos, lexicógrafos, foneticistas por forma a que esta passa a ser instrumento de literatura, dos *mídia*,

da ciência, da religião, da educação, do trabalho, de políticos que a aprovam por meio de decretos, portarias, constituição, etc. como instrumento legal. Por isso que não existem falantes da norma-padrão a todo momento, quer dizer, “definitivamente não é uma das variedades linguísticas que existem na sociedade” (BAGNO, 2013b, p.62). Para Camacho (2013, p.49), norma-padrão é a variedade linguística usada em situações formais de interação e que representa o grupo socioeconomicamente mais privilegiado. Por isso as “grandes obras literárias” da época eram consideradas como “modelos” para extração de exemplos que ilustram o “português mais correto”.

Contrariamente com o que se faz com a padronização da ortografia, os PALOP não participaram ou pelo menos não trouxeram contribuições para a padronização da LP, mas sim, só adotaram as normas importando-as para os seus respectivos países. E como Portugal e Brasil já estão avançados politicamente nesta questão da padronização, diferenciamos os dois contextos por Norma-Padrão Europeia (NPE) para o contexto de Portugal e Norma-Padrão Brasileira (NPB) para o caso brasileiro. Pode-se fazer imensos comentários a respeito da LP, pode-se discordar da existência do PM ou mesmo se afirmar que “é cedo para discutir este assunto no contexto moçambicano”, mas um fenômeno é obvio e bem visível, pois

há diferenças entre a língua portuguesa falada em Moçambique e em Portugal nas principais áreas (léxico, sintaxe e fonologia) que determina a mudança linguística; e a diferenciação dialetal que ocorreu e que está a ocorrer na língua portuguesa falada em Moçambique cria problemas no ensino, na aprendizagem e no uso da variante europeia adoptada como a norma padrão da escola e dos meios de comunicação de massas. (DIAS, 2009b, p. 390).

É que na verdade existe uma “norma-moçambicana” que está sendo estudada e descrita, que apresenta características específicas do contexto de Moçambique, cujo reconhecimento ainda cria discordâncias no seio dos linguistas (moçambicanos) e das autoridades políticas locais. É importante referir que, quando se fala de norma-padrão em Moçambique, faz-se alusão à NPE por ser a língua do colonizador. Esta NPE é obrigatória nas escolas e os alunos são “forçados” a respeitar exclusivamente a ela, desvalorizando ou excluindo todo tipo de variação que possa existir. As gramáticas ensinam uma única forma de falar português, o que está sendo difícil para a maioria dos alunos e estudantes moçambicanos mesmo do ensino superior.

Segundo Haugen (2001), a norma-padrão é fruto de uma seleção, codificação da forma, elaboração da função e aceitação pela comunidade, embora entendamos que a política e o planejamento linguístico pressionam para que a comunidade linguística a aceite. Falar de

“norma-padrão” é falar de uma variedade linguística de prestígio social, legitimada por leis e apoiada por políticos/políticas e que quase sempre está associada aos usos literários num dado lugar (no caso da LP, está ligado a Portugal). O padrão é o aceitável, é o preferencial, é o desejável, é a modalidade escrita e falada que deve ser seguida por uma comunidade linguística. De lembrar que esta é uma construção de uma língua artificial, usada por poucos falantes, formada por um “conjunto muito particular de pronúncias, de palavras e de regras gramaticais que foram cuidadosamente selecionadas para formar norma-padrão.” (BAGNO, 2008, p.35).

Pode-se afirmar que os moçambicanos não falam segundo a NPE, mas sim uma “norma moçambicana” que pode ser padronizada, possuir legitimidade plena com a elaboração de instrumentos linguísticos do tipo dicionários e gramáticas. Apenas falta incentivo legal para sua padronização e difusão, porque se acredita que todas “as línguas e variedades dialetais fornecem aos seus usuários meios adequados para a expressão de conceitos e proposições lógicas; assim, nenhuma língua ou variedade dialetal impõe limitações cognitivas tanto na percepção quanto na produção de enunciados.” (CAMACHO, 2011, p.37). Em Moçambique já existem muitas pesquisas (algumas delas apresentadas nas seções 5 e 6) que ilustram as especificidades do PM a nível sintático, morfológico, fonético-fonológico e semântico e que podem servir para o início desse processo.

Na educação colonial, os portugueses ensinavam a LP para responder somente às exigências do “trabalho forçado” realizado nas fábricas, nas construções, na agricultura e por isso era importante que o moçambicano aprendesse a ler e a escrever. No período colonial, a “política linguística, da mesma forma que outras políticas, foi usada como instrumento de dominação, de fragmentação e reintegração dentro de uma estrutura política dominante.” (LOPES-MIGUEL, 2004, p.228). Se o sistema colonial se interessasse pela educação dos moçambicanos não teríamos 1,2% de moçambicanos que falam/escrevem português como língua materna após 500 anos de dominação. No século XX, a padronização da escrita das línguas no mundo esteve intimamente ligada à explosão/expansão dos meios de comunicação de massa, nomeadamente a rádio, a televisão, o jornal, a publicidade e a *internet*. Para além disso, a expansão da educação e a geração do mercado de livros didáticos, de ficção científica, literários, etc. favoreceu para essa padronização.

Houve necessidade de se criar um instrumento que regularizasse esses meios de comunicação social. E para isso, houve dois grupos de legisladores (políticos): para um **primeiro**, “coube legislar sobre a norma linguística que deve ser adotada pelos falantes do idioma. Ao **segundo**, coube a tarefa de impor essa norma e zelar por sua observância” (cf.

BIDERMAN, 1973, p.15). Em outras palavras, Biderman está falando de política linguística e do planejamento. A ideia era de que o instrumento intitulado “norma” fosse aplicável em todos os grupos sociais, independentemente de variáveis sociais e que todos conseguissem aprendê-lo. O conhecimento advindo da Sociolinguística não era tido em conta, caso contrário, teriam percebido que, mesmo dentro do mesmo país, há uma diversidade linguística bem notável e a padronização serviria para poucos. Para mostrar a “grandiosidade” e a complexidade da norma, Neves (2009) apresenta a seguinte reflexão que consideramos muito profunda.

Obviamente essa vinculação é visível na apreciação leiga da questão, e não nas considerações dos estudos linguísticos disponíveis, cientificamente baseados e, portanto, dirigidos por diferente noção de **norma linguística**. Com efeito, na visão leiga, conhecer a língua é conhecer a norma, as prescrições, o uso correto, e, especialmente, saber explicar os desvios e os acertos. Nenhum linguista terá, nunca, grande popularidade, mas aquele professor do português que se expuser como quem sabe indicar tudo o que **se deve** e o que **não se deve** dizer despertará admiração popular e obterá a aura de sabedoria que nenhum teórico ou analista da linguagem jamais conseguirá. (NEVES, 2009, p.36, grifos da autora).

Alcançar a norma à perfeição é, na verdade, algo extraordinário, isto porque a norma-padrão não faz parte do cotidiano, pois a norma é o uso regrado, como a modalidade sabida por alguns, mas não por outros. Esses últimos correspondem à maioria e são pessoas sem nível superior, com *status* social baixo e estão localizados em segmentos socioeconomicamente desfavorecidos. Segundo Neves (2009, p.43), há duas concepções de norma na sociedade: na **primeira**, o que está em questão é o uso, e, então, a relação com a sociedade aponta para a aglutinação social; na **segunda**, trata-se de bom uso, e a relação com a sociedade aponta para a discriminação, criando-se, por aí, estigmas, preconceitos de todo tipo e exclusões. A norma de que estamos falando nos parece “divina”, na realidade sociolinguística dos países africanos, em particular de Moçambique, porque, para atingir essa *performance*, seriam necessários muitos requisitos, incluindo juntar Portugal e Moçambique geograficamente, fato que é impossível.

No Brasil, Perini (2005) no seu livro *Sofrendo a gramática*, mostra que a gramática normativa é difícil de ser dominada, pois ela não faz parte da língua cotidiana. O autor explica que, se lermos uma gramática qualquer, nos convenceremos rapidamente de que saber gramática não é garantia de escrever bem, pois a língua é como é, não como deveria ser. Este aspeto é interessante, pois a mídia moçambicana passa essa mensagem de que o correto é a NPE. Só para ilustrar: a Rádio Moçambique, Emissão Nacional, passa o programa *O nosso português* (de segunda à sexta, às 8h15 e *reprise* às 21h45) cujo objetivo é ensinar a NPE.

Uma vez que o título do programa é “O nosso português” esperava-se que se valorizasse (ou pelo menos mostrasse) as variedades do PM, ao invés da gramática prescritiva. O “nosso português” (em Moçambique) é, de fato, a norma moçambicana, falada por pouco mais de 50% da população, segundo dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística (2008). Vejamos alguns exemplos de Gonçalves e Maciel (1998, p.61-68):

- (1) “...procurou até encontrou...” (PM) vs “...procurou até que encontrou/ até encontrar...” (PE)
 (2) “...houve um dia que roubaram...” (PM) vs “...houve um dia em que roubaram...” (PE)
 (3) “...disse também de que deveríamos trazer...” (PM) vs “...disse também que deveríamos...” (PE)
 (4) “...pescam até os peixes inche os barco...” (PM) vs “...pescam até que os peixes enchem...” (PE)

Os exemplos apresentados são referentes à mudança da sintaxe do PM comparativamente à norma europeia. As mudanças atingem o léxico, a morfologia, etc. Segundo Crystal (2005, p.37) “quando uma comunidade adota uma língua nova, e começa a usá-la em relação a todas as áreas da vida, vai inevitavelmente haver muita adaptação lexical”.

Acredita-se, ou melhor, há um mito segundo o qual o domínio da NPE é instrumento de ascensão social, mas pode-se discordar, pois se “o domínio da norma-padrão fosse realmente instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país [...]” (BAGNO, 2009b, p. 89). Como já mencionado, Bagno (2001, p.11) designa de norma-padrão o “conjunto de prescrições tradicionais veiculadas pelas gramáticas normativas, pela prática pedagógica conservadora e pelos empreendimentos puristas da mídia”. A mídia e a literatura moçambicanas não conseguem se adaptar à norma europeia, pois as realidades sociolinguísticas não o permitem. Timbane (2011)²⁴ demonstrou a criatividade linguística em nível lexical no Jornal “Notícias” (em cartas de opinião) e na obra de Mia Couto, “Terra sonâmbula”. No artigo, o autor apresenta palavras tais como: **descabelar** (cabelo não penteado), **conflitar** (entrar em conflito/luta), **descamisados** (estar sem camisa; estar sem roupa na parte superior do tronco), *dumba-nengue* (mercado informal), *bifes* (problemas, casos), *maziones* (crentes da igreja zion), *timbilas* (xilofones), *biznés* (venda, negócio), *maningue* (muito, bom), **logo-logo**, **muito-muito**, **bem-bem** e muitas outras unidades lexicais que **fogem** ao léxico dicionarizado

²⁴ Comunicação apresentada no 2º Congresso Internacional da Neologia das Línguas Românicas - CINEO, USP (6 de dezembro 2011).

no PE. Aceitar um neologismo (através da dicionarização) é “abrir mão”/admitir à norma, porque essa palavra não existia na língua, não era aceita, era considerada errada. Lembremos que a noção de norma-padrão remete-nos à noção **do certo e do errado**.

Nessa discussão, é preciso distinguir norma-padrão de norma culta. Para Lucchesi (2004, p.63-66), norma-padrão são “formas contidas e prescritas pelas gramáticas normativas” e norma culta “conteria as formas efetivamente apreendidas da fala dos segmentos plenamente escolarizados, ou seja, dos falantes com curso superior completo.” Nesse mesmo sentido, Bagno (2008), afirma que

não se pode confundir a norma-padrão com a norma culta: são duas entidades sociolinguísticas muito diferentes. A norma culta é o conjunto de variedades linguísticas efetivamente empregadas pelos falantes urbanos, mais escolarizados e de maior renda econômica, e nelas aparecem muitos usos não previstos na norma-padrão, mas que já caracterizam o verdadeiro português brasileiro prestigiado (BAGNO, 2008, p.117).

O autor prefere adotar os termos por variedades prestigiadas e variedades estigmatizadas. Mas tanto **norma-padrão** como **norma culta** não refletem a comunicação do resto da população que é a maioria, quer dizer, são entidades do estruturalismo e não da Sociolinguística. Há países que investem fortemente na criação de instituições cujo objetivo é padronizar, e livrar a língua de todos “males”. Como Moçambique não dispõe dessas instituições, ficou dependente da norma do ex-colonizador, de Portugal. Muitas vezes, as obras de **Luís Vaz de Camões** e outros clássicos da época são vistas como o exemplo mais correto do uso da LP. É por isso que os exemplos das gramáticas são extraídos dos textos de época, fato com que não concordamos.

É importante remarcar que tanto a escrita como a fala têm regras de uso. O potencial meio de comunicação (principalmente para os moçambicanos cujas línguas eram ágrafas) é a fala. A gramática e o dicionário são registros de arquivo, obras onde se arquivam as normas (leis) para consulta ou confirmação. Sabe-se que estas regras existem na mente dos falantes (caso não seja padrão), pois todo falante é falante de um dialeto e as pessoas compartilhando variedades diferentes ouvem-se umas às outras, comunicam-se, conversam entre si e, depois de certo tempo e costume, as diferenças passam quase despercebidas ou simplesmente consideradas irrelevantes.

A norma-padrão não faz parte da língua, senão vejamos: A língua é “**produto social** da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2006, p.17, grifo

nosso). Se a língua é “produto social” quem cria a norma-padrão? É a sociedade? Ou são linguistas/especialistas da linguagem? A norma-padrão é uma construção artificial da língua, corresponderia a “uma norma no sentido mais jurídico do termo, uma espécie de lei linguística que prevê a condenação e punição dos infratores” (BAGNO, 2008, p.98). Por isso se pode dizer que não é língua pelo fato de ser uma construção da elite para uma maioria (pobre e desfavorecida). A norma-padrão, “sendo instrumento de uma autoridade, como um governo, pode oferecer a seus usuários materiais na forma de poder e oposição.” (HAUGEN, 2001, p.113). Isso significa que a influência das autoridades governamentais desempenha um papel importante na divulgação e aplicação dessa norma.

Assim, essa norma é também uma **norma explícita** (ALEONG, 2001)²⁵ aquela que apresenta regras imperativas (previamente concebidas) que definem o certo e o errado, o que deve ser o que não deve em matéria de pronúncia, de gramática, de ortografia e de estilo. A existência de instrumentos como os manuais de gramática e os dicionários na comunidade linguística funciona como referência com relação à norma-padrão. Estes dois instrumentos devem de certa forma refletir a realidade local porque, caso contrário, servirá apenas como arquivo. Quer dizer, os falantes jamais utilizarão as regras neles registrados no seu cotidiano.

Ao usarmos os textos literários de escritores moçambicanos como referência, estamos buscando o PM que sempre se reflete nesses textos usados em sala de aula. Nada mais justo que ensinar ao aluno as características da sua variedade, cruzando com as formas consideradas padronizadas. O aluno poderá adequar a sua fala a cada situação de comunicação. Contrariamente a isso, a escola “tenta ocultar dos aprendizes a realidade variável e mutante de sua língua, ao mesmo tempo em que se procura apresentar a língua [...] como um sistema estável e homogêneo” (BAGNO, 2013a, p.128). Outro problema que as escolas enfrentam é a escrita: “Falar e escrever sem erros ainda é, em muitas escolas, o parâmetro que subjaz aos juízos da avaliação corriqueira, que subjaz a um grande número de livros, cujo conteúdo se resume à exposição de regras do como dizer para não falar errado” (ANTUNES, 2012, p.97). Vejamos a seguir (na subseção 2.2.) como esta questão é gerida pela escola.

²⁵ “...compreende esse conjunto de formas linguísticas que são objeto de uma tradição de elaboração, de codificação e de prescrição” (ALÉONG, 2001, p.153).

2.2 A escola e a questão da “norma linguística” em Moçambique

2.2.1 A escola e o desenvolvimento da população estudantil

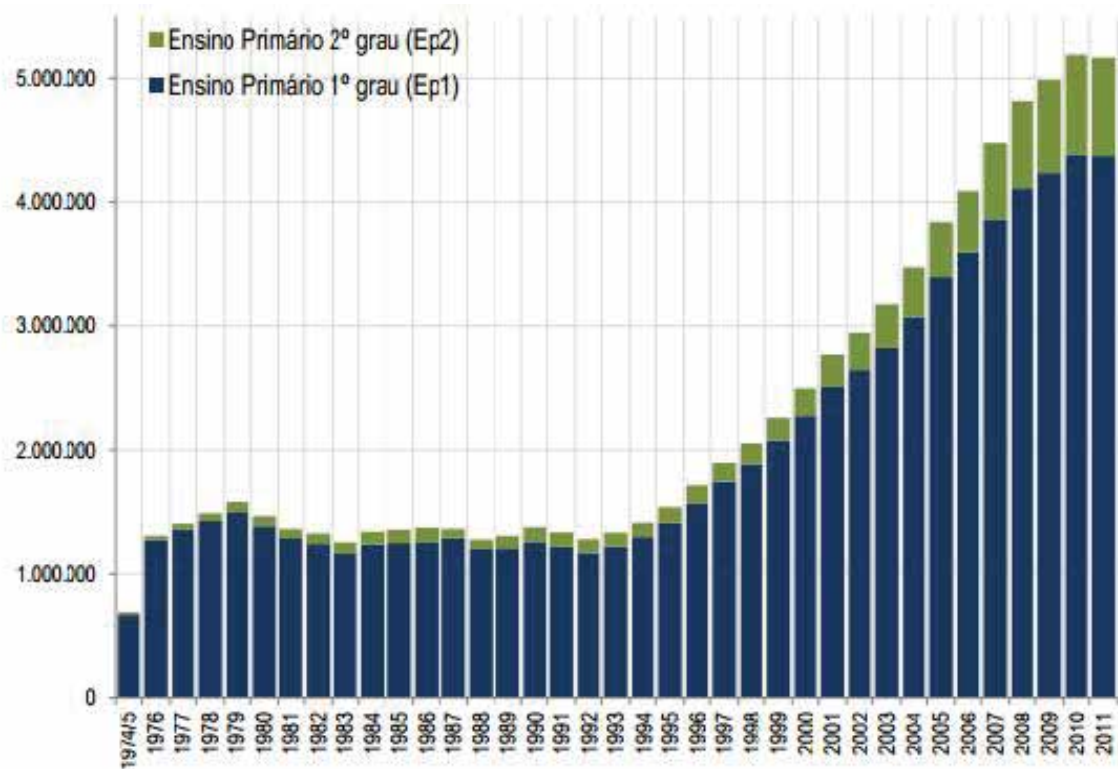
A história do sistema educativo formal moçambicano pode ser dividida em três momentos importantes: (1) período colonial, (2) pós-independência (era socialista) e (3) período democrático. Seremos breves na caracterização desses momentos para não repetir as pesquisas já apresentadas por Lopes (2001) bem como o impacto na situação educacional e linguística atual.

O primeiro momento da educação formal corresponde ao momento da ocupação efetiva, precisamente 1930-1974, em que os portugueses confiaram à religião católica a formação dos chamados “indígenas”. As escolas dos colonos implementavam o sistema educativo ocidental que, numa primeira fase, beneficiava aos filhos dos próprios colonos (civilizados) e aos africanos que desejavam ser “assimilados”. A difusão da LP começa justamente nesta fase, embora fosse em escala muito reduzida, organizada da seguinte forma:

Ensino rudimentar, com três classes (séries), nas quais a idade prevista de ingresso era de sete, oito e nove anos; o ensino profissional que, por sua vez, subdividia-se em Escola de Artes e Ofícios, com quatro classes destinadas aos homens e Escolas Profissionais Femininas, com duas classes. Neste último, também se incluía a Escola Normal Indígena, que visava à preparação de professores indígenas para as escolas rudimentares (NORTE, 2006, p.25).

Não se podem menosprezar os esforços que faziam os patrões de grandes empresas em ensinar informalmente aos operários para que estes respondessem as necessidades do trabalho. As LB nem podiam ser mencionadas na escola, fato que, se por acaso acontecesse, implicava severas punições para o aluno. O objetivo dessa educação colonial era de ensinar aos moçambicanos a ler, escrever e falar português para satisfazer aos patrões e não para formar doutores.

Consideramos como segundo momento, a fase pós-independência (1975), fase em que Moçambique deixou de ser “Província Ultramarina de Portugal” e os moçambicanos passaram a marcar os destinos do país, incluindo da educação. É nesta fase que se adota a LP como oficial e a educação passa a ser direito de todos os moçambicanos sem exceção. O Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) mostra o crescimento de falantes do português em três períodos: 1980 (ano do 1º RGPH) para 1997 (2º RGPH) e de 1997 a 2007 (3º RGPH). Este crescimento foi acelerado pelas políticas educacionais de alfabetização em massa. Vejamos o crescimento da população estudantil no gráfico 3:

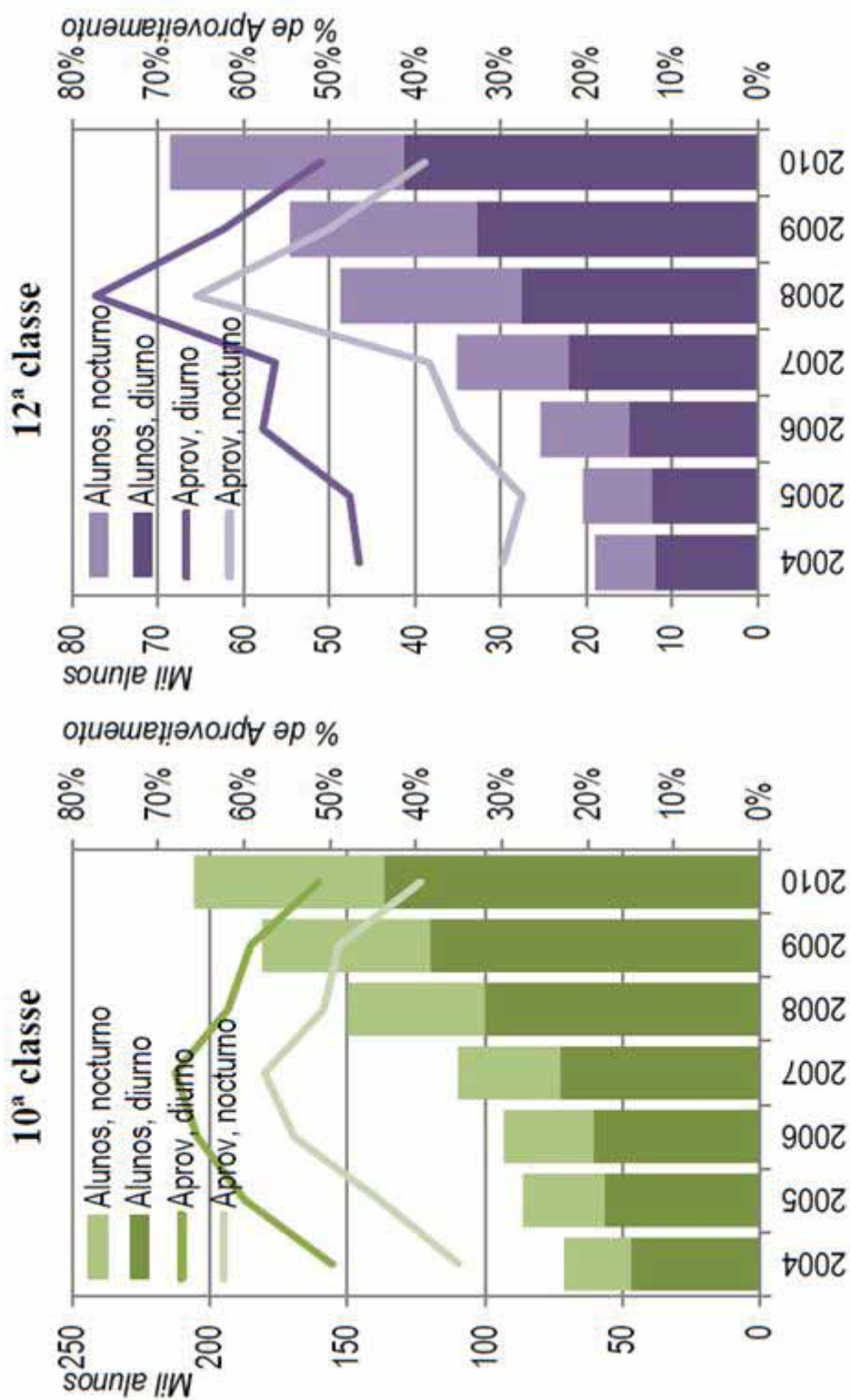
Gráfico 3: Evolução do sistema educativo, 1975-2011 (Ensino primário)

Fonte: Ministério da Educação de Moçambique (2012, p.24)

Este crescimento é confirmado pelo **Relatório de Desenvolvimento Humano-2013** (MALIK, 2013)²⁶. Contrariamente ao ensino primário, o ensino secundário tende a baixar resultado das **passagens automáticas** que ocorrem no primário. As dificuldades de aprendizagem do português acumuladas no ensino primário têm-se manifestado no secundário. Só para ilustrar, vejamos o gráfico 4. O gráfico ilustra o aproveitamento escolar no Ensino Secundário Geral 1 (ESG1), quer dizer, de 8º ao 10º ano e o Ensino Secundário Geral 2 (ESG2), quer dizer, do 11º ao 12º ano. Os dois ciclos correspondem ao ensino médio no Brasil.

²⁶ O crescimento da população estudantil ultrapassa os 100% em toda CPLP, mas infelizmente poucos alunos chegam a terminar seus estudos. No ensino primário as maiores taxas se justificam pela educação gratuita e obrigatória. Já no ensino secundário e superior os números despencam de forma assustadora. (cf. tabela 1).

Gráfico 4: Graduados no ESG1 e ESG2 e taxas de aproveitamento, por turnos, 2004-2010 (ensino público)



Fonte: Ministério da Educação (2012, p.81)

Observando as duas classes (10^a e 12^a) que servem simplesmente de amostra, nota-se o decréscimo do aproveitamento escolar. A qualidade não é satisfatória e tende a baixar desde 2007 e 2008, tanto no curso noturno (supletivo, no contexto brasileiro) quanto do diurno. Os professores são mais exigentes nestes níveis e por outro lado os alunos não dominam o português enfrentando dificuldades não só na disciplina de português, mas também em história, geografia, filosofia, biologia, etc. Isso tudo acontece no ensino público, local onde pelo contrário deveria haver o melhor ensino e aproveitamento escolar.

O gráfico 4 mostra que de 2007 a 2008 houve uma melhoria significativa dos índices de aproveitamento escolar nas duas classes. Depois desse período, a tendência dos dados foi de baixar sistematicamente. Os gráficos das outras classes não foram aqui apresentadas, mas infelizmente as características são as mesmas. Sempre que observamos um gráfico com estas características precisamos pensar o que está falhando, porque todos nós (professores, pais e mães, coordenadores, pedagogos, Ministério) desejamos que haja sucesso, pois sabemos que a educação é a base do desenvolvimento de qualquer país.

Segundo o PNUD (apud, NORTE, 2006, p.32), as ações empreendidas apresentaram bons resultados nos primeiros cinco anos da independência, visto que o número de alunos matriculados no ensino primário e secundário cresceu a uma taxa média anual de 24%. A taxa de analfabetismo caiu de 93%, em 1975, para 72%, em 1980, principalmente nas áreas urbanas e em setores organizados das zonas rurais. Chama-se atenção ao fato de que reduzir taxas de analfabetismo e sem qualidade de ensino não interessa para qualquer sociedade séria, isto porque, seria uma satisfação política do que propriamente o interesse em formar “cabeças pensantes” para erguer um país em todos os aspectos.

A metodologia do ensino predominante nesse período era tradicionalista, visto que privilegiava a memorização dominada por frases previamente preparadas. A diferença entre este segundo momento com o primeiro é que se deixou de usar contextos frásicos da literatura portuguesa. A gramática permanece prioritária e é aprendida de forma sistemática e com exemplos adaptados da realidade moçambicana. O terceiro momento que caracterizamos como o atual apresenta avanços muito significativos no ensino, sobretudo no ensino primário e secundário. É neste período que o Governo moçambicano introduziu as “Políticas de alfabetização e educação para todos em Moçambique”. A taxa de analfabetismo atual é de

48,1% em 2008, percentagem que separa do Brasil²⁷ em 12,1%. Vejamos a seguir a distribuição das taxas de analfabetismo, por província:

Quadro 3: Taxa de analfabetismo por província em 2007

REGIÃO	PROVÍNCIA	TAXA/ PERCENTAGEM
NORTE	NIASSA	61,00
	CABO DELGADO	66,60
	NAMPULA	60,90
	ZAMBÉZIA	62,50
CENTRO	TETE	56,20
	MANICA	41,50
	SOFALA	44,60
SUL	INHAMBANE	41,30
	GAZA	38,50
	MAPUTO	22,00
	MAPUTO CIDADE	9,80

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2009)

É notável a baixa taxa de analfabetismo na capital do país, uma vez que é nesse local onde estão concentradas as oportunidades. As províncias do norte de Moçambique (Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia) ainda têm elevadas taxas de analfabetismo, fato que se justifica pela distribuição da população pelas zonas recônditas e do investimento desigual em infraestruturas por parte do Governo. O mapa 7 (em anexo, p.313), ilustra essa distribuição desigual das taxas de alfabetismo ao longo do país.

Olhando para o país como um todo e comparando com outros membros da CPLP, nota-se que Moçambique se encontra numa situação difícil. Por exemplo, a taxa de alfabetismo de adultos em pessoas com 15 ou mais anos é: 95,2% em Portugal, 90,3% no Brasil, 89,2% em São Tomé e Príncipe, 58,3% em Cabo Verde, 70,1% em Angola, 58,3% em Timor Leste, 56,1% em Moçambique e 54,2% na Guiné-Bissau. (MALIK, 2013, p.173-179). Esses dados (que podem ser conferidos na tabela 1) se referem ao Índice de Desenvolvimento Humano-2013.

²⁷ Segundo o IBGE (2012) a taxa das pessoas sem instrução caiu para 50,2% em 2010 referente a pessoas com 10 ou mais anos. Esta percentagem era de 65,1% em 2000. (IBGE/PNAD-2011, 2012).

Os pesquisadores Mário e Nandja (2006, p.4) afirmam que o crescimento da educação (embora sendo em menor escala no norte do país) é resultado da *Estratégia nacional de alfabetização e educação de adultos e educação não-formal*, cujo objetivo principal é a erradicação do analfabetismo no país, e o novo programa do Governo 2005-2009, que retoma o objetivo de redução do analfabetismo em 10%. Como se pode observar no quadro 3 (auxiliado pelo mapa 5), as províncias do norte de Moçambique têm taxas de analfabetismo muito altas (entre 60,9% a 66,6%). O sul do país, concretamente a província de Maputo tem taxas muito baixas de analfabetismo (entre 22 a 38,4%). Esse dado se justifica pelo fato de que Maputo é a capital do país e oferece mais oportunidades do que as restantes províncias de Moçambique (cf. mapa 5). Mário e Nandja (2006) afirmam que é preciso “conferir à alfabetização um espaço e um papel cada vez mais ativo na redução da pobreza e no desenvolvimento do país, conformando-se, assim, com os compromissos internacionais assumidos a partir das declarações de Jomtien e de Dakar, entre outros” (MÁRIO; NANDJA, 2006, p.4-5). Segundo o Ministério da Educação de Moçambique (2012, p.27), a educação tende a crescer de forma considerável em todos os níveis de ensino, fato que pode ser conferido na última coluna vertical (crescimento) da tabela que se segue. De 2004 a 2011 houve um crescimento significativo principalmente ensino médio técnico-profissional e ESG2. Os jovens tendem a estudar e a procurar uma formação para o seu futuro. Vejamos a tabela:

Tabela 2: Número de alunos e percentagem de raparigas por nível de ensino, 2004, 2007 e 2011 (turnos diurno e noturno, ensinos público, comunitário e privado)

Nível	2004		2007		2011		Crescimento 2004/2011	
	HM	%M	HM	%M	HM	%M		
Ensino Primário	EP1	3.138.576	45,9%	3.932.006	47,0%	4.442.260	47,7%	42%
	EP2	491.402	41,3%	712.370	43,6%	871.733	46,3%	77%
	<i>Total</i>	3.629.978	45,3%	4.644.376	46,4%	5.313.993	47,5%	46%
Ensino Secundário	ESG1	286.185	40,9%	519.236	43,2%	761.589	47,3%	166%
	ESG2	45.685	39,2%	95.779	40,7%	191.320	45,7%	319%
	<i>Total</i>	331.870	40,7%	615.015	42,8%	952.909	47,0%	187%
Ensino Técnico-profissional*	Elementar/Básico	27.609	30,4%	33.709	31,1%	30.021	32,6%	9%
	Médio	4.616	28,9%	6.505	22,9%	14.655	36,4%	217%
	<i>Total</i>	32.225	30,2%	40.214	29,8%	44.676	33,9%	39%
Ensino Superior**	Público	15.113		51.001		72.636		381%
	Privado	7.143		12.475		28.726		302%
	<i>Total</i>	22.256	31,6%	63.476	38,1%	101.362	38,3%	355%

Fonte: Ministério da Educação de Moçambique (2012, p.27)

Legenda:

EP1: Ensino Primário do 1º grau

EP2: Ensino Primário do 2º grau

ESG1: Ensino Secundário Geral 1º ciclo

ESG2: Ensino Secundário Geral 2º ciclo

HM: Total de alunos (ambos os sexos)

%M: Percentagem de alunos do sexo feminino

(*): Para o ensino técnico-profissional a informação dada restringe-se à informação disponível na base de dados do Ministério da Educação que não reflete todos os institutos que oferecem este tipo de formação.

(**): Os dados referem-se ao ano 2010.

Observando a última coluna da tabela 2 nota-se o crescimento acelerado do número de alunos que frequentam os diversos níveis de ensino. Mas o ensino superior apresenta uma explosão (acima de 300%) tanto no ensino público quanto privado porque não havia instituições de ensino superior. Há, no entanto, uma afluência de estudantes (3,33%), crescimento que não é acompanhado pela qualidade e pelo investimento em infra-estruturas. O valor apresentado pelo ensino secundário (187%) inclui as escolas privadas e públicas, dado que é fruto do incentivo e da massificação do ensino embora se saiba que neste nível a educação não é gratuita. A educação gratuita e obrigatória em Moçambique vai até o 7º ano de escolaridade (EP2). Desde 1975 (ano da proclamação da independência) houve vários sistemas de ensino em vários níveis. Em 2004, o Governo de Moçambique introduziu o novo sistema que é composto por quatro partes principais, tal como se vê no quadro a seguir.

Quadro 4: Organização do ensino em Moçambique

ENSINO	FASES	CLASSES	NÍVEL
PRIMÁRIO (fundamental, no Brasil)	1º ciclo	1ª e 2ª classes (2 anos)	Fundamental 1
	2º ciclo	3ª, 4ª e 5ª classes (3 anos)	Fundamental 2
	3º ciclo	6ª e 7ª classes (2 anos)	Fundamental 3
SECUNDÁRIO (médio, no Brasil)	1º ciclo	8ª, 9ª e 10ª classes (3 anos)	Médio 1
	2º ciclo	11ª e 12ª classes (2 anos)	Médio 2
TÉCNICO- PROFISSIONAL	ramos: comercial, industrial, agrícola	Profissionalizantes (3 anos)	Médio profissional
	Formação de professores	(2 anos)	
SUPERIOR	Graduação 1	Bacharelato (2 anos)	Superior 1
	Graduação 2	Licenciatura (2 ou 3 anos)	Superior 2
	Pós-graduação 1	Mestrado (2 anos)	Superior 3
	Pós-graduação 2	Doutorado (2 anos)	Superior 4

Fonte: Adaptado, Ministério da Educação de Moçambique (2012, p.13-14)

Depois desta explicação é importante mostrar que a LP é disciplina obrigatória em todos os níveis e sempre é reprovado o aluno que não atinge 10 ou mais pontos já que a escala de avaliação é de 0 a 20. A tabela 2, para além de mostrar a evolução de pessoas escolarizadas em vários níveis mostra ao mesmo tempo o número de professores formados e a taxa de abandono escolar.

2.2.2 Tipos de alunos nas escolas sob o ponto de vista linguístico

Nas escolas moçambicanas, para além da LP (língua oficial), ensinam-se as línguas inglesa (a partir do 6º ano) e francesa (a partir do 9º ano) como línguas estrangeiras. A maioria das crianças moçambicanas chega na escola (aos 6 anos) com pelo menos uma LB. Essa LB é proibida no recinto escolar, na sala de aulas e na comunicação. Até as línguas estrangeiras (inglês e francês) têm espaço livre na escola, exceto as LB, que são as línguas maternas da maioria das crianças. Classificamos os alunos moçambicanos em dois tipos segundo a língua materna que trazem do seu meio familiar: **(a)** aqueles que têm a LP como língua materna e **(b)** aqueles que têm a LP como língua segunda.

Todos os alunos, independentemente da sua língua materna, usam os mesmos livros todos juntos na mesma sala. Busca-se igualdade e assimilação (*performance*) igual nos dois tipos de alunos e o resultado desse método são as reprovações constantes bem como a fraca qualidade do ensino. Sendo assim, faz-se a seguinte pergunta: qual dos dois alunos fará mais esforço ou qual dos dois precisará de mais atenção? Será que uma só metodologia de ensino funciona para os dois tipos de alunos? Certamente o maior sucesso será para aquele que tem o português como língua primeira. Para Timbane (2009, p.43), “a criança que tem LP como sua língua materna entra na escola enquanto já percorreu um caminho linguístico longo e já desenvolveu muitas habilidades comunicativas.” Portanto, está em vantagem e pode até ficar desmotivado pela metodologia usada com crianças cuja língua materna é a LB. Esse aluno, cuja língua materna é LP, traz de casa uma bagagem de conhecimentos básicos que lhe permite se comunicar com mais habilidade do que aquele que chega com uma língua diferente. Esta atitude pode frustrar o aluno caso não sejam tomadas as devidas medidas pedagógicas.

Sendo assim, é frequente haver questionamento sobre a “norma” usada na educação. Os professores tentam passar aos alunos a ideia de que se deve falar tal como em Portugal, ou melhor a ideia de que em Portugal se fala bem português. A gramática ainda é “receita prioritária” e exigida com rigor incluindo nas provas e exames dos alunos em todos os níveis

de ensino. Segundo Bona, Matavel e Mahota (2010), autoras do livro *É bom saber ler*, da 2ª classe, até ao final do ano, o aluno deve saber: Os pronomes demonstrativos (p. 14 e 15), flexão em gênero e em número (p. 16), os artigos definidos e indefinidos (p.25 e 67), pronomes indefinidos, (p.53, 58 e 101), concordância nome/adjetivo (p.56, 65 e 86), pronomes possessivos (p.69 e 86), tempos verbais: presente, passado e futuro (p.83, 94), expressões interrogativas: quem, o quê, como, quando (p.83 e 99), tipos de frases (p.85), advérbios de lugar (p.91), pronomes relativos (p.100), pronomes demonstrativos (p.102) para além de outras atividades relativas à ortografia. Além do extenso conteúdo, é importante lembrar que ele está intimamente ligado à norma. A variação não é tida em conta nem tem espaço nesse manual, fato que nos leva à ideia de que “pensar as correlações entre variação linguística e ensino é tanto necessário quanto urgente, se desejamos tornar o ensino da língua mais adequado, mais justo e mais significativo” (BERLINCK, 2012, p. 1).

É que o ensino da gramática é importante na escola, mas também ela “não pode ser oferecida como uma **camisa-de-força**, primeiro mapeada para depois ser recheada de exemplos, aqueles que venham a calhar para a doutrina assentada.” (NEVES, 2009, p.85, grifo nosso). Os manuais escolares “agarram-se” nos exemplos pré-elaborados porque prevêm que as frases espontâneas contrariarão as normas previamente estabelecidas pelas gramáticas portuguesas usadas em Moçambique. Daí a desqualificação da variedade moçambicana que constitui língua materna para uma parte considerável dos moçambicanos. Neves (2009, p.94) defende que “todas as modalidades têm de ser valorizadas (falada e escrita, padrão e não-padrão), o que, em última análise significa que todas as práticas discursivas devem ter o seu lugar na escola.”

Na escola moçambicana é frequente que haja numa sala três tipos de alunos: **(a)** os que têm a LP como língua materna; **(b)** os que têm a LP como língua segunda; **(c)** os que têm a LP como língua estrangeira. Todos estes três tipos de alunos não podem ser tratados na mesma forma, no ensino da língua portuguesa, quer dizer, um único livro não responde às **necessidades educativas**. Sabemos que o país é pobre, mas a educação é a fonte mais importante no desenvolvimento de qualquer país, daí que o investimento na educação é como plantar uma semente para colher futuramente. Sabemos também que “em muitos países não se adotam programas de ensino para o meio rural e urbano. Não esperávamos que existisse aqui em Moçambique, mas sim, a criação do que chamaríamos por **currículo local**” (TIMBANE, 2009, p.74). A falta de políticas provoca o abandono escolar que chega a 64.6% em Moçambique, segundo mostra o *Relatório de Desenvolvimento Humano-2013* (MALIK, 2013). As províncias de Maputo e Sofala têm menor número de cidadãos (menos de 320.498

peças) que não sabem ler e escrever, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (2009). Para detalhes, conferir o mapa 8, em anexo (p.314).

2.2.3 O ensino do português e a intolerância linguística na escola moçambicana

Um dos grandes problemas da escola é a falta de valorização da língua ou da variedade que o aluno traz de casa. E assim,

A escola tradicionalmente [...] faz **tábua rasa** do saber linguístico diferenciado que os indivíduos possuem, em nome de levá-los a dominar o padrão culto ideológico, [...] e ao aluno em geral não é permitido ser o sujeito atuante e crítico no processo de escolarização, o que só alcançam, havendo exceções, claro, alguns daqueles que já vêm das camadas socioculturais em que esse padrão é a base de comunicação cotidiana, apenas com diferenças próprias aos registros da formalidade. Acrescido ao fato fundamental de que ao aluno em geral não é permitido ser o sujeito atuante e crítico no processo da escolarização. (MATTOS e SILVA, 2004a, p.29, grifos da autora).

Essa ideologia faz com que o ensino em Moçambique não valorize a questão da variação no ensino do português. Os livros dos alunos tanto do ensino primário quanto do ensino secundário não dão valor à questão “variação”, ficando a convicção de que se fala PE. “É preciso estimular um interesse maior por todas as pronúncias e dialetos de uma língua. Estamos falando sobre aceitar a variedade de formas que uma língua assume de um ponto do país a outro” (CRYSTAL, 2005, p.138).

A educação formal em Moçambique é feita exclusivamente em LP. Esta preocupação atinge toda a sociedade e até aos linguistas, tais como Gonçalves (2001a, b) e Dias (2002a). Mas muitos linguistas se aperceberam de que é impossível ensinar a norma do português europeu, num contexto sociolinguístico bem diversificado como é o caso de Moçambique, onde os traços da variação estão cada vez mais visíveis. Em relação ao português, e no caso dos países africanos, tudo indica que “desejariam, prioritariamente, resolver a questão da institucionalização da sua variedade-padrão, sobretudo por motivos que se prendem com necessidades de ordem educacional” (LOPES, 2004, p.77).

Conforme se observou no gráfico 4 (p.65), os alunos enfrentam sérios problemas de aprendizagem do português, causados pela variedade local. Na verdade, esse aspecto cria o complexo de insegurança linguística pelo fato de serem constantemente corrigidos “em nome do padrão gramatical normativo-prescritivo da tradição lusitanizante” (MATTOS e SILVA, 2004b, p.145). O ensino da língua portuguesa “tem se pautado usualmente em uma visão que supõe a língua como uma realidade estática (= as regras que dizem como a língua funciona e

como ela deve funcionar valiam ontem, valem hoje e valerão amanhã – são atemporais)” (BERLINCK, 2012, p.2).

É por isso que alguns linguistas, como é o caso de Ngunga (2007), Lopes (1997) e Ngunga, Nhongo, Langa et al. (2010), Patel e Cavalcanti (2013) e o historiador Ki-Zerbo (2006) defendem a educação bilíngue, que pode ser uma “bóia de salvação” frente à fraca qualidade de ensino ou às reprovações “em massa” que se verificam um pouco pelo país provocados pelo fraco domínio do português. Ki-Zerbo (2006, p.72) discute que para “repensar o estado, a partir da natureza plurinacional das sociedades, seria necessário [...] regressar à alfabetização e à educação nas línguas maternas”.

A LP é uma disciplina estudada em paralelo com a Matemática, as Ciências Naturais, a Geografia, a Biologia entre muitas outras. É considerada disciplina básica e o aluno não transita para a classe seguinte, caso não consiga a nota média exigida em LP. Para Bagno (2008) a “norma culta é determinada pelas academias de cada país”, quer dizer, é artificial e não está moldada segundo a realidade sociolinguística.

Há uma crença segundo a qual se considera que a norma-padrão seria a forma mais correta, pura, usada pela mídia; é a língua legal, sobretudo sob o ponto de vista político e desempenha funções privilegiadas na escola e na sociedade, fato que culmina na exclusão social daqueles que não a dominam²⁸. A escola moçambicana é intolerante exigindo a norma-padrão. É por isso que as reprovações atrasam a progressão dos alunos fazendo com que estes repitam várias vezes o mesmo ano. Falta o que Castilho (2010) designa por **norma pedagógica** que é uma mistura do realismo com o ideologismo em matéria de fenômenos linguísticos, porque “admite-se hoje que os falantes de uma língua operam com uma variedade de gramáticas, de acordo com a situação linguística particular em que estão envolvidos” (CASTILHO, 2010, p.90-91). Dias relembra que

o mais difícil não é o professor ensinar a norma-padrão, mas é o aluno (e o próprio professor) usar tal norma. Assistimos muitas vezes as aulas em que o professor tem plena consciência dos erros e está a dizer aos alunos para não usarem elemento linguístico, mas no seu próprio discurso ele está a cometer tal erro. O pior é quando o professor corrige algo que o aluno disse certo, como por exemplo, a correção que alguns professores estão a fazer da palavra **avô**. Alguns professores dizem que se pronuncia [avu] /avu/, porque a palavra avô tem um acento circunflexo e é necessário fechar a vogal. (DIAS, 2009b, p.411).

²⁸ “A padronização, a gramatização, a ortografia de uma língua têm constituído, em todos os momentos históricos, um processo de seleção e, como todo processo de seleção, um processo simultâneo de exclusão.” (BAGNO, 2011, p.365).

Estes exemplos apontados por Dias (2002a) ilustram a polêmica constante existente entre os professores, os alunos e o planejamento linguístico guiado pelo Ministério de Educação de Moçambique. Esse debate escapa do meio escolar e atinge as mídias em geral. O preconceito gerado pela norma-padrão provém da “ideologia linguística da norma” criada pelos políticos. Moita Lopes (2013, p.23) mostra que “essa ideologia desampara sociolinguisticamente aqueles que não dominam a língua considerada legítima”. Esse desamparo não só atinge aos alunos em sala de aula, mas também aos locutores de rádio, jornalistas, funcionários enfim a sociedade em geral.

Quando Moçambique adotou o português como língua oficial (em 1975) através da Constituição, parecia que a expansão do português iria “correr às mil maravilhas” e sem resistência. Lembra-se que no período colonial era obrigatório estudar a história, geografia, e a cultura portuguesa, numa tentativa de formar novos portugueses em território moçambicano, uma vez que Moçambique era uma província (Estado, no contexto brasileiro) de Portugal. Os manuais eram feitos em Portugal e refletiam uma realidade bem distante do aluno moçambicano. Atualmente já surgiram os primeiros manuais elaborados em Moçambique, os quais não refletem a realidade europeia, mas falta um aspecto muito importante: a orientação oficial sobre o reconhecimento da variação. Como destaca Mattos e Silva (2004a)

Cabe, portanto, ao ensino de português nas séries escolares fazer os indivíduos perceberem que a aquisição é um processo contínuo de conhecimento e de re-conhecimento da multiplicidade de manifestações possíveis da sua língua - desde os extremos dos usos populares aos externos dos usos acadêmicos, perpassando por eles as variedades regionais – e que poderão dar a qualquer um o poder que todos têm o direito de ter sobre a língua materna. (MATTOS e SILVA, 2004a, p.36).

Cabe ao professor moçambicano, em todos níveis e ciclos de ensino, fazer o que Bagno (2013b, p.175) designa por **reeducação linguística**. O que significa isso? Seria “promover a autoestima linguística dos alunos e das alunas, dizer-lhes que eles sabem português e que a escola vai ajudar a desenvolver ainda mais esse saber.” As correções constantes e persistentes com relação à variedade do aluno ou da aluna provocam timidez, desaprovação, preconceito e desânimo. Para melhor compreender os desafios do ensino da LP em Moçambique, vejamos algumas características do PM.

2.2.4 Algumas características do Português de Moçambique (PM)

O traço mais marcante do “português africano”, segundo Vilela (1995, p.53-60), é a simplificação. Entendemos por **simplificação**²⁹ a redução ou perda de matéria gramatical fato característico de uma situação em que há uma transmissão linguística irregular (LUCCHESI; BAXTER, 2009). Alguns exemplos que ocorrem no PB, por exemplo, são: (a) uso reduzido de preposições; (b) ausência de regras de movimento, apagamento e relativização nos processos de derivação da sentença; (c) ausência de morfologia flexional (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p.110). O processo de **simplificação** não só acontece nas variedades do português. Camacho (2013, p.126-127) apresenta exemplos dos dialetos ingleses da Escócia, de crioulo de base inglesa, do dialeto afro-americano, do francês, etc.

Vilela mostra que esta simplificação **foge** à norma-padrão europeia, tanto em Angola como em Moçambique. Por exemplo:

(5) Há omissão da frequência dos artigos e das preposições. Quer dizer, a frequência de omissão da preposição “a”, por exemplo, quando contraída com artigo “a”. Não se distingue o “a” preposição e “a” do artigo:

Ex: a) “...casa do Rui é azul...”; b) “...Fui jardim zoológico...”; c) “...chegamos em casa...”

(6) Há omissão de um dos elementos da negativa nas construções em que a norma europeia prevê dois elementos, como nos exemplos:

a) “... tem ninguém a canoar ali perto...”; b) “...está a falar nada...” (VILELA, 1995, p.54-55).

(7) Transferência de construções de LB para português. Caso da preposição “**com**”.

Ex: a) “A Maria sofre com asma...”; b) “O João foi com carro...”; c) “O coelho está com os olhos grandes...”; d) “Ele montou com cavalo...” (DIAS, 2009b, p.240-246).

(8) Omite-se os pronomes relativos “**que**”:

Ex: a) “...São cães estatais comem todos dias...”; b) “...Ele viu bem o melhor era ficar...”; c) “...Fingiu queria comprar relógio...”(VILELA, 1995, p.55).

(9) Há eliminação do conector “**e**”;

Ex: a) “...O gato, o coelho eram amigos...”; b) “...cinquenta três meticais...”

(10) Substituição do imperativo pelo modo neutro: o indicativo:

Ex: a) “...Vais perguntar o teu tio Makosa.”; b) “...Fazem depressa, para irmos no enterro...”(VILELA, 1995, p.56).

(11) Verifica-se o fenômeno de “**lheização**”. O “**lheísmo**” consiste na realização de “**o**” complemento direto como “**lhe**”, como se de complemento indireto se tratasse:

²⁹ Sobre este assunto discutiremos de forma mais aprofundada na subsecção 2.4.

Ex: a) “...Fui eu que lhe apanhei primeiro...”; b) “...Então lhe insultaram...”; c) “...Não lhe deviam mandar embora...” (VILELA, 1995, p.57)

(12) Repetição de pronomes pessoais:

Ex: a) “...A chapada me acordou-me...”; b) “...O chicote te apanhou-te...”

Para além de Vilela (1995), pesquisas de Santos (2009), Macalane (2009), Dias (2009a,b), Gonçalves (2005a, b) demonstram as diferenças entre a norma-europeia e a “norma-moçambicana”. No nível lexical a presença do léxico tipicamente moçambicano é mais visível e evidente, pois segundo Vilela (1995), o vocabulário acusa o passado histórico do país. Para ilustrar, vejamos exemplos:

Chapa (transporte semi-coletivo de passageiros), **boatar** (divulgar notícias falsas), **bichar** (organizar-se em fila), **barulhar** (fazer barulho), **desprograma** (programa não concretizado), **anelamento** (casamento tradicional), **desquieto** (alguém que não é quieto), **matabichar** (café da manhã). Vejamos também unidades lexicais vindas das LB: *cacana* (planta medicinal rasteira, de sabor amargo usado para alimentação e tratamento de várias doenças), *matapa* (folhas de mandioca ou prato feito a base de folhas de mandioca), *capulana* (tecido com que as mulheres cobrem o corpo), *matorritorri* (doce feito de coco e açúcar com forma retangular).

Sobre este mesmo assunto, Carvalho, M. J. (1991, p.20) mostrou que o uso da LP em Moçambique apresenta peculiaridades devido à (i) “existência de novos referentes e à criatividade de toda língua natural; (ii) contato com as LB e a respectiva interferência; (iii) empréstimos e nova derivação e composição e (iv) à realidade de cerca de 50% da população escolarizada ter apenas nível primário”. Para ilustrar alguns exemplos, Carvalho apresenta situações de atribuição de novos significados. Por exemplo: “Chegaram as estruturas...” Aqui nesta frase “estruturas” refere-se a responsáveis políticos de um determinado bairro ou região. Há outros fenômenos importantes que Carvalho, M. J. (1991, p.21-23) apresenta:

(13) Pronominalização por seleção

- a) * “...Não lhe deviam mandar embora...” b) * “...Eu disse a ele...”
c) * “...Maxaquene dispensou a ele...”

(14) Concordância nominal e verbal

- a) * “...Maxaquene dispensou a ele.” c) * “...os meus primo...”
b) * “...Eu disse a ele...” d) * “...eu foi...”

(15) Regência verbal (caso de preposição zero)

- a) * “...os músculos começam doer...” b) * “...já estavam apodrecer...”

Ngunga (2012, p.10) mostra as interferências fonéticas das LB (nos exemplos, do xichangana) na LP.

(16) Inserção de nasal: nas unidades lexicais do português:

<i>enconomiya</i> [eNkono mija] economia	<i>enzagero</i> [enzaZeru] exagero
<i>enzame</i> [en zame] exame	<i>enzixte</i> [enzixte] existe
<i>enzerisiyu</i> [enzeri sisiju] exercício	<i>narinxi</i> [na rinΣi] nariz

Estes exemplos, extraídos de Ngunga (2012), ilustram a inserção de uma nasal entre uma vogal e uma consoante em certas palavras, regra normal no xichangana. Em muitas ocasiões os falantes (com nível acadêmico avançado) nasalizam oralmente, mas escrevendo corretamente em português. O autor ainda cita exemplos de desvozeamento dos sons consonânticos. Os falantes de língua emakhuwa (a língua mais falada de Moçambique) não distinguem a pronúncia das palavras:

(17) (a) casa [kaza] vs caça [casa] vs Gaza [gaza]=[*kasa];

(b) dedo [dedu] vs teto[tetu]=[*tetu]

Para Ngunga o “não vozeamento” de consoantes é a característica fonética fundamental do Português falado pelos falantes de emakhuwa como língua materna. Sabendo que o “português é uma língua em que o traço voz (das consoantes) é contrastivo, a transferência negativa da função deste traço de emakhuwa para a língua alvo pode trazer consequências negativas à comunicação” (NGUNGA, 2012, p.11). A variação não só acontece no português de Moçambique. Num estudo comparativo, Petter (2009) mostra os aspectos morfossintáticos comuns entre o PM, PA, PE e PB. Sendo assim,

as semelhanças dos fenômenos analisados em sincronia (desvios, erros, particularidades, no PA e PM, e variação no PB constituem dados bastante eloquentes em favor da hipótese de um *continuum* afro-brasileiro de português. A língua europeia vai-se multiplicando em variedades de origem comum que mudam, também, em função do tempo e espaço próprio em que se manifestam. (PETTER, 2009, p.218).

Estes exemplos reforçam os argumentos de que o PM é bem diferente do PE. Às vezes se pode pensar que estas manifestações linguísticas ocorrem somente na fala. Mas não é assim. Ocorrem também em textos escritos, redações dos alunos, artigos de jornais, na fala de apresentadores de televisão e de rádio, etc. Dias (2009a, p.389) no artigo intitulado “A norma-padrão e as mudanças linguísticas na LP nos meios de comunicação de massa em Moçambique” discute os conceitos de norma-padrão e as questões inerentes à variação e

mudança em curso no português de Moçambique. Tal como a autora defende, concordamos com a padronização do PM porque a “variedade padronizada assume na comunidade linguística as funções de referência, de ensino e de unificação dos seus membros, estando ligados a ela os sentimentos de identidade nacional, nacionalismo, lealdade, orgulho e solidariedade linguística” (DIAS, 2009a, p.393). Quer queiramos ou não, a “língua é uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita” (BAGNO, 2008, p.36).

Como pudemos ver, as variações podem ocorrer no nível fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, lexical e estilístico-pragmático e a escola não tolera estes fenômenos. No PM há situações de transferência de construções gramaticais das LB para LP. Professores se esforçam corrigindo a fala dos alunos numa tentativa de atingir a *performance* europeia resultado que não é conseguido. Esse fenômeno linguístico chamamos por **nativização** da LP, na seção 2.4. A intolerância linguística é muito antiga. O sistema de ensino colonial não tolerava a existência das LB no meio escolar e estas eram chamadas erradamente por **dialetos**. As LB foram relegadas ao espaço familiar e informal, favorecendo assim a expansão da LP que era considerada “língua dos assimilados”. Nessa época quem sabia “balbuciar” em português era logo batizado na igreja e transformado em “homem branco” (embora sendo negro) ou “assimilado”.

Depois da independência (em 1975), o Governo de Moçambique, desta vez nas mãos de moçambicanos, se pautou pela mesma intolerância apresentada pelo sistema colonial, na nossa opinião. Desprezou as LB em nome da “unidade”, relegando-as para usos informais, de menor importância e relevância para o país. Este ambiente de intolerância que se verifica hoje nas escolas é fruto destas duas construções que acabamos de apresentar e isso resulta no desprezo da presença de estrangeirismos vindos das LB no PM, o que torna o PM, por isso percebido como mais vulgar e desprezado pelos professores em sala de aula.

2.2.5 Características do léxico presente nos livros escolares e debates sobre ensino

O ensino primário em Moçambique tem enfrentado sérios problemas: primeiro, o tipo de ensino (alunos com LP como língua materna usam o mesmo livro que aqueles que têm a LP como língua segunda); segundo, os conteúdos (seguem a norma europeia e não toleram nenhuma variação).

Os conteúdos dos livros³⁰ tentam convencer o aluno que a norma-padrão é a mais correta e que a gramática seria o “único remédio mágico” para “saber falar” português. Ao analisarmos os livros de 1ª a 7ª classes, constatamos que os textos são adaptados para que se aproximem ao PE o que é, a nosso ver, uma tentativa de “apagar” a realidade sociolinguística moçambicana. Há uma tentativa da parte dos autores de apagar estrangeirismos e empréstimos linguísticos presentes nos textos dos escritores moçambicanos. Por vezes essas tentativas são fracassadas. Vejamos alguns exemplos extraídos de manuais (livros de alunos) em uso (18):

- a) “Para festa eu levei o frango à *zambeziãna*, *mucapata* e *mucuanne*.” (4ª classe, p.51)
- b) “Algumas dessas madeiras são muito valiosas, como a *chanfuta*, o pau-preto, a *umbila* e o *jambirre*.” (4ª classe, p.52)
- c) “A vovó explicou-me que se chamam *timbilas*.” (5ª classe, p.42)
- d) “A preparação de *theka* inicia a festa.” (5ª classe, p.52)
- e) “Veículo é o carro, o *machimbombo*, o camião, a motorizada, a bicicleta e *tchova*.” (5ª classe, p.110)
- f) “*Madala* continuou imóvel: *machamba* é como o mar.” (5ª classe, p.140)
- g) “Pois foi *stora*, adoeceu mesmo.” (6ª classe, p.30)
- h) “*Nhamussoro* foi chamado e com o seu saco enorme contendo bugigangas diversas chegou.” (6ª classe, p.90)
- i) “E para ele somos todos *misters* e *misses* - Acrescentou Toshiro.” (6ª classe, p.128)
- j) “Em que período do dia *matabichas*, almoças e jantas?” (1ª classe, p.29).

As unidades lexicais em itálico nas frases de (a) à (j) representam um pouco do tipo do léxico que os manuais dos alunos apresentam. São palavras inseridas no contexto do PM e só são percebidas com muita facilidade pelos falantes da variedade moçambicana. Temos a presença de palavras vindas das LB (*madala*, *nhamussoro*, *mucuanne*, *timbilas*, etc) do inglês (*machimbombo*, *misters*, *misses*).

No nível lexical a situação é mais visível, mas no nível sintático aparece um “pouco camuflada” para quem não tem domínio da norma-padrão. Segundo Stroud e Gonçalves (1997, p.13), um teste recente sobre aceitabilidade e correção de frases entre falantes letrados de Português, conduzido pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE),

³⁰ O livro da 4ª classe, por exemplo tem os subtítulos “falar e escrever bem” que se dedicam ao ensino da gramática normativa. Tem 33 tópicos gramaticais. O livro da 5ª classe tem 38 tópicos gramaticais, em que a sequência é: “Texto, interpretação do texto, gramática” e finalmente o da 6ª classe tem o título “Funcionamento da língua” onde se aprofunda a gramática de forma sistemática.

revelou que partes de frases que de fato estavam corretas, segundo a norma-padrão europeia eram consideradas inaceitáveis e corrigidas pelos sujeitos testados. Esse teste é mais uma prova de que o padrão-europeu está pouco presente na fala dos moçambicanos apesar da insistência dos professores em sala de aula. Se os professores não dominam a NPE como corrigirão as redações dos alunos? Nota-se que os professores nasceram, cresceram e se formaram neste contexto sociolinguístico: o que são “anormalidades” em relação à NPE lhes parecem “normais”, quer dizer, não chegam a identificar o erro. E mais, os professores do ensino primário não têm ensino superior; se seguíssemos o conceito de “norma-culta” não estariam aptos a falar, nem a ensinar a NPE.

A escola moçambicana (e não só) deve entender que “nenhuma língua é uma estrutura homogênea e uniforme. Qualquer língua se multiplica a tal ponto em inúmeras variedades que muitos chegam a dizer que atrás de um nome- português, por exemplo se escondem, de fato, muitas línguas” (FARACO, 2012, p.39). Contrariamente ao que acontece com os manuais do ensino primário (fundamental), no ensino secundário (médio) os textos são menos “censurados” e recomenda-se a leitura de várias obras literárias. Aí, entende-se a essência do PM. Orientações do Ministério da Educação quanto ao ensino da LP determinam que

o ensino da literatura será feito de forma sistemática, a partir do tratamento de diferentes tipologias textuais inerentes aos três modos literários: narrativo, lírico e dramático. Neste âmbito, pequenos textos ou extractos de textos servirão de pretexto para o estudo, quer dos aspectos formais e linguísticos que lhes são específicos, quer dos elementos culturais e ideológicos por eles veiculados. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, 2010b, p.9).

Estas orientações abrem espaço para que o professor e os alunos usufruam da literatura moçambicana que está bem recheada de empréstimos, neologismos, estrangeirismos de todo tipo. É preciso que a sala de aulas seja um espaço de debate, de discussão das diferentes variedades linguísticas que a LP apresenta. É preciso aproveitar esta prerrogativa das orientações do Ministério da Educação de Moçambique para dar oportunidade ao aluno de fazer uma reflexão aprofundada sobre a LP bem como das LB que fala ou conhece.

O combate à intolerância linguística no contexto moçambicano passa necessariamente pela valorização, uso e ensino em LB na escola, quer dizer, uma educação bilíngue³¹ principalmente nas zonas rurais onde a maioria das crianças tem o português como língua segunda. Patel e Cavalcanti (2013, p.294) defendem que o ensino se dê em “educação bilíngue de enriquecimento (aditiva) e não em educação bilíngue de transmissão (subtrativa), em uma educação bilíngue que valoriza a comunicação, a inteligibilidade mútua, e não idealização da proficiência”. O programa de educação bilíngue em Moçambique, por ser aplicado em regime experimental, ainda é opcional nas comunidades locais, aldeias e localidades. Sendo assim, os programas monolíngues em português ainda são impostos praticamente em todo país, auxiliados por dicionários e gramáticas do PE. Segundo Ngunga (2007, p.2) “a intolerância linguística na escola primária moçambicana custou ao país muitos milhares de quadros, que poderiam ter sido formados e não foram, porque desistiram nos três primeiros anos de escolaridade” devido à relutância de preservar a “unidade nacional” através da LP. Pretendemos defender que a “intolerância linguística” não é argumento suficiente para unir politicamente um povo. O Canadá tem duas línguas oficiais, mas continua unido.

A “intolerância linguística é um dos comportamentos sociais mais facilmente observáveis, seja na mídia, nas relações sociais cotidianas, nos espaços institucionais, etc” (ALKMIM, 2001, p.42). Há na mente de certas pessoas que o modelo certo da LP é aquela que é falada na Europa, desqualificando-se assim, certas pronúncias, certas construções verbais e usos vocabulares característicos do PM. Estes preconceitos fazem com que haja discriminação e repressão aos que não conhecem a norma-padrão, principalmente na escola e na mídia. Bagno (2009b, p.89) diz que “é comum encontrar pessoas muito bem-intencionadas que dizem que a norma-padrão conservadora, tradicional, literária, clássica é que tem de ser mesmo ensinada nas escolas porque ela é um instrumento de ascensão social.”

É isso o que verificamos nas entrevistas de emprego, quer dizer, mesmo tendo capacidades técnicas, candidatos perdem emprego por falta de conhecimento da norma-padrão. Na política, por exemplo, muitos deputados com ideias construtivas ficam calados nas sessões, inibidos de “tomar a palavra” porque não têm domínio da LP e isso se estende até à sala de aulas onde os alunos que falam LP como língua segunda são menos proficientes em

³¹ Um estudo que avaliou em regime experimental, a educação bilíngue na província de Gaza (Escolas Primárias Completas de Lichenane e Nhanzilo), no sul de Moçambique revelou que este modelo de ensino tem uma evolução quantitativa e qualitativa dos alunos em todas as disciplinas no período 2003-2009. Desta forma, a “eloquência dos resultados atingidos dispensa qualquer tipo de apadrinhamento para se dar qualquer passo rumo à expansão seja ela horizontal, seja ela vertical, desta modalidade de ensino em Moçambique” (NGUNGA; NHONGO; LANGA et al, 2010, p.114).

português, visto que “são menos loquazes, precisam de maior apoio para realizar uma tarefa verbal, têm maiores dificuldades em organizar suas produções e evidenciam muito as formas não-nativas, isto é, erros, em seus discursos” (LOPES, 2001, p.5).

Na sala de aula, os moçambicanismos se manifestam de diversas formas tanto na fala quanto na escrita dos alunos embora sendo “bloqueados”, ou melhor, corrigidos pelos métodos da escola moçambicana através do conceito de “erro”,³² que pune, que sanciona e faz com que os alunos repitam de classe (ou série) várias vezes. A escola finge ter professores especializados no PE e mais tarde colhe fracos resultados por causa dessa falsa crença acrescida de intolerância linguística. Mesmo no nível de graduação e pós-graduação as dificuldades de uso do PE ainda se manifestam pela presença de estrangeirismos calcados da LB moçambicanas. Os professores de português não aceitam os moçambicanismos em sala de aula por falta de um instrumento legal que legitime a variedade moçambicana. Um dos comentários mais importantes, que desejamos remarcar aqui, foi apresentado por Neves quando critica que o autoritarismo em sala de aula

é negar aos alunos que não têm a posse da norma prestigiada o acesso a esse padrão que lhes dará inclusão em estratos valorizados da sociedade, mas que, acima de tudo, lhes dará autonomia no uso da linguagem, pela multiplicação das possibilidades de escolha, caminho exato da maior probabilidade de adequação de registro (NEVES, 2009, p.157).

Esta convicção de que se ensina o PE na sala aula é enganosa e parece ter sido imposta pelo sistema colonial quando menosprezou as LB faladas em Moçambique. Concordamos que as formas alternativas de expressão (moçambicanismos de todo tipo) podem conviver em harmonia em sala de aula. Sendo assim, “cabe ao professor o bom senso de discriminá-las adequadamente, fornecendo ao aluno as chaves para ele perceber as diferenças de valor social entre as variedades que lhe permita depois selecionar a mais adequada, conforme as exigências das circunstâncias da interação” (CAMACHO, 2011, p.49).

A *mídia* por sua vez, não tem como negar que nos seus textos escritos ou oralizados haja marcas de moçambicanismos. Os moçambicanismos estão lá, identificam os moçambicanos, refletem a variedade moçambicana e o seu combate pode resultar num

³² A noção de erro é resultante de visões do mundo, de juízos de valor, de crenças culturais, de ideologias e, exatamente por isso, estão sujeitas a mudar com o tempo e linguisticamente falando, o erro hoje é “todo e qualquer uso que escape desse modelo idealizado, toda e qualquer opção que esteja distante da linguagem literária consagrada; toda pronúncia, todo vocabulário e toda sintaxe que revelem a origem social desprestigiada do falante; tudo o que não consta dos usos das classes sociais letradas urbanas com acesso à escolarização formal e à cultura legitimada” (BAGNO, 2008, p.61-69).

fracasso porque a língua “é uma realidade constituída coletivamente e é no seio de uma comunidade que se torna disponível para o uso individual, como instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressão criativa” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS, 2003, p.28). Vale ressaltar que a intolerância linguística é uma “doença com cura”, porque passa pela conscientização de todos criando condições materiais e humanas para que a LP e as LB convivam harmoniosamente no território, desenvolvendo a educação, a ciência e a técnica. Enquanto isso não acontece, os dados do Ministério da Educação de Moçambique apresentam resultados que animam. Mas poderiam ser melhores, mas felizmente,

A taxa de analfabetismo reduziu de 60,5% em 2001 para 51,9% em 2005 e para 48,1% em 2008. A taxa, relativamente ao sexo feminino, reduziu de 66,7% em 2005 para 64,2% em 2008, enquanto a dos homens estagnou passando de 34,3% em 2005 para 34,6% em 2008. Em 2007, o índice de analfabetismo nas zonas rurais era de 65,5% e de 26,3% nas zonas urbanas. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, 2012, p.72).

Os resultados que aqui vemos respondem à “política de massificação do ensino” que privilegia números (quantidades). Falta cada linguista, cada político, cada membro da sociedade civil contribuir positivamente para a qualidade. O número de instituições educacionais também evoluiu, tal como se pode ver na tabela 3:

Tabela 3: Distribuição de instituições de ensino em Moçambique

ENSINO	Primário (1º grau)	Primário (2º grau)	Secundário (1º ciclo)	Secundário (2º ciclo)	Técnico	Formação de professores
Percentagem (%)	74	21	3	1	1	0
Nº de instituições	10.444	2.990	374	119	82	26

Fonte: Ministério da Educação de Moçambique (2011, p.37)

A tabela mostra que há mais escolas primárias do 1º e 2º graus, mas esse crescimento não é acompanhado pela formação de professores, para a qual só existem 26 escolas específicas. Os professores do ensino primário do 1º grau, na sua maioria só têm o 10º ano de escolaridade e ainda há casos de professores com 7º ano de escolaridade.

Infelizmente ainda temos em Moçambique pessoas que pensam que a escola é local onde se aprende exclusivamente a “norma-padrão”, a “gramática pura”, o “santo” lugar da “purificação” da língua e ao mesmo tempo o “ringue” de “luta” contra estrangeirismos e empréstimos linguísticos. Concordamos com Camacho quando defende que a escola deve

“ensinar a variedade-padrão, mas com nova roupagem: trata-se de criar condições para que as formas de prestígio sejam acrescentadas à variedade que o aluno já domina, o que o habilitaria a selecionar a alternativa mais adequada à situação comunicativa” (CAMACHO, 2011, p.48).

O conflito norma-padrão e não-padrão é constante e cria problemas de várias ordens. Se assim for, a padronização linguística é uma imposição institucional de ordem política em sociedades estratificadas. É por isso que em Moçambique ninguém pensou em padronizar as LB, porque não é de interesse dos políticos nem da sociedade. Muitos grupos de LB são inteligíveis. Por exemplo, o ronga, o xichangana e o xitswa, línguas faladas no sul de Moçambique são línguas de inteligibilidade mútua ou intercompreensão. A inteligibilidade mútua acontece quando há uma relação entre os idiomas em que os falantes de línguas diferentes, mas relacionadas, podem compreender uns aos outros de forma relativamente fácil, sem estudos intencionais ou esforços extraordinários.

O sistema escolar, segundo Camacho (2011, p.72), tem o papel muito importante de promover as camadas marginalizadas bem como de propiciar-lhes o acesso a todos os bens simbólicos, dentre eles a variedade padrão. Esta seria, na opinião do linguista, uma ação transformadora que a escola deve assumir com muita urgência para exercer de fato o seu papel de instituição de vanguarda. A escola tem de garantir que os seus alunos: “(a) entendam que têm de adequar registros; (b) tenham condições de mover-se nos diferentes padrões de tensão ou frouxidão, em conformidade com as situações de produção” (NEVES, 2009, p. 128). Para Neves (2010), no ensino da uma língua deve-se ter em conta alguns aspectos muito importantes:

A necessidade de provocar reflexão nas aulas de língua/linguagem; a necessidade de lançar desafios/provocar discussões nas aulas de língua/linguagem; a necessidade de observar a funcionalidade das escolhas nas aulas de língua/linguagem; a necessidade de fugir de atividades mecânicas nas aulas de língua/linguagem; a necessidade de fugir a bloqueios que descaracterizam a própria atividade na linguagem espontânea; a necessidade de evitar generalizações indevidas no tratamento da língua/linguagem; a necessidade de levar a criação artística pela palavra à sala de aula; a necessidade de considerar o uso colocando sob análise os diversos componentes da gramática (NEVES, 2010, p.171-196).

Sobre a necessidade e a importância da padronização do PM ainda há dúvidas por parte de alguns políticos e linguistas. Mas estudos recentes mostram claramente que “o PM está sofrendo naturalmente um grande número de alterações, devidas fundamentalmente à situação de contato de línguas em que se encontra e também devido à falta de exposição ao modelo da língua ex-colônia, o PE” (GONÇALVES, 2001b, p.987). O estabelecimento da

norma-padrão do PM é uma questão fundamental para melhoria da qualidade do ensino e autoestima dos moçambicanos que está sendo ameaçada cada dia.

Várias pesquisas realizadas mostram que o PE em Moçambique sofreu alterações tanto no nível lexical (fenômeno que estamos estudando), nível semântico, sintático, fonético-fonológico e morfológico. A gramática do PM se distancia consideravelmente do PE, fato que nos leva a repensar profundamente a ideia de unificar a LP na CPLP, pois isso é impossível, segundo Bagno (2011, p.364). A ortografia, mesmo tendo sido padronizada na CPLP, só beneficia plenamente as variedades europeia e brasileira. As modificações atingiram cerca de 1,6% no universo lexical do PE e 0,5% no PB. E a percentagem dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa? Por enquanto não se tem resposta.

A questão da norma-padrão criou grandes problemas em Moçambique, principalmente na educação e nos mídia. Como é que professores que nasceram, cresceram, estudaram em Moçambique (vivendo em contexto multilíngue e multicultural) podem adquirir uma alta *performance* na norma do PE? Se de fato é difícil alcançar a norma europeia, a variedade moçambicana deve funcionar como instrumento de identificação e de comunicação na dimensão local (portanto, PM) para responder tanto as necessidades entre falantes não-nativos e nativos (LOPES, 2004). E nesse sentido que Cagliari (2010, p.36) fala que “a incompetência dos alunos nada mais é do que um fruto da incompetência da escola.”

Diante de todos os debates e os exemplos que mostram as particularidades do PM é momento de se interrogar se existirá ou terá existido em Moçambique uma situação ou situações de Transmissão Linguística Irregular (TLI), conceito discutido com propriedade por Lucchesi e Baxter (2009), Naro e Scherre (2007), Castilho (2010) entre outros, que retomamos a seguir.

2.3 O português de Moçambique resulta de uma Transmissão Linguística Irregular ?

Como se mostrou em 1.1, a LP em Moçambique chegou por meio da colonização ocorrida a partir do século XV. A sua implementação encontrou uma resistência profunda por parte dos nativos devido à existência de uma diversidade linguística enorme em diferentes etnias, em diferentes regiões espalhadas pelo extenso país (801.590 km²). As línguas faladas nesse período eram ágrafas, sem escrita e a oralidade tinha maior prestígio no seio da população. A chegada dos primeiros exploradores criou mudanças consideráveis na vida dos moçambicanos, sobretudo nas suas línguas, principalmente nas grandes cidades.

Para que o sistema colonial ganhasse espaço era necessário ensinar a LP aos moçambicanos, fato que não teve muito êxito porque os colonizadores não tinham muito

interesse em ensinar, até porque não eram professores, nem acadêmicos na sua maioria. Se assim fossem não teríamos apenas 1,2% de moçambicanos que falavam português em 1980, quer dizer, 5 anos após a independência. Os primeiros colonos portugueses eram na sua maioria militares e agricultores com grau de escolaridade baixo e sem nenhuma experiência em ensino ou em metodologia de ensino de línguas. Hoje, o número de falantes do português como língua segunda aumentou para pouco mais de 10,7%, mas as características se distanciam do português europeu, da metrópole. Por outro lado as LB continuam firmes dentro e fora das cidades e nenhuma delas está em vias de extinção, segundo Ngunga e Faquir (2011).

Para melhor percebermos o que aconteceu em Moçambique, precisamos trazer à tona os conceitos de TLI, crioulo e pidgin. Lucchesi e Baxter (2009) consideram TLI quando há uma situação de contato linguístico massivo, abrupto e radical em que há uma redução da gama de funções desempenhadas pela comunicação verbal e uma perda de matéria gramatical que atinge estruturas abstratas. Esse aspecto faz com que surja uma situação de pidginização e criouliização. O termo crioulo surgiu em 1586-1590 para se referir aos espanhóis nascidos nas Américas. No século XV era um termo que designava aos escravizados. (FONSECA, 2012).

Na linguística, a palavra crioulo designa um pidgin que passa a ter falantes como língua materna. É uma língua como qualquer outra, que se forma em contextos sócio-históricos muitas vezes causados por contatos comerciais que se consolidam mudando de figura de pidgin tornando-se mais complexo, mais apto para uma comunicação mais rica (cf. CASTILHO, 2010). Segundo Tarallo e Alkmim (1987, p.80) o termo pidgin “surgiu em 1850 para se referir à mescla de contato entre chinês e inglês.” O pidgin surge de uma situação de necessidade de comunicação emergencial e de urgência linguística em que dois grupos falantes de línguas diferentes criam uma forma de comunicação que passa a ser chamada de pidgin. Essa “nova” língua não deve ser língua materna de nenhum dos falantes.

Lucchesi e Baxter (2009) defendem que a TLI resulta da “não aquisição/incorporação de morfologia e elementos gramaticais da língua de superstrato, que ocorre na fase inicial do processo [...] combinada com a reestruturação gramatical da nova variedade linguística” (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p.121). Há que realçar que esta transmissão “é um processo atestado em larga escala na história da humanidade e costuma acontecer com qualquer movimento populacional ou de conquista significativa” (NARO; SCHERRE, 2007, p.140).

Este processo originou o fanakaló (pidgin das minas da África do Sul) e o afrikaans, o kabuverdianu (de Cabo Verde) e muitos outros crioulos de base portuguesa, inglesa, francesa, etc, espalhados pelo mundo. Define-se que um crioulo é de base portuguesa quando “as

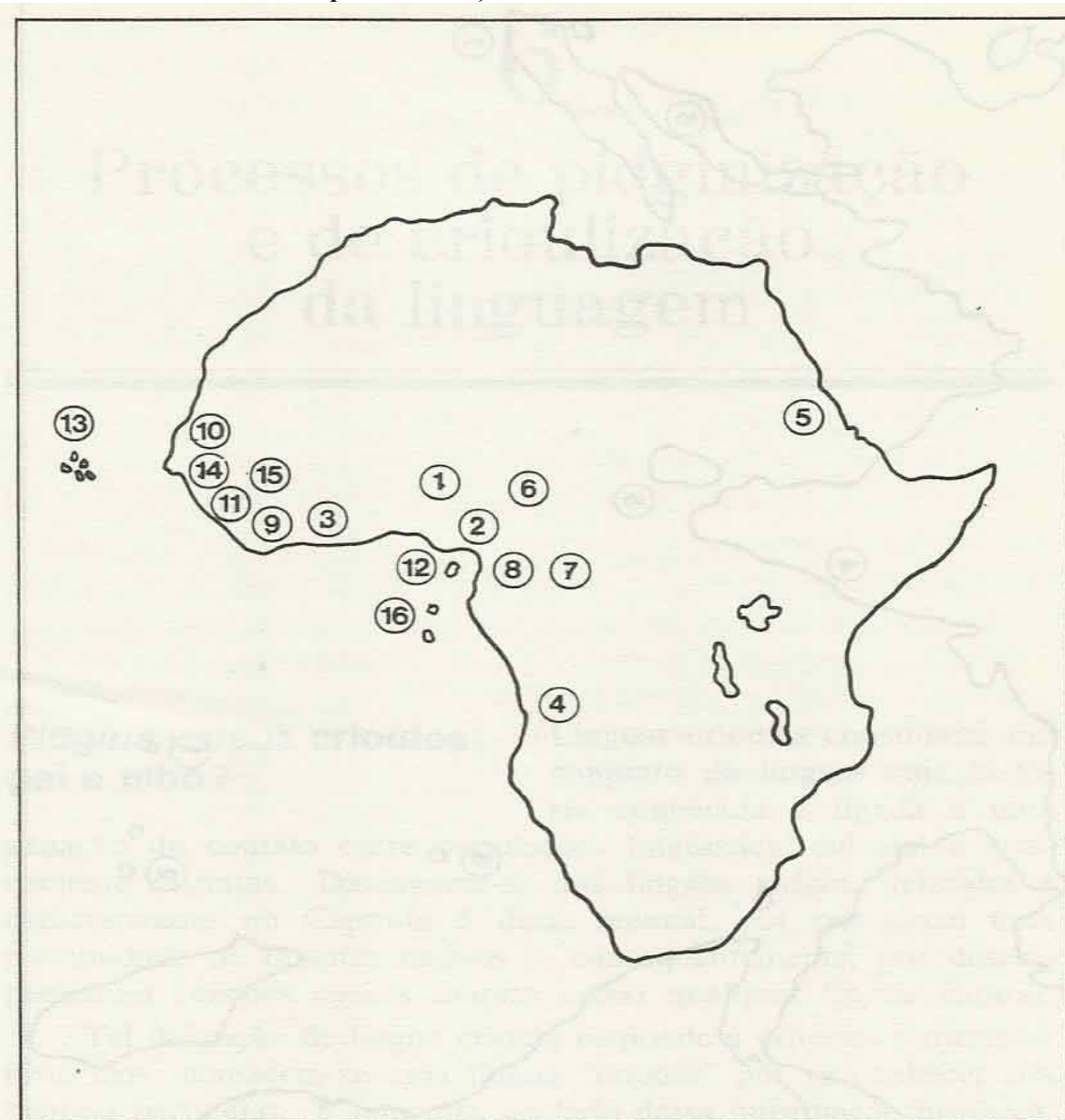
unidades lexicais são, na sua maioria, reconhecidamente de origem portuguesa, embora, na sua estrutura se rejam por regras fonológicas e morfológicas próprias, possam ter significados diferentes e impliquem construções sintáticas também diferentes” (PEREIRA, 2006, p.47).

Segundo Cunha (1981), Pereira (2006) e Cunha e Cintra (2008), os crioulos de base portuguesa se dividem em três grupos: **(a)** crioulos das ilhas do Golfo da Guiné (de São Tomé, do Príncipe e do Ano Bom, pertencente à Guiné Equatorial); **(b)** crioulos de Cabo Verde (Barlavento falado nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal e Boa Vista; Sotavento, falado nas ilhas de Santiago, Maio, Fogo e Brava); **(c)** Crioulos continentais (falado na Guiné Bissau e Casamance, no Senegal). Todos os crioulos consolidados, Vilela (1995) os designa por **crioulos primários**.

O que se entende por TLI nos leva a uma pidginização e/ou a uma crioulição, fatos que não aconteceram no contexto sociolinguístico de Moçambique. Senão vejamos: primeiramente Lucchesi e Baxter (2009) explicam que a TLI se caracteriza pelo “recurso a um código emergencial de comunicação verbal”; necessidade de interação entre os senhores e capatazes e escravos. O PM surgiu de contextos semelhantes aos de TLI, mas teve um destino diferente. Por essa razão não surgiram pidgins nem crioulos, quer dizer, os moçambicanos não precisaram de um código emergencial, porque houve insistência no uso das LB. Não houve um contato direto entre os colonos e os escravos, porque havia **capatazes (cipaios)** que serviam de intermediários (intérpretes). Os capatazes eram moçambicanos e estes tinham a obrigação de aprender português por ser assimilados. Por outro lado, os escravizados só tinham que cumprir com as obrigações impostas sob tutela dos capatazes. As LB continuavam a ser utilizadas nas igrejas independentistas africanas e a LP “era quase uma ficção. Ninguém evangelizava nessa língua e nela quase não havia ensino [...] longe do que apregoava a lei, o que imperava pelo interior era a hegemonia cultural e linguística dos vários povos locais” (ZAMPARONI, 2009, p.39).

Como se poderá observar no mapa 4, os crioulos africanos localizam-se estrategicamente na costa oeste ou ocidental, locais onde se desenvolveu um comércio de escravos mais intenso. As ilhas tiveram mais casos de crioulos porque eram espaços onde os escravizados aguardavam embarcar para outros continentes. Vejamos o mapa 4. Ele mostra a localização de crioulos em África:

Mapa 4: Localização dos crioulos em África



- ① *pidgin* inglês da Nigéria; ② *pidgin* inglês da República dos Camarões;
 ③ *pidgin* inglês da Costa do Marfim; ④ pequeno-português ou preto-
 guês de Angola; ⑤ *pidgin* italiano da Etiópia; ⑥ *pidgin* haussa da Ni-
 géria; ⑦ *sango*, *pidgin* da República Centro-africana; ⑧ *ewondo*, *pidgin*
 popular da República dos Camarões; ⑨ *dyula*, *pidgin* comercial da Costa
 do Marfim; ⑩ crioulo inglês de Banjul, Gâmbia; ⑪ *krio*, *pidgin* de
 Freetown, Sibéria; ⑫ crioulo inglês da ilha de Fernando Po; ⑬ crioulo
 português das ilhas de Cabo Verde; ⑭ crioulo português do Senegal;
 ⑮ crioulo português da Guiné; ⑯ crioulos portugueses das ilhas de
 São Tomé e Príncipe.

Fonte: Tarallo e Alkmim (1987, p.93)

Em situações de TLI, as línguas nativas tenderiam a ser abandonadas, mas o que se verificou foi uma resistência acirrada, de tal forma que até 1980 (cinco anos após a independência) Moçambique só tinha 24,4% de falantes de português, após 500 anos de colonização (cf. quadro 2, p.38).

Um segundo argumento diria que o Português de Moçambique e de Angola são variedades que parecem ter perdido “matéria gramatical e lexical” da língua-alvo, quer dizer, o PE. O que acontece é que simplesmente as variedades caminham de forma acelerada para uma **nativização** e afirmação. É impossível perder algo que não temos. No caso de Moçambique e Angola não se perdeu nada, pois os moçambicanos e angolanos não tinham ainda adquirido tudo com relação à gramática da norma-padrão europeia. É por isso que as taxas de analfabetismo são elevadíssimas até hoje (cf. tabela 1, p.52 desta pesquisa).

Segundo Naro e Scherre (2007, p.53), a TLI seria a “passagem de uma língua não-nativa a língua nativa de uma comunidade de fala”, sem que tenha passado por uma pidginização nem criouliização. É um processo novo na CPLP porque as características linguísticas de Angola e Moçambique seguiram um destino histórico diferente, se compararmos com Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. A situação de Moçambique colonial não pode ser comparada com a situação do Brasil colonial, por que senão vejamos: (a) o Brasil recebeu para além do colonizador, outros estrangeiros incluindo africanos; (b) a influência religiosa católica foi mais forte do que em Moçambique; (c) o domínio do português foi mais forte do que as línguas nativas. No Brasil havia todas as condições para a implantação de um pidgin, mas o sistema colonial teria conseguido controlar a situação através de **políticas de miscigenação**³³. Há debates fortes sobre este aspecto no Brasil. Há autores que defendem a teoria segundo a qual o PB provem do pidgin e do crioulo de base portuguesa³⁴, mas há outros que não concordam plenamente³⁵. Este processo de transmissão linguística brusca tendo em conta os fatores sociais, Labov (2001, p.415) designa por *vernacular re-organization* (reorganização vernacular)³⁶. Pereira (2006) esclarece que, em Angola e em Moçambique não houve crioulos porque (a) as línguas africanas (maternas)

³³ A difusão formal e informal da doutrina do branqueamento deve-se à enorme distância existente entre a população que compõe a sociedade nacional e o projeto dos segmentos hegemônicos. É mediante esse descompasso entre sonho e realidade que as piadas entre brancos e negros se fundamentam no Brasil. (FONSECA, 2012, p.125).

³⁴ Camacho (2013, p.119); Bagno (2013a, p.319-322); Ilari e Basso (2009, p.70)

³⁵ Rongé (2008, p.62-72); Bonvini (2008a, p.101-143);

³⁶ Sobre este tipo de transmissão, Labov (2001, p.416) analisou trabalhos de “Payne e Roberts em Philadelphia, de Kerswill e Williams em Milton Keynes e de Eckert nos subúrbios de Detroit.”

eram usadas no cotidiano em todos os contextos, para lá das situações pontuais de comunicação com os portugueses; **(b)** havia muitos intermediários bilíngues como missionários e mercadores; **(c)** a extensão territorial é vasta e dado o número diminuto dos seus falantes (portugueses) em comparação com o número de falantes de LB, a necessidade da LP não se fazia sentir; **(d)** a estabilidade e isolamento dos grupos rurais e a pouca mobilidade fortalecia as LB entre populações autóctones (cf. PEREIRA, 2006, p.68). Segundo Zamparoni

ao longo de séculos vimos desenrolar-se um processo, diríamos espontâneo e cotidiano, quer de moçambicanização da língua portuguesa, quer de aportuguesamento das várias línguas locais. Não diria que a língua portuguesa se adaptou ao meio. Diria que o meio adaptou às necessidades justamente porque não se pode perder de vista que esta não era uma troca entre iguais, na medida em que tais incorporações se davam em contexto em que a língua portuguesa não representava nenhum poder conquistado e não contava com nenhuma estrutura efetiva e articulava para impor às demais línguas em presença; era uma pequena gota no oceano formado pelas múltiplas línguas locais. (ZAMPARONI, 2009, p.30).

Concordamos com a tese de que o PM tenha tido algumas características da criouliização, mas que isso não chegou a se concretizar, tal como sustentam Vilela (1995) e Petter (2009). Adotamos o termo **nativização**- (termo também utilizado por Firmino, 2001; Gonçalves, 2005a; Vilela, 1995; Lopes, 1997) para designar o processo de transformação da norma-padrão europeia em PM, uma variedade que na base das LB adapta, integra na língua seus valores culturais, sua identidade, seus símbolos, seus objetos materiais de tal forma que seja sentida como pertence dos moçambicanos. Os moçambicanos não sentem o português como sua língua por serem seus falantes nativos, mas sim pelo fato de que o português está a serviço das necessidades comunicativas dos moçambicanos. A **nativização** da LP em Moçambique aumenta à medida que os falantes da LP aumentam, incentivados pelo prestígio social e político, por ser língua nacional e internacional. Consideramos uma situação de TLI um estágio mais profundo amparado por contextos sócio-históricos mais complexos. Halle apud Weinreich, Labov e Herzog (2006) designa esse processo da mudança linguística por “modelo pai-para-filho”. O modelo sustenta que

as gramáticas das crianças se formam com base nos dados fornecidos pela fala dos seus pais. Ora, há um crescente volume de provas de que a língua de cada criança está continuamente sendo reestruturada durante seus anos de pré-adolescência pelo modelo de seu grupo de pares. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p.81).

Fechamos este debate respondendo a pergunta inicial dizendo que em Moçambique houve uma **nativização** do português, fruto de sua aprendizagem irregular por parte de poucos moçambicanos. Esse fenômeno não acontece exclusivamente com o português de Moçambique, também se verifica com o português angolano. Por exemplo, Miguel (2003) discutindo sobre a *Dinâmica da pronominalização no português angolano* e Costa (2006) discutindo sobre *Rupturas estruturais do português e línguas bantu em Angola: para uma análise diferencial* mostram que o português de Angola é resultado de aprendizado tardio do português e do uso prolongado das línguas africanas. Esse aspecto provoca interferências muito profundas que fazem com que surja uma variedade que difere com o padrão europeu.

Há, no entanto algumas características linguísticas semelhantes entre o Brasil e Moçambique, tal como estudos de Petter (2009) mostraram. Tentamos mostrar as condições sócio-históricas que não permitiram que houvesse crioulos nem pidgins em Moçambique. Conforme vimos em Zamparoni (2009), os moçambicanos jamais falaram a norma-padrão europeia. Os poucos escolarizados começaram a simplificar algumas regras, influenciados de certa forma pelas LB, criando assim a variedade moçambicana. O processo de **nativização** ou **moçambicanização** pode ter-se iniciado mesmo antes do envio dos primeiros escravizados para a Europa e para as Américas.

Sabemos que não existe uma língua simples. Todas as línguas têm a sua complexidade, mas Vilela (1995) confere a simplicidade com a relação aos fenômenos de integração de características gramaticais das diversas LB. É simples para quem recria e incorpora na língua porque tem referência à sua língua materna- a LB. É que o português angolano ou moçambicano apresenta indícios claros de afirmação da norma própria, principalmente a “força do léxico do português a adaptar-se à mentalidade africana, tanto nos semas inerentes como nos semaclassemáticos” (VILELA, 1995, p.68).

Por outro lado, o PB continua a ser uma variedade mais produtiva na LP. As línguas europeias que concorriam para obter espaço no território brasileiro (francês, alemão, italiano, etc) ficaram ofuscadas devido ao prestígio do português e das políticas coloniais. As línguas nativas (as línguas faladas por indígenas) estão desaparecendo de forma acelerada. Em Moçambique todas as LB não estão ameaçadas de extinção porque a cultura vai dominando na vida dos moçambicanos. Infelizmente em Moçambique não há políticas claras que visam preservar, proteger e expandir toda a riqueza linguística nativa.

Diante de todos estes debates, resta-nos dizer que “a linguística não se ocupa apenas da norma culta, não opera com o certo e o errado, pois ela tem um objetivo grandioso, tratar

do mistério e da epifania da palavra” (FIORIN, 2013, p.8). Segundo o autor, um dos mistérios é, sem dúvida, a variação e mudança. Como vimos, o PM é resultado de uma **nativização** ou **moçambicanização** do português, fenômeno que nos conduz à variação e à mudança linguísticas com relação à norma-padrão europeia. Na próxima seção discutimos os conceitos de variação e mudança, apresentando posições recentes com relação ao assunto.

3 A VARIAÇÃO E A MUDANÇA LINGUÍSTICAS

“Nenhuma língua existe de forma isolada. Todas as línguas em contato se influenciam mutuamente” (CRYSTAL, 2005, p.53).

Iniciamos a discussão inspirados com a frase de Crystal (2005), que defende que as línguas não são estáticas e estão sempre em constante manutenção. Segundo Perini “as línguas evoluem, apesar da oposição, dos espaços e da **cara fechada** dos gramáticos.” (PERINI, 2004, p.24, grifo nosso). Grifamos **cara fechada** porque a gramática tradicional é entendida como um modelo acabado e assim, “a gramática prescritiva, também conhecida como gramática normativa, ou gramática escolar, preocupa-se com a variedade culta da língua...” (CASTILHO, 2010, p.90-91).

A preocupação com a variação e mudança linguística não é recente. No passado, a variação e a mudança linguísticas “eram fenômenos linguísticos atribuídos a fatores de ordem física, mental, do ambiente, até suspeitas de influências de zonas de altas altitudes, de clima, etc., fato que não foi comprovado cientificamente” (cf. AITCHISON, 2005, p.133). Segundo a autora, a maioria das mudanças provém de elementos exteriores à língua, fenômeno caracterizado por contato, mistura e interferências linguísticas, bem como da mudança da vida na sociedade. Aliás, toda língua viva nunca está pronta ou acabada, isto significa que ela está/estará sempre em formação ou em reforma enquanto houver falantes. A LP falada/escrita hoje é resultado de constantes modificações ao longo de vários séculos, fato que confirma a tese de que “as línguas mudam, mas continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a circulação dos significados [...] os falantes normalmente não têm consciência de que sua língua está mudando” (FARACO, 2005, p.14).

Apesar de ser antiga a percepção dos fatos de variação e mudança, a Sociolinguística é um ramo recente da Linguística, cujos “primeiros trabalhos marcantes”³⁷ na área surgiram com o linguista William Labov orientado pelo seu professor Uriel Weinreich, nos anos 60, tais estudos levaram à criação da “Sociolinguística variacionista” ou “Teoria da variação”. Do ponto de vista sociolinguístico, a língua nunca fica pronta e assim, “cada geração, ou mesmo em cada situação de fala, cada falante recria a língua. Desta forma, ela está sujeita a alterações nessa recriação” (CHAGAS, 2010, p.150). Sendo assim, a Sociolinguística estuda os padrões

³⁷ Sem quereremos desqualificar os trabalhos anteriormente realizados e publicados por Gauchat (primeiro estudo cujo objeto foi mudança linguística em progresso) Hermann, Saussure, Martinet, Hockett, Bloomfield entre muitos outros.

de comportamento linguístico observáveis dentro de uma comunidade de fala tendo como base uma ou várias variáveis linguísticas e sociais. Já a linguística histórica é

o campo da linguística que trata de interpretar mudanças fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais - ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou uma família de línguas é utilizada por seus utentes em determinável espaço geográfico e em determinável território, não necessariamente contínuo (MATTOS e SILVA, 2008, p.8).

O fato importante é que “a língua se transforma, isto é, estruturas e palavras que existiam antes não ocorrem mais ou estão deixando de ocorrer; ou, então, ocorrem modificadas em sua forma, função e/ou significado” (FARACO, 2005, p.16). Chagas, explica que

[...] toda língua apresenta variação, que é sempre potencialmente um desencadeador de mudança. Como a mudança é gradual, é necessário passar primeiro por um período de transição em que há variação, para em seguida ocorrer a mudança. Como a mudança e a variação estão estreitamente relacionadas, é muito difícil estudar uma sem estudar a outra (CHAGAS, 2010, p.149).

Esta afirmação de Chagas sustenta a escolha do título do nosso trabalho porque entendemos que os conceitos de variação e mudança estão intimamente interligados e entendemos que a questão do léxico ainda foi pouco estudada em Moçambique. O fenômeno da variação está se verificando no PM mesmo sendo pouco perceptível para alguns, fato reafirmado por Faraco (2005, p.90) quando defende que a mudança linguística “é contínua, lenta, gradual (não discreta) e relativamente regular. Ela emerge da realidade heterogênea das línguas, estando, portanto, correlacionada com complexos processos sociais e culturais [...]”. O léxico é a face mais exposta da língua e a sua variação é originada, em muitas vezes, pelo contato linguístico entre uma ou mais línguas, o que nos leva a acreditar que “qualquer língua é sempre, portanto, uma realidade plural e heterogênea” (FARACO, 2012, p. 39). No caso de Moçambique temos uma situação do português em contato com mais de vinte LB e do inglês, como veremos na seção 6.

3.1 A variação linguística e a questão do “dialeto”

As LB faladas em Moçambique são chamadas de “dialeto”, denominação preconceituosa herdada do sistema colonial que continua prevalecendo até aos dias de hoje. Vemos a mesma postura em relação ao português moçambicano. Discordamos da tese de que o PE é que é língua, defendendo que a variedade do português falado no território moçambicano tem características próprias, no nível fonético, morfológico, sintático,

semântico e lexical, fato comprovado pelos estudos recentes de Dias (2002b, 2009b), Gonçalves (2012, 2005a, 1996b), Vilela (1995), Ngunga (2012) entre muitos outros.

Os estudos provam que o PM é uma variedade diferente do PE e seu estudo precisa ser mais aprofundado, procurando cada vez mais espaço para a sua afirmação legal - a padronização. “Falar de uma variedade é apenas reconhecer a existência de um ou de vários conjuntos de diferenças, de uma ou de várias variedades, e recusar estabelecer entre essas variedades numa hierarquia” (GARMADI, 1983, p.29). Essas diferenças linguísticas são causadas pelo contato entre línguas, pelo surgimento de realidades sociais, culturais, políticas e econômicas bem diferentes ou mesmo pela diferença de classes sociais.

Para Cezário e Votre (2009, p.142), o termo variante “é utilizado para identificar uma forma que é usada ao lado de outra na língua sem que se verifique mudança no significado básico” porque toda língua é um feixe de variedade. É uma característica normal de todas as línguas porque “uma língua completa tem seus estilos formais e informais, seus sotaques regionais e seus jargões de classe ou profissionais, o que não destrói sua unidade...” (HAUGEN, 2001, p.112). Os fatores extralinguísticos que participam na investigação de uma variedade são: origem geográfica, *status* socioeconômico, grau de escolarização, idade, sexo, redes sociais, mercados de trabalho, entre muitas outras variáveis extralinguísticas.

Com isso pretende-se dizer que um **dialeto** não é uma língua, pois esse termo traz uma avaliação preconceituosa, uma sensação de inferioridade. Marcos Bagno no seu livro *Não é errado falar assim: em defesa do português brasileiro* dá exemplo do cineasta moçambicano que considera as LB moçambicanas como **dialetos**. Realmente este preconceito existe no seio dos moçambicanos como herança do sistema colonial, aspecto que deve ser combatido, pois as LB são “tão eficientes como instrumentos de interação social quanto o português ou qualquer outra língua europeia, ou qualquer outra do mundo” (BAGNO, 2009b, p.18).

Na luta contra o preconceito linguístico a escola deve ser a “comandante”, posicionando-se na vanguarda e não sendo incentivadora da discriminação linguística. O termo “dialeto” renega a princípio o estatuto de ser língua e atribui pouca consideração à variedade linguística. Entendemos por variação linguística a forma como uma determinada comunidade linguística se diferencia de outra, sistemática e coerentemente tendo em conta os contextos sociais. A variação se manifesta em diversos níveis:

3.1.1 Variação fonético-fonológica

É uma característica das diferenças na pronúncia de palavras que variam de língua para língua, de variedade para variedade. Pode ainda ser causada por influências de outras línguas,

ainda que deva considerar que “os valores fonológicos são abstrações que se originam das relações que os sons físicos mantêm dentro do sistema da língua” (CAGLIARI, 2008, p.26). No caso de Moçambique muitas formas de variação fonético-fonológica no português são resultado da influência das línguas maternas de origem bantu espalhadas um pouco pelo país. É através da variação fonética que percebemos se o falante nasceu no norte ou no sul do país. Vejamos algumas variações fonéticas encontradas nas províncias de Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia todas localizadas a norte de Moçambique locais onde predomina a língua makhuwa:

(19) Troca da consoante sonora pela consoante surda:

a) A troca de [d] por [t] : dedo=[teto]; dado=[tato]

b) A troca de [b] por [p]: bebé, bebe = [pepe]; banana =[panana]; bater =[pater]

c) Troca de [g] por [k]: galo [kalo]; golo [kolo]; pingar [bikari]

(20) Inserção de uma vogal que desfaz a sílaba complexa³⁸:

Exemplos: a) fazer=[fazeri]; b) lavar=[lavari]; c) pagar [pacari]

Segundo Ngunga, “o não vozeamento de consoantes é uma característica fonética fundamental do português falado pelos falantes de makhuwa como língua materna” (NGUNGA, 2012, p.11). No caso do exemplo em (20), não acontece exclusivamente em makhuwa. É um fenómeno característico das LB em geral em que a estrutura das sílabas é consoante ou consoante/vogal. Este fenómeno também acontece no PB, tal como apresenta Aguilera (1997). A autora discute *suarabácti* que é “inserção de uma vogal para desfazer um encontro consonantal. Na fala coloquial, os encontros consonantais do tipo **-pt-**, **-tm-**, **-pn-**, **-ps-** são naturalmente desfeitos, por *suarabácti* [...]”(AGUILERA, 1997, p. 138). Exemplos: **objetivo, psicologia, capturado, ritmo, empenotizar**. Este fenómeno acontece no português de Moçambique só que esse aspecto não se verifica na forma escrita. Os exemplos (19) e (20) acontecem exclusivamente na forma oral e os alunos não transferem essa característica para a produção escrita.

³⁸ Este processo existe também no PB. Cagliari (2008) dá exemplos de palavras **afta** e **piscina** em que há queda ou inserção. Segundo o autor isso se “reflete na escolha da forma de base ou do *input*, que poderá ter ou não a vogal “i”.” (CAGLIARI, 2008, p.170).

3.1.2 Variação morfológica

A Morfologia é uma disciplina que descreve e analisa a estrutura interna das palavras e os processos morfológicos da variação e de formação das palavras. Podemos destacar alguns exemplos de variação morfossintática no PM. O primeiro caso é o que vemos em (21).

(21) Falta de concordância

a) “Rituais religioso ϕ só conheço um.” (PM) b) “Rituais religiosos só conheço um.” (PE)

A diferença que se observa nestas duas frases é a falta de concordância no PM se compararmos com o PE. O importante a reter é que esta variação está inerente à norma-padrão. Sabe-se que a fala pode variar segundo a idade, o grau de escolaridade, as redes sociais, o local de residência, etc. Este fenómeno não acontece somente em Moçambique, pois estudos de Scherre e Naro (1998, p.1) mostram que “diferentemente do português de Portugal, o português vernacular do Brasil apresenta variação sistemática nos processos de concordância de número, exibindo variantes explícitas e variantes zero (0) de plural em elementos verbais e nominais.”

Vejamos outros exemplos relativos às preposições no PM apresentados por Gonçalves (2001b, p.983). As preposições destacadas são usadas de forma diferente no PM se compararmos com o PE, que é entendido como a Norma-Padrão:

(22) As preposições

a) “Chegou cedo na escola.” vs “Chegou cedo à escola.” (PE)

b) “O pai volta em casa às sete.” vs “O pai volta para casa às sete.” (PE)

c) “Visitei no museu de História Natural.” vs “Visitei o museu de História Natural.” (PE)

d) “Frequenta na escola primária.” vs “Frequenta a escola primária.” (PE)

3.1.3 Variação sintática

Para além da variação morfológica que vimos em 3.1.2, o PM apresenta variação a nível sintático. Pesquisas de Dias (1991, 2005b; 2009b) mostram que há vários casos de variação se compararmos com o PE. Vejamos alguns exemplos de Gonçalves (2005b, p.55).

(23) Desvios ao PE

a) “Eles elogiaram **a** uma pessoa.” (PM) vs “Eles elogiaram uma pessoa.” (PE)

b) “Elogiaram-**lhe** muito.” (PM) vs “Elogiaram-na muito.” (PE)

Os exemplos de Gonçalves provêm de um *corpus* oral, fato que nos leva a crer que há diferenças entre a escrita e a fala. O que acontece em muitos casos é a transferência da fala

para a escrita, fato que leva ao distanciamento em relação à norma-padrão. Vejamos outros exemplos de Gonçalves (2001b, p.986):

(24)

- a) “Recebi ϕ telefonema”(PM) vs “Recebi um telefonema.”(PE)
 b) “Todas ϕ pessoas chegaram” (PM) vs “Todas as pessoas chegaram”(PE)

Aqui nota-se a ausência de artigos nas frases do PM, que são exigidos pela norma-padrão europeia.

- c) “A participação não era assim tão grande **que** no futebol.” vs “A participação não era assim tão grande como no futebol.” (PE)
 d) “O homem era **forte** que batia toda gente.” vs “O homem era tão forte que batia toda gente.” (PE)

Estes exemplos sustentam que a variedade moçambicana é uma realidade e os aspetos sintáticos são os mais camuflados se compararmos com o léxico. Aqui comparamos com o PE. Poder-se-ia fazer outras comparações com o PB ou PA. Mas com essas todas essas comparações concluiríamos que as variações sempre existem e as particularidades do PM são específicas à realidade moçambicana.

3.1.4 Variação semântica

A semântica é o estudo do significado de palavras e da interpretação de frases. O significado pode variar segundo variáveis: linguísticas, geográficas e sociais. Por exemplo, uma única palavra pode ter significados diferentes em duas comunidades linguísticas. Por exemplo, as unidades lexicais **chapa** e **camisola** têm significados diferentes dependendo do lugar geográfico. A unidade lexical **chapa**,³⁹ para além dos significados conhecidos na LP significa “transporte semi-coletivo de passageiros.”

A palavra **camisola**, no PB significa “vestimenta feminino usada para dormir” enquanto que no PM, camisola é “vestimenta de malha de lã ou algodão com mangas compridas que é usada para se proteger do frio.” No PM há transferência de valores semânticos das LB para o português. Exemplo: o carro **dormiu** fora (PM) vs O carro ficou fora (PB). Neste exemplo observa-se que no PM, o verbo **dormir** que devia ser atribuído a

³⁹ “Folha metálica; lâmina em que se abre um desenho para ser reproduzido; lugar plano; insígnia honorífica aberta em metal; distintivo de moço de fretes, etc; distintivo com numeração e mais elementos de identificação de automóveis, etc; antigo disco de fonógrafo; negativo em fotografia; frase, discurso que se repete em solenidades por falta de recursos intelectuais” (DICIONÁRIO INTEGRAL DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2008, p.339).

seres animados foi usado para o ser inanimado (carro). O mesmo verbo poderia ser usado para outros objetos: machado, panela, carrinho de mão, etc. Conclui-se aqui que o valor semântico deste verbo se desdobrou, desviando-se do que a norma-padrão europeia preconiza. Em outras palavras, no PM, para além de dormir [+ animal] também é usado para seres inanimados, estendendo assim o valor semântico.

3.1.5 Variação lexical

Para um único referente podem existir várias palavras. Por exemplo: as palavras **candongá** (na Guiné-Bissau e Angola), **chapa-100** (em Moçambique), **van** (no Brasil), **toca-toca** (na Guiné-Bissau), **busão** (no Brasil) referem-se ao nome do transporte de passageiros. No futebol moçambicano, os termos **trave**, **gandula**, **bandeirinha**, **grama** e **escanteio** são designados **baliza**, **panha-bolas**, **fiscal de linha**, **relva** e **canto** respectivamente (cf. TIMBANE, 2013a).

Por outro lado, uma unidade lexical pode ter vários significados. Por exemplo: O jogo de brincadeira das crianças “neca”, no PM refere-se a “amarelinha” no PB. Estas variações lexicais são causadas por razões culturais, sociais e geográficas. As crianças brincam do mesmo jeito, as regras são iguais e o que muda é simplesmente o nome. Mas também há variação lexical na fala de jovens e adultos. Os jovens tendem a criar um léxico específico. Exemplos: (25)

- a) “E aí malta, tá-se bem?” (E aí colegas, estão bem?)
- b) “oi pessoal, *mbora-lá tchilar* para não *nholar!*” (Amigos, vamos divertir para não ficarmos isolados)
- c) “*Tcheca-lá* antes de *bazarmos*. Esse *gai-gai* pode *tchunar* as cenas e ficarmos a *mbunhar!*” (Veja isso antes de irmos. Esse flanelinha pode roubar as coisas e ficarmos sem nada)

Dependendo de variáveis sociais a língua pode variar. A fala dos jovens, por exemplo têm se diferenciado em relação à dos adultos. As frases (a) e (b) ilustram a criatividade lexical, morfológica e sintática desta faixa etária. É na fala/escrita dos jovens que se pode ouvir unidades lexicais do tipo: *freestyle*, *flow*, *tá*, *sebem*, *naice*, *fixe* entre muitas outras unidades lexicais. Demos exemplos de unidades lexicais vindas do inglês, mas existem outras que provêm das mais diversas LB faladas em todo território. Isso não só acontece com o PM, mas também com PE, PA e PB. Berlinck (2012, p.8-15), por exemplo, mostra as particularidades do PB nas variações sintáticas e morfológicas.

3.2 Classificação da variação sociolinguística

Todas estas variações estão conectadas a fatores extralinguísticos diversos, a saber: origem geográfica, status socioeconômico, escolarização, idade, sexo, redes sociais, mercado de trabalho, etnia entre muitas outras, tal como exemplificaremos a seguir.

3.2.1 Variedades geográficas ou variação diatópica

A palavra **diatópica** provém do grego *dia*=através de + *topos*=lugar. As variações geográficas seriam aquelas que estão ligadas aos diferentes lugares onde a língua é falada. São as diferenças que uma mesma língua apresenta na dimensão do espaço, quando é falada em diferentes regiões do mesmo país ou em diferentes países. Existem termos que especificam as variedades locais: os brasileirismos, moçambicanismos, portuguesismos, etc para indicar as especificidades do português falado no Brasil, Moçambique e Portugal, respectivamente. Sendo assim, “de todas as variedades do português, a variedade geográfica é a mais perceptível. Quando começamos a conversar com alguém, logo percebemos se ele é ou não originário de nossa região.” (CASTILHO, 2010, p.198).

Para Camacho (2013, p.116), o PB se caracteriza pela pronúncia das vogais, o uso do gerúndio, o uso dos possessivos sem artigo, o emprego do verbo **ter** ao invés de **haver**, a simplificação da conjugação verbal, etc. No PE existem dialetos setentrionais (transmontanos e alto-minhotos), dialetos centro-meridionais (dialetos do centro litoral, centro interior, dialetos dos açores e da madeira) e dialetos galegos (oriental e ocidental) (MATEUS, 2005, p. 20-21; CUNHA; CINTRA, 2008, p.24-35). No português de Moçambique a marca registrada para identificar se um falante é do norte ou do sul é o **desvozeamento**, tal como vimos em 2.2.4. Estudos de Castilho (2010, p.198) mostram que “há uma correlação entre a região de origem dos falantes e as marcas específicas que eles vão deixando em sua produção linguística. No PB observam-se três divisões dialetais: português brasileiro do norte, do sul e fronteiro. Este último, por exemplo, é resultado de contatos linguísticos na fronteira que se deu na “expansão agrícola em direção ao Paraguai, criando-se a figura dos brasiguaios.”(CASTILHO, 2010, p.203).

3.2.2 Variação diastrática

É uma variação que se encontra quando se comparam diferentes estratos de uma população, definidos em função de classe social, renda, escolaridade. Segundo Aguilera (1997, p. 131) “consideramos como dialeto diastrático ou vertical as variantes relacionadas

às variáveis extralinguísticas: local de origem com base na oposição urbano x rural, grau de escolaridade, classe social.” A autora dá exemplos “do registro do /r/ > /l/ nos encontros consonantais, a redução das proparoxítonas, a iotização do /k/ granula, crara, istomu, cangaia” (AGUILERA, 1997, p.131). Ilari e Basso (2009, p.175) mostram algumas características das variedades populares a vários níveis linguísticos:

(26) Fonético: queda ou nasalização da vogal átona inicial: *incença vs excelência); queda de material fonético posterior à vogal tônica: *fígo vs fígado; *çiço vs cícer; *cêntimo vs centímetro.

(27) Morfológico: perda do –s da desinência da primeira pessoa plural. * “...Nóis cantamo, nóis cantemo...” por “...nós cantamos...”; anteposição do advérbio de comparação a adjetivos que já são comparativos: mais mio em vez de melhor.

(28) Sintático: redução das formas verbais: Eu **falo**, você/ele/ela/nós/a gente/vocês/eles/elas **fala**). As formas verbais no presente do indicativo são “falo” e “fala”. Isso é simplificação/redução. Esta simplificação gramatical é também observada em crioulos de qualquer base; o uso dos pronomes do caso reto na posição de objeto: “...Eu vi ele...” vs “...eu o vi...”; “...a mulher xingou eu...” vs “...a mulher me xingou...”

3.2.3 Variação diamésica:

Esta variação se centra na comparação entre a língua falada e língua escrita. Na comunicação “a língua oral é a mais suscetível de expressar variações e, nela, os critérios de aceitabilidade social são mais elásticos. Principalmente, em nível lexical” (PRETI, 2003, p.53). Para Preti, na “dinâmica lexical encontramos na gíria, um contínuo processo criativo dos grupos sociais, em busca de efeitos expressivos para a linguagem do dia-a-dia.” No Brasil, “as pessoas dizem coisas como *né, ocêis, disséro, téquinico*, pensando que dizem *não é, vocês, disseram, técnico*” (ILARI; BASSO, 2009, p.181, itálico dos autores).

O estudo desse tipo de variação é de extrema importância para a pesquisa porque veremos como o oral e o escrito se entrelaçam no PM. Por isso, propôs-se uma pesquisa composta por *corpora* escrito e oral. Sabemos que a escrita não é língua, mas sim a representação da fala e é através dela que o aluno é avaliado na escola, fato que faz com que enfrente vários desafios: “conviver em casa com a variedade rural. Adequar-se na escola à variedade culta e fazer uso mais frequente da escrita ao contrário da quase exclusiva expressão verbal”(AGUILERA, 1997, p.130). Cagliari considera absurdo que todas as

atividades de português na escola girem em torno da escrita (CAGLIARI, 2010, p.82). A língua oral tende a ser mais informal, real na comunidade linguística enquanto que a escrita procura ser mais cuidadosa na maioria dos casos. Entendemos que é “na maioria dos casos”, porque hoje em dia, “as interações de *e-mail* e de grupos de bate-papo, nas quais a pressão é mais forte para que a comunicação seja rápida, carecem daquela construção cuidadosa planejada e elaborada tão característica da escrita” (CRYSTAL, 2005, p.89). É importante referir que “a mudança nasce na e da variação e se essa é característica da língua falada, cabe ao historiador da língua buscar nos documentos históricos disponíveis aqueles que mais refletem a linguagem usual, livre das pressões normativas- o vernáculo.” (BERLINCK; BARBOSA; MARINE, 2008, p.170).

3.2.4 Variação diafásica

Esta é também conhecida como variação estilística. A variação diafásica é o uso individual da fala/escrita realizada segundo grau de monitoramento. Há diferenças da fala segundo espaço (lugar) e tempo. Quando falamos com um juiz há um conjunto de construções sintáticas e lexicais que devem ser usadas, pois naquele espaço de julgamento se exige aquele tipo de discurso. O mesmo juiz, ao encontrá-lo num bar, não exigirá o mesmo registro linguístico.

O monitoramento acontece oralmente ou por escrito. A escrita tende a ser mais monitorada do que a modalidade oral, embora não escapando à mudança. Um exemplo recente está na discussão suscitada em torno do livro *Por uma vida melhor* desde 12 de maio de 2011, no seio da sociedade brasileira, pela alegação de que a obra incentivava o erro. Tudo aconteceu porque o livro admitia o uso da falta de concordância no sintagma **os livroØ**. A fala é mais variável que a escrita e é preciso ter em conta a variação diafásica. Ao escrever um trabalho acadêmico ou uma redação o aluno tem de fazer uso da concordância sim. Mas ao escrever para um amigo tende a usar um registro menos formal em que caberia a ausência de concordância. Quando estamos nos comunicando, o nosso cérebro faz a escolha do léxico e o tipo de construção a usar, desde o formal ao informal, o mais coloquial ou não. Para Labov (2008, p.122) “uma mudança no ritmo, uma mudança na altura da voz, uma mudança no volume ou intensidade da respiração forma sinais socialmente significativos de uma alteração rumo a um estilo de fala mais casual ou espontâneo.”

3.2.5 Variação diacrônica

É a comparação das diferentes etapas da história de uma língua, quer dizer, aquela que se dá através do tempo comparando gerações. É através do estudo da variação diacrônica que percebemos que a língua que falamos hoje é resultado de processos de longos anos ou épocas diferentes. Em muitas pesquisas, o estudo da variação e da mudança se faz com a observação da fala e de textos escritos antigos.

Há que mostrar a relação entre fala e escrita na documentação do passado. Como nos diz Mattos e Silva (2008, p.20) “para alguns autores, a linguística histórica é a história da língua escrita, mas sem a fala não se escreve, pode-se entrever ou entreouvir a voz através dos textos: tarefa difícil e apenas aproximativa, ouvir o inaudível”. Pelo fato de as LB moçambicanas terem se mantido ágrafas até recentemente é quase impossível estudar como eram as línguas nos anos 1800, por exemplo. A obtenção de fontes, segundo Berlinck, Barbosa e Marine (2008, p.170), é um dos grandes problemas que os pesquisadores da história da língua enfrentam nos seus trabalhos.

A transmissão da cultura africana foi feita através da oralidade sendo que houve perda de muitos traços linguísticos da antiguidade. Em outras palavras, podemos estudar a língua baseando-nos em fontes orais disponíveis, mesmo havendo sempre a necessidade de investigar a confiabilidade da fonte. Podemos também, fazer um estudo baseando-se em escritos feitos no período em que os padres e missionários chegaram a Moçambique e escreveram catecismos e bíblias em línguas locais.

3.3 Mudança linguística

“Toda língua constantemente sofre alteração, e formularia fatores condicionantes sobre a transição de um estado de língua para um estado imediatamente sucessivo” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p.34). A mudança linguística é um fenômeno inevitável em qualquer que seja a língua. Muitos tradicionalistas utilizaram a via da padronização para reter e neutralizar qualquer tipo de variação. Em algumas línguas (como é o caso de francês), há instituições que vigiam e controlam qualquer tipo de variação e mudança. Para Labov (2008, p.152) a mudança linguística tem três estágios: a origem, a propagação e o término. Isso porque este fenômeno é social e está claro que

a mudança aparece primeiramente como um traço característico de um subgrupo específico. Sem atrair a atenção particular de ninguém. A medida que avança dentro do grupo, ela pode também se difundir para fora, numa onda afetando primeiramente os grupos sociais mais próximos do grupo de origem (LABOV, 2008, p.366).

E as “forças sociais exercidas sobre as formas linguísticas são de dois tipos distintos, que podemos designar como pressões vindas de cima e pressões vindas de baixo.”

Focalizando as características da mudança, Faraco (2005) mostra que uma mudança é contínua, é lenta, é gradual, é relativamente regular e emerge da heterogeneidade, quer dizer, vem do reconhecimento da língua como uma realidade essencialmente social. Sendo assim, qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exhibe sempre variações e a LP não seria uma exceção, principalmente pela distribuição geográfica em que esta se apresenta. É importante sublinhar que todas as línguas do mundo são sempre continuações históricas e as mudanças temporais fazem parte da história das línguas. A Sociolinguística toma como um dos pilares de toda a sua teorização o reconhecimento do fato de que a língua funciona enquanto muda, negando o caráter disfuncional da mudança (e *a fortiori* da variação), como havia sido sugerido pela visão estruturalista de língua. (LUCCHESI, 2011, p.229). Às vezes as pessoas se esquecem de “olhar para atrás” para perceber que o que é hoje a LP é resultado de transformações desde o latim vulgar, há alguns séculos passados. E sempre houve mudanças de todo tipo porque a

língua move-se ao longo do tempo numa corrente que ela própria constrói em seu curso. Nada é estático. Todas as palavras, elementos gramaticais, locuções, sons e acentos são configurações que mudam lentamente, moldados pelo curso impessoal e invisível da vida da língua (CARVALHO, 2009, p.39).

A LP está mudando, pois caso contrário estaríamos falando latim. Discutindo a questão da mudança, Perini explica que “a linguagem da fala não é a mesma da escrita; mas ambas evoluem, e no evoluir se influenciam mutuamente [...] achar que a mudança da língua é um perigo é como achar que o bebê está em perigo ao crescer [...]” (PERINI, 2005, p.22).

Esta movimentação da língua está longe do controle humano, capacidade esta que fez com que fracassasse o Projeto de Lei nº 1676 de 1999, que dispunha sobre a “Promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa” (BRASIL, 1999) e que visava, mais diretamente, o controle sobre a incorporação de empréstimos de línguas estrangeiras no português brasileiro. Segundo Carvalho (2009)

a mudança começa a se desenvolver com o deslocamento de uma norma. Ela se modifica, sobretudo onde o sistema não corresponde às necessidades expressivas e comunicativas dos falantes. Só conseguimos comprovar uma mudança quando adotada por vários falantes, salvo raros casos. É quase sempre impossível descobrir quem e quando iniciou uma inovação ou adotou um termo (CARVALHO, 2009, p.38).

Mesmo assim, ela se enraíza e se expande pelos falantes até ser percebida pelos linguistas que, por sua vez, como forma de reconhecimento e integração à língua. Para o estudo da mudança há que considerar cinco problemas: o problema dos fatores condicionantes, da transição, do encaixamento da avaliação e da implementação.(cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p.121-125). Para Labov, todas as observações empíricas de mudança em progresso que têm sido relatadas “são explicadas como resultado de um complexo processo de empréstimo, e ficam relegadas a um tipo de comportamento linguístico conhecido como flutuação ou conflito de formas” (LABOV, 2008, p.195).

3.3.1 Características da mudança

Sabe-se que a mudança linguística resulta de um processo histórico intimamente ligado aos fatos da fala. Todas as mudanças começam na fala incentivados pelos contextos sociais diversos. Quando uma língua se espalha num contexto sociolinguístico, ela muda. Segundo Crystal “o simples fato de que partes do mundo diferem tanto umas das outras, física e culturalmente, significa que os falantes têm inúmeras oportunidades de adaptar a língua, para satisfazer suas necessidades de comunicação e adquirir novas identidades.” (CRYSTAL, 2005, p.36). Crystal explica que a parte principal da adaptação é o léxico e o valor semântico.

Podemos assim, destacar as seguintes características dos processos de mudança mais marcantes. Senão vejamos: **(a)** a mudança é contínua, ininterrupta e discreta; **(b)** A mudança é lenta, gradual e regular; **(c)** A mudança é sentida com preconceito; **(d)** as mudanças podem corresponder a mutações, substituições, aparecimentos e desaparecimentos, conservação e inovação; **(e)** o estudo das mudanças pode focalizar diferentes períodos históricos: passado, presente. Explicando o processo de difusão ou propagação da mudança, Labov (2008) afirma que

A diferença entre uma mudança em progresso e uma mudança avançada pode ser vista claramente no padrão da distribuição social. Uma mudança pode começar primeiro num grupo social localizado em qualquer ponto da hierarquia social. Enquanto ela está se desenvolvendo e se expandindo, ainda se pode ver o padrão em pirâmide através de diversas faixas etárias, com os valores mais altos nos falantes mais jovens do grupo original. Mas quando a mudança atinge um estado avançado, e todas as classes sociais são afetadas, ela frequentemente se torna estigmatizada, e a correção social da fala formal começa a obscurecer o padrão original. Nesse caso, temos uma distribuição linear, com a classe mais alta exibindo a menor frequência do traço estigmatizado na conversa cotidiana. (LABOV, 2008, p. 336-337).

A afirmação de Labov (2008) chama-nos atenção na sutileza da mudança no seio de uma comunidade linguística. Essa característica traz nos a ideia de que “a língua move-se ao longo do tempo numa corrente que ela própria constrói em curso” (CARVALHO, 1989, p.28). Portanto, o grupo social, a faixa etária, a classe social, língua materna são algumas das variáveis sociais que precisam ser observadas. A língua está em perpétua mudança. No entanto, “essas mudanças não são muito perceptíveis para o falante comum. A sincronia faz abstração do movimento da língua no tempo; ela se apresenta como um complexo de sistema de valores puros, que se interdefinem” (FIORIN, 2013, p.57).

3.4 O professor moçambicano diante da variação

Nesta subseção tentamos demonstrar quais os problemas que o professor moçambicano enfrenta diante dos seus alunos, no ensino da disciplina de português. A sociedade espera que se estude somente a **gramática** nas aulas de português. O que acontece é que professores, pais dos alunos e todos nós (sociedade em geral), estamos “acostumados com um conhecimento **pronto e acabado**, de uma escola apoiada na transmissão de **certezas**, sem qualquer alusão a uma ou outra condição contextual que autorize uma quebra de padrão.” (ANTUNES, 2012, p.93, grifos do autor). Os grifos do autor se referem à norma-padrão que os professores exigem que os alunos dominem com perfeição, fato que redundará num fracasso principalmente na escola moçambicana. O costume apresentado na citação de Antunes (2012) faz com que os alunos se sintam incapazes de dominar a LP. As frases apresentadas em 3.1 mostraram a diferença na relação com a norma-padrão europeia e o PM, pois “não existe comunidade linguística alguma em que todos falem do mesmo modo e porque, por outro lado, a variação é o reflexo de diferenças sociais, como origem geográfica e classe social, e de circunstâncias da comunicação” (CAMACHO, 2011, p.35). Vimos também que, mesmo em Portugal, onde essa NPE seria referência há vários dialetos e variedades espalhadas pelo país, fato que ilustra que nenhuma língua é falada de forma homogênea.

Estudar a gramática não leva, nunca levou, ninguém a desenvolver suas habilidades de leitura, escrita ou fala, nem sequer seu conhecimento prático do português prático escrito. Essas habilidades podem e devem ser adquiridas, mas o caminho não é estudar gramática. Podemos gostar disso, ou podemos não gostar - mas é um fato. Se quisermos manter os estudos gramaticais na escola, temos que descobrir outra justificação (PERINI, 2013, p.18).

Já é fato inconteste que há influências das LB no PM. Passamos a citar exemplos de exemplos de Dias (2009b, p.243) que representam várias construções transferidas das LB para

o PM identificados na produção de estudantes moçambicanos. O asterisco (*) diante de um enunciado ou palavra representa uma forma agramatical, isto é, uma ocorrência inexistente no PE e no PB:

(29) Possíveis causas dos erros no nível da coordenação

Ex: a) *Mina na yena hiya ebazara.* (xichangana) vs *Eu com ele vamos ao mercado. (português).

Esta é uma tradução linear do xichangana para português. O aluno transfere construções gramaticais da sua língua materna para o português, mas enfim esta frase não está prevista pela norma de prestígio. Observam-se diferenças de regência porque a língua materna do aluno segue normas diferentes daquelas da LP. (30)

a) *Ele negou com o pão dele. vs (xichangana: *yena ayalile ni pawu rakwe.*)

b) *Ela não quer com a casa dela vs (xichangana: *yena angalavi ni kaya kakwe*)

Os exemplos 30 (a, b) mostram que a influência das LB é constante no PM. Cada língua está inserida dentro de um contexto cultural específico. Por exemplo,

os verbos *kulelelana* (despedir-se) e *kuhambana* (divorciar-se) selecionam a preposição **ni** que exprime companhia, o que contrasta com a LP que para os seus equivalentes seleciona a preposição *de* que exprime afastamento. Porque o aluno se habituou, em tsonga, a associar a noção de companhia aos verbos anteriormente referidos, ao usar a LP vai juntar aos seus equivalentes preposições que exprimem companhia (DIAS, 2009b, p.241)

Para além destes exemplos, há no PM tendências em omitir artigos (ex. *Governo da Província de Niassa); o aparecimento de passivas dativas (ex. *Eu fui dito que não ias); o acréscimo de vogal em palavras que terminam com consoantes (ex. *encontrari); variação de concordância nominal (ex. *A maior parte fizeram); variação na concordância verbal (Exemplo * Existe pessoas.) dentre vários outros casos. (DIAS, 2009b, p. 405-406). Por fim, há que considerar muitos empréstimos vindos do xichangana: **tchovar* (empurrar) e **timbileiro* (xilofone) e os estrangeirismos: **tseque* (folhas comestíveis das quais se prepara um molho), **mulala* (raiz usada para escovação e tratamento da cárie). Sobre este assunto discutiremos com mais profundidade na seção 5.

Se o professor não percebe o desvio à NPE, como poderá corrigir estas frases ou unidades lexicais nos cadernos ou na fala dos seus alunos? É claro que vai perpetuar normas do PM mesmo pensando que está falando/escrevendo o PE. O que de fato acontece é que “o professor que está em sala de aula é também ator participante de sua própria vida, da vida de outros falantes, de outros atores do **espetáculo verbal**” (ANTUNES, 2010, p.162, grifo

nosso). É este **espetáculo verbal** que de forma suscinta e involuntária aparecerá na fala/escrita em sala de aula e não é norma-padrão europeia. Infelizmente, ainda há preconceito linguístico em Moçambique no que diz respeito à variação/mudança. Muitos professores ainda reprimem qualquer tipo de variação; acham que punindo os erros dos alunos através de reprovações resolvem-se os problemas de aprendizagem. Acredita-se que a norma europeia é a “mais certa” e essa que é exigida aos alunos. Mas até os professores não falam (nem poderiam falar) como “portugueses nativos”.

Contrariamente a essa ideia, a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas e os alunos têm de estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa e que não podem desprezar nem ter preconceito em relação a quem fala de forma diferente da sua. O importante é sublinhar que é “papel da escola, portanto, facilitar a ampliação da competência comunicativa dos alunos, permitindo-lhes apropriarem-se dos recursos necessários para se desempenharem bem, e com segurança, nas mais distintas tarefas linguísticas.” (BORTONI-RICARDO, 2009, p.74).

Sobre o ensino da variação, Bagno (2009a) defende que se deve apresentar aos alunos todas as opções que a língua oferece, explicar o funcionamento dessas regras, os processos gramaticais que ocorrem em cada uma e os produtos que deles resultam. Deve-se também ter a honestidade de explicar o valor social atribuído a cada uma dessas formas. Para Bagno,

o ensino dessas formas padronizadas conservadoras não pode vir acompanhado da atitude tradicional da escola de negar todo e qualquer valor às regras não-padrão, de despejar uma enorme carga de preconceito contra as opções sintáticas mais antigas ou mais inovadoras da língua, acusando elas de serem feias, erradas, estropiadas, etc. (BAGNO, 2009a, 157-158).

Falta um pouco de “honestidade” do sistema educativo e por parte dos professores de português nas escolas moçambicanas, porque se enganam quando afirmam que a norma mais correta é a portuguesa, como se eles falassem tal como os europeus. Resultados dessa atitude são as reprovações “em massa” dos alunos na disciplina de português. Concordamos com Cagliari (2009a, p.24) quando afirma que, no contexto brasileiro, “o professor de língua portuguesa deve ensinar aos alunos o que é uma língua, quais as propriedades e usos que ela realmente tem, qual é o comportamento da sociedade e dos indivíduos com relação aos usos linguísticos, nas mais variadas situações de sua vida.” Sua proposta também poderia/deveria se aplicar no contexto moçambicano.

O que acontece em Moçambique com relação à variação linguística é muito bem discutido por Bortoni-Ricardo (2009) no livro *Educação em língua materna: a*

sociolinguística na sala de aula, onde a autora apresenta resultados de uma pesquisa realizada em sala de aula, da qual concluiu que

O professor identifica “erros de leitura”, isto é, erros na decodificação do material que está sendo lido, mas não faz distinção entre diferenças dialetais e erros de decodificação na leitura, tratando-os todos da mesma forma; o professor não percebe uso de regras não padrão. Isto se dá por duas razões: ou o professor não está atento ou o professor não identifica naquela regra uma transgressão porque ele próprio a tem em seu repertório. A regra é, pois, invisível para ele; o professor percebe o uso de regras não padrão e prefere não intervir para não constranger o aluno; o professor percebe o uso de regras não padrão, não intervém, e apresenta, logo em seguida, o modelo da variante padrão. (BORTONI-RICARDO, 2009, p.38).

Estes aspectos constituem peça fundamental para as “reprovações em massa” ou ainda para a fraca qualidade dos alunos moçambicanos. É frequente o aluno chegar ao fim do ensino médio com dificuldades enormes de utilizar a norma-padrão. Estudo semelhante ao de Bortoni-Ricardo (2009) foi realizado por Timbane (2009), na cidade de Maputo-Moçambique em três escolas primárias completas⁴⁰: **3 de Fevereiro, Alto-Maé e Maxaquene**. Nessa pesquisa, os professores das três escolas defenderam a ideia de que a LP aprendida em casa pelos alunos ajuda na compreensão dos conteúdos, fato que dá a certeza de que o PM está presente na sala de aula. Outra observação é a de que os professores não percebem que estão diante de uma variedade do português, isto é, que estão diante do PM.

Um fato mais marcante é a preferência dos alunos por outras disciplinas exceto a disciplina de português. Outro aspecto a remarcar é que professores cuja língua materna é diferente daquela do aluno tendem a corrigir mais a fonética/pronúncia dos alunos. Este aspecto mostra que as diferenças da língua materna fazem como que “falsos erros” dos alunos sejam detectados imediatamente. A gramática ainda é aprendida como “camisa-de força” faltando a ideia de que saber falar português não é saber recitar as normas da gramática. Falta este espírito, pois na maioria dos casos, perde-se muito tempo com gramática normativa ao invés de tentar perceber como a variedade moçambicana funciona.

O léxico do PM precisa ser explicado aos alunos, de forma clara e concisa, porque a escola é o espaço de partilha dos saberes. De forma alguma devemos considerar estas construções como incorretas, pois elas são bem conhecidas pelos alunos, são ouvidas todos os dias, aparecem nos meios de comunicação e fazem parte do português falado naquele ponto

⁴⁰ Escola primária completa no contexto educacional moçambicano se refere às escolas que lecionam do 1º ao 7º, quer dizer, uma escola que inclui o 1º, 2º e 3º ciclos de ensino, tal como se viu no quadro 4, p.69.

geográfico. Esta problemática do ensino e do domínio do português também se verifica em Angola, na Guiné-Bissau, em Cabo Verde, etc, porque

para aqueles que esperam que os indivíduos saiam da escola dominando um padrão linguístico que eles chamam de correto, isto é, de acordo com uma norma linguística idealizada, imposta e, em parte, configurada nos manuais tradicionais de ensino, o ensino do português está em crise, faliu, porque, a não ser alguns poucos - por já trazerem do berço na sua fala o essencial desse padrão - dos milhões de escolarizados não sairão da escola, tal como hoje ela é, dominando esse padrão idealizado e considerado o correto (MATTOS e SILVA, 2004, p.73).

Pode-se trabalhar questões de variação nas aulas de português. O maior problema está com os alunos das grandes cidades. Referimo-nos às crianças que têm o português como língua materna, cujo número vem crescendo de forma acelerada ao longo destes últimos dez anos. Da pesquisa que se fez em crianças das escolas da Cidade de Maputo, por exemplo, concluiu-se que elas entram na escola com conhecimento da LP, aliás, do PM. (cf. TIMBANE, 2009).

A LP tem causado muitos problemas de aproveitamento escolar desde o início da nova era (Moçambique independente). Por sua vez a escola se sente confiante de estar no “caminho certo”, pois considera a gramática como uma “receita mágica” para que os alunos saibam falar muito bem a LP. É por isso que formulamos a pergunta: “quem sabe falar português?” A resposta causa muitas hesitações, porque “o ensino escolar nos inculcou, durante longos anos, a ideia de que não conhecemos a nossa língua; repetidos fracassos em redações, exercícios e provas não fizeram nada para diminuir esse complexo.” (PERINI, 2005, p.11). É o mito de que o conhecimento da gramática é a condição fundamental para saber falar a língua, o que ao nosso ver não corresponde à verdade.

Comentando sobre este mesmo assunto, Neves defende que o tratamento da gramática no espaço escolar deve respeitar a natureza da linguagem, sempre ativada para a produção de sentidos, o que se opera nesse jogo entre restrições e “escolhas que equilibram o sistema [...] pois a língua é dinâmica e variável, é um sistema adaptável, sempre em acomodação, de tal modo que só na sua face sociocultural se poderá admitir a existência de moldes e modelos” (NEVES, 2009, p.85). Neves conclui afirmando que a gramática não pode ser oferecida como uma “camisa-de-força” para os alunos fato que infelizmente acontece também na escola moçambicana.

Por outro lado, a maior parte da população de Moçambique usa as LB (principalmente nas zonas rurais) e, assim, seria importante que se avançasse para uma educação bilíngue em

que a LP é estudada em paralelo com a língua materna, principalmente nas classes iniciais. Ngunga (2007) afirma que

É imperioso, pois, que as línguas moçambicanas sejam incluídas no sistema de educação nacional de Moçambique, quer por razões políticas, quer por razões pedagógicas, para a maioria das crianças moçambicanas. É injusto que uma criança não avance na sua carreira escolar só porque lhe é imposta uma barreira que todos sabem intransponível. O uso na escola de uma língua desconhecida como veículo de ensino-aprendizagem fomenta timidez no estudante e desenvolve a arrogância do professor. Não é por acaso que os alunos das zonas rurais falam menos do que os das zonas urbanas (NGUNGA, 2007, p.3).

Resultado desta limitação de expressão em LP se reflete hoje até na política: alguns deputados na Assembleia da República têm medo de colocar suas opiniões por “falta de domínio da LP”. Já que o “português” falado é de difícil aprendizagem, só os escolhidos é que tomam a palavra para ser porta-vozes dos que não sabem português. É triste esta realidade. Quem conhece Moçambique nos dará razão. Há deputados que terminam o mandato sem se ouvir a sua voz na tribuna e podemos nos questionar se eles não têm ideias ou apenas não têm meios de expressá-las.

Bortoni-Ricardo (2006) revela que a escola se concentra na língua da cultura dominante desprezando a fala do grupo populacional desfavorecido. É por isso que o comportamento linguístico é um indicador claro da estratificação social. Para Bortoni-Ricardo (2006) e para Bagno (2008), a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos têm de estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de falar a LP e, assim, é preciso transformar a escola num lugar de inserção do saber erudito-científico e o senso comum, e que isso deve ser usado em favor do aluno e da sua formação como membro da sociedade.

Apesar de a escola ser considerada a **guardiã** da norma e do bom-uso linguístico não consegue controlar certas formas características no meio social em que o indivíduo está inserido. Vejamos alguns exemplos de Dias (2009b, p.393): (31)

- a) * “Eu não vi *ele* ontem.” (PM) vs “Eu não *o* vi ontem.” (PE)
 b) * “Tou chatiada.” (PM) vs “Estou aborrecida.” (PE)
 c) * “Deixa eu pegar o telefone.” (PM) vs “Deixa-me pegar no telefone.” (PE)
 d) * “Ninguém lhe deixou ferrar.” (PM) vs “Ninguém *o* deixou dormir.” (PE)

As frases em asterisco (*) mostram a inadequação com relação à norma do PE; mas também mostram algumas das características do PM e resultam de certo modo da transposição

de construções sintáticas da LB para PM, fato que é normal em Moçambique. Se o professor está pouco avisado, pode deixar passar estas frases em redações e em outros textos. Aliás, ser professor não é sinônimo de ser “especialista em gramática” da LP. Contestar estas frases seria o mesmo que dizer que os “moçambicanos não sabem falar português”. É o 2º mito apresentado por Marcos Bagno no seu livro *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. Bagno (2009b, p.40) se defende explicando que o “brasileiro sabe português, sim”. Quando dizemos que no Brasil se fala português, usamos esse nome simplesmente por comodidade e por uma razão histórica, justamente a de termos sido uma colônia de Portugal.

Muitas pessoas ainda não percebem que o PM existe e precisa ser estudado e apresentado em forma de gramática e dicionários. Matosse (2013) num artigo publicado no Jornal “Notícias” (08 e 09/03/2013), fala dos erros que são cometidos ao falar português. Matosse escreve:

Frequentemente, oiço professores de português, talvez por gravíssima distração, a dizer aos seus alunos, ainda que com algum carinho: ***Meus meninos, abrem vossos cadernos**. Análise: esta frase não se enquadra em nenhum dos tipos de frase, que certamente o leitor terá aprendido: declarativo, exclamativo, interrogativo e imperativo. Sem dúvida, à primeira análise, parece-nos adequar-se ao imperativo. (MATOSSE, 2013, grifos nosso).

Esta afirmação de Matosse prova mais uma vez que o preconceito linguístico é uma realidade em Moçambique. A norma europeia é a mais exigida e há tendências de que os moçambicanos devem falar tal como se fala em Portugal. A norma é artificial e nem mesmo em Portugal todos conhecem a gramática ou falam tal como está previsto nas gramáticas.

Felizmente, Matosse percebe que “muitos professores” falam da forma como ele considera errado. A língua é propriedade do coletivo e não da individualidade. Para Coseriu “a língua é todo o sistema expressivo que dentro de uma comunidade humana serve de meio de compreensão, é um patrimônio social, ou melhor, uma faculdade peculiar de todos os membros duma comunidade linguística e comum a todos eles.” (COSERIU, 1979, p.28). Se há muitos que falam ou escrevem assim, é prova mais que suficiente de que a variedade moçambicana está a se consolidar de forma mais acelerada.

Voltando para os debates no Brasil, é importante sublinhar que a questão de preconceito linguístico resiste no meio de alguns linguistas e no meio da sociedade em geral,

tal como se viu nos debates sobre o livro escolar *Por uma vida melhor*⁴¹. Como ficou esclarecido, com a temática abordada no livro pretende-se mostrar que há variedades de língua para cada contexto social, cultural, econômico, tecnológico, geográfico e até mesmo político. O importante é saber enquadrar os falares a cada contexto. (cf. AÇÃO EDUCATIVA, 2011).

A escola não pode ficar reprimindo, mas sim devia apoiar a diversidade linguística para que o preconceito não prevaleça na nossa sociedade; a escola deve ser o local que propicia e conduz uma reflexão profunda sobre o funcionamento da linguagem e ela tem de “garantir que seus alunos entendam que têm de adequar registros segundo os contextos garantir que haja condições de mover-se nos diferentes padrões de tensões ou de frouxidão, em conformidade com as situações de produção” (NEVES, 2009, p.128). Não é camuflando situações que podemos formar um cidadão linguisticamente são, porque se assim for, a educação em Moçambique continuará a ser “falsamente democratizada”, seguindo “a tradição normativo-prescritiva cujo modelo é um português padrão idealizado, fundado originalmente no português europeu” (MATTOS e SILVA, 2004a, p.137).

A questão da variação é muito profunda e a escola moçambicana pouco faz para mostra a variação linguística. A tabela 4 (p.115) apresenta dados importantes que resumem a situação da educação em Moçambique em relação com a CPLP. Olhando para a taxa média de escolaridade nota-se que Moçambique apresenta 1.2 anos de escolaridade, valor que se considera muito baixo no quadro geral e na CPLP. Portugal e Brasil apresentam taxas elevadas no contexto da CPLP e apresentam taxas baixas no quadro geral onde lidera a Noruega, Austrália e Estados Unidos que apresentam 12,6; 12 e 13,3 respectivamente. No caso de Moçambique há muito que fazer, começando pela reforma do sistema educacional. Cagliari em sua obra intitulada *Alfabetização e linguística* defende que

Para a escola aceitar a variação linguística como um fato linguístico, precisa mudar toda a sua visão de valores educacionais. Enquanto isso não acontece,

⁴¹ Polêmica que iniciou no Brasil, a 12 de maio de 2011 na qual se criticava uma página do livro *Por uma vida melhor* elaborado e produzido para educação de jovens e adultos. A polêmica consistia na aceitação ou não da frase **os livro**, uma vez que esse concordava com a variação linguística em que se podia usar as maneiras formais (**os livros**) e informais (**os livroØ**). Esse assunto provocou debates acirrados na sociedade brasileira, opiniões e pontos de vista publicados em jornais, enfim, em todos meios de comunicação. Na verdade, o livro não ensina de “forma errada”, mas sim, fornecia aos alunos as diversas possibilidades que a língua fornece. O livro dava exemplos do tipo **(a)** “Os livro ilustrado mais interessante estava emprestado”; **(b)** “Nós pega o peixe”; **(c)** “Os menino pega o peixe”. Os três exemplos mostram como a língua funciona em contexto informal. Cabe ao professor e a escola mostrar que as frases estão certas no contexto informal. E o linguista? O “linguista, cientista da linguagem, observa a língua como ela é, não como algumas pessoas acham que deveria ser.” (PERINI, 2013, p.21). Por outro lado, a escola deve alertar a sociedade sobre o preconceito linguístico provocado pelas falas dialetais e mostrando que o aluno precisa aprender as duas formas: fala formal e informal.

os professores mais bem esclarecidos deveriam pelo menos discutir o problema da variação linguística com seus alunos e mostrar-lhes como os diferentes dialetos são, por que são diferentes, o que isso representa em termos das estruturas linguísticas das línguas e, sobretudo, como a sociedade encara a variação linguística, seus preconceitos e a consequência disso na vida de cada um. (CAGLIARI, 2010, p.71).

O fracasso da educação em Moçambique não é atribuído somente a LP. Há fatores infra-estruturais, formação dos recursos humanos, políticas vigentes entre outros. A tabela 4 ilustra que ainda há muito caminho a percorrer para que a educação atinja índices satisfatórios. Isso passa pela valorização da variedade moçambicana que ainda é vista de forma preconceituosa por parte dos moçambicanos. Retomaremos os dados desta tabela mais adiante. É importante retermos que a mudança não ocorre ao acaso e de forma desordenada. Segue uma diferenciação ordenada. Nem toda a variabilidade e heterogeneidade leva à mudança, mas toda mudança envolve variabilidade e heterogeneidade. A mudança é resultado da correlação entre fatores linguísticos e sociais, bem como da covariação de mudanças associadas ao espaço geográfico e ao tempo ou período.

A mudança linguística é sem dúvidas um fenômeno permanente que responde às necessidades da comunidade dos falantes, atuando sempre de forma lenta, gradual. Sendo assim, as novas realidades e a criação de novos objetos fazem com que surjam, por exemplo, novos itens lexicais que os denominarão. O importante neste processo dinâmico é que não se deve contrariar “a norma e o sistema da língua” (CARVALHO, 2001, p.66). A variedade é oposta à norma-padrão e é socialmente estigmatizada, ideologia difundida pela escola, segundo afirma Camacho (2013, p.77). É importante ressaltar as palavras de Gonçalves quando fala que

o domínio do padrão europeu está assim restringindo a uma elite reduzida de falantes, pelo que mesmo o discurso oficial o declare como modelo - alvo das instituições escolares ou dos meios de comunicação social, tal medida, política, não impede que muitas das regras gramaticais sejam desconhecidas pela maior parte dos locutores de português. (GONÇALVES, 2001b, p.987).

A língua é propriedade coletiva e espelha a realidade da sociedade. Sendo assim, ela vai de acordo com os anseios dos falantes, dos contextos socioculturais, fato que faz com que não seja estático evoluindo, ao longo do tempo. Desta forma “a fala corresponderia ao espírito individual; a língua, ao espírito coletivo.” (COSERIU, 1979, p.28). Enquanto a escola e o professor não **abrem mão** da norma-padrão, vejamos os dados do Relatório do Desenvolvimento Humano- 2013. São dados referentes a CPLP:

Tabela 4: Relatório do Desenvolvimento Humano (IDH)-2013: dados gerais

Posição	País (CPLP)	População (2012)	Índice de Desenvolvimento Humano (2012)	Expectativa de vida à nascença (2012)	Média de anos de escolaridade (2010)	Anos de escolaridade esperada (2011)	Rendimento nacional Bruto Per Capita (2012)	Índice de educação ajustado à desigualdade (2012)	População com pelo menos ensino secundário (% com 25 anos ou mais) 2006-2010			
		Total em milhões	Urbana (%)	valor perda (%)								
								F	M			
43°	Portugal*	10.7	61.6	0.816	79.7	7.7	16.0	19.907	0.893	4.9	40.9	40.2
85°	Brasil**	198.4	84.9	0.730	73.8	7.2	14.2	10.152	0.725	14.4	1.5	6.0
132°	Cabo Verde***	0.5	63.4	0.586	74.3	3.5	12.7	3.609	0.746	12.7	50.5	48.5
134°	Timor Leste***	1.2	28.7	0.576	62.9	4.4	11.7	5.446	0.251	47.6	#	#
144	São Tomé e Príncipe****	0.2	63.4	0.525	64.9	4.7	10.8	1.864	0.379	20.0	#	#
148°	Angola****	20.2	60.0	0.508	51.5	4.7	10.2	4.812	0.267	46.1	#	#
176°	Guiné-Bissau****	1.6	44.6	0.364	48.6	2.3	9.5	1.042	0.224	50.1	#	#
185°	Moçambique****	24,5	31.4	0.327	50.7	1.2	9.2	906	0.286	40.8	#	#

Fonte: Malik (2013)

Legenda:

*Desenvolvimento Humano mais elevado (1° a 47° lugar)

*** Desenvolvimento Humano médio (95° a 141° lugar)

CPLP: Comunidade de Países de Língua Portuguesa

F: Feminino

Sem dados

** Desenvolvimento Humano elevado (48° a 94° lugar)

**** Desenvolvimento Humano baixo (142° a 186° lugar)

% : Percentagem

M: Masculino

Na tabela 4 pode-se notar que a “média de anos de escolaridade” em 2012 é muito baixa nos países africanos com gravidade em Moçambique (1,2), o que significa que algo precisa ser feito para reverter essa tendência negativa. O Brasil e Portugal lideram, no contexto CPLP e perdem bastante no nível mundial. Quanto aos “anos de escolaridade esperada”, Moçambique e Guiné-Bissau estão muito abaixo do desejado. Este é outro indício que deve-se ter em conta. Quanto ao “índice de educação ajustado à desigualdade” em 2012, a tabela 4 mostra que há perda considerável em Angola (46.1%), Guiné-Bissau (50.1%) e Moçambique (40.8%). Quanto a população com pelo menos ensino secundário entre 2006-2010, a tabela não indica os dados de Timor Leste, São Tomé e Príncipe, Angola, guiné-Bissau e Moçambique, mas sabemos que há percentagens altas.

No meio deste **mar de dificuldades** há que se pensar na metodologia de ensino, no nível de vida dos cidadão, na qualidade de ensino, na formação dos professores, na organização das infra-estruturas educacionais e na questão sociolinguística que é, na verdade, muito importante. Em Moçambique, ainda temos casos de salas de aula embaixo das árvores, ao relento, etc. as dificuldades são inúmeras, mas precisamos aprofundar a questão sociolinguística que interessa a nossa pesquisa.

Nos países onde a LP é segunda língua para a maioria das crianças, as dificuldades são maiores ainda porque há sensação de termos um único tipo de alunos, fato que é contrário às pesquisas realizadas por Timbane (2009) com crianças da zona urbana. As crianças falam apenas português na escola, na sala de aula com o professor. Mas que variedade? A variedade do português de Moçambique.

Apesar da existência de variações, existe uma LP que permite com que os brasileiros, angolanos, guineenses se entendam sem problemas. Essa é a LP que deve ser preservada, aceitando ao mesmo tempo a diferenciação lexical e a diversidade linguística dentro da comunidade lusófona. Entendamos esta invasão como fenômeno natural das línguas em geral, quer dizer, a capacidade de variar e mudar com o tempo, consequência de desenvolvimento social, econômico e cultural. “O PB e o PE com semelhanças inquestionáveis apresentam diferenças também inquestionáveis, que devem e precisam ser entendidas à luz do contexto linguístico-social que cerca cada uma das comunidades de fala” (NARO; SCHERRE, 2007, p.159). Essa afirmação pode ser ampliada para incluir as outras variedades do português, entre elas o PM. Aquilo que parece agramatical do ponto de vista de uma variedade, pode ser considerado correto e aceito em outra.

Critica-se por isso a ideia segundo a qual a LP deve permanecer estável, principalmente o Projeto de Lei nº 1676 de 1999⁴², do Ex-Deputado Rebelo que tentou controlar os estrangeirismos no Brasil (ZILLES, 2002; FIORIN, 2002) A França tem instituições especializadas que controlam variações e mudanças linguísticas, mas tudo indica que o francês, nem por isso não deixa de mudar. Sendo assim,

[...] não existe língua pura: o vocabulário de qualquer língua do mundo é resultado de séculos de intercâmbios com outros povos, outras culturas e, conseqüentemente, outras línguas. E agora que esses intercâmbios são ainda mais intensos e frequentes, e muito mais velozes, lutar contra os empréstimos é uma luta desde já perdida. Querer uma língua pura é o mesmo que querer uma raça pura, e já sabemos a que tipos de situações trágicas as ideias desse tipo podem levar. (BAGNO, 2011, p.82).

Para terminar esta seção, é importante sublinhar que a mudança não perturba de alguma forma a língua, apesar de não evoluir de maneira uniforme e ordenada, porque a rede de comunicação dos falantes difere de indivíduo, o que reforça a hipótese de que cada falante é único e singular linguisticamente falando. Concordamos com Crystal quando defende que “precisamos aceitar as mudanças na língua como um processo normal. Isso significa parar de vê-las como sinais de decadência ou deteriorização [...] a mudança é inevitável, contínua, universal e multidirecional. As línguas não melhoram nem pioram ao mudar. Apenas se modificam” (CRYSTAL, 2005, p.139).

Na próxima seção veremos como a criatividade lexical participa na variação e mudança linguística, como resultado de contatos linguísticos, fruto da dinâmica natural das línguas, consequência do desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Estudos sobre esse aspecto vêm crescendo desde o século XX, revelando que “a história das línguas mostra que a incorporação de unidades lexicais neológicas sempre acompanhou o desenvolvimento do acervo lexical dos idiomas” (ALVES, 2001, p.25). Sendo assim, vejamos os conceitos de neologismo e do léxico, questões básicas para discussão do nosso tema.

⁴² É uma lei que dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e uso da língua portuguesa. É uma lei que bloqueia a “invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos [...] e de aportuguesamento de gosto duvidoso, em geral despropositados como **startar**, **printar**, **atachar**, **data base**” (BRASIL, 1999).

4 O LÉXICO E OS NEOLOGISMOS

4.1 O léxico, o vocabulário e a palavra: buscando entendimento

Uma vez que o tema do nosso trabalho é a “variação lexical”, é fundamental discutir também a noção “léxico” e delimitar claramente os conceitos de **palavra**, **vocábulo** e **termo** para que a nossa perspectiva não seja confundida. Sabe-se que o léxico corresponde ao geral, ao social e é essencial, por isso que “é o reflexo do universo das coisas, das modalidades do pensamento, do movimento do mundo e da sociedade” (BARBOSA, 1989, p.77). Ou melhor, “é o conjunto das palavras fundamentais, das palavras ideais duma língua” (VILELA, 1995, p.13). Entendamos o léxico como um sistema aberto, em expansão em

todos os falantes testam diariamente sua competência lexical em relação à da comunidade como um todo (língua) ou como uma fração (discurso). Testemunham, por vezes, uma competência lexical insuficiente: criações lexicais funcionam para superar essa deficiência (CARVALHO, 2001, p.65).

Para Antunes, o léxico é o “amplo repertório de palavras de uma língua, ou o conjunto de itens à disposição dos falantes para atender às necessidades de comunicação [...] não existe língua sem gramática, mais verdade ainda é que sem léxico não há língua” (ANTUNES, 2012, p.27).

Biderman (1978, p.158) defende que “existe uma possibilidade para um sistema lexical se cristalizar: a morte da língua. Foi o que sucedeu ao latim. Se a língua, porém, continuar a existir como meio de comunicação oral (e também escrito), seu léxico se ampliará sempre.” Qualquer língua viva tem tendência de ser criativa para que forneça aos usuários um repertório variado para diferentes contextos, para diferentes realidades sócio-culturais. Quando uma língua está em processo de mudança, muitas vezes percebe-se a mudança por meio do léxico, porque o léxico “constitui um sistema aberto, mais ou menos imprevisível e quase infinito e a gramática forma um sistema fechado: as estruturas fonológicas, morfológicas, estruturas sintáticas fazem parte de um conjunto finito.” (VILELA, 1995, p.15).

A geração do léxico, segundo Biderman (2001, p.13), “se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras.” Mas prestemos atenção pois, o que pode ser “palavra” em francês, por exemplo, pode não ser em português ou vice-versa. É que “estudos linguísticos têm demonstrado que a noção palavra é bastante intuitiva para os falantes nativos, mesmo analfabetos ou falantes de línguas ágrafas, os quais conseguem segmentar o contínuo da fala em unidades a que podemos chamar de palavras” (CAGLIARI, 2002, p.33). Há quem

defina palavra **(a)** como unidade da escrita separada por espaço em branco ou delimitada de outra forma; **(b)** como unidade prosódica que porta apenas um acento principal (CAGLIARI, 2002); **(c)** como uma unidade fonológica; como o elemento mínimo da estrutura sintática; como um elemento do vocabulário da língua (ROSA, 2011, p.4). Por isso considera-se que existe uma palavra fonológica, palavra gráfica, palavra como unidade sintática mínima e palavra como unidade da morfologia. Guilbert (1975, p.105-135) já vinha discutindo a noção de palavra e mostrou os diferentes ângulos dos quais se pode “ver a palavra”.

Várias teorias (sobretudo os estruturalistas) tentaram estabelecer o que seria “palavra”, de um modo geral, mas finalmente o conceito ficou a ser definido por cada língua. Vejamos algumas posições com relação ao conceito:

Para Barros (2004, p.40), a palavra “é uma unidade léxica (ou unidade lexical), ou seja, é um signo linguístico, composto de expressão e de conteúdo, que pertence a uma das grandes classes gramaticais: substantivo, verbo, adjetivo...” Para Vilela (1995, p.14), palavra ou lexema “é a palavra que aparece como entrada do dicionário” e para Biderman (1999, p.83)⁴³ a palavra seria “uma sequência fonológica que recorre sempre com o mesmo significado”, mas também pode ser entendida como uma forma de segmentação da fala. “Na linguagem oral, as pausas mais comuns seguem padrões entonacionais e, muito raramente, uma pessoa fala palavras separadas por pausas” (CAGLIARI, 1999, p.66). O léxico de uma língua é o

conjunto virtual de todas as palavras de uma língua, isto é, o conjunto de todas as palavras, as neológicas e as que caíram em desuso, as testadas e aquelas que são possíveis tendo em conta as regras e os processos de construção de palavras. O léxico inclui, ainda, os elementos que usamos para constituir novas palavras: prefixos, sufixos, radicais simples ou compostos (CORREIA, 2011, p.227).

Como pudemos ver, a definição de palavra não é única, universal e não tem um valor absoluto. “Ele é relativo e varia de língua para língua. De fato, a afirmação mais geral que se pode fazer é que essa unidade psicolinguística se materializa, no discurso, com uma inegável individualidade” (BIDERMAN, 1999, p.82). Para este trabalho, tomamos em conta a definição de Barros que consideramos a mais operacional para os objetivos da pesquisa. Contrariamente à palavra, o vocábulo “é a palavra própria que ocorre na frase” (VILELA, 1995, p.14). Pode ocorrer numa frase ou num texto (discurso), embora este faça parte do léxico. É importante sublinhar que os vocábulos são contados uma vez no texto e as palavras

⁴³ Biderman já vinha discutindo este assunto desde 1978, no capítulo 5 “Critérios de delimitação e de definição da palavra” (p.104), do livro *Teoria linguística: Linguística quantitativa e computacional*.

podem ser contadas quantas vezes estiverem no texto. Os vocábulos são palavras-ocorrências e representam um “conjunto factual entre muitos possíveis, de todos os vocábulos atestados num determinado registro linguístico” (CORREIA, 2011, p.227). Esse conjunto de vocábulos forma o léxico que é o conjunto das palavras fundamentais, das palavras ideais duma língua. O léxico é o geral, o social e o essencial; o vocabulário é particular, o individual e o acessório (BARROS, 2004, p.13; BIZZOCCHI, 1997, p.56). Para Castilho (2010, p.110), palavra é o “conjunto de categorias cognitivas e traços derivados que são representados nas palavras por meio de lexicalização e o vocabulário é o produto do léxico compendiado nos dicionários de língua.”

O vocabulário é o conjunto dos vocábulos realmente existentes em determinado lugar e tempo ocupados por uma comunidade linguística. Contrariamente à palavra que é mais geral, o termo “é a palavra própria duma disciplina” (cf. VILELA, 1995, p.14), quer dizer, de uma área específica do saber. Os termos são “unidades sígnicas distintivas e significativas ao mesmo tempo, apresentando-se de forma tão natural no discurso especializado, quanto as palavras, nos discursos que se valem da língua comum como forma de expressão” (ANDRADE, 2001, p.193). É importante referir que

ampliar o vocabulário dos alunos, expandir seu repertório lexical, esteve durante muito tempo fora do foco escolar. Os erros de gramática, sobretudo aqueles ligados à sintaxe assumira a liderança na procura das dificuldades a superar e na definição do que deve ser ensinado (ANTUNES, 2012, p.97).

Com as definições de vocábulo, palavra e termo discutidas, já podemos nos posicionar a respeito do conceito de léxico. Sob ponto de vista comunicativo, Vilela (1995, p.13) define léxico como “o conjunto das palavras por meio das quais os membros de uma comunidade linguística comunicam entre si, ou melhor é o conjunto das palavras fundamentais, das palavras ideais duma língua.” O léxico, além de agregar um conjunto de morfemas, carrega propriedades gramaticais que têm uma função sintática e semântica. Por exemplo, a unidade lexical “menina” traz os seguintes significados: humano, feminino, singular.

4.1.1 A Formação do léxico

Após a discussão do conceito de léxico, é momento de identificarmos como o léxico se forma na matriz interna. O léxico apresenta dois momentos importantes: (1) a lexicalização, o processo decidido socialmente pelos falantes de acordo com as demandas de suas experiências de interação e (2) deslexicalização, momento em que a palavra cai em desuso ou passa a ser usada em contextos restritos (ANTUNES, 2012, p.31). O léxico do

português atual é resultado da evolução histórica do latim vulgar por meio de empréstimos, estrangeirismos, neologismos de todo tipo bem como dos condicionamentos socioculturais (VILELA, 1994, p.12; BIZZOCCHI, 1997, p.38). Os processos mais comuns na formação das palavras na LP são os processos de **composição** e **derivação**. O léxico “integra também unidades menores do que as palavras e que servem para formar novas palavras” (MATEUS; VILLALVA, 2006, p.61). O conjunto de elementos do léxico inclui unidades menores que as palavras, unidades simples ou primitivas e unidades compostas. Passamos a detalhar cada um desses tipos:

4.1.2 Unidades menores

São morfemas presos ou lexemas e afixos. Atuam no processo de derivação, uma vez que esta se realiza por meio de “adjunção de um ou mais afixos, para formação de uma nova palavra.” (SALIBA; AYRES, 1999, p.181). Por exemplo, com o sufixo **-ismo** se formaram as palavras: **alencarismo**, **afrocentrismo**, etc. Com o prefixo **super-** se formaram as palavras: **supercidadania**, **superformiga**, **supergigante**, **supershow**, **superloja** (ALVES, 2007). No PM temos exemplos de altamente (muito bem, certo).

No francês, por exemplo com o prefixo **e-** se formam várias unidades lexicais: *e-magicien*, *e-book*, *e-campus*, *e-marketing*, *e-carte*, *e-écriture*, *e-commerce* (cf. BRANCA-ROSOFF; REBOUL-TOURE, 2008, p.39). Casos semelhantes (com mesmo prefixo) podem ser vistos em inglês, em português e em outras línguas.

4.1.3 Unidades simples ou primitivas

São subconjuntos do léxico formado por formas livres ou lexias simples primitivas. Vejamos alguns exemplos do PM: **marrar** (estudar); **naice** (bom); **chapa** (transporte semi-coletivo); **barulhar** (fazer barulho), **cheia** (jogo de encher a garrafa com arria), **chamboco** (chicote), **célula** (grupo de organização política/partido), **bichar** (fazer fila), **depressar** (andar rápido), **fotar** (tirar foto), **poucar** (trouçar), **confusionar** (criar confusão, provocar).

4.1.4 Unidades compostas

As unidades compostas resultam da junção de palavras para formar um novo significado: são formadas por justaposição e aglutinação, tais como **doidoendo** (dói + doendo), **sonhambulante** (sonho + ambulante), **brinciações** (brinca + criações) (COUTO, 2007a), **amor-perfeito**, **couve-flor**, **pernilongo**, **aguardente**, **pé-de-moleque**, **louva-a-deus**

(SALIBA; AYRES, 1999), guarda-chuva, caminho-de-ferro, arco-íris, dor de cabeça (VILELA, 1994). Estes fenômenos não acontecem apenas no português:

(a) No japonês: *tsu* (porto) + *nami* (onda) = *tsunami*; *kara* (vazio) + *okesutora* (orquestra) = karaokê; *kami* (Deus) + *kaze* (vento) = *kamikaze*

(b) No inglês: *head* (cabeça) + *ache* (dor) = *headache*; *tooth* (dente) + *brush* (escova) = *toothbrush*; *foot* (pé) + *ball* (bola) = *football*

A lexicologia é a ciência que estuda o léxico. O foco sobre o léxico permitirá o estudo de neologismos, estrangeirismos e empréstimos que ocorrem no PM porque a “comunicação pressupõe que os indivíduos têm um repertório de palavras em comum e compreendem tais palavras do mesmo modo” (cf. VANOYE, 1987, p.33). Se por acaso um dos interlocutores não entende uma das unidades lexicais pode haver problemas de comunicação. No dia a dia, dependendo do lugar, da idade, do nível social, o léxico tende a mudar. Segundo Isquerdo (2006) o léxico de uma língua

tende a renovar-se e a ampliar-se, em decorrência de contatos linguísticos e interculturais e de necessidade de nomeação de novos referentes da realidade circundante, como também pode manter-se conservador em comunidades isoladas geograficamente e pouco expostas a avanços tecnológicos, a meios de comunicação de massa. (ISQUERDO, 2006, p.11).

A ampliação lexical no contexto moçambicano é incentivada pelos contextos sociais/culturais resultantes da situação linguística e étnico-cultural, resultado em um enriquecimento lexical. A criatividade lexical surge da necessidade de designar produtos, conceitos recém-criados em uma outra língua e que são adotados por razões culturais, financeiros, científicos, etc. Para Turazza (1996, p.98), a criatividade é “um processo de produtividade que decorre do fato de ser o código linguístico e o universo lexical sistemas limitados.” Turazza acrescenta que a criatividade lexical “resulta da relação desproporcional entre a dinâmica do processamento das informações e a limitação das regras e das unidades linguísticas, disponíveis para os interlocutores expressarem a dinâmica do universo da significação.” (TURAZZA, 1996, p.98).

O léxico é dinâmico, flexível e está em constante multiplicação contrariamente à gramática. Um aspecto importante a considerar é que a abertura do léxico é “um mecanismo que garante aos falantes a possibilidade de manter a língua permanentemente adaptada às contínuas mudanças trazidas pela dinâmica histórica das sociedades humanas, permitindo-lhes

nominá-las” (FARACO, 2001, p.132). A língua por si só dispõe de recursos que permitem essa multiplicação lexical contínua, através da manipulação e integração.

Depois de todos os debates, retemos que o vocabulário difere do léxico porque representa um conjunto restrito de todas as palavras enquanto o léxico é o conjunto de todas as palavras de uma língua ou de uma variante as mais ou pouco usadas bem como as novas, quer dizer, os neologismos. As unidades lexicais **(a)** goleiro, *pendrive*, ônibus, aeromoça e **(b)** *capulana*, cabritismo, *lobolo*, *xiconhoca* só ocorrem no léxico do PB e PM respectivamente.

Também constatamos que o léxico pode ser geral (integra as palavras que podem ser utilizadas em qualquer contexto discursivo) ou específico (relaciona-se aos termos usados num determinado ramo do saber). Trata-se de um sistema aberto enquanto a gramática é um sistema fechado, mas o léxico se aproveita das competências da gramática para ser criativo.

4.1.5 A variação lexical e contextos sociais: exemplos com português brasileiro

Segundo Bagno (2008, p.36), a “língua é uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou escrita.” A língua não fica estática enquanto tiver falantes que a falam.

As diferenças entre o latim e o português são profundas e afetam toda a gramática da língua. As diferenças entre elas apareceram e se expandiram ao longo de mais de mil anos. E as transformações no léxico foram mais rápidas que aquelas da gramática. Para clarear os assuntos precisamos de “marcar balizas”, isto é, delimitarmos os conceitos de léxico e de vocabulário para melhor entendermo-nos. Retomamos a distinção:

léxico é o conjunto das palavras fundamentais, das ideias de uma língua; o vocabulário é o conjunto dos vocábulos realmente existentes num determinado lugar e num determinado tempo, lugar ocupados por uma sociedade. O léxico é geral, social e essencial; o vocabulário é o particular, o individual e o acessório (VILELA, 1995, p.13).

Sendo assim, o vocabulário pode mudar rapidamente, mas a gramática não. A mudança lexical é muito importante, principalmente em culturas dinâmicas, como a nossa, em que o conhecimento científico e tecnológico cresce a cada dia. Quando a sociedade muda, quando as tecnologias avançam e quando as ideias/ideologias mudam, a língua tem que acompanhar esse movimento, isto porque a língua representa o patrimônio sociocultural de uma comunidade. A tendência da mudança lexical é de aumentar o acervo lexical fornecendo mais opções de unidades lexicais para os seus usuários. Ao mesmo tempo, outras palavras deixam de ser usadas, caem em desuso, consequência de experiências acumuladas ao longo

dos tempos e esse “contínuo processo de desenvolvimento e criação, motivado pelas mudanças sociais e culturais, determina a expansão lexical” (OLIVEIRA, 1997, p.165). Uma das principais causas de variação linguística é o contato com outras línguas e com outras realidades sociais, culturais e políticas.

No campo do léxico globalmente considerado, lembre-se a importância das palavras que entraram no português pelo contato, o Brasil, com as línguas autóctones e com as línguas das comunidades imigrantes (alemão, japonês, holandês e quantas mais); lembre-se também a entrada de empréstimos das línguas nacionais africanas no português falado em África; na Ásia, considerem-se as palavras que emigraram para o português vindas de regiões longínquas onde chegaram os barcos portugueses. (FREITAS; RAMILO; ARIM, 2005, p. 23).

A língua só precisa de falantes para que ela cresça e conseqüentemente varie. Não adianta criarmos leis⁴⁴ que impeçam o surgimento de novos léxicos ou vocábulos. Não adianta lutar contra a força do destino e nem entremos na ilusão, com justificações típicas da política, pois não há língua que em toda a sua amplitude, tenha um sistema uno, invariável, rígido.

É importante realçarmos que o domínio maior ou menor do registro culto da língua depende de muitas variáveis. Entre essas destacam-se aqui o compartilhamento das experiências, “a consciência do grau de prestígio atribuído a cada participante do processo interativo e o esforço da cada interlocutor em dar conta das tarefas comunicativas de modo a garantir êxito nos contextos em que quer figurar” (VOTRE, 2004, p.56). Assim, a capacidade que os indivíduos pertencentes a uma comunidade têm de usar a norma ou não depende de vários fatores, nomeadamente do contato com outros membros da família (a experiência de convivência familiar), o nível de escolaridade, as influências econômicas do dia a dia, a cultura e seus mitos, as interferências políticas, as ambições do próprio indivíduo falante, bem como das oportunidades na vida.

Para concluir esta parte é importante lembrar que a extensão do léxico não afeta a gramática de uma língua, quer dizer, “[...] as línguas não multiplicam seus princípios e regras gramaticais, mas multiplicam continuamente seu léxico.”(FARACO, 2001, p.132). A expansão do léxico é resultado de processos históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos de uma comunidade linguística. Algumas unidades lexicais deixam de ser usadas, mas outras permanecem e incorporam-se à língua por meio de empréstimos e estrangeirismos.

⁴⁴ Projeto de Lei nº 1676 de 1999, do ex-deputado Aldo Rebelo. Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências.

Essas novas unidades lexicais provêm de línguas de especialidade resultado da expansão da ciência e da técnica sobre vida cotidiana.

Como já destacamos, o léxico varia segundo os contextos sociais. Por exemplo, no futebol brasileiro e moçambicano há diferença dos termos, resultado dos contextos socioculturais existentes nos dois pontos geográficos. São exemplos do PM: **trinco** (volante no PB), **toques** (embaixadinhas, no PB), **pontapé-de-baliza** (tiro de meta, no PB), **chapéu** (cavadinha, PB), **trave** (poste, no PB), **fora-do-jogo** (impedimento, no PB) (cf. TIMBANE, 2013a, p.158). Na CPLP se fala a LP. Mas cada país tem características lexicais próprias que o diferenciam de outros. Vejamos alguns exemplos:

a) **Timorisismos**: grafeador (grampeador ou agrafador), ribeira (rio), *carreta* (carro), regatear (pechinchar) (ALBUQUERQUE, 2011, p.78);

b) **Angolanismos**: *gaji* (conselheiro do soba), *pelelé* (bebida espumosa feita de ananás ou abacaxi), *enxaladear* (tornar chalado, doido), *jingamba* (trabalhador contratado), *pêxi* (cachimbo) (DICIONÁRIO INTEGRAL DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2008). Outros exemplos são: *camba* (amigo), *dioba* (fome), *muadiê* (fulano/indivíduo) e *quinda* (cesto) (MIGUEL, 2003, p.60);

c) **Caboverdianismos**: jato (maluco, doido), *mancarra* (amendoim), azedinha (groselha), passarinha (ave da família dos *halcyonidae*), *tchota* (pardal), *ninclitar* (poupar), *palmanhã* (manhã, cedo), *nhanhido* (desgraçado, infeliz), *poquento* (zombador). (DICIONÁRIO INTEGRAL DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2008), *ordidja* (pano que as mulheres dobram para colocar lata de água na cabeça) e

d) **Guiné-bissauismos**: *tabanka* (aldeia), *ponta* (fazenda), *baziqi* (legume que acompanha a refeição principal, tipo alface), *toca-toca* (van para as cidades), *bentana* (tipo de peixe), *lopé* (pano que os homens põem em substituição ao calção ou bermuda), *fole* (fruto silvestre, parecido com maracujá, que serve para fazer sucos).

É por isso que se introduzem os conceitos de brasileirismos, angolanismos, timorisismos, guiné-bissauismos, caboverdianismos e por aí em diante. Porque estas designações? É que cada comunidade linguística apresenta as suas especificidades resultantes dos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais. É importante sublinhar que a maior parte dos guiné-bissauismos e caboverdianismos provêm do crioulo, contrariamente aos moçambicanismos e angolanismos que provêm das diversas LB faladas no território. Isso se deve ao fato de Cabo Verde e Guiné-Bissau terem uma história linguística bem diferente da de Angola e em Moçambique.

Os brasileirismos surgem da necessidade de registrar um conjunto de léxico que é diferente do PE ou de outros países lusófonos, mas que reflete a realidade do povo brasileiro. Falar do PB é falar de brasileirismos, é dizer que há uma forma de falar bem diferente daquela de Portugal ou de um outro lugar. É ainda sustentar que há variação diatópica, diastrática, diamésica, diafásica e diacrônica.

A LP no Brasil⁴⁵ é falada por 98% dos cerca de 200 milhões de habitantes. Essa língua convive com várias línguas pertencentes aos “índios de diversas etnias agrupadas em famílias pertencentes aos troncos tupi, macro-jê, txapakuna, guaikuru e yanoama” (MARTINS, 2007, p.80). Por outro lado, os italianismos, os africanismos⁴⁶, os japonesismos, os anglo-norte-americanismos e muitos outros estão presentes na língua portuguesa e em todas as línguas de cultura, graças ao notável progresso material e cultural da grande nação do norte do Novo Continente. Tendo em conta a história do Brasil, podemos afirmar que muitos brasileirismos provêm diretamente da língua tupi-guarani ou por ela foram influenciados. Mas também, são brasileirismos todas as palavras ou expressões próprias da comunidade linguística brasileira. Entendemos aqui a presença de empréstimos e neologismos que caracterizam as especificidades da fala/escrita brasileira.

Segundo Ilari e Basso (2009, p.68), o enriquecimento lexical resultante do contato entre o português e as línguas indígenas se sente no vocabulário referente à alimentação (mandioca, beiju), à fauna (capivara, jaguar, jibóia, piranha, lambari), à flora (abacaxi, amendoim, cajú, capim, cajá, taioba) e à cultura (pixaim, tapera, tocaia). Outros exemplos de brasileirismos vindos do tupi são palavras que têm sufixos: **-açu** (grande), **-guaçu** (grande) e **-mirim** (pequeno), como nas palavras **arapaçu** (pássaro de bico grande), **babaçu** (palmeira grande), **abolimirim** (arroz miúdo), **mandiguaçu** (peixe grande), **abatimirim** (arroz miúdo) ou **mesa-mirim** (mesa pequena).

Existem, no entanto, verdadeiros sufixos, como **-rana** (parecido com) e **-oara** (valor gentílico) nas palavras **bibirana** (planta da família das anonáceas), **brancarana** (mulata clara) ou **paroara** (natural do Pará). Como dissemos, os brasileirismos não só provêm das línguas originárias do Brasil. Na nossa opinião devem ser consideradas as palavras provenientes de

⁴⁵ É difundida no Brasil a “ideologia de senso comum de que o país é monolíngue, no qual se fala português somente “deixando de lado as 274 línguas indígenas, os usuários de libras, as línguas de fronteiras como o espanhol, guarani, francês, inglês, holandês e inúmeras línguas dos imigrantes como alemão, japonês, coreano, chinês, etc. e os processos de hibridização e mistura a que estão submetidas” (MOITA LOPES, 2013, p.27).

⁴⁶ Uma pesquisa realizada por Alkmim e Petter (2008, p.156) identificou “3517 vocábulos de origem africana, sendo 1322 de origem banta (quicongo, quibundo e umbundo), 1299 de origem oeste-africana (ioruba, fon), 3 de origem imprecisa.” São exemplos dessas palavras: cacimba, batuque, quitanda, muxoxo, cambada, sacana, zumbi, catinga, muamba, bamba, etc.

outras línguas que se estabeleceram no Brasil durante e pós-colonização e que são usadas nos contextos da fala cotidiana dos brasileiros. Seguem alguns exemplos, com as correspondências no Português moçambicano. No quadro 5, a sigla SE* significa “Sem Equivalência”:

Quadro 5: Alguns brasileirismos

(Português do Brasil) BRASILEIRISMOS	Equivalente em Português de Moçambique
(1) <i>show/ shopping</i> (de ing.)	espetáculo/ supermercado
(2) <i>short/ canapé</i> (de franc.)	calções/ sofá ou aperitivo
(3) <i>chip</i> (de ing., <i>microchip</i>)	cartão
(4) <i>buquê</i> (de franc., <i>bouquet</i>)	ramo de flores
(5) <i>cachê/ toailete</i> (de franc., <i>cachet, toilette</i>)	pagamento/ casa de banho
(6) <i>tíquete</i> (de ing., <i>ticket</i>)	bilhete
(7) <i>gol/ sanduiche/ x-burger</i> (de ing., <i>goal, sandwish, cheese burger</i>)	golo/ sandes/ SE*
(8) <i>catchup</i> (de ing., <i>ketchup</i>)	<i>tomate sauce</i> (de ing.)
(9) <i>drinque/ escore</i> (de ing., <i>drink, score</i>)	refresco/ resultado
(10) <i>estressse/ escanear / estoque</i> (do ing. <i>stress, scanner, stock</i>)	<i>stresse/ scanear/ stock</i>
(11) <i>ganguê/ suingue</i> (do ing., <i>gang, swing</i>)	<i>gang/ slow</i> (de ing.)
(12) <i>nocaute</i> (do ing., <i>knock-out</i>)	<i>K.O.</i>
(13) <i>maiô</i> (do franc., <i>maillot</i>)	fato banho
(14) <i>time</i> (de ing. <i>team</i>)	equipa
(15) <i>nhoque</i> (do ital., <i>gnocchi</i>)	SE*
(16) <i>goleiro</i> (do ing., <i>goal keeper</i>)	guarda-redes
(17) <i>sushi</i> (do jap.)	SE*
(18) <i>carioca, tiririca, cafuné, capivara, etá, tijuca</i> (do tupi-guarani)	SE*

Fonte: Neves (2003); Houaiss, Villar e Mello Franco (2009)

No quadro 5 nota-se a presença de unidades lexicais que ocorrem no PB, podendo ser confirmadas no Dicionário de Houaiss, Villar e Mello Franco (2009). As mesmas unidades lexicais não ocorrem no *Dicionário integral da língua portuguesa* (2008) e são novas para os falantes do PM. Essas unidades lexicais são resultado do contato entre o PE e outras línguas. Os exemplos (2), (4), (5) e (13) mostram os estrangeirismos vindos do francês. O PB tem sido mais criativo, transformando as unidades lexicais estrangeiras em empréstimos. A segunda coluna do quadro 6 “equivalências” mostra que há lacunas lexicais se compararmos com o PB. Conforme vimos, as transformações e adaptações ocorreram na formação de novas palavras. Os verbos que começam com **st-** ou **sc-** em inglês (exemplo 10) adaptaram-se para **es-** tal como veremos nos exemplos apresentados por Possenti (2002) na sub-seção 5.1. Os exemplos de brasileirismos apresentados no quadro 6 ocorrem exclusivamente no PB e alguns deles não têm equivalência em PM. São exemplos as alíneas 15, 17 e 18.

O PB não só recebe unidades lexicais do tupi, inglês e do francês, mas também recebe do japonês, do russo, do italiano, etc. Estudos de Ilari e Basso (2009), Oliveira (1997), Naro e Scherre (2007), Luchesi e Baxter (2009) ilustram esse fenômeno com vários exemplos. Com esses exemplos podemos concluir que o PB tenta integrar o estrangeirismo, transformando-o em empréstimo como forma de se apropriar da palavra. São poucas as palavras que permanecem com a grafia estrangeira (exemplos: *lan house*, *shopping*, *marketing*). Há que realçar a existências outras criações dentro da matriz interna:

Quadro 6: O léxico do português do Brasil

BRASILEIRISMOS	Equivalência em PM/PE	BRASILEIRISMOS	Equivalência em PM/PE
(1) banheiro	casa de banho	(8) açougue	talho
(2) caminhão	camião	(9) terno	fato
(3) fila	bicha	(10) aeromoça	hospedeira
(4) refrigerante	refresco	(11) pedágio	portagem
(5) ponto de ônibus	paragem	(12) sutiã	colete
(6) delegacia	esquadra	(13) grampeador	agrafador
(7) mamadeira	biberão	(14) pedestre	peão

Fonte: Timbane (2013b)

Outros exemplos característicos do PB são: café da manhã, delegacia, açougue, aeromoça, van e termos que correspondem à **matabicho, esquadra, talho, hospedeira, colete** no PM. Mas também há palavras que não têm equivalência no PM. É o caso de bicicletaria, chapelaria, flanelinha, gari, borracharia, etc. Como se pode constatar, Moçambique tem outras experiências socioculturais que fazem que haja outras palavras para um mesmo referente. Discutindo “A variação terminológica dos termos de futebol moçambicano”, Timbane (2013a) mostra que há vários termos para o mesmo referente. Por isso a “LP falada/escrita hoje é resultado de constantes modificações ao longo de vários séculos fato que confirma a tese de que as línguas mudam [...]” (TIMBANE, 2013a, p.162). É nesta dinâmica que o PB se distanciou do PE e “assim, ao assimilar considerável número de lexias de pronúncia indígena e africana e, posteriormente, de povos hispano-americanos, o colonizador contribuiu para a estruturação de um léxico regional, por meio de seu modo peculiar de expressão” (OLIVEIRA, 1997, p.175).

Para concluir, pode-se dizer que os brasileirismos são resultado de neologismos de (matrizes internas e externas) que ocorrem na sociedade brasileira, pois sabemos que a “sociedade e língua estão constantemente a intrometer-se uma com outra, a marcarem-se sem se demarcar. A sociedade reflete-se continuamente na língua que serve de argamassa e vice-versa” (VILELA, 1995, p.43). No contexto moçambicano temos os moçambicanismos que

constituem características específicas do PM cuja sua discussão será aprofundada na seção 6. Pepetela (sociólogo e escritor angolano) falando sobre a LP faz as seguintes perguntas:

Será que o pescador de fim de semana que na praia de Carcavelos, em Portugal, enfia uma minhoca no anzol para servir de isca, pensará que essa palavra **minhoca** afinal quer dizer “cobra pequena” e derivou do Kimbundu de Angola? Será que o brasileiro que **xinga** outro pensará que a acção que realiza se designa assim por causa da palavra *kuxinga* do mesmo Kimbundu que quer dizer exactamente a mesma coisa? (PEPETELA, 2007, p.6, grifos nosso).

As palavras de Pepetela mostram que a LP é também resultado de contato entre línguas, incluindo as LB que pouco são citadas quando se fala na formação da LP contemporânea. Falantes comuns do português desconhecem que unidades lexicais reconhecidas como do idioma português “algum dia nele entraram porque havia pessoas que gostavam de brincar com palavras de outros idiomas que lhes pareciam mais adequados para exprimir qualquer coisa” (cf. PEPETELA, 2007, p.6). Mateus e Villalva (2006) concluem que o léxico das línguas é uma entidade abstrata: ilimitada no tempo, dado que integra as palavras, de todas as sincronias, da formação da língua à contemporaneidade; ilimitada no espaço, dado que compreende todas as palavras de todos os dialetos, e irrestrita na adequação ao real, dado que inclui as palavras de todos os registros de língua. O debate sobre os moçambicanismos (seção 6) será uma forma de descrever as particularidades do PM. Passemos agora aos empréstimos e estrangeirismos.

Nesta seção discutimos a complexidade do conceito de neologismo, pois não é tão simples como se pode imaginar. No início da seção apresentamos seis perguntas de partida cujas respostas não são consensuais e definitivas. Tentamos apresentar a nossa opinião baseada nas leituras apresentadas ao longo da seção. Percebemos, por exemplo, que na base de um simples dicionário se decide se uma unidade lexical é neológica ou deixa de ser. Linguistas como Sablayrolles, Humbley, Alves, Steuckardt e muitos outros citados tentaram mostrar que a questão não merece ser tratada de forma simples (uso do dicionário como *corpus* de exclusão). É preciso uma reflexão mais profunda, pois até uma mesma unidade lexical pode ser considerada nova num dicionário e antiga noutra. Tudo isso precisa ser repensado. E o tempo de duração de um neologismo? É fácil de ser determinado? Claro que não é, pois o uso, a frequência e o sentimento de neológico devem ser tidos em conta. Os neologismos aparecem na comunicação cotidiana muitos deles vindos da matriz interna. Os escritores são grandes geradores, tal como vimos ao longo desta seção. Muitos neologismos

literários são pouco usados no dia a dia, pois estes são resultado de manipulação literária cujo objetivo é trazer mais estilo e beleza ao texto.

Os neologismos (de matriz interna e de externa) não empobrecem a língua, nem criam problemas, pois todos seguem as normas funcionais da língua de chegada. O tempo é que muitas vezes define se um termo permanece ou desaparece na língua. Os neologismos fazem com que haja variações geográficas provocadas pelos contextos sociais e culturais. É neste âmbito que se fala de brasileirismos, angolanismos, moçambicanismos e assim por diante. Para um cidadão dos PALOP que nunca teve contato com o PB, as unidades lexicais: aeromoça, ônibus, cupim, abacaxi, jacarandá podem ser novas, quer dizer, podem possuir significado desconhecido. Até um desavisado pode dizer que são neologismos na LP. Assim, em muitos casos, o léxico reflete as mudanças socioculturais e sociopolíticas, tanto no presente como no passado, quer dizer, os neologismos, os estrangeirismos, os empréstimos refletem a história social das línguas (cf. MATTOS e SILVA, 2004a).

A criatividade lexical do PM tem características próprias: há diferenças na língua de origem das unidades lexicais e os valores semânticos também variam, tal como vimos nos quadros 6 e 7. Na próxima seção aprofundaremos os conceitos estrangeirismo e empréstimo, pois são essas as variáveis linguísticas da nossa pesquisa. Precisamos deixar claro o que entendemos por esses conceitos e como vamos tratá-los na análise dos dados.

4.2 Os neologismos: debates conceptuais

Definir neologismo pareceu uma tarefa fácil nas primeiras leituras, mas após o aprofundamento constatou-se que o estudo dos neologismos tem vindo a mudar ao longo dos tempos e que varia de autor para autor, de escola para escola. A lexicogênese⁴⁷ é o processo amplo que deve ser estudado de forma cuidadosa para evitar mal-entendido que desvia as atenções do nosso estudo. Nesta seção buscamos estudos e debates na tentativa de explicar uma série de questões:

- (a) Quando é que sentimos que uma unidade lexical é neológica?
- (b) Quanto tempo dura um neologismo?
- (c) Quais os critérios eficientes para identificação?
- (d) É possível registrar todos os neologismos?

⁴⁷ Segundo Bizzocchi (1997, p.264) é o “conjunto de processos e mecanismos de criação e renovação das unidades léxicas de uma língua.”

- (e) Tendo em conta que não existe um dicionário completo qual é a confiabilidade do *corpus* de exclusão?
- (f) E no caso da variação (PB, PE, PM, PA, etc), quais neologismos há e para qual variedade?
- (g) No caso especial do PM que ainda não tem dicionário próprio, ainda se deve considerar neologismos as unidades lexicais introduzidas nos anos 70, 80?

As perguntas que acabamos de apresentar servem de “guia de reflexão e de debates” sobre os vários assuntos que serão discutidos no contexto do PM, que é o foco principal do trabalho. Ao aprofundarmos estes debates, seremos capazes de estudar a variação e mudança lexical do PM, objeto da nossa pesquisa. Por enquanto, há unanimidade na formação primitiva da palavra “neologismo”. Percebe-se que há muito trabalho/pesquisa a ser feito para que haja alguns consensos entre linguistas, mesmo se sabendo que a ciência é feita através de debates a favor ou contra. Senão vejamos: Alves (2012, p.33-35), Correia; Barcellos Almeida (2012, p.17), Adaci (2008, p.33-34), Assirati (1998, p.122), Pavel (1989, p.126) e muitos outros são unânimes em definir o termo “neologismo”⁴⁸, como composto pelos elementos *neo* (novo) e *logos* (palavra), que significam “palavra nova” em grego. As diferenças começam no conceito “neologia”, que é entendido como o processo de formação das unidades lexicais. O neologismo seria uma unidade lexical de criação recente ou uma nova acepção de uma língua já existente, ou ainda, uma palavra recentemente emprestada de um sistema linguístico estrangeiro.

Para Alves (2001, p.27), a neologia é o “processo prático de criação de novas unidades, na língua geral ou nos tecnoletos, por meio de recurso consciente ou inconsciente aos mecanismos de criatividade lexical habituais em uma língua”. Os neologismos aparecem porque o “falante introduz inovações na base de uma sistematização pessoal que fez na língua, e essas inovações, em vez de serem refugadas como erros, recebem aceitação e se propagam”. (CÂMARA Jr., 1959, p.241). Esse fenômeno acontece porque as línguas mudam e variam por razões linguísticas e extralinguísticas, pois algumas unidades lexicais desaparecem e outras novas entram na língua.

Segundo o *Petit Robert* (1988), o adjetivo **neológico** precede **neologismo** duma dezena de anos com uma acepção não menos pejorativa, mas neologia

⁴⁸ Palavra que surgiu em 1813 para designar o “emprego de palavras novas, derivadas ou formadas de outras já existentes, na mesma língua” (HOUAISS; VILLAR; MELLO FRANCO, 2009, p.135). A palavra **neologia** surgiu em 1858, para designar o “processo de formação, caracterização e emprego de novas unidades lexicais” (HOUAISS; VILLAR; MELLO FRANCO, 2009, p.1350).

já tem um sentido neutro senão melhorativo: emprego e palavras novas na língua a fim de enriquecê-la. O sentido moderno de neologismo remonta até 1800: emprego de uma nova palavra seja criada, seja obtida por deformação, derivação, composição, empréstimo, etc., ou emprego de uma palavra com um sentido novo (neologismo de sentido)⁴⁹ (PAVEL, 1989, p.126, tradução nossa).

Segundo Sablayrolles, apud Adaci (2008), o sentido do termo “neologismo” evoluiu ao longo do tempo porque no princípio significava “abuso de palavras novas”. Depois passou a ser entendido como a “introdução de uma palavra ou emprego de uma palavra antiga com novo sentido”. Os linguistas Freitas, Ramilo e Arim (2005, p.51) definem neologismos como sendo “palavras novas da língua, isto é, as palavras que entraram há pouco tempo ou que ainda estão num processo de integração no léxico da língua.” Vilela (1995, p.23) define neologismos como “algo de novo que entra na língua.”

Todas as definições são unânimes ao lembrar que o neologismo é “algo novo”: mas isso só não basta, pois alguns linguistas questionam a definição e aconselham uma reflexão mais aprofundada sobre o conceito “nova palavra”. Sablayrolles (2006, p.141), por exemplo, coloca em questão os vários conceitos porque o neologismo pode ser: (a) uma palavra; (b) uma medida inferior ou superior à palavra; ou ainda (c) um morfema. É por isso que Sablayrolles (2012b, p.35) define neologismo “como um novo signo com a aparição conjunta de um novo significante e de um novo significado, ou como um novo emprego do significado existente.”⁵⁰ Os neologismos, segundo Correia e Barcellos Almeida (2012) são o exemplo mais claro da produtividade lexical, entendida como a capacidade inerente ao próprio sistema linguístico que permite a construção de palavras por processos interiorizadas. Por outro lado, a criatividade lexical é a capacidade que o falante tem de alargar o sistema linguístico, de forma coinsciente ou não motivado por aspetos sociais, políticos, econômicos, culturais, etc.

Os neologismos não ocorrem de qualquer modo, pois são guiados pelas regras de produção existentes no sistema. Barbosa (1989) explica que a renovação lexical não se dá de maneira caótica. Qualquer integração tem de ser regida pelas regras da gramática, embora

⁴⁹ *Selon le Petit Robert (1988), l'adjectif «néologique» précède «néologisme» d'une dizaine d'années avec une acception non moins péjorative, mais «néologie» a déjà un sens neutre sinon mélioratif: «emploi de mots nouveaux dans la langue afin de l'enrichir». Le sens moderne de «néologisme» remonte à 1800: «Emploi d'un mot nouveau soit créé, soit obtenu par déformation, dérivation, composition, emprunt, etc., ou emploi d'un mot dans un sens nouveau (néologisme de sens).*

⁵⁰ *Le néologisme se définit comme un nouveau signe avec apparition conjointe d'un nouveau signifiant et d'un nouveau signifié, ou comme un nouvel emploi d'un signifiant existant. (SABLAYROLLES, 2012b, p.35).*

haja casos especiais como veremos nos resultados da pesquisa. Os neologismos compreendem duas matrizes⁵¹: a interna e a externa. (SABLAYROLLES, 2006, 2011b, 2012a).

4.2.1 Matrizes neológicas

A criação de palavras concorre para a variação e mudança linguísticas. Todas as línguas têm esta capacidade e isso não ocorre de forma voluntária. Há, no entanto, três razões principais para a criação de novas palavras, segundo Boulanger (2008, p.192). As palavras são criadas para: **(a)** nomear as ideias, os objetos, os produtos, os procedimentos novos ou conceitos que ainda não têm nomes; **(b)** substituir outras palavras que são antigas ou que são ambíguas ou que causam dificuldades indesejáveis na comunicação; **(c)** criar um campo semântico diferente, para criar um novo significado. Os linguistas francófonos tais como Sablayrolles (2006, 2009), Humbley (2008) Loubier (2011), Bouzidi (2010), Steuckardt (2009) compartilham a ideia de que os neologismos se dividem em duas matrizes, que passamos a detalhar:

4.1.1.1 Matrizes internas

Esse conceito se refere àqueles neologismos que resultam de criação dentro da língua e cujos processos de formação podem ser morfo-semânticos, sintático-semânticos, morfológicos e pragmáticos. Segundo Boulanger (2008, p.186), os neologismos podem trazer uma novidade lexical⁵² (nova palavra) ou podem trazer um novo significado. Para o primeiro caso pode-se dar o exemplo de **mensaleiro** (político que é corrupto ou usa indevidamente o dinheiro público, no Brasil); e para o segundo caso pode-se dar o exemplo de **calamidade** (para além dos significados que os dicionários apresentam **calamidade** em Moçambique significa compra ou venda de roupa usada) e **colete** (significa **sutiã**, no PB). A palavra **sutiã** chegou recentemente no PM através de novelas brasileiras.

Na matriz interna temos a formação de novas palavras por meio de afixos. Por exemplo, os prefixos *hyper* e *micro* no francês, por exemplo, formaram diversos neologismos,

⁵¹ Carvalho (1989) não usa o termo **matriz**, mas compartilha a ideia de que « toda a língua viva tem seus mecanismos de ampliação do léxico, que resulta de dois processos: **(a)** o processo de criação dentro da própria língua; **(b)** processo de adoção e adaptação de um termo de língua estrangeira” (CARVALHO, 1989, p.24).

⁵² A criatividade lexical é a “possibilidade de construir neologismos usando inconsciente e deliberadamente recursos de abstração e comparação imprevisíveis, mas motivada” (CORREIA; BARCELLOS ALMEIDA, 2012, p.103).

tal como relata Hustache-Godinet (1993, p.75-90)⁵³, porque os neologismos podem ser criados por palavras, afixos, expressões existentes ou não. No caso do português brasileiro temos o caso dos prefixos **super**, **nano** e **mega** que trazem os seguintes exemplos: **superalimentação**, **superaquecer**, **superagudo**, **superabundância**, **supercompreensão**, **superexcitação**, **supermoda** ou **nanocomputação**, **nanodiapásio**, **nanodimensão**, **nanoemulsão**, **nanogrão**, **nanocompósitos**, **nanocristais**, **nanoeletrônicos**, **nanossistema biológico**, **nanopó cristalino**, **megaevento**, **megaoperação**, **megashow** (BARCELLOS ALMEIDA, 2006; ALVES, 2004; CARVALHO, 2001, 2006).

Outros exemplos neológicos formados por prefixo + substantivo, extraídos de Alves (2004, p.85) são: *sem-escola*, *sem-médico*, *sem-teto*, *sem-trabalho*, *sem-terra*. É importante sublinhar que “os neologismos da informática se integram no uso antes mesmo que sejam integrados pelo legislador porque correspondem aos objetivos, porque revelam ou explicitam as funcionalidades, porque mais frequentemente são imediatamente operacionais.”⁵⁴ (HUSTACHE-GODINET, 1993, p.87, tradução nossa). É na verdade um neologismo operacional, funcional, de urgência, de necessidade indispensável para preencher uma função.

É importante deixar claro que a neologia é o processo e o neologismo é o produto. A identificação e a classificação de neologismos não é tarefa fácil, tal como se pensava anteriormente. Sablayrolles (2002) defende que

as dificuldades concretas de uma coleta individual ou coletiva, manual ou automatizada dos neologismos provêm da diversidade dos objetos e dos problemas teóricos a propósito do seu estatuto. A constituição de um *corpus* de exclusão é delicada. Arrisca-se a deixar escapar muitos neologismos formais, a mais forte razão de outros tipos de neologismos: semânticos, sintáticos por combinação lexical ou por *detournement*. As variedades observadas do sentimento neológico não são completamente aleatório: elas são imputadas em parte às pessoas, em parte pelas matrizes lexicais. (SABLAYROLLES, 2002, p.1, tradução nossa)⁵⁵.

⁵³ A partir de **hyper** surgiram: **hyperbase**, **hyperperbible**, **hyperdictionnaire**, **hypergéométrie**, **hyperimage**, **hypertexte**, **hypernavigation**, **hypermedia**, etc. com prefixo **micro** surgiram: **micro-ordinateur**, **micro-informatique**, etc.

⁵⁴ *Les néologismes informatiques s'intègrent dans l'usage avant même qu'ils soient entérinés par le législateur, parce qu'ils correspondent à des attentes, parce qu'ils révèlent ou explicitent des fonctionnalités parce que, les plus souvent, ils sont immédiatement opérationnels.*

⁵⁵ *Les difficultés concrètes d'une collecte, individuelle ou collective, manuelle ou automatisée, des neologismes, proviennent de la diversité des objets et de problèmes théoriques à propos de leur statut. La constitution d'un d'exclusion est délicate. On risque de laisser échapper nombre de néologismes formels, à plus forte raison les autres types de néologismes: sémantiques, syntaxiques, par combinatoire lexicale ou par détournement. Les variations observées du sentiment néologique ne sont pas complètement aléatoires: elles sont imputables en partie aux personnes, en partie aux matrices lexicales.*

Segundo Alves (1994, 1996), há que considerar dois tipos de neologismos: neologismo vernáculo (formado com elementos da própria língua) e neologismos por empréstimo⁵⁶ (quando provém de outros idiomas). Ainda na mesma esteira, Sablayrolles (2006, p.146) considera matrizes interna (morfo-semântica, sintático-semântica, morfológica, pragmática-semântica) e externa (empréstimos) para se referir ao neologismo vernáculo e por empréstimo. Depois de analisarmos opiniões de vários linguistas observamos que o conceito não é simples assim. Senão vejamos como podemos tratar esta questão muito delicada.

4.2.1.2 Matrizes externas

São unidades lexicais que provêm de outras línguas. Pode acontecer entre línguas dentro do mesmo território ou região bem como línguas de outros continentes. As línguas europeias em África, por exemplo, são resultado da colonização ocorrida a partir do século XV. Constituem matrizes externas os empréstimos e os estrangeirismos. Compartilhamos com a ideia de Dal (2003) porque a ortografia (por vezes a fonética) dessas palavras não segue as normas da língua de chegada. Quando o empréstimo vem duma língua de origem bem diferente, aí se pode sentir que os empréstimos e os estrangeirismos são entidades bem diferentes como as de neologismos da matriz interna.

Sendo assim, os empréstimos seriam aquelas palavras que vêm de línguas estrangeiras e que passam por modificações de vária ordem na língua de chegada. Caso não ocorra nenhuma modificação essas palavras são chamadas estrangeirismos. Este conceito é comungado por Ferraz (2007, p.61-62). Os empréstimos e os estrangeirismos são resultados de acontecimentos. Voltaremos a discutir os conceitos e os debates sobre empréstimos e estrangeirismos na seção 5 (p.155). Mas adiantamos dizer que os empréstimos podem ser lexicais, sintáticos e fonéticos (cf. LOUBIER, 2011).

4.2.2 Como tratar os neologismos: estudos recentes

Hoje há muitos estudos que discutem a questão do “neologismo”. A maioria deles utiliza dicionários como *corpora* de exclusão, pois ainda não há consensos entre linguistas. Começemos o debate com a visão de Louis Guilbert. Para Guilbert a neologia lexical se define pela

⁵⁶ Designação também apresentada por Barbosa (1989, p. 290-291) em que a autora afirma que “a neologia por empréstimo não consiste na criação do signo, quer dizer não há nenhuma criação mas sim na sua adoção ou adaptação.”

possibilidade de criação de novas unidades lexicais, em virtude de regras de produção incluídas no sistema lexical [...] o estudo da neologia lexical consiste portanto nas semelhanças de um conjunto de neologismos que surgiram num período preciso da vida de uma comunidade linguística.⁵⁷ (GUILBERT, 1975, p.3, tradução nossa).

O autor propõe que se estabeleça uma delimitação do período em que se situa a forma lexical qualificada como nova (neologismo) e para isso, os critérios de decisão do caráter neológico para todos os casos onde o utilizador se denuncia como autor da criação. (uma vez que o que interessa é a língua e não a fala, o autor deixa de ter valor, mas sim a frequência do uso). Guilbert (1975, p.34) explica que a aparição de uma forma lexical nova não pode ser reconhecida pela presença ou ausência nos glossários e dicionários, pois o *corpus* usado para elaboração desses instrumentos não representa o léxico real duma época.

Sablayrolles e Jacquet-Pfau (2008) e Sablayrolles (2010a, 2010b, 2011b, 2012b) explicam que não podemos nos contentar em recorrer ao método mecânico de dicionários como *corpus* de exclusão, quer dizer, verificação da presença ou ausência da entrada na nomenclatura. Este recurso (o mais usado) peca pelo excesso porque os dicionários são incompletos e prudentes na integração de novas unidades na sua nomenclatura. Para além disso, o processo peca pelo fato de omitir os neologismos semânticos, sintáticos e formais homonímicos. Sendo assim, ao basear-se no dicionário, arrisca-se a deixar de fora outros aspectos linguísticos importantes.

Sablayrolles (2010b) afirma que muitos linguistas são incentivados pelo sentimento/flutuação neológico no momento da decisão final. Na verdade, a novidade de uma forma obtida por derivação, composição, abreviação ou empréstimo interno “é levantada pela novidade semântica quando não resulta da mobilidade do conjunto lexical ou da necessidade de renomear novos conceitos” (PAVEL, 1989, p.127). Outro aspecto discutido por Sablayrolles (2002, p.101) refere-se aos neologismos semânticos que não podem ser identificados por meio de dicionários. Neologismos semânticos são os novos significados atribuídos a novos significantes já existentes numa determinada comunidade linguística. Os neologismos por metáfora ou por metonímia são pouco estudados, mas existem. Os neologismos são frequentes na variante moçambicana características dos contextos sociolinguísticos.

⁵⁷ *La possibilité de création de nouvelles unités lexicales en vertu des règles de production incluses dans le système lexical [...] l'étude de la néologie lexicale consiste donc aussi à rassembler un ensemble des néologismes apparus dans une période précise de la vie de la communauté linguistique.*

4.2.3 Tipos de neologismos

Qualquer que seja a língua é resultado da sua evolução ao longo do tempo. A “nossa língua”, a LP é fruto de longas mudanças durante muitos séculos. Uma língua que não cria novas unidades lexicais não está viva, pois os neologismos refletem a dinâmica dela e são sobretudo criação individual que passa a pertencer ao coletivo porque a língua nunca é um produto pronto ou acabado. As criações neológicas podem ser anônimas, coletivas e impessoais, mas em muitos casos são produzidas por escritores, músicos, políticos (exemplos no PB: mensalão, petista, tucanistas, lulês; exemplos no PM: frelimistas, cabritismo, *xiconhoquices*) e outras personalidades influentes na sociedade. “O processo de integração é facilitado por muitas pessoas, como poetas, romancistas, dramaturgos, satiristas, comediantes, anunciantes e jornalistas, que fazem uso dessas nuances criativamente” (CRYSTAL, 2005, p.57). Guilbert (1975, p.19) defende que antes de indicarmos a tipologia dos neologismos temos que pensar ou ter em conta cinco princípios, nomeadamente:

- (i) A língua funciona segundo seu próprio código em virtude do qual é produto de atos de discurso e de formações lexicais;
- (ii) O neologismo é um signo linguístico que tem significante e significado;
- (iii) A formação neológica resulta da combinação de elementos mais simples existentes dentro da língua. A criação reside no modo de relação estabelecida entre os elementos;
- (iv) A criação neológica não pode ser dissociada do discurso tomado pelo criador–indivíduo integrado numa comunidade, falando numa dada situação e
- (v) O neologismo pode ser criado oralmente ou por escrito e as modificações gráficas devem ser consideradas relevantes na neologia.

Ainda sobre o caráter sociolinguístico, Alves (1996, p.14) explica que o neologismo deve: estar em conformidade com a política linguística do idioma; estar de acordo com a língua de trabalho em que será utilizado; e ser fruto de necessidade e não apresentar conotações negativas.

Sendo assim, o processo da criação de novos elementos pode ser por: derivação, composição, transferência semântica, truncação, formação sintagmática, por siglas e empréstimos oriundos de outros sistemas linguísticos (ALVES, 2001, p.28). Sobre os tipos de neologismos tomaremos em conta as ideias de Alves (2001), Carvalho (2006) e de Correia e Barcellos Almeida (2012). Começemos com a concepção de Correia e Barcellos Almeida que definem dois tipos de neologismos: neologia denominativa e estilística:

4.2.3.1 Neologia denominativa:

Este tipo de neologia é resultante da necessidade de nomear novas realidades anteriormente inexistentes na língua. No caso do PM temos realidades “nossas” que não existem no PE ou no PB e daí a necessidade de as nomear. Por exemplo: *chima* (massa de farinha de milho), *mulala* (*euclaea natalensis*, *diospyros*), *xitende* (berimbau), **polícia-ladrão** (jogo em que as crianças se perseguem umas às outras assumindo ora a vez de ladrão ora a vez de polícia.) (cf. DIAS, 2002b). Estas unidades lexicais são indispensáveis, pois não existem seus equivalentes na LP. Se não tivéssemos colocado o significado entre parênteses falantes de outras variedades não entenderiam o significado porque representam a realidade sociolinguística de Moçambique.

4.2.3.2 Neologia estilística

A neologia estilística “corresponde à procura de uma maior expressividade do discurso, para traduzir ideias não originais de uma maneira nova, ou para exprimir de modo inédito uma certa visão do mundo” (CORREIA, BARCELLOS ALMEIDA, 2012, p.18). Mais adiante (na seção 8) veremos que palavras novas são usadas por diferentes camadas sociais. Os músicos, por exemplo usam com frequência as palavras *pandza* (tipo de dança), *dzukuta* (tipo de dança), *fixi* (bom, certo) e **bater-na-rocha** (falhar, ter insucesso, enganar) unidades lexicais características daquele grupo social. Essas novas palavras chegam ao português trazendo novo significado, pois exprimem de modo inédito certa visão do mundo. Outros pesquisadores que trabalham com neologia (ALVES, 2007; CARVALHO, 2006) dividem os neologismos em três tipos:

4.2.3.3 Neologia formal

O neologismo formal constitui uma palavra nova introduzida em nosso idioma, podendo ser um termo vernáculo ou um empréstimo estrangeiro. Poderá tratar-se de um único termo *kombista*, ou de uma lexia complexa, “aparelho de ar condicionado” (CARVALHO, 2006, p.198). Nesse processo temos “a construção de palavras através de regras do próprio sistema linguístico, com a utilização de procedimentos formais internos no nível morfológico, sintático e fonológico.” (ALVES, 2007, p.54). A palavra *nsala* (fruto silvestre que ocorre no sul de Moçambique) cujo plural é **massala** (no xichangana) entrou no PM com a forma plural *massalas*. Assim, na integração às regras do português no seu plural acrescenta-se **-s**, quer dizer, *massalas*. Chamamos atenção ao fato de que a desinência **ma-** é marca do plural no

xichangana e **-s**, o morfema plural para o português. Na palavra *massalas* existem, em princípio marcas do plural de duas línguas: do xichangana (prefixo **ma-**) e do português (**-s**).

4.2.3.4 Neologia conceptual

A língua vive e se produz mediante as variações e mudanças que são manifestações criativas de qualquer que seja a língua. O estudo da criatividade de uma língua não consiste apenas em estudar alterações e desvios, mas também estuda a evolução. A criação é resultado da necessidade de comunicação, da troca de experiências culturais, do surgimento de novos fenômenos, novas tecnologias, enfim, novos referentes.

O importante a ressaltar é que a mudança começa e se desenvolve com o deslocamento de uma norma. A língua se modifica sobretudo “onde o sistema não corresponde às necessidades expressivas e comunicativas dos falantes.” (CARVALHO, 2006, p.196). O neologismo conceptual atribui novos significados a unidades lexicais antigas ou mesmo criando novas palavras por vários processos que a língua e a ortografia permitem. São exemplos de neologismos conceptuais: discos-voadores, camss elásticas, secretária eletrônica, chefe do gabinete (exemplos de CARVALHO, 2006, p.197), bicicleta-taxi, *pandza* (estilo de dança), *txilar* (curtir/divertir-se) entre outros.

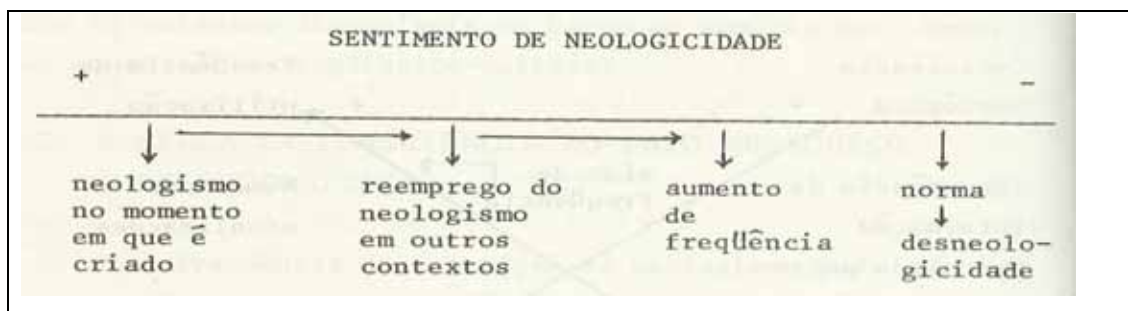
4.2.3.5 Neologia por empréstimo

Corresponde às unidades lexicais importadas de outras línguas. Esta entrada das novas palavras pode ser acompanhada de adaptações (empréstimos propriamente ditos) ou sem mudança de nenhum tipo (estrangeirismos). Sobre este assunto trataremos de forma aprofundada na seção 5. Tanto Alves (2006, 2008) quanto Carvalho (2006) defendem a ideia de que os neologismos devem refletir uma novidade lexical ou semântica criada dentro da língua ou vinda de fora. A grafia deve seguir as normas fundamentais da LP para que haja semelhança com as outras construções já existentes. O processo de empréstimo (que veremos na seção 5) reflete a tentativa de adequar a palavra estrangeira à realidade da língua que a adota. Mas quando uma unidade lexical deixa de ser nova? Através da dicionarização? Na seção que se segue vai se discutir a questão da neologicidade, isto é, a vida de um neologismo.

4.2.4 A vida de um neologismo: a neologicidade

Depois da discussão sobre o tratamento dos neologismos é tempo de vermos quanto tempo o neologismo dura. Segundo Bouzidi (2010, p.31), neologicidade é entendido como o

“intervalo que corresponde entre a criação e o momento da dicionarização, (momento da integração num dicionário)”. A neologicidade abrange desde a ocorrência, uso, duração que pode ser dado a uma unidade lexical que continua a ser percebida como nova, quer dizer a temporariedade. Esta questão é bem sintetizada pelo esquema apresentado por Barbosa (1989) que reproduzimos a seguir:



Fonte: Barbosa (1989, p. 154)

O esquema de Barbosa (1989) mostra que a frequência de repetição do neologismo pode determinar a maior ou menor consciência da neologicidade. Esta aparece, sem dúvida, “no momento da criação do neologismo, e vai progressivamente diminuindo, à medida que o seu emprego aumenta” (BARBOSA, 1989, p.152). É importante sublinhar que o momento em que o neologismo é criado pode ser ao mesmo tempo o período em que surge novo significado. Pretende-se dizer que o neologismo pode não ser uma nova palavra, mas sim atribuição de novos valores semânticos ou mesmo novos valores gramaticais.

Observando o esquema de Barbosa, constata-se que à medida que a unidade lexical é usada pelos falantes nos meios de comunicação, na vida cotidiana, perde conseqüentemente o valor neológico passando assim a desneologizar-se. Sendo assim, a “consagração final da palavra neológica é a sua inserção no dicionário, porque o registro de um termo no dicionário confere-lhe o estatuto de elemento lexical da língua, ao lado dos outros já existentes...” (BARBOSA, 1989, p.150). Carvalho também comunga a ideia de que a “existência do termo novo [...] é confirmada por sua inserção no dicionário, certidão de nascimento, a partir da qual o termo deixa de ser neológico” (CARVALHO, 2001, p.66). É que na comunicação cotidiana é difícil determinar com exatidão ou avaliar a neologicidade, pois o neologismo é variável, relativo e concorre com a questão de identidade⁵⁸. O neologismo percorre um longo caminho

⁵⁸ É importante que a palavra seja adotada, quer dizer, seja integrada na língua de tal forma que a comunidade linguística se identifique nela e passe a usá-la com frequência. Essa identidade lexical determina se a palavra sofrerá transformação gráfica ou não. É o que Barbosa (1989, p.143) designa por “aceitabilidade do neologismo”.

desde a sua formação como nova unidade lexical (novos valores), seu uso repetitivo, sua recepção, seus usos e reusos e o tempo de admissão nos dicionários. A inserção “varia segundo o impacto da palavra, de par o referente a que ele designa e a incidência que tem sobre o discurso”,⁵⁹ (BOUZIDI, 2010, p.31, tradução nossa). Bouzidi já se mostra reticente quando diz que delimitar um neologismo é dizer quando o neologismo deixará de ser, pois há vários fatores que entram em cena: um deles é o “sentimento neológico”.

Uma data (que geralmente consta no dicionário) não é suficiente para determinar o nascimento, a implantação e a desneologização de uma palavra, embora outros linguistas acreditem que a unidade lexical é nova desde o momento em que se cria até o momento da publicação do dicionário. Concordamos com Bouzidi (2010) quando sustenta que a palavra não se instala no dicionário no mesmo ano da sua aprovação embora

hoje, as descrições lexicográficas e os múltiplos inventários de que dispõem a lexicologia, as instituições de edições de dicionários, as instituições especializadas fornecem informações precisas e muito fiáveis. A datação seria a melhor prova da neologicidade quando não se está de acordo sobre a duração de neologicidade ou de sentimento neológico⁶⁰ (BOUZIDI, 2010, p.30, tradução nossa).

Em muitas ocasiões, os consulentes se deparam com problemas ao procurar no dicionário palavras bem conhecidas quase por todos e que não aparecem no dicionário. O que teria acontecido? Será que os lexicólogos esqueceram? Claro que não. Provavelmente está sendo usado; mas os *corpora* usados como base para os dicionários não refletiam aquela realidade; Pode não haver sentimento neológico; ou ainda a unidade não está totalmente integrada; se calhar, não se usou nenhum *corpus* oral e assim a forma não foi identificada, entre outras razões. É por isso que Bouzidi (2010) considera que o recurso ao uso do dicionário para verificar a novidade da entrada lexical pode ser em vão. Em muitas ocasiões não se sabe ao certo quando a unidade lexical surgiu ou tomou novos significados. Por vezes, confundidos por causa dos *corpora* escritos, neólogos marcam a data em que apareceu no jornal ou revista, mas sabe-se que as unidades lexicais apareceram muito tempo antes circulando na fala.

Por isso a datação (no dicionário) não é a verdadeira data do surgimento da palavra, mas sim da aparição naqueles *corpora*. Bouzidi (2010) e Sablayrolles (2012a, 2011a)

⁵⁹ « varie selon l'impact du mot, de par le référent qu'il désigne, et l'incidence qu'il a sur dans les discours. » (BOUZIDI, 2010, p.31).

⁶⁰ *Aujourd'hui, les descriptions lexicographiques et les multiples inventaires dont disposent lexicologie, maisons d'édition de dictionnaires, institut spécialisé fournissent des informations plus précises et très fiables. La datation serait la meilleure preuve de néologicit   quand on est d'accord sur la durée de la n  ologicit   ou/et sur le sentiment néologique.*

compararam dicionários elaborados em vários anos e observaram que por vezes uma unidade lexical aparece em um e não aparece em outro. Quer dizer, o aparecimento não é garantido. Então é possível que a palavra seja neologismo ou já deixou de ser. Portanto, é preciso que se tenha atenção para evitar conclusões precipitadas. Desse modo pode-se concluir o seguinte:

- a) O surgimento e o tempo da duração da neologicidade dificilmente podem ser conhecidos;
- b) O aparecimento no dicionário não significa forçosamente que a palavra deixou de ser nova, isto é, neologismo;
- c) Seria justo se os dicionários explicassem claramente que a data que consta como do surgimento se refere exclusivamente à data em que a forma apareceu no jornal “X” ou “Y” e
- d) O sentimento neológico varia de pessoa para pessoa, segundo a sua experiência e perfil (quer dizer, variáveis extralinguísticas) e varia de região para região.

Para o linguista Bouzidi (2010, p.29), há dificuldades na determinação da duração de um neologismo (a neologicidade) e pior é ser difícil de se classificar como tal. Parece fácil responder e dizer quando começa a novidade que caracteriza o neologismo e justifica ao mesmo tempo sua denominação. É muito delicado, ao contrário delimitar ou dizer quando o neologismo deixará de ser como tal e os critérios adotados para a delimitação do conceito novo dentro do tempo. É que o neologismo depende do próprio locutor que pode atualizá-lo em muitos discursos, e, assim, multiplicar as possibilidades do seu emprego e os receptores podem reempregá-lo em novos contextos, etc.

Em regra geral, uma palavra se desneologiza quando consta do dicionário. Mas se esta mesma palavra entra no dicionário é porque não é nova, já é conhecida, quer dizer, entra no dicionário no momento em que já não é neologismo. É por isso que “a duração de um neologismo não é uniforme e que certas unidades podem guardar durante longo tempo o **perfume de novidade** bem depois da sua aparição enquanto outras perdem quase instantaneamente este caráter”⁶¹ (SABLAYROLLES, 2002, p.101, grifo nosso). Isso acontece porque “é a aceitação do neologismo que determina a recuperação pelo sistema da informação elaborada em discurso e possibilita, desta maneira, a renovação do universo lexical” (BARBOSA, 1989, p.140).

Os exemplos mais recentes recolhidos nos meios de comunicação brasileiros são: **torcidómetro, sambódromo, impostómetro, importómetro, mensalão, descasamento,**

⁶¹ *La durée du néologisme n'est pas uniforme et que certaines unités peuvent garder longtemps un parfum de nouveauté, bien après leur première apparition, alors que d'autres perdent quasi instantanément ce caractère.*

enrolation, mulher fruta, gatonet, galinhódromo e muitas outras unidades lexicais são consideradas neologismos. Os neologismos semânticos implicam a mudança total, um acréscimo de significado ao de uma forma existente. É importante realçar que o léxico

é o reflexo de universo das coisas, das modalidades do pensamento, do movimento do mundo e da sociedade, o estudo da neologia lexical consiste, pois, também, em reunir uma série de neologismos surgidos em um período preciso da vida da comunidade linguística. (BARBOSA, 1989, p.78).

Concordamos com a forma como Freitas, Ramilo e Arim (2005) e Vilela (1995) definiram os conceitos, mas a definição de Alves (1996) parece-nos mais completa na medida em que apresenta limites. Assim, Alves define “neologismo” como sendo uma unidade lexical que foi criada em um período recente; ou se não está registrada nos dicionários de língua; ou se é percebida como nova pelos falantes; ou, ainda, se apresenta instabilidade em aspectos morfológicos, gráficos ou fonéticos (ALVES, 1996, p.11). O estudo da neologia lexical de uma língua, segundo Alves (1994, p.87) “permite-nos analisar a evolução da sociedade que dela se utiliza, pois as transformações sociais e culturais refletem-se nitidamente no acervo léxico da comunidade.” Esses neologismos podem ser lexicais, fonológicos, sintáticos e semânticos. Geralmente os neologismos são identificados na base de um *corpus* de exclusão. Esse *corpus* de exclusão é o dicionário. Um neologismo deixa de ser como tal quando for dicionarizado. Por isso que acreditamos que o tempo de vida do neologismo termina logo que este é dicionarizado. A ausência de itens em uma obra lexicográfica passa a ser desse ponto de vista, um dado bastante significativo.

A criação de neologismos segue regras específicas da língua de chegada. É o que Carvalho (2006, p.192-195) designa por neologismo formal para “as palavras que ainda não constam no verbete dos dicionários” e neologismos conceptuais seriam “aquelas que trazem novo significante semântico”. O exemplo mais próximo no português de Moçambique é a palavra **chapa** que significa tanto “remendo que se coloca na roupa” (PB) “veículo automóvel para transporte semicoletivo de passageiros” (PM). Carvalho defende ainda que o

processo de formação dos neologismos é gradual. Historicamente toda palavra foi, um dia, nova, isto é, a partir de certo momento é que passou a fazer parte de uma comunidade. O reconhecimento do estado de uma língua implica no reconhecimento intuitivo do caráter de novidade de certas palavras. Algumas pertencem à fala, mas ainda não à língua, porque têm condição provisória (CARVALHO, 2006, p.193).

Há vários estudos sobre neologismos. Neste trabalho vamos apresentar os pontos de vista de linguistas francófonos e lusófonos, pois as traduções também criam problemas conceituais. Segundo Capucho (2008, p. 278) as novas palavras aparecem em contexto de mundialização: **antieuropeísta, desburocratização, desaceleração, desmultiplicação, Eurotúnel, descapitalização**; de novas tecnologias: **cibercafé, ciberespaço, telejornalismo, videoporteiro, videoconferência, videoclube**. Esta é a dinâmica que as línguas têm quando são usadas. Infelizmente algumas pessoas não percebem a dinâmica das línguas e acham que tais criações são violações da língua e se esquecem de que o português que falamos hoje é resultado de longos séculos de transformação do latim vulgar (BIZZOCCHI, 1997). Vejamos o exemplo de uma inquietação sobre neologismos, num artigo intitulado “O assassinato do português em Moçambique”.

O português está muito assassinado em Moçambique, por exemplo, dizem **descamisados** para tirar a camisa, **descabelar** para cortar o cabelo, **conflitar** para entrar em conflito ou eu vou ali comprar umas **jenessis**, uma jeans - afirmou, citada pelo *Canal de Moçambique* na sua edição online de hoje, a linguista moçambicana Edma Sata em Bragança, Portugal, onde está a decorrer o Colóquio Anual da Lusofonia. Aguardem a continuidade de uma curta série (SERRA, 2008, s.p.).

Há um pouco de exagero na argumentação de Sata, ao considerar **assassinato** do português o uso de novas unidades lexicais ou mesmo atribuição de novos significados a palavras antigas. A linguista moçambicana não percebe que as palavras: *descamisados, descabelar, conflitar* são, na verdade, neologismos e *jenesis* é empréstimo resultante da transformação do estrangeirismo *jeans* (proveniente do inglês). É importante considerar que há variações em qualquer língua do mundo e essas novas palavras podem ser indícios de que há variações linguísticas em curso. As palavras **assim-assim, muito-muito, anelamento** (cerimônia de entrega do dote à família da noiva), **apadrinhar** (ato de ser padrinho de um casamento, batismo, etc), **madrinhar** (ato de ser madrinha), **bacelar** (bonús), **sura** (bebida feita de coco), **deixa-sofrer** (saia muito curta), **mal-coado** (bebida feita de farinha de milho), **muthiana** (mulher) são algumas das muitas outras palavras que ocorrem na variedade de Moçambique. Barbosa resume o percurso dos neologismos explicando que

os neologismos carregam consigo os valores socio-culturais. Do ponto de vista diacrônico, o percurso do neologismo, [...] já indica que um neologismo, criado em determinada etapa da língua, se não desaparece, se desneologiza, ou seja, integra-se a uma norma, torna-se lexia memorizada na competência de um grupo de falantes, efetiva, disponível para a atualização; por vezes, integra-se à norma geral, do conjunto dos sujeitos falantes-ouvintes do idioma (BARBOSA, 2001, p.38-39).

Os neologismos não aparecem por acaso. Eles aparecem para alimentar uma necessidade comunicativa dos falantes de uma determinada língua ou variante. Há neologismos que se mantêm e outros que desaparecem mesmo antes de serem dicionarizados. O importante é saber que a “mudança linguística é fenômeno permanente que responde às necessidades da comunidade dos falantes, sejam elas de ordem social ou técnica.” (CARVALHO, 2001, p.66). A mudança é frequentemente silenciosa, lenta e gradual fato que é uma característica normal da dinâmica de línguas vivas. O importante é que essa mudança não contraria o sistema da língua. Não há dúvidas de que existe uma LP e de suas variedades na CPLP. Os neologismos não são comuns à toda a CPLP; quer dizer, cada variedade tem seus neologismos específicos: blusa (PB) vs camisa (PM/PE); apelido (PB) vs alcunha (PE, PM), ônibus (PB) vs machimbombo (PM) vs autocarro (PE), peão (PM) vs pedestre (PB), bermuda (PB) vs calção (PM/PE), creme dental (PB) vs colgate (PM), van (PB) vs *ten years* (PM), escanteio (PB) vs canto (PM/PE), gol (PB) vs golo (PM/PE) (TIMBANE, 2013a).

O conhecimento da LP não basta, a comunicação pressupõe o conhecimento dos contextos socioculturais nos quais essas unidades lexicais são usadas, pois o valor semântico pode ser diferente de grupo linguístico para outro.

4.2.5 Os neologismos: ex-nihilo, hibridismo, onomatopeias e palavras eruditas

A formação dos neologismos discutidos nesta seção apresenta poucos casos no PE. Os ex-nihilo, hibridismos, palavras formadas por onomatopeias e palavras eruditas são fenômenos raros, mas existentes na língua. Daí a importância em discuti-los, pois podem ser expressivos na variante moçambicana. O que é mais frequente na criação neológica é a criação dentro da matriz interna. No caso de haver algum impasse ao em vez de criar uma palavra dentro da língua recorrem aos empréstimos e aos estrangeirismos.

A criação de uma palavra nova dentro da língua é uma tarefa muito difícil se compararmos com o fenômeno empréstimo. A principal preocupação em criar palavras dentro da língua é o medo pela rejeição. Mesmo os escritores são muito atenciosos em criar neologismos, embora os seus neologismos não tenham uma finalidade comunicativa. São neologismos criados com o objetivo “estético” e não propriamente para a comunicação, quer dizer, o escritor se preocupa com a beleza do seu texto.

4.2.5.1 Criação de palavras ex-nihilo

Ex-nihilo é um termo de origem latina e significa **a partir do nada**. Surgiu para descrever alguns fenômenos em ciências tais como física, filosofia, teologia, etc. É um processo raro que consiste na criação de novas unidades lexicais a partir do nada, quer dizer, são “unidades que não apresentam qualquer tipo de motivação” (CORREIA; BARCELLOS ALMEIDA, 2012, p.34). Segundo as autoras a raridade desse processo justifica-se com o próprio modo de funcionamento da memória lexical, porque no léxico mental as palavras se encontram armazenadas em função das relações de vários tipos que se estabelecem entre si, relações formais, morfológicas, semânticas e referenciais, combinatórias. Há poucos estudos sobre este fenômeno linguístico. Temos exemplos de Bizzocchi (1997, p.138): **pirlimpimpim, xanfrilá**; de Guilbert (1975, p.61): **kodak e gás** e de Barbosa (1989, p.290): **xurugou**.

Estamos cientes de que na vida cotidiana, as palavras não surgem “**do nada**”. Há sempre mitos, histórias, contos, acontecimentos que circundam o surgimento de palavras, neste caso específico dos ex-nihilos. Em linguística, entendemos que no surgimento de uma palavra, o falante tem uma referência cognitiva: a da sua língua materna. É sempre provável que o **criador** se baseie em sua língua materna ou em outras que conhece para criar um ex-nihilo. Por isso que “a competência humana não se restringe num saber sobre o código linguístico, há saberes sobre códigos culturais e ideológicos” (TURAZZA, 1996, p.98).

Os ex-nihilos não surgem do “nada” na sua forma mais concreta. O falante cria palavras baseando-se nas estruturas gramático-fonológicas da sua língua. É importante que a nova palavra não fira as estruturas fonológicas da língua de base - a língua base ou dominante do inventor. Sendo assim, “as regras fonológicas têm muito a ver com a formação de palavras. Essa relação entre o sistema sonoro e o sistema lexical das palavras nas línguas é tratada através da fonologia lexical” (CAGLIARI, 2008, p.124). É importante a discussão deste conceito porque nos nossos *corpora* temos alguns casos que não podem ser descartados precisam discutidos e observar os processos do seu surgimento. A raridade dos ex-nihilo, segundo Correia e Barcellos Almeida

justifica-se com o próprio modo de funcionamento da memória lexical: existe evidência de que, no léxico mental, as palavras se encontram armazenadas em função das relações de vários tipos que estabelecem entre si, relações formais, morfológicas, semânticas e referências combinatórias, por conseqüências parece óbvio o papel da motivação na construção de novas unidades (CORREIA; BARCELLOS ALMEIDA, 2012, p.34).

Poucos estudos (sobre neologismos) se interessam especificamente pelos ex-nihilos, que ao nosso ver são formações lexicais importantes. Sendo assim, entendemos que é interessante discutir e trazer exemplos de alguns ex-nihilos que ocorrem na variedade do português de Moçambique.

4.2.5.2 Híbridismos, o que são?

Os híbridismos, segundo Ferraz (2007, p.62) são “itens lexicais formados a partir da concatenação de palavras de línguas diferentes.” Bechara (2009) compartilha o mesmo conceito explicando que os híbridismos mais comuns provem da junção de palavras do português com palavras do grego, francês, latim, árabe, inglês, etc. Segundo Bechara, “a nossa língua forma com facilidade híbridismos com elementos estrangeiros que se acham perfeitamente assimilados ao idioma, que passam como elementos nativos. (BECHARA, 2009, p.372).

No PB, este fenômeno ocorre por cruzamento vocabular (*caipilight*, *caipiorloff*, *caipivodka*, *infoline*), por composição (*berço-camping*, *gás-stop*, *samba-rock*), e formação sintagmática (*belo beer fest*, *feira shop*, *file grill*, *frango grill*, *stand de vendas*). Antunes (2010, p.122) numa pesquisa intitulada *As estruturas mais produtivas da terminologia do cinema em português europeu* identificou 27 híbridismos que representam 2,55% do total do *corpus*. Vejamos alguns exemplos: chefe de *casting*, fita *klang*, voz *off*, efeito *soft*, *travelling* a direita, cópia *standard*, câmara *car* entre muitas outras.

Formações compostas (*bóia-cross*, *brothermóvel*, *cacau-western*, efeito-*pet*, *kit-limpeza*) e sintagmáticas (*cerveja light*, comércio *on-line*, *top* de linha, tratamento *vip*) apresentam também, não raro, esse tipo de formação em que um componente vernáculo junta-se a um estrangeiro para formar um composto neológico. Em pesquisa sobre a fala dos jovens moçambicanos descobrimos a unidade lexical *tchuna-baby* que significa “calça curta que é muito justa ou de cintura baixa” (para homens ou mulheres) ou bermuda no PB. No PM, Vilela (2003) apresenta os seguintes exemplos: *showmício*⁶² (*show*+*comício*), *xicalamedida* (**xicala** [sem]+**medida**), *padre-nuanacaja* (freira), *maregalia* (**ma** [prefixo nominal plural nas LB] + **regalia**). Mais exemplos desse caso serão apresentados nos resultados (subseção 8.3.).

⁶² Termo que surgiu em 1989, na arena política brasileira para designar uma “reunião em praça pública, com números musicais e discursos de caráter social ou político” (HOUAISS, VILLAR, MELLO FRANCO, 2009, p.1741).

4.2.5.3 As onomatopeias

As unidades lexicais que pretendem imitar um som são chamadas onomatopeias. É uma necessidade da escrita, pois oralmente os falantes tentam imitar. Para Saussure (2006) “a escolha do significante nem sempre é arbitrária”. Para o autor, uma vez as onomatopeias criadas começam à evoluir, engrenado mais ou menos na adaptação fonética, morfológica. Saussure dá exemplos de “**pigeon**, do latim vulgar *pīpiō*, derivado de onomatopeia, exemplo que prova que esta perdeu algo de seu caráter para adquirir o do signo linguístico em geral, que é imotivado” (cf. SAUSSURE, 2006, p.83). Bechara (2009, p.74) dá exemplos de **tique-taque** (do relógio), **marulho** (das ondas do mar), **zunzunar** (da abelha), **arrulhar** (dos pombos). Caldas (2011, p.154) define onomatopeias como “o processo de criação de palavras através da imitação de sons naturais e também as palavras formadas através deste processo.” O surgimento das onomatopeias está intimamente ligado ao advento da escrita. Estas novas unidades lexicais variam de região para região, de cultura para cultura e da percepção dos que inventam. Só para ilustrar vejamos os exemplos que se seguem:

Quadro 7: A variação geográfica das onomatopeias

	SOM		
	PM	PB	PE
latido (cão, cadela)	uh!	au!	ão!
pato (grasnar)	qua!	quack!	quá quá!
chamamento	psi! ou hé	ei !psiu!	-
mugir (boi, vaca)	mo!	muuu!	muu
espanto	oh!	oops!	oops!
riso	he!he!	ha!ha!	ah ah!
lamentação	yowé!	ai!ai!	ai!ai
campainha	trim!	bling blong	triim!
buzina (carro, moto)	pim pim!	bii bii!	pi pii!

Fonte: Enciclopédia livre (2013)

As vozes de animais, consideradas onomatopeias, são muito diferentes de uma língua para outra. Por exemplo, em “português pipilar, inglês *chirp*; português ronronar, em inglês *purr*” (FIORIN, 2013, p.63). Esta é uma variação lexical que extrapola a capacidade de controle dos normativistas.

O importante a observar é que estas palavras pertencem a categoria morfossintática e em muitos casos estes formam verbos: **ciciar** (da cigarra), **coaxar** (da rã/sapo), **mugir** (do boi), **rufar** (de tambores), **miar** (do gato) e por aí em diante. Fiorin (2013, p.65) apresenta vários exemplos de criação onomatopeias baseadas em histórias dos quadrinhos (banda desenhada, no PM). Por exemplo, as risadas dos homens são expressas por **ha-ha-ha** e das mulheres **hi-hi-hi**, etc. Saussure (2006) dá exemplos de **glu-glu**, **tic-tac**, **wau-wau**.

No PM temos o exemplo da palavra **tontonto** que é onomatopeia e que significa “aguardente” ou “cachaça”. O **ton-ton-ton** (proveniente da língua xichangana) é o som feito pela bebida quando é destilada em máquinas tradicionais na fabricação da bebida; **katla** (que vem do som de alças quando fecham) significa “pegar” em PM e em xichangana; **bayete** (grito de dor língua xichangana) que significa “socorro” ou “*save*” segundo o contexto. Na frase “eu ouvi um **zum-zum** com amigos” temos a palavra **zum-zum** que imita o zumbido de uma mosca. Observemos a frase: *...vamos fazer tchim-tchim...!* Tchim-tchim é nome de um momento de uma comemoração. Mas esse nome provem do som das taças ou copos quando se tocam no momento da celebração.

4.2.5.4 As palavras eruditas

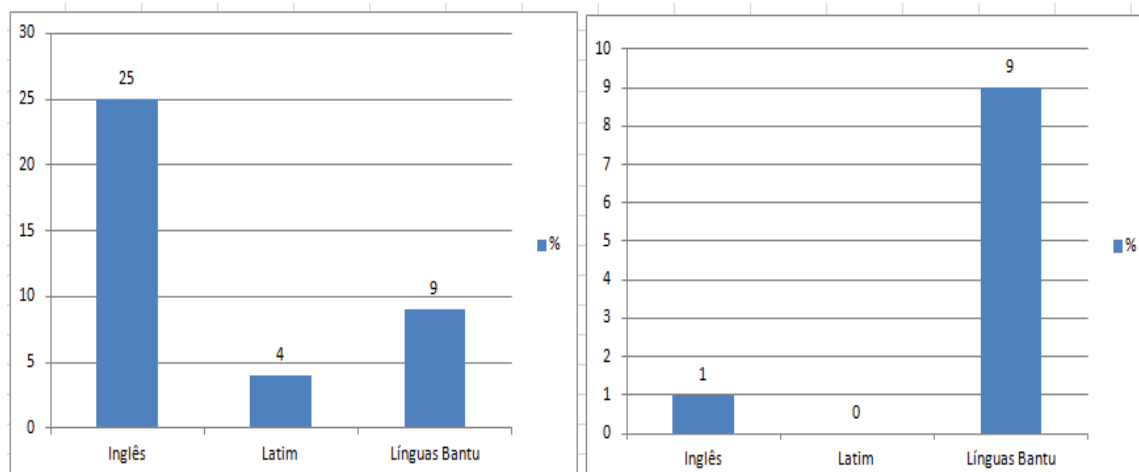
As palavras eruditas, segundo o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009, p.1414) é um “empréstimo direto das línguas clássicas que não sofreu as mudanças fonéticas regulares.” A LP empresta vários vocábulos grego-latinos e são usados de forma sistemática, principalmente na área de direito (justiça). Bizzocchi (1997) identifica que esses empréstimos se formam por “processos não vulgarizantes”⁶³ porque conservam a “grafia original com ou sem enquadramento fonológico (isto é, substituição de desinência grega ou latina pela vernácula), porém com adaptação fonético-fonológica a essa grafia” (BIZZOCCHI, 1997, p.62).

Palavras **eruditas** são aquelas que provém do grego e do latim e que não evoluíram mesmo com o tempo. Elas são usadas no Português, no inglês, no espanhol, no italiano, no francês, etc e sempre mantêm a sua grafia. Aparecem com muita frequência no meio acadêmico, na literatura e na imprensa escrita. Para melhor entender as particularidades de

⁶³ Processo vulgarizantes se dividem em: “(a) empréstimo do grego ou do latim com posterior evolução fonética, acompanhada de adaptação ortografia simultânea ou posterior (b) empréstimo com adaptação da grafia à pronunciado vocábulo na língua vulgar de origem e (c) empréstimos com adaptação da pronúncia à grafia do vocábulo na língua vulgar de origem” (BIZZOCCHI, 1997, p.64-67).

palavras eruditas, analisemos os gráficos 5a e 5b referentes a pesquisa realizada em 47 cartas de opinião do Jornal “Notícias” de Moçambique:

Gráfico 5a: Estrangeirismos nas cartas de opinião - **Gráfico 5b:** Empréstimos em cartas de opinião



Fonte: Timbane (2011, p.14)

No *corpus* constatamos que há estrangeirismos de três línguas predominantes, nomeadamente do inglês, do latim e de LB. No gráfico 5a nota-se a predominância de estrangeirismos do inglês em 25% seguido de LB. No gráfico 5b observa-se a presença de empréstimos vindos das LB. As LB tendem a se integrar na LP enquanto as palavras latinas não aceitam essa prerrogativa. Por isso no gráfico 5b, temos 0% de empréstimos do latim. Nenhuma palavra aceitou adaptar as normas gramaticais da LP fato que comprova haver uma conservação da grafia das mesmas ficando assim **estrangeirismos**. O importante é reconhecer que já são palavras da LP e sempre ocorrem sem mudanças gráficas. São exemplos de palavras ou expressões latinas: *campus, ibidem, corpus, apud, status, habeas corpus, in memoriam, per capita, curriculum vitae, grosso modo, versus, continuum, versus, performance, stricto sensu, lato sensu, honoris causa, etc.*

Os gráficos 5a e 5b ilustram que as palavras eruditas existem na LP, quer dizer no PM. A adaptação gráfica não atinge as palavras eruditas por isso não houve nenhum caso. Assim sendo, a origem estrangeira mais evidente nessas cartas foi o inglês agrupando cerca de vinte e cinco unidades. Em segundo lugar, estão nove unidades com origem na língua xichangana. Constata-se que o número de estrangeirismos vindos do inglês é comparativamente maior que o número de unidades de origem latina e as LB, provavelmente pelo impacto que esta tem na arena nacional e internacional. Os estrangeirismos vindos do latim estão em número muito reduzido (são apenas quatro unidades). A expressão latina *modus operandi* teve uma

frequência maior (cinco vezes) comparativamente às outras palavras que só apareceram nos textos uma vez: *déficit, in loco, habitat e sine qua non*.

4.2.6 Os neologismos na literatura moçambicana

Pesquisas realizadas por Martins (2007) e Barbosa (2001) mostraram a produtividade linguística dos escritores ao longo da história literária. Aliás, os gramáticos tradicionalistas se baseavam nos textos literários para definir o padrão das línguas. Segundo Antunes (2012), o texto literário cria sua própria coerência e ganha autonomia de uso e de combinação. Quer dizer, perde a subserviência a padrões impostos pelas convenções do sistema. Desta forma, o “léxico é a matéria onde será assentado o jogo da criação literária. As possibilidades que ele comporta são inúmeras; são hipoteticamente infinitas em se tratando de literatura” (ANTUNES, 2012, p.125). Mia Couto, respondendo às perguntas numa entrevista à *Revista CAPMAG* afirma que “recriamos a língua na medida em que somos capazes de produzir um pensamento novo, um pensamento nosso.” Estas palavras tentam justificar o seu estilo criativo na formação de vários neologismos. Couto acrescenta o seguinte:

Venho brincar aqui no português, a língua. Não aquela que outros embandeiraram. Mas a língua nossa, essa que dá gosto a gente namorar e que nos faz a nós, moçambicanos, ficarmos mais Moçambique. Que outros pretendam cavalgar o assunto para fins de cadeira e poleiro pouco me acarreta. (COUTO, 2007b, p.5).

As palavras de Couto fazem alusão à variedade moçambicana que se mostra presente nos seus textos. É na base desse PM que o autor exprime os seus pensamentos, sentimentos, ideias nas suas obras, fato que não pode ser ignorado. A obra “Terra sonâmbula” (TS) relata momentos de conflito armado (guerra entre militares do partido FRELIMO e a RENAMO) vivenciados pelo povo moçambicano dois anos após a proclamação da independência do país em 1975. Couto vale-se da palavra para “comunicar-se diretamente com a alma profunda de uma terra conturbada à qual foi negado o direito ao sono - a terra sonâmbula- mas não ao sonho e à arte, as vias mágicas por excelência de resgate da vida humana”. Em 204 páginas, Couto (2007a) mostra ao leitor a capacidade de “brincar” ou de fazer “brincadeiras” com as palavras, criando 223 neologismos. Uma das características mais marcantes dos neologismos presentes nesta obra é a formação lexical por composição.

Segundo Cunha e Cintra (2008, p.119), no processo de composição, podem-se criar palavras com elementos simplesmente justapostos, conservando cada qual a sua integridade. Vejamos alguns exemplos extraídos da obra “Terra sonâmbula” (TS): (32)

- | | |
|--------------------------------------|--------------------------------|
| (a) arco-iriscando (cap. 2, p.37) | (f) mau-olhado (cap.2, p.37) |
| (b) mal-fragado (cap.3, p. 57) | (g) vira-revira (cap.4, p.79) |
| (c) camarada-chefe (cap.8, p.46) | (h) logo-logo (cap.8, p.149) |
| (d) muito-muito (cap.10, p.190) | (i) nua-vem (cap.9, p.153) |
| (e) camarada-em-chefe (cap.9, p.165) | (j) virabazucas (cap.7, p.131) |

Estas unidades são novas na variedade de Moçambique, pelo menos não constam do *Dicionário integral da língua portuguesa* (2008), e sua composição está intimamente ligada ao estilo do autor e à beleza do texto. Os exemplos acima apresentados são apenas uma amostra das muitas outras unidades que podem ser flagradas ao longo do romance. Mas as palavras podem se “unir e pode-se perder a ideia da composição, caso em que se subordinam a um único acento tônico e sofrem perda de sua integridade silábica” (CUNHA; CINTRA, 2008, p.119).

Ao ler os textos de Mia Couto, percebe-se facilmente a presença de vários neologismos, sempre integrados no contexto moçambicano. Fizemos um levantamento exaustivo dos neologismos na obra “Terra sonâmbula” da autoria de Mia Couto e observamos que todos os neologismos tinham como base de formação - a gramática da LP. Mas a origem dessas novas palavras é diversa, tal como veremos mais adiante: (33)

- a) “...um dia me lenham, por confusão, brincou ela...” (TS, p.189)
- b) “...o sol se vai devagarinhando parece uma das moscas...” (TS, p.159)
- c) “...não quero choraminhices. Este problema...” (TS, p. 18)

As unidades lexicais **lenham** (formado do substantivo lenha), **devagarinhando** (do advérbio devagar) e **choraminhices** (do verbo chorar) sofreram transformações inesperadas pela gramática do português. O conhecimento da LP não basta para poder compreender estes neologismos. A maioria deles são oriundos das LB, logo, o conhecimento da LB facilita a compreensão da criatividade **miacoutiana**. Os neologismos na literatura são fenômenos que aparecem por força da tradição, dos usos e costumes, da necessidade de se adequar aos contextos do dia a dia ou mesmo na adequação aos novos contextos e realidades.

Por outro lado, Couto cria várias palavras novas a partir da aglutinação de pelo menos duas. Segundo Cagliari (2002, p.43) é o “processo de composição em que ocorre uma fusão das palavras, resultando em um todo único, com só um acento principal. Em geral, ocorre alguma mudança fonológica na forma final da palavra.” No processo de aglutinação, diferentemente do que ocorre na composição por justaposição, perde-se a noção das unidades

tomadas isoladamente. As palavras a seguir são alguns exemplos desse tipo de formação. Todos foram extraídos do livro “Terra sonâmbula”: (34)

- | | |
|---------------------------------|----------------------------------|
| (a) brincriações (cap.1, p.10) | (e) exactamesmo (cap.7, p.130) |
| (b) boquinhaberto (cap.1, p.15) | (f) convidançante (cap.7, p.135) |
| (c) sonhambulante (cap.1, p.33) | (g) cambalinhava (cap.7, p.145) |
| (d) maneirosa (cap.9, p.179) | (h) tremeluzente (cap.9, p.178) |

Em “Terra sonâmbula”, de Couto, observa-se a transformação de verbos a partir de adjetivos. Na sua “arte neológica”, Couto transforma adjetivos em verbos, algo que a gramática da LP não aceitaria, não fosse a prerrogativa que ele tem de ser inovador na literatura. Os exemplos são: **pequenava** (cap.4, p.78) e **sozinhar-me** (cap.1, p. 28) formas derivadas dos adjetivos **pequeno** e **sozinho** respectivamente.

Outro processo de formação de palavras que merece ser observado é a derivação. Nesse caso temos a criação por meio de afixos: prefixos e sufixos. Vejamos exemplos de neologismos construídos por meio de afixos (destacados em negrito).(exemplos 35).

- | | |
|---|---|
| (a) desdelicado (TS, cap.1, p.28) | (g) imcumpri dos (TS, cap.5, p.56) |
| (b) desfolha (TS, cap.8, p.139) | (h) inap osento (TS, cap.9, p.158) |
| (c) indisting uia (TS, cap.9, p.159) | (i) castanha mente (TS, cap.3, p.50) |
| (d) irmão dade (TS, cap.6, p. 17) | (j) desasada s (TS, cap.9, p.159) |
| (e) desperna do (TS, cap.6, p.105) | (k) enchameaç ão (TS, cap.6, p.121) |
| (f) esmãoz inho (TS, cap.7, p.131) | |

Os exemplos (35) representados pelas letras de **a** a **k** ilustram a formação de palavras por meio de afixos (sufixos e prefixos). Couto fez vários diminutivos ao longo do seu texto. Vejamos alguns exemplos:

farinh**inha** (TS, cap.2, p.44); bebidin**hos** (TS, cap.2, p. 47); fioz**ioz**ito (TS, cap.5, p.86); amanhaz**inha** (TS, cap.5, p. 89); sust**inha** (TS, cap.3, p.52) e tant**ito** (TS, cap.2, p.46).

Outra forma de criação neológica recorrente na obra de Couto é a transformação de nomes (sobretudo substantivos comuns) em verbos. Vejamos alguns exemplos: desvizinhame-se (TS, cap.4, p.68), luzinhou (TS, cap.8, p.144), ameijoaram (TS, cap.4, p.76), historiava (TS, cap.7, p.131), faquinhado (TS, cap.9, p.154), praiava (TS, cap.1, p.20), mulatar (TS, cap.1, p.25), raivando (TS, cap.1, p.26), arco-iriscando (TS, cap.2, p.37), machambar (TS, cap.1, p.1). No processo de transformação de nomes, todos os verbos se enquadram na primeira conjugação, tendência geral na LP. Os exemplos sobre a criatividade lexical não só se verificam na literatura, mas também na música, nos meios de comunicação.

Para concluir, é importante retornar às palavras de Sablayrolles quando explica que a duração de um neologismo (a neologicidade) dependerá da amplitude e da difusão de cada unidade lexical dependendo dos seguintes fatores: **(a)** se denomina os fatos ou as denominações de instituições; **(b)** se domina os fatos da sociedade; **(c)** se domina os acontecimentos mais sensíveis à população e **(d)** o desenvolvimento técnico-científico. (cf. SABLAYROLLES, 2012a, p.93).

A diferenciação entre matriz interna e externa vai ao encontro do debate de Turazza (1996), que divide a criatividade em três tipos: criação “dentro do inventário lexical, isto é, das normas vocabulares, implicando variações estilísticas; fora do inventário lexical [...]; fora das potencialidades previstas pelo sistema” (TURAZZA, 1996, p.82). Desta forma, os neologismos vêm se integrar ao grande acervo denominado léxico. A seguir vamos discutir o que é o léxico.

5 OS ESTRANGEIRISMOS E OS EMPRÉSTIMOS

5.1 Os empréstimos e os estrangeirismos: conceitos e debates

Na seção anterior discutimos os neologismos que são fenômenos linguísticos ligados à matriz interna, quer dizer, criações novas dentro da mesma língua. Nesta seção vamos falar de criações novas que provêm da matriz externa, quer dizer, provenientes de outras línguas (do inglês, do francês, das LB, etc). Há uma distinção entre **estrangeirismo**, forma equivalente do francês *xénisme*, e empréstimo, equivalente ao *emprunt*. Guilbert (1975) estabelece uma distinção entre *xénisme* e *emprunt*, considerando o primeiro termo uma citação esporádica e, o segundo, um elemento integrado à língua receptora. Sablayrolles e Jacquet-Pfau (2008), no artigo *Les emprunts: du repérage aux analyses diversité des objectifs et des traitements* discutem os problemas de neologismos e dos empréstimos descrevendo claramente que essas entidades são bem distintas embora tendo um objetivo comum: o enriquecimento lexical.

Tanto os empréstimos como os estrangeirismos trazem vários debates e conceitos no seio dos linguistas. Alguns linguistas os designam por “anglicismos, americanismos, barbarismos” (SEQUEIRA, 1962), africanismos (BONVINI, 2008a, b), canadianismos, belgicismos, italianismos, xenismos (GUILBERT, 1975), chilenismos, argentinismos, mexicanismos (ISQUERDO, 2006, p.12) entre outras designações. O conceito de estrangeirismo não fica bem claro em alguns linguistas porque não fazem distinção clara entre estrangeirismos e empréstimos. Por exemplo, Garcez e Zilles (2002) não distinguem estrangeirismos dos empréstimos.

A inquietação sobre os conceitos preocupou também a Guilbert (1975), pois Deroy (apud GUILBERT, 1975) propunha a designação *perigrinisme* para o estrangeirismo. Guilbert define por *xénisme* ou xenismo o termo estrangeiro que fica sempre estrangeiro, quer dizer, é a primeira situação onde o termo estrangeiro é introduzido na frase francesa em referência a um significado próprio da língua estrangeira. O estrangeirismo é uma unidade lexical importada da língua “**A**” e passa a ser usada na língua “**B**”, conservando as marcas da sua língua de origem. Alves (2008) salienta que o estrangeirismo é percebido como externo à língua receptora, similar a uma citação, apresentando marcas visuais (aspas, itálico, negrito) e formas metalinguísticas (enunciados, definitórios, formas introdutórias tais como: chamado de... denominado...). Neste trabalho, o xenismo e/ou perigrinismo será designado por estrangeirismo, tal como Carvalho (2009), Alves (2008, 1988, 1994), Garcez e Zilles (2002), Faraco (2002) e Zilles (2002) designam.

Segundo Freitas, Ramilo e Soalheiro (2005, p.37), estrangeirismos “são palavras provenientes de línguas estrangeiras que não estão integradas no léxico do português, sendo empregadas na nossa língua”. Não concordamos plenamente com a definição dos autores porque os estrangeirismos podem estar integrados no léxico da língua sem que estejam dicionarizados dependendo em muitos casos do sentimento neológico dos falantes. Na nossa opinião não é o dicionário que define se uma unidade lexical está integrada no português. Há, no entanto, muitas palavras que não estão dicionarizadas, mas que fazem parte do dia a dia na fala dos lusófonos.

É preciso sublinhar que tanto a matriz externa como a interna constituem “novos” para língua, somente a origem é que os distingue. Aliás, o estrangeirismo nem é novo no universo linguístico, mas sim uma novidade na língua que o acolhe ou adota (cf. CARVALHO, 2009, p.55). O estrangeirismo vem com as regras gramaticais da língua de origem e mantém na língua de chegada: *campus-campi, curriculum-curricula*. É o que Bizzocchi (1997) designa por processos vulgarizantes, pois a maioria dos estrangeirismos greco-latinos optam pela conservação da ortografia e pronúncia original.

A entrada de neologismos é um fenômeno “natural” das línguas e que merece ser estudado com muita profundidade, pois em Moçambique provoca variação, mudança e preconceito linguístico. O estudo de empréstimos é antigo, mas começamos pela década 70, em que o linguista francês, Louis Guilbert publica a obra *La créativité lexicale*, o qual define empréstimo como a introdução no interior do sistema, de segmentos linguísticos de uma estrutura fonológica, sintática e semântica de outro sistema. Seria oportuno observarmos outros conceitos. Loubier (2011, p.10) define empréstimos de duas formas:

(1ª) Procedimento pelo qual os utilizadores de uma língua adotam integral ou parcialmente, uma unidade ou um traço linguístico (lexical, semântico, fonético, sintático) de uma outra língua ou; (2ª) unidade ou traço linguístico duma língua que é emprestada integral ou parcialmente a uma outra língua⁶⁴ (LOUBIER, 2011, p.10. tradução nossa, numeração nossa).

Loubier (2011, p.10) e Bizzochi (1997, p.60) comungam a ideia de que o empréstimo pressupõe necessariamente algum tipo de mudança que atinge desde a pronúncia do significante segundo o sistema fonético-fonológico da língua receptora, bem como a adaptação da grafia do vocábulo ao sistema ortográfico dessa língua. O empréstimo é o

⁶⁴ *Procédé par lequel les utilisateurs d'une langue adoptent intégralement, ou partiellement, une unité ou un trait linguistique (lexical, sémantique, phonologique, syntaxique) d'une autre langue.* » ou « *Unité ou trait linguistique d'une langue qui est emprunté intégralement ou partiellement à une autre langue.* »

processo de importação de um item linguístico vindo de outro sistema linguístico, processo que ocorre no tempo em que duas culturas estão em contato num período de tempo.

Entendemos que o léxico estrangeiro se caracteriza graficamente pela escrita e oralmente pela pronúncia da língua de origem. As unidades lexicais: *shopping, design, jeans, game, campus, software* estão dicionarizadas e bem integradas na LP. Mas continuam sendo “sentidas”⁶⁵ como estrangeiras e são grafadas com aspas (simples ou duplas) ou itálico. É por isso que definimos estrangeirismo como unidade lexical vindo de outra língua e que possa ter sofrido ou não alguma mudança no nível fonético, gráfico ou semântico. Esse estrangeirismo pode possuir palavra equivalente em português ou não, tal como sustenta Loubier (2011, p.14). A autora defende que as unidades lexicais *staff, lobby, démotion, jamboree* são estrangeirismos (ou *empunt intégral*, no francês), pois têm a forma e sentido sem adaptação ou com adaptação gráfica ou fonética mínima. A mesma ideia é defendida por Correia e Barcellos Almeida (2012, p.71), quando explicam que os estrangeirismos denotam uma “unidade importada de outra língua que não sofreu quaisquer adaptações à língua de chegada, ao passo que empréstimo denota uma palavra estrangeira que se adaptou ao sistema linguístico de acolhimento, ou seja, no nosso caso, que foi aportuguesada.”

Estando suficientemente claro, é importante sublinhar que a “língua estrangeira” a que se refere não significa necessariamente que seja uma língua de outro país, mas sim externo à língua em estudo. Mesmo a França, que tem instituições fortes de controle da língua, não conseguiu impedir a entrada e uso das palavras como: *weekend, parking, walkman, pizza, place*, etc. No caso de países plurilíngues (como é o caso de Moçambique), o estrangeirismo pode vir de várias das línguas existentes no território. Por exemplo, os estrangeirismos *matapa* (prato feito de folhas de mandioqueira), *timbila* (xilofone), *dumba-nengue* (mercado informal) *kanimambo* (obrigado) só ocorrem em Moçambique, no PM e são provenientes da língua xichangana falada no sul de Moçambique. Este fenômeno prova que a “língua, sociedade e cultura são indissociáveis, interagem continuamente, constituem, na verdade, um único processo complexo. A sua separação, por eventuais exigências da análise científica, não deixa de ser uma mutilação, conquanto metodológica.” (BARBOSA, 1989, p.158).

Os empréstimos lexicais diferem dos estrangeirismos, embora estejam interligados entre si: têm origem estrangeira. Alguns analistas da língua costumam dar pouca importância à diferença dos dois conceitos: estrangeirismos e empréstimos. Timbane (2012a, p.7) já ilustra os diferentes conceitos dados ao mesmo fenômeno e os respectivos debates, tentando mostrar

⁶⁵ Ver “sentimento neológico” discutido por Sablayrolles (2006) na seção terciária 4.2.4.

que os empréstimos se integram por meio de qualquer adaptação, enquanto que os estrangeirismos se mantêm inalteráveis na sua grafia. Desconsidera-se a pronúncia, pois mesmo dentro da matriz interna não existe uma única forma de pronunciar: tia [tʃia] no PB ou [tia] no PE ou [dia] no PM. Essas diferenças fonéticas nunca causam problemas de intercompreensão na CPLP.

Os empréstimos, segundo Guilbert (1975, p.91), se dividem em denotativos e conotativos⁶⁶. Para Bloomfield (apud, ALVES, 1988, p.1) e Carvalho (2009, p.49-50), o empréstimo pode ser dialetal (**empréstimo dialetal** - em que os traços emprestados provêm da mesma área linguística - e o **empréstimo cultural** - em que os traços recebidos são oriundos de uma língua diferente).

Alves (1988) debate os conceitos de empréstimos e estrangeirismos num artigo intitulado “Empréstimos lexicais na imprensa política brasileira”, mostra que há divergência conceptual entre linguistas - Deroy, Guilbert, Bloomfield, Weinreich, Haugen, Roseti e muitos outros. Segundo Sablayrolles e Humbley, os empréstimos e os estrangeirismos provêm da matriz externa, pois provêm de outras línguas e não podem ser tão homogêneos como os da matriz interna. Baseando-se em Carvalho (2009, p.56)⁶⁷, entendemos por empréstimos, palavras que já foram estrangeirismos e que, imediatamente ou ao longo do tempo, se solidificaram na língua sofrendo transformações, adaptações de vária ordem: gráfico, fonético, morfossintático, semântico.

Este conceito é também sustentado por Pavel (1989, p.133), que retoma a questão “processo de passagem de um elemento lexical”. Esta constatação surge da necessidade de contornar a expressão “sentimento neológico”, uma vez que é discutível, tal como argumenta Sablayrolles (2006, p.146). Na verdade o empréstimo dura o tempo que dura o neologismo da matriz interna. Ao nosso ver, empréstimos seriam aquelas palavras que, por tanta necessidade de serem usadas por falantes de uma determinada língua os seus padrões de escrita ou a fonéticos.

Não se pode ignorar que o empréstimo linguístico resulta de **acontecimentos** de natureza diversa: (a) **acontecimento histórico** (quando surge uma guerra, uma viagem, um

⁶⁶ Denotativos: designação de produtos, de conceitos que foram criadas nos países estrangeiros. Provêm da língua de um país dominante econômico e cientificamente; Conotativos: resultam da adaptação da concepção da sociedade e do modo de vida em honra na América que entram por meio de filmes, espetáculos, da imprensa e da literatura, contatos turísticos. Surge como produto de minetismo que se desenvolve em razão de prestígio exercido por um tipo de sociedade chamada sociedade de consumação. (GUILBERT, 1975, p. 91, tradução nossa).

⁶⁷ A introdução de um termo consta de quatro fases: (1) palavra estrangeira (existente na língua “A”); (2) Estrangeirismo (usado na língua “B”); empréstimo (adaptação de qualquer tipo na língua “B”); xenismo (ausência de adaptação para a língua “B”).

encontro com cultura estrangeira, um evento estrangeiro, etc); (b) **acontecimento enunciativo** (quando um locutor introduz na sua língua uma palavra emprestada de uma outra língua); (c) **acontecimento discursivo** (a palavra emprestada é retomada/usada por vários locutores) e (d) **acontecimento linguístico** (momento em que o estrangeirismo ou empréstimo é registrado na língua comum). (cf. STEUCKARD, 2008, p.12)

Estas “novas” palavras quando chegam na língua alvo (neste caso, no português) incorporam e usam as regras gramaticais do português. Em outras palavras, quando um novo elemento entra na “família portuguesa” tem de seguir as normas (gramaticais) da língua de chegada. Possenti já avisa:

Se adotarmos *start*, logo teremos **estartar** (e todas as suas flexões), pois nossa língua não tem sílabas como **st-**, que imediatamente se tornam **est-**. Veja bem: não só acrescenta uma vogal, mas ela será um **e** – em algumas regiões, um **i**, por razões de pronúncia, não de estrutura – que é nossa vogal protética e epentética. A forma nunca será *startar*, nem *ostartar* ou *ustartar*, nem *estarter* ou *estartir*, nem *printer* ou *printir*, nem *atacher* ou *atachir* etc, etc. Isso é que é aportuguesar, e não providenciar uma ortografia para a palavra. (POSSENTI, 2002, p.172, grifos e itálico nosso).

Segundo Assis (2007), a presença ou a integração do **e-** na adaptação (de *startar*) é resultado da interferência fonética, na qual “ocorre inserção de [i] no início da palavra, pois em português um *onset* completo do tipo **CC**, no caso **st-**, não é possível. Assim, o <S> inicial passa a fazer parte da coda da nova sílaba, constituída a partir da introdução de uma vogal e pentética nuclear” (ASSIS, 2007, p.152). No PB, passa a ter duas sílabas **estartar**. Carvalho (2009, p.31) dá outro exemplo com a unidade lexical estrangeira *stress*. Segundo Carvalho, o termo “entrou recentemente na língua, tomou a forma *estresse* porque o padrão da LP não admite a formação com “S” inicial, desacompanhado de vogal.” A inserção de uma vogal nessas palavras estrangeiras não acontece de forma gratuita, aleatória. Está intimamente ligado à forma pela qual se organizam os sons da fala no PB. Essa intuição é geralmente colocada em uso de maneira mais explícita. (SEARA; NUNES; LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2011). Os autores dão exemplo da palavra estrangeira **skate**. O brasileiro pronunciará automaticamente /iskeiti/ o que significa que se insere uma vogal inicial da palavra, já que se tem no início da palavra a sequência **sk-**, forma inexistente no português. “Isso mostra como funciona o nosso conhecimento implícito da organização dos sons de nossa própria língua. E é isso que a fonologia tenta modelar” (SEARA; NUNES; LAZZAROTTO-VOLCÃO, 2011, p.71).

Esta é a forma pela qual as palavras estrangeiras se aporuguesam no PB transformando-se em empréstimos. Zilles (2002, p.157) mostra que os empréstimos linguísticos sofrem algum grau de adaptação: fônica, morfológica, sintática ou semântica. Mas é importante sublinhar que nem sempre as regras são cumpridas em outras variantes da LP. O PM segue esta forma, proposta pela gramática da língua. Vejamos outros exemplos de empréstimos encontrados no dicionário de moçambicanismos:

A palavra *draivar* (dirigir ou conduzir) proveniente do verbo *to drive*, da língua inglesa, adaptou-se imediatamente aos verbos da primeira conjugação terminados em **-ar**.⁶⁸ O mesmo aconteceu com os verbos *tchovar* “empurrar” (palavra proveniente do verbo *ku tchova*), *bula-bular* “conversar” (palavra proveniente do verbo *ku bula*) e *guadjissar*: *roubar*, *furtar*, todos verbos provenientes da língua xichangana. Estes empréstimos se tornam produtivos utilizando processos de derivação por sufixação e prefixação, como por exemplo: *tchovar*, *tchovador*, *tchovando*, *tchova-tchova* (reduplicação), *tchovei*, etc. Em Moçambique, todos conhecem a palavra *chuinga*. Esta unidade lexical está muito enraizada no PM de tal forma que ninguém imagina ou pelo menos lembra que foi estrangeirismo que se transformou em empréstimo. *Chuinga* provém do inglês *chewing-gum* que significa “chiclete” (no PB) ou “pastilha” (no PE).

Na língua ciyao (LB falada ao norte de Moçambique e em Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) os empréstimos nominais do português são influenciados pela adaptação fonológica. É claro que depois desse processo entram aspetos da grafia e assim, por diante. Por exemplo, o número de fonemas consonânticos da língua yao é muito limitado (cf. tabela 11, p.266). Segundo Ngunga (2009), os fonemas /f/aca, /v/aso, /z/angar, /j/antar, /r/ua, /x/avier não fazem parte, porque a língua admite certo tipo de palavras (ideofones). Sendo assim, os empréstimos do português ficam assim: trator - *talatóole* [talatóole]; garfo - *gáálupe* [gáálupe]; Fernando - *palanaáando* [palanáando]; Maria - *Madiya* [Madíya]; Rosa - *Lóosa* [lóosa]⁶⁹.

Como se vê, a língua dispõe, por um lado, de muitos mecanismos para resolver o problema de integração de palavras que contêm fonemas consonânticos que não fazem parte do seu inventário de fonemas. Por outro lado, observa-se que a língua constrói sistematicamente sílabas do tipo CV(V), uma de suas características fonológicas fundamentais. (NGUNGA, 2009, p.193).

⁶⁸ Na língua francesa, os verbos estrangeiros terminam em **-er**. São exemplos de *backlister*, *bruncher*, *canceler*, *forwarder*, *looker*, *printer* (SABLAYROLLES; JACQUET-PFAU, 2008, p.22).

⁶⁹ Curiosamente, a língua kimbundo de Angola, transforma /d/ por /l/ quando adapta palavras do português. Assim, as palavras **sábado** e **domingo** em kimbundo ser *sábhalù* e *lùmingù* respectivamente. (cf. MIGUEL, 2003, p.60).

Dias (1991) falando das causas dos empréstimos lexicais no Português de Moçambique, considera dois motivos fundamentais: empréstimos lexicais como estratégias de comunicação e empréstimos lexicais como estratégias de identificação. Partindo da ideia de Correia (1998, p.61) e Correia e Barcellos Almeida (2012, p.24-25), podemos sustentar que os neologismos podem ser de vários níveis, isto é, podem apresentar tipos de novidade distintos:

- **formal** (a sua forma significante é nova): quando o neologismo apresenta uma forma não atestada no estágio anterior do registro de língua (ex.: derivados e compostos novos de palavras de origem estrangeira); Ex: *bipar* (falsa chamada) *bizinisheiro* (comerciante), *derby* (jogo), *mister* (treinador), *ranking* (classificação), *jabulani* (bola de futebol) (TIMBANE, 2013a, p.160).
- **semântica**: quando o neologismo corresponde a uma nova associação significado-significante, isto é, uma palavra já existente adquire uma nova aceção. Ex. infelicidade (morte, falecimento), cena (problema/coisa), jeito (preservativo), batedor (ladrão), gato (ligação clandestina de energia, animal felino, homem bonito, assaltante).
- **pragmática**: quando a neologia resulta da passagem de uma palavra previamente usada num dado registro para outro registro da mesma língua. A novidade pragmática implica, normalmente, novidade semântica. Exemplos: “comer dinheiro” = gastar/usar dinheiro; “apanhar sono” = adormecer; “apanhar grávida” = engravidar; “nasceu filho” = dar à luz; “encarregado de educação” = pai, mãe ou alguém responsável pelo/a aluno/a; “não bater cem” = ser doido, “trabalho de Marracuene” = repetir a mesma tarefa/trabalho.

5.2 Origem, aplicação e função dos empréstimos e dos estrangeirismos

5.2.1 Origem dos empréstimos

Apell e Muysken (1996, p.247) apresentam seis determinantes sociais e culturais que originam os empréstimos:

- (a) Influência cultural, isto é, empréstimos culturais que surgem não do contato de línguas distintas num mesmo espaço, mas sim de intercâmbios culturais;
- (b) Existência de palavras nativas raras que se perdem;
- (c) Existência de duas palavras nativas que se pronunciam ou soam de forma tão similar que a substituição de uma delas por uma palavra estrangeira resolveria possíveis ambiguidades;
- (d) Necessidade constante de sinônimos de palavras afetivas que perderam a sua força expressiva;

(e) Necessidade de estabelecer novas distinções semânticas por meio de empréstimos, como por exemplo, a possibilidade de tomar uma palavra de uma língua de estatuto baixo e usá-la pejorativamente e

(f) Introdução de palavras emprestadas de forma quase inconsciente por causa de um bilinguismo intenso, que faz com que, em alguns casos, sejam usadas na escrita sem a marca de estrangeirismo.

5.2.2 Aplicação dos empréstimos

Vilela (1994), relativamente às causas que originam empréstimos, refere-se a três situações que se manifestam no uso da língua e que implicam, quase forçosamente, o uso de empréstimos:

1º A urgência em serem satisfeitas as necessidades de comunicação e expressão dos falantes;

2º A exigência em configurar o que de novo surge na comunidade e

3º A necessidade em manter a sistematicidade da língua.

Às razões apontadas por estes autores (VILELA, 1994; APELL; MUYSKEN, 1996), podemos ainda acrescentar duas motivações: A primeira, tem a ver com o prestígio de que goza a língua “A” em relação à língua nativa do falante. Motivada pelo prestígio, uma palavra será utilizada, como empréstimo ou estrangeirismo, da língua “A” pela língua “B”, não porque a palavra estrangeira tenha falta de equivalente na língua “B”, mas porque os falantes de “B” consideram a palavra da língua “A” como tendo maior estatuto e prestígio. São exemplos os casos das palavras: *bluetooth*, *botox*, *bullying*, *data-show*, *e-book*, *pet shop*, *tabet*, *test drive*, *sex shop*, *flex*, *fotolog*, *mix* (cf. PRADO, MASSINI-CAGLIARI, 2011, p.26).

A segunda, prende-se à necessidade de manifestar a solidariedade social entre pessoas de classes sociais diferentes como forma de identidade entre ambas as classes. Em face desta diversidade de funções, os empréstimos são designados de formas diferentes tendo em conta a sua origem, função assim como a forma como se integram na nova língua.

5.2.2.1 Os estrangeirismos necessários

Os estrangeirismos **necessários** são aqueles que não têm equivalência na língua. E, assim, não temos como designar um fenômeno ou essa realidade social ou cultural. Assim, precisamos daquela “palavra estrangeira” para designar uma realidade cultural, social, etc. De acordo com Vilela (1994,1997), os estrangeirismos podem ser necessários quando configuram conceitos a que não corresponde qualquer palavra existente na língua e designam objetos

desconhecidos na língua, ou melhor, são palavras que designam realidades não nomeadas num estado anterior da língua. São exemplos de: *pizza*, *jiu-jítsu*, *crack*, *gay*, *jeans*, *habeas-corpus*, *tsunami*, etc.

No caso de Moçambique, quando uma unidade lexical for inexistente na LP, os falantes vão buscar do acervo das suas LB para completar o espaço em branco, vazio. Exemplos disso são as seguintes unidades lexicais: *matapa* (folhas de mandioqueira ou prato feito com folhas de mandioqueira), *kwassa-kwassa* (dança tradicional africana), *mamba* (cobra perigosa e venenos), *matorritorri* (doce feito de coco e açúcar), *nembo* (seiva viscosa que é usada para caçar pássaros), *ntchuva* (jogo tradicional no qual o jogador move pedrinhas colocadas em filas de covas). Estas unidades lexicais não possuem equivalentes na LP e daí a necessidade de emprestá-los na língua xichangana para enriquecer o léxico português. Não é só no xichangana onde se empresta o léxico. Vejamos os casos dos estrangeirismos vindos do inglês: *marketing*, *skate*, *design*, etc.

No PM, *Gwaza-muthine* é nome de uma cerimônia tradicional moçambicana que consiste na evocação aos heróis da luta de resistência contra o colonialismo português. É realizado num único lugar (distrito de Marracuene, província de Maputo) no mês de fevereiro. Na LP é impossível encontrar uma palavra para designar esse feito histórico. É um estrangeirismo necessário no contexto real de Moçambique. No PB, as palavras *closet*, *self service*, *home theater*, *DVD*, *RADAR* não têm seus equivalentes na LP.

Há que considerar muitos rituais tradicionais que não têm equivalência em português. Mendes (2010, p.149) apresenta os seguintes exemplos: *tintlholo*: ossículos utilizados pelos curandeiros na adivinhação; *uputsu*: bebida tradicional, confeccionada à base de *mapira*⁷⁰; *ciputu*: rito de iniciação feminino makhuwa; *jando*: rito de iniciação masculina da etnia Yao.

5.2.2.2 Os estrangeirismos de luxo ou de prestígio

O estrangeirismo de luxo ou de prestígio é aquele em que a palavra equivalente existe na LP, mas os falantes preferem “aquela estrangeira” porque é mais bonito, tem mais estilo, é mais chique, para identificação cultural. Vilela (1994) considera estrangeirismos de luxo aqueles que recobrem conteúdos para os quais a língua importadora possui termos para referir tais realidades. Mas, apesar de existirem na língua unidades lexicais para referir tais conceitos, os falantes optam, normalmente, por termos estrangeiros pelo prestígio de que a língua importadora possui. Nota-se também que os falantes, na sua maioria, recorrem muitas

⁷⁰ Cereal da família *poaceae*, *sorghum bicolor*, conhecido no mundo como milho- zaborro, de origem africana. É uma espécie de sorgo (DICIONÁRIO INTEGRAL DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2008, p. 973).

vezes aos empréstimos do inglês pelo prestígio que esta língua goza – a língua inglesa funciona como língua franca em quase todo o mundo. Vejamos alguns exemplos deste fenômeno no PB: *file* / ficheiro, *marketing*/comercialização, *fashion*/moda, *e-mail*/ correio eletrônico, *show*/ espetáculo, *AIDS*/ SIDA, *flat*/apartamento/ *car wash*/lava rápido, *suíte*/banheiro privativo. Outros exemplos do PM são: *dumba-nengue*/mercado informal, *khanimambo*/obrigado, *babalaza*/ressaca, *magaiça*/mineiro.

5.3 Processos de integração de empréstimos e dos estrangeirismos

As palavras estrangeiras quando chegam na língua estão inseridas num contexto de uso. “Elas podem se integrar pressionadas pelos critérios fonológicos, morfossintáticos, semânticos, etc” (GUILBERT, 1975, p.95). Estudos de Assis (2007) mostram que o primeiro nível de adaptação de palavras estrangeiras é o fonético-fonológico. A autora analisou pronúncia de anglicismos em falantes de PB e constatou que dos 50 anglicismos mais recentes no *corpus* (composto por 1326 ocorrências) “há indícios seguro de que o 1º nível de adaptação dos estrangeirismos é o fonológico. Posteriores adaptações gráficas vêm comprovar que a adaptação no nível fonológico já está consolidada.” (ASSIS, 2007, p.6). Há muitos estudos que demonstram como a integração dos empréstimos se procede. Segundo Deroy (apud, ASSIRATI, 1998, p. 125), há quatro modos de adaptar a pronúncia de um elemento estrangeiro: **(a)** omitir os fonemas desconhecidos ou impronunciáveis; **(b)** substituir um fonema de difícil pronúncia por um fonema comum da língua de adoção; **(c)** introduzir fonemas novos para atribuir à palavra um ar familiar; **(d)** deslocar o acento de acordo com as regras da língua da adoção.

A adaptação do nível fonético-fonológico não implica obrigatoriamente, que as mudanças possam ocorrer da forma como foram descritas por Deroy. Há desvios à proposta aqui colocada. Esses desvios podem ocorrer pelo nível da escolaridade do falante, pela influência da LM, pelas interferências de outras línguas conhecidas pelo falante, etc. Mas para a nossa pesquisa não consideraremos com muita profundidade a fonética mesmo sabendo que os primeiros processos ocorrem no nível fonológico. Pretendemos deixar claro que

os empréstimos saíram de línguas e sistemas de escrita muito diversificados (inglês, árabe, hebreu, chinês, japonês, italiano, grego, etc), não existe um

método rigoroso explicando como escrever ou mesmo pronunciar os empréstimos do francês⁷¹ (LOUBIER, 2011, p.48, tradução nossa).

O mesmo acontece com a LP. A LP tendo recebido contribuições de várias línguas do mundo foi adaptando essas unidades léxicas, considerando a língua materna de quem as cria, quer dizer, os moçambicanos pronunciam e escrevem o empréstimo tendo como base a língua materna (uma das mais de vinte LB). Segundo Freitas, Ramilo e Soalheiro (2005, p.37-49), a transformação lexical segue três fases:

1ª fase: Há adaptação fonética imediata, adaptação morfossintática imediata. Monossemia: manutenção de um dos significados da língua de origem, grafia da língua de origem e, por fim, hesitação nos tipos gráficos;

2ª fase: Há aprofundamento da adaptação fonética e morfossintática, possibilidade de formação de novas palavras por composição e prefixação tendo como base o estrangeirismo, aparecimento de formas gráficas em alternativa às da língua de origem;

3ª fase: Estabilização fonológica: fixação do acento. Plena integração morfossintática: fixação do gênero e das formas de singular e plural; integração no sistema morfológico da língua: possibilidade de derivação, polissemia: tendência para a extensão do significado da forma original.

As palavras *suingue* (de inglês *swing*), *sutiã* (do francês *soutien*), *craque* (de inglês *crack*), *drinque* (de inglês *drink*), *uíisque* (de inglês, *whisky/whiskey* ou do gaélico, *uisge beatha*), *espaguete* (do italiano, *spaghetti*), *macarrão* (do italiano, *maccarroni*), *esfiha* (do árabe, *sfeeha*), *grife* (do francês, *griffe*), *quitinete* (do inglês, *kitche-nette*), *ateliê* (do francês *atelier*), *karatê* (do japonês, *karate-dō*) e *vodka* (do russo, *vodka*) já não são sentidas como estrangeiras. Estão estabelecidas na língua de tal forma que não se percebe mais que elas provêm de outras línguas. É que o estrangeirismo sofre

processos de ressilabação, reestruturando a organização das sílabas dessas palavras de acordo com o seu sistema fonético-fonológico, e aplicam às formas alienígenas, processos fonológicos típicos do PB, o que torna o resultado da pronúncia brasileira dessas palavras bem diferentes da estrutura silábica e segmental da língua de partida. (MASSINI-CAGLIARI, 2010, p.160).

Outro aspecto a considerar é o gênero da palavra. Os falantes enfrentam dificuldades em saber se a palavra é do gênero masculino ou feminino. Há muitas hesitações e às vezes

⁷¹ *Les emprunts sont issus des langues et de systèmes d'écriture très diversifiés (anglais, arabe, hébreu, chinois, japonais, italien, grec, etc), il n'existe pas de méthode rigoureuse expliquant comment écrire ou même prononcer les emprunts en français.*

chega-se a sortear, tal como veremos em 8.5.2.3. Por exemplo, há palavras que têm o gênero neutro na língua de origem e quando chegam na língua que empresta são lhes atribuídas um gênero. Sempre houve dificuldades na integração de unidades lexicais da língua “B” para língua “A”. Coseriu (1979) dá exemplos de oposição singular/plural na fala do rio-platense. Nesse caso, a palavra estrangeira penetra “no sistema com as suas formas originais de singular e plural (*club/clubs*)” (COSERIU, 1979, p.83). As vezes não há adaptação das regras das línguas de chegada. Por exemplo, a palavra **gol**⁷² vs ***gols**.

O importante a reter é que “os termos estrangeiros tem vindo a substituir as palavras portuguesas. Esse fenômeno não significa perda ou ganho na língua, mas sim fenômeno natural de todas as línguas naturais. É simplesmente uma característica da dinâmica das línguas” (TIMBANE, 2013a, p.160). A palavra estrangeira sempre sofre qualquer tipo de mudança na sua integração, mas há aspectos que sempre a língua não admite, principalmente na grafia: (a) a acentuação e os sinais diacríticos são controlados: *volapük* se tornou *volapuk*; (b) as formas separadas são juntadas: *lock-out* se tornou *lockout*, *hot-dog* se tornou *hotdog*, *cow-boy* passou para *cowboy*, *log in* passou para *login*, etc. (c) grafias múltiplas são uniformizadas para evitar hesitações. Por exemplo, o francês emprestou as palavras *bortsch*, *borchtch*, *borsch*, *borshch* passou a ser grafado como *bortch* (cf. LOUBIER, 2011, p.52-53).

5.3.1 Empréstimos lexicais como estratégias de comunicação

Ocorrem quando os falantes recorrem aos termos da língua materna para preencherem lacunas na LP de certas realidades, tipicamente moçambicanas, como por exemplo, nomes de frutos, flores, animais, comidas e certas cerimônias. Esse fenômeno Mendes (2010) designa por **lexicultura**. Segundo o autor

Os empréstimos de línguas moçambicanas, portadores de valores tradicional e cultural, expressam manifestações tradicionais e culturais e preenchem lacunas linguísticas que o português deixa em branco, em virtude da sua incapacidade de transmitir a carga tradicional e cultural da actual realidade sociocultural moçambicana. (MENDES, 2010, p.147).

De acordo com a autora, parece não haver muita preocupação por parte do falante, em procurar uma expressão equivalente em Português; nem sequer se preocupa em criar uma nova palavra (dentro do sistema linguístico) que se ajuste ao sistema morfo-fonológico do

⁷² Segundo Cunha e Cintra (2008, p.199) “os substantivos terminados em **-al**, **-el**, **-ol** e **-ul** substituem no plural **o-l** por **-is**”. Sendo assim, o plural de **gol** seria **góis** em português, mas o PB não seguiu a regra da gramática discutida por Cunha e Cintra (2008).

português. Ainda na esteira de Dias (1991), esses empréstimos ocorrem para preencher lacunas no conhecimento da LP, motivadas pelo fraco domínio da língua. Essa situação faz com que o falante não encontrando o item sintático-semântico pretendido e tendo acesso ao léxico da língua materna, então, recorra ao empréstimo. Ainda de acordo com a autora que temos vindo a citar, a outra estratégia alternativa usada nestes momentos de dificuldade é abortar a estrutura usando uma estratégia de evitação (DIAS, 1991).

Este tipo de empréstimo é característico de qualquer aprendiz de língua segunda ou língua estrangeira, podendo ocorrer tanto em crianças como em adultos, uma vez que tais empréstimos, regra geral, pertencem à interlinguagem e são susceptíveis de substituição à medida que o aprendiz progride na aprendizagem da nova língua.

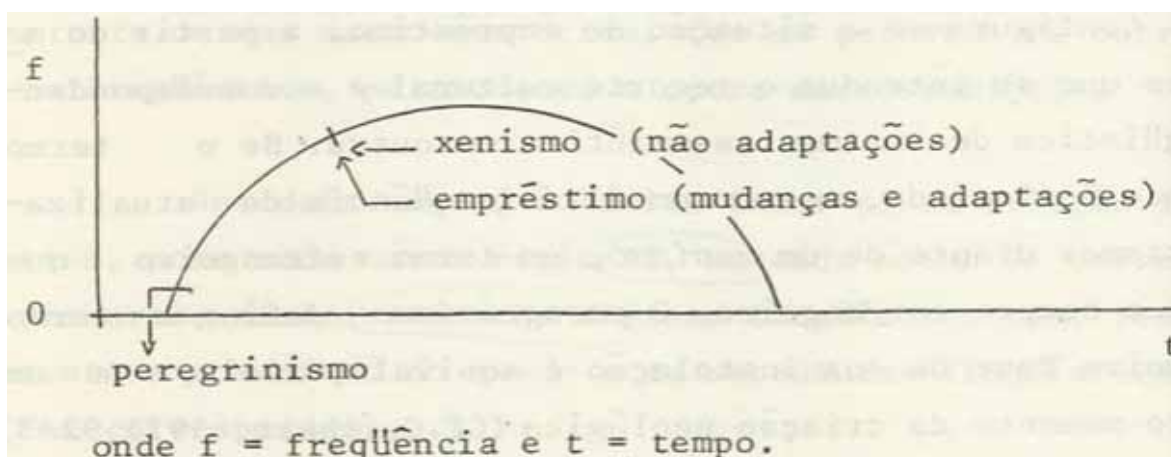
5.3.2 Empréstimos lexicais como estratégias de identificação

Mesmo os falantes bilíngues (português *versus* LB moçambicanas) no uso da LP utilizam empréstimos das línguas maternas. Esta situação, citando Dias (1991), tem a ver com o fato de a LP ser oficial e ser a mais prestigiada na sociedade relativamente às línguas moçambicanas. Esta situação, no entender da autora, parece provocar no falante bilíngue uma vontade subconsciente de unir os dois códigos. Ele não se sente bem na situação de prestigiar uma língua em detrimento da outra.

A integração das unidades lexicais na língua faz perder a noção de “estrangeirismos” ou mesmo de “empréstimo”, quer dizer, a ideia de neologismo. Quem ainda se lembra que as palavras **banguela**, **sacana**, **senzala** provêm da língua quicongo (uma LB) falada na República Democrática de Congo e em Angola? E as palavras japonesas **karatê**, **samurai**, **jiujitsu** e **soja**? E as palavras do árabe **espinafre**, **alicerce**, **algema**, **alface**, **almofada**? E as palavras **sutiã**, **ateliê**, **batom**, **cassetete**, **champanhe**, **chique**, **toalete**, **filé**, **dossiê** que provêm do francês? Castilho (2010, p.115-117) dá exemplos de contribuições léxicas celtas (cabana, cerveja, camisa), dos ambroilrios (sufixo -asco: churasco, carasco -s), dos germanos (sabão, luva, guerra), dos árabes (azeite, álcool, xarope, alfaiate). Estas palavras chegaram na LP pelo processo de estrangeirismos e empréstimos e já se integraram definitivamente na língua de tal forma que se perde a sua proveniência.

As línguas faladas atualmente também trocam unidades lexicais. De onde vêm as palavras: futebol, xampu, dueto, buquê, estrogonofe, iogurte, sutiã, sanduíche? Poucos se lembram, mas ela vem de *football* (do inglês), de *shampoo* (do francês), de *duetto* (de italiano), de *bouquet* (de francês), de *strogonoff* (do russo), de *yoghurt* (do turco), de *soutien* (do francês) de *sandwish* (do inglês) respectivamente e que através do processo de adaptação

por empréstimo passaram de estrangeirismos para empréstimos. Assim, “todas as línguas do Ocidente sofreram - e ainda sofrem - a influência das línguas clássicas, e que, ao mesmo tempo, todas elas intercambiam elementos léxicos clássicos ou vulgares entre si [...]” (BIZZOCCHI, 1997, p.22). Recentemente, se cristalizou a palavra *esqui* que é “a forma portuguesa correspondente ao norueguês (e também inglês) *ski* [...] a forma original inglesa também é usada, mas com muita menor frequência (29%)” (NEVES, 2003, p.314). O debate sobre estrangeirismos se resume no esquema apresentado por Barbosa (1989, p.293):



Fonte: Barbosa (1989, p.292)

As palavras estrangeiras provenientes de diversas áreas: informática, biologia, esporte, botânica, gastronomia e genética, etc passam por vários processos até a sua inserção definitiva nos dicionários. Por exemplo, no PB “antes de se tomarem verbetes em obras de referência [...] os empréstimos passam por um período de observação pelos lexicógrafos, que decidem se uma determinada palavra deve ou não ser dicionarizada” (PRADO; MASSINI-CAGLIARI, 2011, p.29). Às vezes, a escolha é feita pela frequência nos vários *corpora* recolhidos.

As palavras estrangeiras que não conseguem se aportuguesar tomam o nome de estrangeirismos e mantêm-se fonética e graficamente. Vejamos alguns exemplos: *overdose*, *fast-food*, *gay*, *designer*, *check-in*, *playback*, *input*, *miss*, *chip* (todas do inglês) *lingerie* (do francês), *sushi*, *jiu-jitsu* (do japonês), *campus*, *habeas-corpus* (do latim), e muitas outras que sempre se mantêm intactas. Os exemplos apresentados mostram claramente que o

empréstimo é resultante de uma longa coexistência de duas comunidades linguísticas. Qualquer que seja a natureza dessa existência pacífica e/ou conflitual, imposta pela colonização ou por contato cultural produz uma troca bilateral dos traços culturais específicos às duas identidades que será

exprimido por empréstimos recíprocos mais ou menos numerosos. (QUEFFÉLEC; DERRADJI; DEBOV et al. 2002, p.133, tradução nossa).⁷³

O empréstimo linguístico é fenômeno natural das línguas, mas os falantes têm resistido bastante porque, segundo Carvalho (2009) os “seus hábitos fonéticos e a correlação habitual entre os fenômenos e sua transcrição (no caso da escrita) criam dificuldades à importação do termo.” O maior medo dos falantes é o de que a introdução dos empréstimos pode causar perturbações no sistema. Um medo infundado, pois como vimos, a palavra adotada vai se adaptar aos padrões da língua. Além disso, a adaptação do empréstimo não garante a vida desse empréstimo. Alguns podem ser rejeitados, outros substituídos, tudo pode acontecer. Na língua xichangana (uma LB) podem ser identificados vários empréstimos vindos do inglês, do português e do africânder ou afrikaans. Vejamos alguns exemplos: *chini* (do inglês, *chain*)=corrente; *thawula* (do inglês *towel*) = toalha; *khiya* (do inglês *key*) = chave; *meza* (do port. mesa); *bandecha* (do port. bandeja); *tafula* (do afrikaans, *tafel*) = mesa; *buluku* (do afrikaans *broek*) calça (NGUNGA; SIMBINE, 2012, p.106-107).

A chegada de novos referentes, o contato com outros povos e culturas, a revolução na informática faz com que os acrônimos e siglas se espalhem rapidamente em quase todas as línguas. É importante sublinhar que a maior parte destes fenômenos provêm de “novas tecnologias”. Para um bom entendimento, precisamos apresentar os conceitos siglas e acrônimos. Começemos pelas siglas.

5.4 As siglas e os acrônimos como estrangeirismos e empréstimos

Na LP é frequente vermos muitas unidades lexicais vindas de outras línguas. O mesmo acontece com siglas e acrônimos que entram na LP via estrangeirismos e acabam se transformando em palavras. É importante observar o impacto que os estrangeirismos por meio de siglas e acrônimos têm na formação de novas unidades lexicais do português.

5.4.1 As siglas e suas complexidades

Falar de siglas é falar de inicialismo, porque de forma geral as siglas são resultado da junção de iniciais ou pelo menos as primeiras sílabas de uma expressão ou nome. (cf. ALCARAZ, 2003, p.42). Também se pode considerar siglas como a redução de termos ou expressões com o uso de letras ou sílabas iniciais. O processo de “siglação” cria siglas

⁷³ *L'emprunt est la resultante d'une longue coexistence de deux communautés linguistiques. Quelle que soit la nature de cette coexistence pacifique et/ou conflictuelle, imposée par une colonisation ou par un contact culturel il se produit un échange bilatéral des traits culturels spécifiques aux entités qui sera exprimé par des emprunts réciproques plus ou moins nombreux.*

mantendo as letras iniciais das palavras. É uma técnica antiga, característica da língua escrita, embora sendo também usada oralmente. As siglas não têm uma regra fixa e elas podem advir de muitas línguas dependendo da origem da expressão ou nome.

As siglas são pronunciadas letra por letra, tal como, nos exemplos: **HD** (*Hard Disk* ou *High Definition*), **GPS** (*Global Positioning System*), **HIV** (*Human Immunodeficiency Virus*), **DVD** (*Digital Versatile Disc*), **DNA** (*Deoxyribonucleic Acid*), **PC** (*Personal Computer*), **BMW** (*Bayerische Motoren Werke*), **CD** (*Compact Disc*) em que todas as letras são pronunciadas em português e se escreve com maiúsculas. Ao observarmos estas siglas notamos que elas não têm origem portuguesa. São de origem estrangeira⁷⁴. As siglas *HD*, *GPS*, *USB*, *DVD*, *PC* pertencem à área da informática, *DNA* pertence à área da biologia e *BMW* pertence à tecnologia. As siglas aparecem tal como são nas línguas de origem. Quase ninguém põe em causa a sua origem e tenta alterá-las. Estão praticamente enraizadas na LP de tal forma a que nem precisam de tradução. Ninguém tenta usar a sigla *DD* (*Disco Duro*), nem *SPG* (*Sistema de Posição Global*) para a sigla *GPS* e nem *VIH* (Vírus de Imunodeficiência Humana) para *HIV* e assim, sucessivamente. É verdade que em muitos lugares da lusofonia, as pessoas podem estranhar as siglas *DD*, *SPG* e *VIH* embora sendo da LP. O problema que se verifica aqui, é que essas siglas inglesas já se enraizaram e se solidificaram na fala, de tal forma que são concebidas como originalmente do português. Ao falar *ADN* alguns ou senão muitos falantes de português podem desconhecer esta sigla, mas se dissermos *DNA*, aí sim, ninguém terá dúvida quanto ao significado.

A sigla *HD* não existe no PM. Em Moçambique, se chama “disco rígido” ou “disco duro” e não se usa nenhum acrônimo nem nenhuma sigla quer dizer, não se diz *DR* ou *DD*, como se podia prever logicamente. Mas o Brasil optou por usar a sigla *HD* que significa *Hard Disc*, proveniente de inglês. Por outro lado, no Brasil se usa a palavra “caixa eletrônico” para designar “as máquinas dos bancos que servem para sacar (levantar), depositar dinheiro ou fazer outras operações bancárias automaticamente” e em Moçambique se usa sigla *ATM* proveniente do inglês *Automated Teller Machine*. Vejamos o comportamento dos acrônimos.

⁷⁴Entendamos estrangeira com relação à língua. Imaginemos uma língua como um território. Qualquer entrada não nativa seria estrangeira. Por exemplo, a entrada do léxico de tupi guarani no português brasileiro seriam estrangeirismos. Segundo Ilari e Basso (2009, p. 138) “no léxico do português do Brasil, há uma quantidade enorme de vozes que derivam de línguas indígenas: elas representam todas as grandes famílias de línguas que existiram no passado, no território brasileiro, mas há um predomínio acentuado vozes de origem tupi...”

5.4.2 Os acrônimos e suas complexidades

Diferentemente da sigla, o acrônimo é formado por letras ou grupos de sílabas iniciais cujo resultado fonético é harmônico como se fosse uma palavra (cf. MBANGALE, 2005, p.180). O acrônimo é pronunciado como uma palavra só, respeitando a estrutura silábica da língua, como no caso de RADAR (*Radio Detection and Ranging*), pronunciado [radar]. Assim, um acrônimo é um “conjunto formado pelas letras iniciais de várias palavras, usado como uma única palavra e pronunciado não pela soletração de cada uma das letras, como as siglas, mas de forma contínua, como um nome comum” (FIGUEIRA, 2012). Aqueles acrônimos que são interligados por vogais são pronunciadas como sílabas, tais como: *UNESCO*, *UNESP*, *NATO*, *UNICEF*, *LASER*⁷⁵. Há, porém, acrônimos que não seguem essa lógica. É o caso do acrônimo SOS que ninguém pronuncia como um conjunto, mas sim letra por letra [s/ɔ/s]. São casos excepcionais. Os significados dos acrônimos podem ser arbitrários. Por exemplo: *IPOD* pode ter vários significados:

Quadro 8: Arbitrariedade da escolha do acrônimo

ACRÔNIMO	SIGNIFICADO
<i>IPOD</i>	<i>Internet Pod (Apple)</i>
<i>IPOD</i>	<i>International Patent Organism Depositary</i>
<i>IPOD</i>	<i>Interim Planning Overlay District</i>
<i>IPOD</i>	<i>Interface Protocol Option Devices</i>
<i>IPOD</i>	<i>Image Processor for Optical Data (NASA)</i>

Fonte: The Free Dictionary (s.d.)

Dependendo do contexto situacional da comunicação, os falantes identificam de que *IPOD* se está falando. O objetivo fundamental é reduzir esta expressão longa pelo seu acrônimo. As definições apresentadas acima, comprovam a arbitrariedade do acrônimo. Os trabalhos acadêmicos/científicos, relatórios e outros documentos sempre tem uma lista de abreviaturas. Na apresentação é frequente ver uma mistura de abreviaturas, acrônimos e siglas como se todos fossem fenômenos linguísticos iguais. Seria oportuno trazeremos uma discussão sobre as diferenças entre os acrônimos, as abreviaturas e as siglas. As abreviaturas surgiram da necessidade de economia de espaço, de material, da necessidade de escrever e ler com

⁷⁵ *United Nations Education, Scientific and Cultural Organization*; Universidade Estadual Paulista; *North Atlantic Treaty Organization*; *The United Nations Children Fund*; *Light Amplification by Stimulated Emission of Radiation*.

rapidez, de fazer arranjos que possam “aparecer praticamente em qualquer lugar da palavra suprimindo qualquer letra” (CAGLIARI, 2009a, p.34):

O acrônimo distingue-se da sigla no que diz respeito ao processo de formação e ao modo de realização oral. Enquanto aquele é formado por uma ou mais letras, sílabas ou até morfemas iniciais (Instituto Superior da Maia), a sigla inclui apenas a primeira letra do pequeno conjunto de signos que se pretende abreviar (Transportes Aéreos Portugueses). As siglas podem ser lidas ou soletradas, ao passo que os acrônimos são criados para serem lidos. Uma vez que não existe consenso relativamente a estas definições e a tendência atual é tratar as siglas como acrônimos, não faremos qualquer distinção entre ambos. Os acrônimos admitem diferentes formas de realização oral: podem ser lidos, como se de uma palavra se tratasse, ou soletrados (MENDES; OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2004, p. 4).

Os acrônimos e as siglas são arbitrários, pelo menos, na LP, embora parecendo haver uma uniformização no que diz respeito ao uso da letra maiúscula. Cada variedade linguística tem as suas siglas e acrônimos. Só para ilustrar, no Brasil ONG é acrônimo e em Moçambique, Angola e Portugal, ONG é uma sigla; enquanto no PB, o acrônimo AIDS (*Acquired Immune Deficiency Syndrome*) é anglicismo em Moçambique SIDA (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida) é acrônimo do português. Conclui-se, então, que o uso de siglas e acrônimos tem a ver com contextos sociais, a influência regional, bem como o contato com outras línguas. O acrônimo pode ter o objetivo de “esconder ou camuflar uma expressão, como recurso estilístico” (CAGLIARI, 2002, p.46). O autor dá exemplo de **febrea** que significa “festival de besteiras que assola o país.” Cada variedade pode criar seus acrônimos e siglas dependendo dos interesses que os falantes têm. O que dizem os dicionários brasileiros sobre a questão de siglas e acrônimos?

5.4.3 As siglas e os acrônimos como palavras

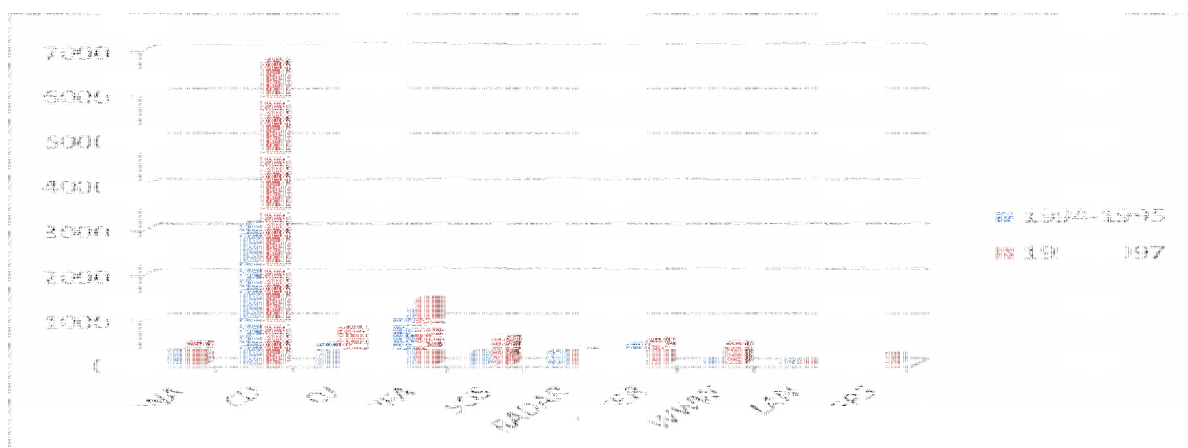
Entendamos o que dizem os dicionários sobre siglas e acrônimos. O Dicionário Houaiss, Villar e Mello Franco (2009) dá pouca ênfase às siglas, acrônimos e abreviaturas, pois muitas das que apresentamos aqui não constam no dicionário. Por exemplo: *SMS, GPS, PDF, GMAIL, HD, FIFA, UNICEF, LAN, PIN, KO, USB, DJ, IPOD, R&B*. Mas também não descartamos a resistência de alguns dicionaristas em colocá-las, muitas vezes por acharem que não são palavras. Sabe-se que os dicionários gerais devem refletir o léxico corrente dos falantes. Algumas siglas/acrônimos têm já a data da sua aparição em textos: *LCD* (1973), *LASER* (1960), *RADAR* (1941), *SOS* (séc. XX) e *INTERNET* (séc. XX).

Nota-se um pouco de receio por parte do dicionarista em considerar siglas/acrônimos como palavras. Se estas siglas fazem parte da fala das pessoas é importante considerá-las e registrar o verdadeiro sentido porque as pesquisas mostram como os falantes as consideram palavras. Para Koogan (1994), o acrônimo AIDS é um termo. Em nenhum momento o dicionário diz que se trata de um acrônimo. Vejamos que até integra o acrônimo como substantivo, feminino (*sf*). Para mostrar a mobilidade da palavra AIDS, o dicionário apresenta o adjetivo *aidético* (Que, ou aquele que apresenta os sintomas da AIDS).

Para os acrônimos *RADAR*, *LASER* o dicionário diz que são abreviaturas e não siglas e muito menos acrônimos. Este exemplo ilustra a “confusão” de conceitos no dicionário. Vejamos o quão importante é abordar este tema com mais cuidado para que todas as nuances acabem. Lembremos que todas as pessoas recorrem ao dicionário para consultar. E se o consulente se depara com estes conceitos bem misturados, terá um significado errado. Constata-se uma espécie de hesitação por parte de dicionaristas, mas há evidências claras que mostram que alguns acrônimos e siglas são excepcionalmente palavras. Já não são mais siglas nem acrônimos como alguns dicionários os tratam.

No laboratório de lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras do campus/Araraquara pesquisamos o *corpus* (com 200 milhões de ocorrências) coordenado pelo Professor Doutor Francisco da Silva Borba e constatamos que há um número crescente de siglas e acrônimos no Jornal “Folha de São Paulo” (JFSP) de 1994 para 1997. Para melhor compreendermos o crescimento, vejamos a gráfico abaixo:

Gráfico 6: Crescimento dos acrônimos e das siglas no JFSP (1994-1997)



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 6, já se pode notar a frequência dos acrônimos e siglas no corpus do jornal “Folha de São Paulo”. Vejamos como a sigla *CD* cresceu de 1994 a 1997. Estimamos que o uso tenha aumentado cada vez mais. O acrônimo *LAN* é o menos usado no referido jornal. As pesquisas realizadas por Mendes, Oliveira e Teixeira (2004) apresentam que “alguns acrônimos adquiriram já valor legal e representam mesmo marcas registradas”. Outros perderam o estatuto de acrônimos e já ninguém se recorda de alguma vez terem sido utilizados como tal: é o caso de *LASER* (*Light Amplification by Stimulated Emission of Radiation*) ou *RADAR* (*Radio Detecting and Ranging*).

Geralmente as iniciais ou as primeiras sílabas estão em maiúsculas. Em português encontramos alguns casos de mistura de maiúsculas e minúsculas, como nos casos das siglas CNPq, UnB. Pelo fato de as siglas e acrônimos serem muito utilizados são considerados palavras. Em alguns casos há flexão em número. O plural das siglas/acrônimos é feito com acréscimos de apóstrofe e “s” minúsculo, por vezes sem apóstrofe no caso do português. Vejamos alguns exemplos da pluralização das siglas e acrônimos: *CD-CD's*, *ONG-ONG's*, *HD-HD's*, *PC-PC's*, *DVD-DVD's*, *RADAR-RADARes*, *DJ-DJ's*, *IPOD-IPOD's* e *PIN-PIN's*.

O acrônimo *LASER* (escrito em letra minúscula no dicionário) é uma palavra, tem sua flexão gramatical e sua produtividade lexical formando as palavras: *laser beam*, *laser communications*, *laser engine*, *laser printer*, *laser-oriented unit*, *laser-style*, *laserdisc*, *laserjet*, *laserjet print*, *laserwriter*. Estas ações vão caracterizando contextos específicos e as derivações do acrônimo *LASER*. Se a palavra “é um signo linguístico, composto de expressão e de conteúdo, que pertence a uma das grandes classes gramaticais (substantivo, verbo, adjetivo ou advérbio)” (cf. BARROS, 2004, p.40), então, *LASER* também é palavra porque está carregada destas características. Outro argumento que justifica que os acrônimos e/ou siglas são consideradas como palavras é o fato de se dispensar a sua decifração em jornais, revistas entre outros. Vejamos alguns exemplos do Jornal “Folha de São Paulo” (JFSP):

(36) “...sexta-feira (16), a casa será comandada pelo DJ francês Antoine Clamaran e pela...” (JFSP, 2011a).

(37) “... casa onde Strauss-Kahn morou em NY é colocada à venda ...” (JFSP, 2011b).

(38) “...sertaneja César Menotti e Fabiano acaba de lançar o DVD Maluco Por Você”. (JFSP, 2011d).

(39) “...CET retira radares fantasmas da Radial Leste, em SP...” (JFSP, 2011c).

Nestes exemplos, nota-se que não há preocupação em decifrar o significado das siglas/acrônimos que sublinhamos: *DJ*, *NY*, *DVD*, *radares*. Vejamos que até para este último

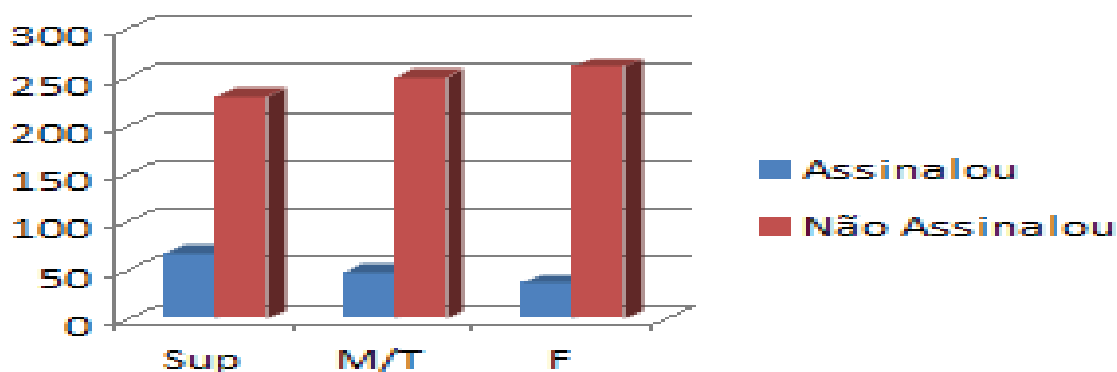
acrônimo, houve flexão para plural (de “radar” para “radares”, e ainda com letras minúsculas). Na LP a sigla *NY* (*New York*) seria NI (Nova Iorque), o que não se verifica em muitos artigos dos meios de comunicação social. Estes exônimos não são fenômenos que acontecem apenas no JFSP apenas, mas também muitos outros jornais espalhados pelo mundo.

Olhando sob o ponto de vista sociolinguístico, os contextos sociais, geográficos e culturais fazem com que as siglas sejam diferentes em outros países de expressão oficial portuguesa. Nenhum país fala melhor português que o outro, quer dizer, em nenhum país se usa melhor (corretamente) as siglas que o outro. O que é preciso deixar claro é que as línguas variam com o tempo e com lugar. Os contextos sociolinguísticos permitiram que no Brasil se escolhesse AIDS ao invés do acrônimo SIDA, por exemplo. Mas há casos de siglas/acrônimos bem cristalizadas na língua, de tal forma que nem parece que tem origem inglesa.

Há que considerar a nominalização de alguns acrônimos e siglas: **Peemedebista**: membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PBDB); **Petista**: membro do Partido Trabalhista (PT) e **Frelimista**: membro do partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Numa pesquisa feita em 2011, com trinta brasileiros moradores na cidade de Araraquara cujo tema foi “o reconhecimento ou não de siglas e acrônimos”, constatamos que os informantes do sexo masculino ouviram falar e conhecem mais as siglas/acrônimos do que as mulheres. Contrariamente aos homens, as mulheres conhecem as siglas/acrônimos, mas não conhecem o significado (44,8%).

As ocorrências baixam quando pedimos que os informantes assinalem as siglas/acrônimos que conhecem o significado (gráfico 6). Observando o gráfico dos informantes com ensino fundamental, vê-se claramente que poucos informantes conhecem o significado das siglas/acrônimos (38/156 ocorrências), o que prova a tese de que já são PALAVRAS.

No gráfico 7 ilustra a capacidade de identificação de siglas e acrônimos por parte de informantes de nível acadêmico superior, médio ou técnico e fundamental. Distribuiu uma ficha com um conjunto de siglas e acrônimos e a tarefa foi de assinalar aquelas que os informantes conhecem. O resultado mostra que muitos conhecem as siglas e acrônimos, pois fazem parte do dia a dia, mas infelizmente não sabem qual é o seu significado. Quando o informante não conhece o significado isso nos remete a concluir que já são palavras. Por exemplo, os informantes sabem, já viram o acrônimo **radar** ou a sigla **SMS**. Mas não sabem o que significam cada uma das letras que compõem a sigla ou acrônimo. Vejamos o gráfico:

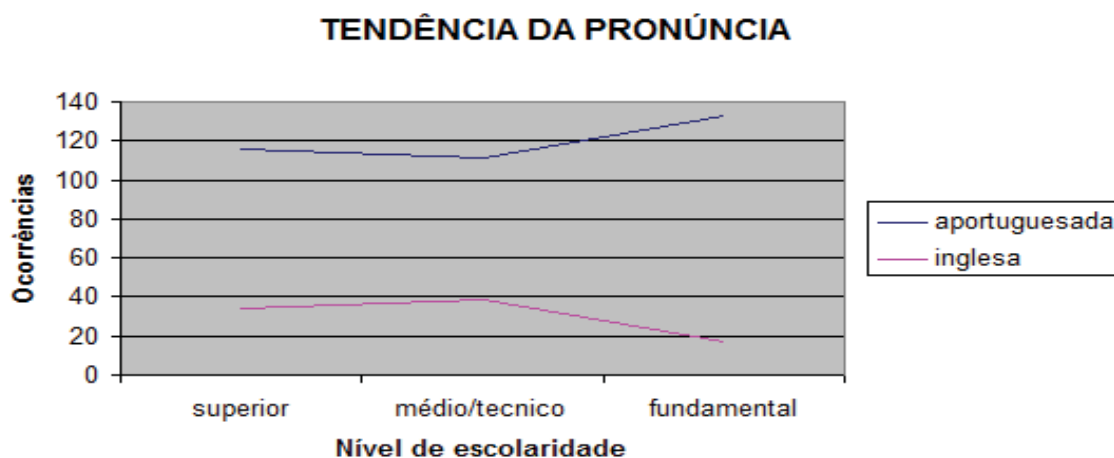
Gráfico 7: Conhecimento ou não do significado da sigla/acrônimo por nível de escolaridade

Legenda: Sup= Ensino Superior M/T= Ensino Médio/Técnico F= Ensino Fundamental

Fonte: Elaboração própria

Conclui-se que os informantes não se preocupam em conhecer os significados, pois já memorizam o acrônimo como palavra. A maioria dos que usam ou conhecem telemóvel (celular), já ouviram falar de *SMS* (*Short Message Service* ou *Safety Management Systems*), mas a maioria não sabe o que significa *SMS*. Deixou de ser sigla e passou a ser palavra e passa a pertencer à LP. Percebe-se que o acrônimo *PIN* (*Personal Identification Number*) é pouco usado no português do Brasil, pois os falantes substituem este por RG ou por *login*, este último um estrangeirismo, vindo do inglês *log in*. É mais frequente dizer, “coloque sua senha!” Ou “coloque seu *login*.” No português europeu, angolano e moçambicano é frequente ouvir “palavra-passe”, *PIN* ou senha. O estrangeirismo *login* está bem difundido no português brasileiro de tal forma que se neologizou para *logar*. Esta explicação tenta justificar o fato de termos só 13 ocorrências no *corpus* de português e nenhuma ocorrência, no *corpus* do laboratório de lexicografia da UNESP.

O próximo gráfico (gráfico 8) ilustra o aportuguesamento de acrônimos e siglas por parte de informantes de diferentes níveis de escolaridade. A hipótese é a de que pessoas escolarizadas é que teria a tendência em aportuguesar devido a apredizagem da língua inglesa na escola. O aportuguesamento pode ocorrer a nível fônico ou gráfico. O primeiro é quando as pessoas pronunciam usando o modelo de pronunciamento em português. Por exemplo, CD seria /sidi/ no aportuguesamento fica /sede/. O segundo tipo de aportuguesamento é inerente à adaptação da escrita. Por exemplo, na palavra inglesa *crack* adapta-se a grafia **craque** em português ou na palavra francesa *soutien* passa a ser grafado *sutiã*, forma adaptada para a língua portuguesa.

Gráfico 8: Pronúncia aportuguesada ou não por nível de escolaridade

Fonte: Elaboração própria

O nível de escolaridade tem influenciado na pronúncia. Os alunos aprendem línguas nas escolas e têm contatos com literaturas estrangeiras. Mas o que realmente constatamos é o decréscimo da pronúncia inglesa em siglas inglesas nos alunos que frequentam o ensino superior. Os alunos do ensino médio/técnico tendem a pronunciar as siglas/acrônimos em inglês. Os informantes encaram a sigla como uma palavra portuguesa, pronunciando-a em português. Poucos casos (média de 30 casos, nos três níveis de ensino) em que se pronuncia de forma inglesa. Estes são sustentados pelos dados de Neves, pois o que acontece é sempre que se mantém a escrita inglesa. Em alguns casos de pronúncia de forma inglesa, às vezes, de forma aportuguesada. Neves já havia percebido esta tendência nos estudos feitos e concluiu que

nenhuma palavra se mantém com a feição fonológica estranha à língua portuguesa, e que nenhuma palavra aportuguesada se mantém com feição gráfica discrepante das regras ortográficas do português, o que testemunha o perfeito funcionamento das regras de incorporação de vocábulos (NEVES, 2010, p.259).

Os falantes do português escolhem a pronúncia que querem usar nas siglas e nos acrônimos. Constatamos esse fenômeno nas gravações que efetuamos durante as entrevistas. Por vezes, se lia em língua inglesa e por vezes em português. Estamos falando de estrangeirismos sigla-acrônimos. Os exemplos que daremos a seguir provêm do inglês e no Brasil se usa o inglês ao invés de português: AIDS, HIV, SOS, FAO, LASER, ONG, etc.

Os conceitos parecem simples quando consultamos um dicionário, mas à medida que nos aprofundamos, percebemos que não é simples assim. Há perguntas que pairam no ar e

merecem uma reflexão aprofundada sobre o assunto. Quem nunca falou: “vou comprar CD!” Por que não se diz: “vou comprar DC!” Porque DC é “Disco Compacto” em português? Isso é sinal de que algum processo linguístico está ocorrendo na mente dos falantes de português. Não é simplesmente uma preferência por acaso. Bagno (2008) avisa: *Nada na língua é por acaso!* Todas as situações comunicativas têm um pressuposto científico.

Podemos nos questionar desta forma: Porquê se fala **DNA** e não **ADN**? Porquê **HIV** e não **VIH**? E porquê **CD** e não **DC**? Essas perguntas sustentam a tese de que o “povo” é que faz a língua. A língua é propriedade pública, quer dizer, cabe ao povo escolher a sigla/acrônimo ou melhor, a palavra que quiser. Não é vontade de políticos nem de linguistas. É por isso que os estrangeirismos por meio de siglas continuarão enquanto o povo quiser usá-las na comunicação cotidiana. É um fenômeno inexplicável e muitas vezes curiosa a forma como os estrangeirismos aparecem, se integram e, por vezes, desaparecem na língua. Queremos defender que a sigla/acrônimo constitui uma unidade léxica que remete a um único significado. A sigla/abreviatura é uma unidade complexa que remete ao léxico da língua.

Em Moçambique, as siglas e os acrônimos SADC (*Southern African Development Community*), ANC (*African National Congress*), ATM (*Automated Teller Machine*), VIP (*Very Important Person*), PIN (*Personal Identification Number*), HIV (*Human Immunodeficiency Virus*) estão muito enraizadas no dia-a-dia, de tal modo que ninguém mais se lembra de que são estrangeirismos em forma de siglas/acrônimos. Ninguém questiona, por exemplo que ANC seria CNA (Congresso Nacional Africano) ou VIP seria PMI (Pessoa Muito Importante) ou ainda HIV seria VIH (Vírus de Imunodeficiência Humana) na LP.

Os acrônimos, as siglas e as abreviaturas passam a ser palavras quando se consolidam na fala da comunidade. Há mais frequência de siglas/acrônimos ligados à cultura inglesa. Os falantes, dependendo da sua experiência, nível de escolaridade e sexo podem aporuguesar as siglas e os acrônimos. A sua integração é baseada em regras da LP. O uso destes acrônimos e siglas é muito interessante, pois constatamos que os falantes de português não conhecem o significado em inglês. Não se preocupam com o significado, mas sim com o contexto de uso na comunicação do dia-a-dia.

Nesta seção discutimos os conceitos de estrangeirismo e o empréstimo e os processos que participam na sua integração. A integração dos estrangeirismos é feita pela consciência neológica, pois não há nenhum traço linguístico que os difere da língua de origem. Por exemplo, *shopping*, *campus*, *timbila* integraram-se no português sem que tenham sofrido mudanças. Ao contrário, as palavras *drinque*, *goleiro*, *tchovar* sofreram alguma transformação durante a integração no português. A diferença entre empréstimo e

estrangeirismos (*xenisme*, em francês) se encontra no nível da consciência dos falantes da língua materna. Os falantes têm à disposição vários processos para enriquecer e renovar o seu acervo lexical, seja por meio de manipulação de recursos próprios da língua, seja pela incorporação de elementos lexicais de outras línguas (os chamados empréstimos, que, num primeiro momento, recebem muitas vezes a denominação de estrangeirismos) (FARACO, 2001, p.132).

Para terminar é importante sublinhar que os falantes têm à disposição vários processos para enriquecer e renovar o seu acervo lexical, seja por meio de manipulação de recursos próprios da língua, seja pela incorporação de elementos lexicais de outras línguas (os chamados empréstimos que num primeiro momento, recebem muitas vezes a denominação de estrangeirismo) (FARACO, 2001, p.132). Destacamos que há diferença entre os estrangeirismos e os empréstimos, embora todos participem do enriquecimento lexical. Os estrangeirismos são unidades lexicais que se revelam estrangeiros nos fonemas, ou na flexão, ou na grafia, enquanto que os neologismos são criações dentro da língua, quer dizer, pertencem à matriz interna (formações por meio de afixos, extensões semânticas, amálgamas, siglas, acrônimos, etc.).

O empréstimo se efetua quando a palavra estrangeira (anteriormente estrangeirismo) é empregada com alterações, adaptações ou modificações gráficas, fônicas ou grafo-fônicas. Os empréstimos/estrangeirismos pertencem à matriz externa e, assim sendo, vem provocar o “enriquecimento lexical”, enquanto os neologismos provêm da matriz interna e visam recriar, reinventar elementos a partir desse acervo. “Os empréstimos sempre acrescentam valor semântico à língua, oferecendo às pessoas a possibilidade de expressar o pensamento de forma mais matizada [...] a língua como um todo adquire, assim, uma dimensão lexical extra que não possuía antes” (CRYSTAL, 2005, p.55). Para Crystal, o processo de integração é facilitado por muitas pessoas, como poetas, romancistas, dramaturgos, satiristas, comediantes, anunciantes e jornalistas, que fazem uso dessas nuances criativamente.

A questão de estrangeirismos preocupa muitos políticos em países conservadores, pois criam normas de controle deste fenômeno linguístico. A política linguística na França e no Canadá tenta resistir⁷⁶ “ao avanço implacável da língua inglesa que, por sua vez, só tem esse alcance porque o fator dominante é mais do que linguístico, é socioeconômico, cultural, sem dúvida, embora muitos vejam aí um invasionismo imperialista (XATARA, 2001, p.150). Só para ilustrar as ações dessa política protecionista: Associação de defesa da língua francesa

⁷⁶ Esta resistência não significa que não haja nesses países neologismos, empréstimos e estrangeirismos de todo tipo, tal como ilustram Sablayrolles (2006, 2009, 2011a, 2010b), Sablayrolles e Jacquet-Pfau (2008).

(adotada a 13 março de 1999); Relatório do parlamento sobre o uso da língua francesa (Paris, 2010); *Office québécois de la langue française* (ROUSSEAU, 2007, p.70), *Association française de terminologie et le comité des termes techniques du français* (HUSTACHE-GODINET, 1993, p.85-86). Há muitas instituições que tratam, discutem, defendem e promovem a língua francesa. Essas instituições podem ser conferidas no site do *Defense de la langue française* (2012), pelo site: <www.langue-francaise.org/Sites.php>.

Em Portugal, o sentimento de “preservação” da língua nacional é bem mais acentuado do que no Brasil. Há o que chamamos de “planejamento linguístico”, não só amparado por uma legislação que tem o reconhecimento popular, mas por uma política educacional que procura cultivar a valorização e a soberania da LP em território português (XATARA, 2001, p.150). No Brasil, na falta de tais iniciativas, foi proposto o Projeto de Lei nº 1.676/99 do ex-Deputado Federal, Aldo Rebelo já aprovado pela Câmara dos Deputados e cujo substitutivo, aprovado pelo Senado Federal, está em trâmite. (XATARA, 2001, p.150).

É uma lei que visa “controlar” a entrada e uso dos estrangeirismos na língua portuguesa em especial no PB. Perini (2004) tranquiliza a todos mostrando que a língua não corre nenhum perigo. Segundo o autor, “a língua está aí, inteira: a estrutura gramatical não mudou, a pronúncia é ainda inteiramente nossa, e vocabulário é mais de 99% de fabricação nacional” (PERINI, 2004, p.15). No PB pode-se citar os seguintes exemplos: *bypass* (desvio), *delivery* (entrega), *off* (desconto), *coffee break* (intervalo), *sale* (liquidação), *play-off* (desempate), *pet-shop* (loja que vende produtos para animais de estimação), *personnal trainer* (treinador pessoal), *off-road* (estrada de terra). Fiorin (2002) discutindo sobre as *Considerações em torno do projeto de lei 1676/99*, mostra que o

ponto central do projeto de lei não é a promoção da língua portuguesa, mas o que o projeto chama proteção e defesa da língua. Para isso, propõe uma ação bastante concreta: a proibição do uso de palavras e expressões em língua estrangeira, no âmbito público de utilização da língua, ressalva das expressões previstas na lei e na sua regulamentação. A infração dessa norma será punida com multa, sem prejuízos das sanções de natureza civil e penal (FIORIN, 2002, p.125).

Esta lei que é de caráter político propõe sanções, proibições aos falantes é um equívoco porque a língua segue seu caminho natural e nada disso adiantará. Vejamos a seguir o debate sobre moçambicanismos e suas características.

6 OS MOÇAMBICANISMOS E DEBATES RECENTES

Até aqui explicamos as diversas características e complexidades do estudo do léxico. O tema que vamos discutir é relativo à variedade moçambicana resultado de todas as mudanças ou inovações políticas, econômicas, sociais, culturais ou científicas que tiveram em Moçambique. Nesta seção discutimos o conceito moçambicanismos e apresentamos vários exemplos que podem ser encontrados na literatura e na mídia. Começemos pelo conceito.

6.1 Discutindo a noção de moçambicanismos

Segundo Dias (2002b, p.20), denominam-se moçambicanismos “todas as palavras (neologismos e empréstimos) que são mais tipicamente usadas em Moçambique e que mostram e particularizam a regionalização léxico-semântica do português em Moçambique.” Essas palavras resultam do contato que o português tem/teve com as línguas africanas ao longo da colonização (desde século XV) e pós-independência (1975). As condições sociais, culturais, o nível de escolaridade são algumas das variáveis que coparticipam neste comportamento linguístico. Partindo do princípio de que a língua muda com o tempo, é importante mostrarmos que as mudanças sempre ocorrem em primeira instância no nível lexical. Estudos sociolinguísticos mostram que a gramática é a última a ser afetada pela variação. Falando de mudança de um modo geral, sabemos que a gramática da língua (fonologia, morfologia, sintaxe, semântica) muda mais lentamente do que o léxico. Naturalmente, isso vai ter reflexos sobre os processos que ocorrem em situações de contato linguístico: o léxico tende a ser afetado e mudar com certa rapidez; a gramática pode até não ser afetada. Moçambicanismos, na visão de Vilela, seriam

indícios claros de afirmação de norma própria: na maneira original como adota o seu vocabulário de origem bantu ao sistema português divergindo inclusivamente da norma europeia (lusitana), no modo como simplifica a morfologia flexional do português, como começa a optar pela ordenação dos elementos frásicos na sequência discursiva e, sobretudo, como força o léxico do português a adaptar-se à mentalidade africana, tanto nos semas inerentes como semas classemáticos: o que implica, por vezes, uma reformulação do esquema frásico em alguns dos seus modelos proposicionais (VILELA, 1995, p.68).

Estas características que Vilela acaba de mostrar são as que distinguem a fala de um africano da fala de um português ou de um brasileiro. É que os moçambicanismos têm características próprias, específicas que criam uma diferença notável nos níveis fonético, semântico, lexical e morfológico e sintático. As línguas naturais constituem configurações que

mudam lentamente, moldadas pelo curso invisível e anônimo que é a vida da língua. Estas mudanças ocorrem em todos os níveis da língua (semântico, fonético-fonológico, sintático e lexical, pragmático), pois, por exemplo, com o decorrer do tempo, verificam-se em diversas línguas certas alterações na percepção de nomes de objetos que podemos designar de mudanças semânticas. Desses processos de mudança não se exclui a LP, pois também vem sendo modificada na pronúncia, na gramática e no discurso; vai incorporando novas formas de expressão; vai construindo certa identidade moldada pelo espaço histórico, plurilinguístico e multicultural onde se encontra inserida.

Os brasileirismos, os angolanismos, etc, são particularidades (variações) que mostram as especificidades locais, fenômenos que acontecem com todas as línguas. Por exemplo, Radford, Atkinson, Britain et al. (2000, p.257) mostram as disparidades lexicais na palavra “biscoito” no inglês britânico (*biscuit*), americano (*cookie*) e australiano (*biscuit/cookie*). Os autores não trazem exemplos do inglês africano que é muito diferente também. Vejamos outros exemplos de variação lexical: No inglês britânico as palavras *housey, bakery, minerals, pictures, lorry, chips, crisps* são chamadas *bingo, baker's shop, soft drinks, movies, truck, fries, potato chips* no inglês americano respectivamente. Estes exemplos mostram as particularidades, ou melhor, as variações do inglês.

Tal como acontece com o inglês, a LP tem variações em toda a CPLP. Quanto a variações, Moçambique não seria uma exceção. Este fenômeno que pressupõe apropriação, recriação e enriquecimento da LP por falantes moçambicanos, adaptando-a ao seu contexto sócio-cultural, segundo Dias (2002b), constitui a “Moçambicanização da língua”. Em Moçambique, os linguistas se dividem em duas opiniões distintas, segundo essa autora:

Um grupo que defende a oficialização imediata das mudanças em curso e adoção de uma língua portuguesa moçambicana nos órgãos oficiais, na escola e nos meios de comunicação de massas. Este grupo é, muitas vezes, movido por sentimentos de nacionalismo, lealdade, orgulho e emancipação linguística. Outro grupo que afirma não existir uma língua portuguesa moçambicana e que há apenas uma variedade moçambicana em formação, pois não existem dados suficientes que permitem padronização de uma variedade moçambicana da língua portuguesa. Tais estudiosos defendem que as diferenças linguísticas, sincronicamente observáveis, não constituem verdadeiras mudanças linguísticas, pois estão sujeitas a muita variação e flutuação (DIAS, 2009b, p.390).

Se o português falado atualmente em Portugal não é o mesmo que lá se falava, por que a LP em Moçambique deveria permanecer estática, imutável e congelada? Concordamos plenamente com a primeira opinião, pois as mudanças nunca avisam nem alertam aos seus falantes. É o que Naro (2004, p.43) designa por *O dinamismo das línguas*, procurando mostrar

que “as mudanças se processam de forma gradual em várias dimensões, de forma silenciosa, atacando a parte lexical, passando pelo fonético, morfossintático até ao semântico.”

Para Naro, “a mudança linguística não é absolutamente mecânica, regular a curto prazo.” Assim, os que defendem a segunda opinião acima apresentada não percebem que essas mudanças aparecem de forma discreta e depende de variáveis sociais (idade, sexo, nível de escolaridade, grupo social). Atualmente, há estudos publicados que mostram as especificidades do PM em todos estes aspectos linguísticos. Sendo assim,

a padronização da língua portuguesa em Moçambique seria apenas o reconhecimento de que a língua portuguesa não é uma realidade homogênea e unitária, ela tem em África uma variedade dialetal diferente [...] a variedade moçambicana pode ser perfeitamente padronizada. Ela tem a sua tradição histórico-linguística e, por isso mesmo, tem também a sua própria maneira de correção da linguagem. (DIAS, 2009b, p.415).

Apesar de evidências claras da diferença entre o PE e o PM autoridades políticas ainda resistem reconhecer a variedade moçambicana, cujo número de falantes tende a crescer, tal como Gonçalves (2012) mostra na tabela 2 (p.68). Na tabela observa-se claramente que, enquanto o número dos falantes das LB decresce, o número dos falantes do português tende a crescer. Este fenómeno se justifica pelo fato de o português ser língua oficial, de prestígio e valorizada pelo uso na escola e na comunicação oficial, principalmente nas zonas urbanas. Hoje, a concentração da população nas grandes cidades moçambicanas se justifica por (a) questões políticas: a guerra civil que terminou em 1992; (b) por razões econômicas: a procura pelas oportunidades de emprego e de serviços públicos básicos, tal como escolas, hospitais, etc. Este grupo populacional que se instala nas grandes cidades deixou de ensinar aos filhos as LB e começa ensinar a LP que passou a ser língua materna. Uma vez que esses pais têm LP como segunda língua ao invés de ensinar NPE passam a ensinar PM.

Segundo Timbane (2009, p.192), numa pesquisa realizada em 48 famílias, todas residentes na cidade de Maputo (bairros de Polana Cimento, Central, Alto-Maé e Sommerchield), constatou-se que 92,4% das crianças tinham o português como sua língua materna. Esse crescimento vai aumentar cada vez mais nos próximos anos devido à “educação massiva” desenvolvida pelo Governo de Moçambique.

Cidadãos movidos pelo espírito de identidade, de afirmação e defesa ao bem comum, que é a língua têm recusado a existência de moçambicanismos. Várias críticas relacionadas aos moçambicanismos têm aparecido um pouco por todo lugar, principalmente nos meios de comunicação social. Daremos a seguir um exemplo de defesa da LP, publicado no Jornal

“Notícias” (7 de dezembro de 2012) em que o cidadão Rui Mendes critica a variedade moçambicana escrevendo:

Ora bem, ao analisarmos o uso desta língua pela qual nos comunicamos diariamente, verificamos constantemente **erros crassos** e que são **uns atropelos verdadeiramente mortais aos tímpanos de quem a ouve**. É uma questão inevitável: que haja erros. Mas é insustentável que esses **erros passem despercebidos àqueles que têm algum domínio da língua**, cometendo o grandessíssimo erro de não corrigir aos errados. Sincera e tristemente falando, não é admissível que um locutor de rádio ou apresentador de televisão [...]. (MENDES, 2012, grifos nosso).

Mendes (2012) parte em defesa da norma-padrão refutando qualquer tipo de variação no português falado em Moçambique, considerando-os como “erros” desnecessários. Para Mendes, os moçambicanos devem estudar e conhecer profundamente a gramática e memorizar o dicionário da LP, porque se isso não acontece os “atropelos são verdadeiramente mortais aos tímpanos de quem ouve”. Será que o cidadão madeirense (lá em Portugal) conhece perfeitamente a gramática e o dicionário? Se a resposta é não, por que os moçambicanos devem passar por essa “tortura mortal”? Se a resposta for sim, convidamos a uma visita a Portugal. O que Mendes considera “erro” passa despercebido em alguns letrados porque fazem parte dos moçambicanismos, isto é, são características da variedade de Moçambique.

Para muitos desavisados, os estrangeirismos empobrecem a língua, levam-nos para uma aculturação que provoca efeitos nefastos, sobretudo na desestruturação linguística e de identidade dos moçambicanos. A preocupação da Mendes (2012) está relacionada com a norma-padrão. Por isso a autora considera abandono do léxico do padrão europeu, da sintaxe, da morfologia e da semântica. A norma-padrão referida por Mendes (2012) não é língua materna de ninguém e foi inspirada na tradição literária e fundamenta-se por regras da gramática normativa, quer dizer, do ideal da perfeição. Essa reação resulta do que Bagno (2013b) designa por “persistência de uma ideologia”, quer dizer, uma ideologia que valoriza o padrão em prejuízo da variedade. É na verdade, uma “tentativa de ensinar um modelo ideal de língua homogênea, uma norma de contornos (supostamente) bem definidos...” (BAGNO, 2013b, p.117).

Ora, a preocupação de Mendes é equiparada à do ex-Deputado Aldo Rebelo, no que toca ao Projeto de Lei nº 1676/99 (dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências). As línguas não podem ser controladas desta forma, embora nunca vimos alguém ser preso, julgado e condenado por ter pronunciado ou

escrito alguns estrangeirismos na comunicação escrita. Vale apenas citar o artigo 4, do referido Projeto de lei, que diz o seguinte: “Todo e qualquer uso de palavra ou expressão e língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nesta lei a sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei” (BRASIL, 1999). Nas grandes cidades de Moçambique, as pessoas usam o português por pressão social, econômica e política. Segundo Timbane (2009, p. 34-35), há, no entanto três grupos:

- a) Os que falam português por pressão profissional tais como: emprego, ascensão social e econômica;
- b) Os que se sentem obrigados devido ao meio familiar, contatos do dia a dia nas relações de parentesco e de boa vizinhança e
- c) Os que utilizam a LP por interesses acadêmicos. É influência de fatores educacionais tais como nas escolas, universidades e em outros lugares de aprendizagem onde a “norma culta” é bem marcada.

Cada um desses grupos tem seu objetivo. Dependendo de cada setor de atividade, a criação lexical está sempre presente. Por exemplo, no setor da informática temos: *download*, *mouse*, *blogspot*, *pendrive*, deletar, entre outras já citadas ao longo deste trabalho. Concluindo o debate, é importante saber que a língua não é pertença individual, mas sim do coletivo. Quem incorpora os novos léxicos é o povo e não a vontade individual. Assim, mesmo que fiquemos tristes com mudanças linguísticas, mesmo se promulgarmos as leis defensoras da pureza da língua não adiantará em nada.

É importante analisar, observar e esperar para ver se essas novas palavras resistirão ao tempo. O importante é que Moçambique precisa preparar seu dicionário. Algumas podem mudar a sua ortografia, outras vão se manter, mas mudando a sua fonética, o importante é que tenhamos a língua como um instrumento de comunicação e de livre expressão. Os moçambicanismos são neologismos (matriz interna e externa) específicos da realidade sociolinguística de Moçambique.

6.2 Moçambicanismos na literatura: romances de Mia Couto e crônicas de Arune Valy

É importante sublinhar que antes da chegada dos portugueses e da colonização em Moçambique predominava a oratura⁷⁷. A oratura abrange as narrativas históricas, contos e

⁷⁷ O termo **oratura**, proposto pelo linguista ugandês Pio Zirimu, na Universidade de Makerere, em Uganda, na década de 60, foi amplamente utilizado e propagado nas obras de Walter Ong (*orature*). **Oratura** ou **oralitura** surge como alternativa à expressão literatura oral por apresentar-se mais apropriada para o fim a que se propõe: designar um conjunto de formas verbais orais, artísticas ou não (RASELEKOANE, 2010, p. 7-10).

lendas, adivinhas, poesias e canções. A tradição oral é a característica dos povos bantu desde o seu surgimento, visto que a escrita chegou mais tarde com os colonizadores (alfabeto latino). As primeiras crônicas escritas em português apareceram em 1908, no jornal “O africano” e mais tarde (em 1919) no jornal *O brado africano*. Nessa altura destacaram-se os irmãos João e José Albasine, Estácio Dias e outros cujas obras incorporavam sons e falares das ruas, integrando “palavras provenientes da língua inglesa, do ronga e da língua portuguesa seguindo a estrutura desta” (ZAMPARONI, 2009, p.49). A seguir traremos alguns exemplos de unidades lexicais extraídos das crônicas publicadas nessa época: (a) palavras provenientes do ronga: *tingar, languçar, magaiça, shitolos, tchaia, suca, mulungos, mufundissas*; (b) provenientes do inglês: *faftin, johnista, landim, maningue*; (c) provenientes do português: *assuceeder, alembadura, esquaduro, gaja, camarada, bofetaria, colónio, indas, mpataco* (ZAMPARONI, 2009, p.54-55).

Todas as palavras estrangeiras sofrem alguma adaptação, tal como vimos na seção 5. Nestes exemplos temos vários casos de adaptação à LP. Algumas dessas unidades lexicais perderam a sua frequência de uso e desapareceram. Só para entender que a questão escrita não era problema para os moçambicanos, a padronização da LB só foi possível em 2008 tendo havido o 1º Seminário em 1988, o 2º Seminário em 1999 e o 3º Seminário realizado em 2008.

A literatura colonial em Moçambique foi marcada pelos escritores: Rui de Noronha, Noémia de Sousa, José Craveirinha, Rui Knopfli, Marcelino dos Santos, Orlando Mendes, Luís Bernardo Honwana, Rui Nogar, Sérgio Vieira, Armando Guebuza, Albino Magaia entre outros. E o período pós-colonial passou a ser mais liberal, mais generalizado e foi marcada pelos escritores: Mia Couto, Ungulani Ba Ka Kossa, Lília Momplé, Paulina Chiziane, Eduardo White, Suleimane Cassamo, Aníbal Aleluia, Calane da Silva, Heliodoro Baptista, Sebastião Alba, José Patraquim, Leite de Vasconcelos, entre outros. Mia Couto em entrevista realizada em abril 2012, explica que nos seus textos, as palavras nativas de Moçambique surgem naturalmente. Couto, em entrevista feita por Fidalgo (2012) afirma que,

por vezes, não existe equivalente entre línguas europeias e as línguas africanas. Pensamos que tudo pode ser traduzido. Mas existem conceitos e categorias que não podem ser transpostos. Por exemplo, a palavra europeia **natureza** não tem equivalente nas línguas diversas de raiz bantu que se falam em Moçambique. Em contrapartida, o termo mais próximo, que nas línguas do sul de Moçambique é *ntumbuluku*, não quer dizer exatamente **natureza**, mas um conceito mais integrado e holístico. Estamos perante uma filosofia que não distingue entre sociedade e natureza. (FIDALGO, 2012, grifos nosso).

A partir da reflexão de Couto percebemos que a importação de unidades lexicais das LB não é somente uma questão de estilo, mas também de necessidade. A criatividade lexical é frequente na mídia e na literatura. Do ponto de vista de Leite (2003, p.43-53), pode-se notar o preconceito que a sociedade tem com relação aos neologismos⁷⁸. A autora cita, por exemplo, as palavras *convivível*, *imexível* unidade lexical que tem data do seu surgimento. Concordamos com Leite (2003, p.72) quando explica que o português sempre mudou e continua mudando. Não se trata de nenhum “erro de português” e muitas vezes, em literatura este fenômeno linguístico pode ser motivado por estilo, criatividade e preocupação com beleza do texto.

Pretende-se observar a partir de crônicas como as unidades lexicais do PM dominam os textos ou obras dos escritores moçambicanos tendo em conta que esses textos circulam nas aulas de português. Desta feita, escolhemos o escritor e jornalista Arune Valy por ser o mais popular, uma vez que é ouvido quase todos os dias pela manhã, no programa “Jornal da Manhã” da Rádio Moçambique, produzido e apresentado por Emílio Manhique. A maioria dos moçambicanos admira o trabalho de Valy, sobretudo os temas ligados ao humor, à tradição do povo moçambicano, às crenças e aos mistérios pouco conhecidos pelo mundo fora. Analisando aspectos lexicais em Valy pretende-se analisar o lado linguístico de que se serve de base para apresentar os aspectos socioculturais da sua etnia, que é o povo *nyungwè* (que fala *cinyungwè* uma LB falada em Moçambique, na província de Tete: distritos de Moatize, Changara, Cahora Bassa, partes de Marávia e falada em outros países: Malauí, Zimbábue e Zâmbia, segundo Ngunga e Faquir (2011). A motivação aparece porque

o que [...] para o especialista em literatura, aparece como deficiência, para o historiador da língua pode ser indício de qualidade: sugere um registro menos formal da língua, menos planejado, e, portanto, possivelmente mais permeável aos usos (variáveis) correntes na linguagem na linguagem da época (BERLINCK, 2007, p.16).

A autora acrescenta que o estudo deste tipo de gênero discursivo permite “entrever as características da língua usada em determinada época, e em especial, que nos permitam identificar a variação, que é fonte de mudança.” (BERLINCK, 2007, p.15). Para identificação dos neologismos utilizados por Valy, tomamos o livro “Coisas de Tete: Mitos, mistérios e realidades” e analisamos unidades lexicais que caracterizam o PM, conectando-as com os contextos histórico-culturais da província (Estado, no contexto brasileiro) de Tete. Na

⁷⁸ A neologia, segundo Alves (1994, p.1) é o “processo de criação lexical [...] que pode ser formado por mecanismos oriundos da própria língua, os processos autóctones, ou por itens lexicais provenientes de outros sistemas linguísticos.”

verdade, constatou-se que esses aspectos não refletem exclusivamente a província de Tete, mas sim a realidade do povo moçambicano.

6.2.1 As criações lexicais de Mia Couto

A língua literária não tem uma linha única e “não é fácil de estrear os limites da linguagem, da língua e da estilística, mesmo porque tais conceitos permanecem ainda relativamente controvertidos, não obstante os avanços da Linguística.” (SPINA, 2010, p.216). Na visão do autor, o estilo abrange o “vocabulário lexicográfico, vocabulário cultural, a variedade sintática e linguagem figurada.” A neologia é o processo de criação de novas unidades lexicais (ALVES, 1994; GUILBERT, 1975).

Em neologia, os neologismos são identificados a partir de um *corpus* de exclusão⁷⁹ (geralmente dicionários). Vejamos alguns exemplos extraídos em três obras de Mia Couto⁸⁰: “Estórias abensonhadas” (2009a), “Terra sonâmbula” (2007a) e “O outro pé da sereia” (2010). No quadro 9 estão apresentados neologismos que se formam a partir de adjetivos, verbos e substantivos. O *corpus* de exclusão utilizado foi o *Dicionário integral da língua portuguesa* (2008).

Quadro 9: Neologismos lexicais nos textos de Couto (substantivos e verbos)

Estórias abensonhadas		Terra sonâmbula		O outro pé da sereia	
cabecinhava	desabandonado	tiro-e-põe	formigas-cadáver	<i>vapastori</i>	<i>chikundas</i>
desbengalado	<i>xipefo</i>	brinciações	boquinhaberto	<i>nyanga</i>	contra-mestre
dormitava	zululuava	descair	sonhambulante	<i>vangunis</i>	afro-pessimismo
inatingia	tristonhava	desfolha	doidoendo	<i>muzungos</i>	<i>lenga-lenga</i>
sozinhandando	desajoelhar-se	sonhatriz	despernado		
<i>xicuembos</i>	cozinhados	fantasiática	vinticinco		
azulando	<i>txova-xitaduma</i>	castanhamente	esmãozinho		

Fonte: Timbane (2011)

Chamaos atenção ao fato de que os neologismos considerados no quadro 9 tiveram como corpos de exclusão o *Dicionário Integral da Língua Portuguesa* que é referência em Moçambique. É provável que algumas delas tenham ocorrência em outros dicionários da

⁷⁹ “Se o *corpus* de exclusão for constituído por dicionários gerais de língua, dir-se-á que o critério para a determinação do carácter neológico das unidades será o critério lexicográfico. Além desse critério, também podem ser usados como critérios o sentimento de novidade e a instabilidade formal das unidades” (CORREIA; BARCELLOS ALMEIDA, 2012, p.26).

⁸⁰ Escritor, jornalista, biólogo moçambicano, galardoado com vários prêmios em Moçambique, em África e no mundo, autor de várias obras: “O último vôo do flamingo”; “Um rio chamado tempo, Uma casa chamada terra”; “Venenos de Deus, remédios do diabo”; “O fio das missangas”; “Cronicando”; “Vinte e zinco e muitas outras”.

variedade brasileira. Por isso que discutimos que o conceito “*corpus* de exclusão” é discutível, mas por opção escolhemos esse caminho.

No quadro 10 pode-se ver a criação de nomes a partir de adjetivos, cardinais, substantivos, etc. É uma das características criativas de Mia Couto. Esses nomes não ocorrem na vida real dos nomes moçambicanos.

Quadro 10: Neologismos de nomes próprios nos textos de Couto (personagens das histórias)

Estórias abensonhadas		Terra sonâmbula		O outro pé da sereia	
Infelizminha		Vinticinco de Junho		Jesustino	Luzminha
Cascatinha	Jorojão	Junhito	Siqueleto	Matambira	Zero Mandzero
Pontivírgula	Mintoninho	Virgininha		Dia Kumari	
Jonantónia	Nãozinha de Jesus	Carolinda	Ruisonho	Arcanjo Mistura	
Joãotónio J.	Novesfora	Euzinha	Jotinha	Agripino Ildefonso	
		Quintino Farida	Siqueleto	Manamina	

Fonte: Timbane (2011)

É importante sublinhar que estes fenômenos não só acontecem na literatura, mas também aparecem em outros meios de comunicação. Numa pesquisa realizada com vinte e sete “Cartas de opinião”, do Jornal “Notícias” de Moçambique, Timbane (2011) demonstra as diversas manifestações do PM através de estrangeirismos e dos empréstimos linguísticos nesse órgão de comunicação social. Esse fenômeno linguístico acontece também no português do Brasil. Tal como Carvalho (1989, p.36) comenta, “as línguas mudam incessantemente pela sua natureza de *enérgia* (processo) e não de *érgon* (produto acabado) e pelo contato com as demais que ocasionam os empréstimos.” O português do Brasil empresta unidades léxicas do tupi (*açaí, carioca, jacaré*), do italiano (*pizza, chau*), do japonês (*judô, karaôke*), do inglês (*shopping, xerox*), do francês (*griffe, madame, chic, batom*), do latim (*habeas-corpus, campus, bônus*). Agora passemos à obra: “Coisas de Tete: mitos, mistérios e realidades.”

6.2.2 A crônica de Arune Valy *versus* o léxico do português de Moçambique

Uma crônica no âmbito da literatura e da história é um texto literário breve, em geral narrativo, de trama quase sempre pouco definida e motivos, na maior parte, extraídos do cotidiano imediato, constituindo-se também em uma compilação de fatos históricos apresentados segundo a ordem de sucessão no tempo. A palavra crônica vem do latim *chronica*, que significa o “registro de fatos comuns, feitos em ordem cronológica”. No passado qualquer documento de caráter histórico era designado por crônica. A palavra evoluiu com o tempo e hoje o termo é usado para definir um gênero narrativo ou reflexivo breve, episódio e comunicativo. A crônica se caracteriza por registrar, acima de tudo, um flagrante

do cotidiano, em seus aspectos pitorescos e inusitados, com certa dose de humor e de reflexão existencial. Contém passagens líricas e comentários de interesse social e a linguagem é, quase sempre, coloquial e irreverente.

Em outras palavras, a crônica procura contar ou comentar histórias da vida, histórias que podem ter acontecido com qualquer um. O interesse será despertado pela escolha das palavras e pelo modo como elas serão colocadas, fazendo-nos conferir, pensar, refletir, questionar e entender melhor o que se passa dentro e fora da gente.

Pode-se distinguir cinco tipos de crônica: descritivas, narrativo-descritivos, líricas, reflexivas e críticas. Na “crônica descritiva” predomina a caracterização de elementos no espaço. Os cinco sentidos são utilizados, assim como a linguagem metafórica e adjetivação abundante. Na “crônica narrativo-descritiva” predomina a narração e a descrição se restringe ao cenário e aos personagens. Por outro lado na “crônica lírica” predomina a linguagem poética e metafórica carregada de emoção e de sentimento. Na “crônica metalinguística” descreve o próprio ato de escrever, de criar e de fazer literatura e por fim, a “crônica reflexiva” contém reflexões filosóficas e procura analisar os assuntos e situações de maneira objetiva. Um exemplo deste tipo de crônica é a obra de Sírio Possenti intitulada *A cor da língua e outras crônicas de linguística*.

A escolha das crônicas de Valy não foi ocasional. Tivemos acesso à obra de Mia Couto intitulada “Cronicando”⁸¹, publicada em 1991 e percebemos que há poucos casos de moçambicanismos, fato que não nos ajudaria a aprofundar o nosso objeto de pesquisa. Em toda obra do autor encontramos: *mezungos* (p.97), *bula-bulas* (p.134), *magumbas* (p.181), *candongueiro* (p.178), *xipala-pala* (p.76). Para além disso, Couto traz temas da vida nos bairros e nas cidades (exemplo: “Um pilão no nono andar”; “O jardim marinho”; “Mulher roxa em vestido laranja”) até porque nasceu e cresceu na cidade da Beira.

Valy é jornalista da Rádio Moçambique, onde veicula com mais frequência as suas crônicas no Programa “Jornal da Manhã”, um programa noticioso que vai ao ar todas as manhãs de segunda à sexta-feira na emissão nacional. No livro, “Coisas de Tete: mitos, mistérios e realidades”, Valy apresenta trinta e duas crônicas e em cada texto tenta mostrar as particularidades do PM, bem como a criatividade lexical e semântica. Em muitos casos (como vamos ver a seguir), se socorre das LB para descrever situações inexistentes em PE ou PB.

⁸¹ É uma obra de 193 páginas na qual Couto apresenta 50 crônicas que abordam questões ligadas a política, a vida social, todas coloridas de humor, jogo de palavras, figuras de estilo, criação de palavras novas: **toutadizer** (p.181), **nenhumanidades** (p.191), **amendoinha** (p.83), **sozinhez** (p.134), **escrevâncias** (p.163), **ondapés** (p.187), **boleiro** (p.180), **desesfeliz** (163), **verticaindo** (p.84), **centidezenas** (p.18), **primeirem-se** (p.49), **bonitou-se** (p.26), **parabéndizia** (p.11), **bacecola** (p.32), etc.

Essas unidades lexicais provenientes das LB causam problemas de intercompreensão quem não conhece essas línguas.

Numa entrevista realizada a 18/10/2012, Valy explicou que a criação lexical visa explicitar situações “que não existem numa linguagem normal e outras para dar mais piada, força, beleza à expressão.” (VALY, 2003). O uso da variante moçambicana revela a espontaneidade e a teoria de que é impossível falar tal como se fala em Lisboa. É que as línguas, segundo Mia Couto “são as mais poderosas agências de viagens, os mais antigos e eficazes veículos de trocas. Sendo majoritariamente uma língua dos outros, o PM é uma língua de migração, um veículo com que saímos de nós e viajamos para dentro de uma nova cidadania” (COUTO, 2009b, p.184).

Na verdade, Tete é uma das dez províncias que se localiza a norte de Moçambique.(cf. mapa 5). Realmente, Valy mexe com aspectos da cultura africana, apresenta mitos, mistérios, tabus e realidades do PM em geral, temperado de humor cheio de “manias de procurar o esquisito para cronicar e de vez em quando não acreditando que estas coisas eram acontecíveis” (VALY, 2003, p.6, grifos nosso). As crônicas de Valy diferem das de Couto pelo fato de que elas tratam as questões culturais e filosóficas do povo de Tete, principalmente a vida no campo, a vida na cultura tradicional trazendo mitos, mistérios e realidades que a etnia *nyungwé* tem, aliás, fatos que fazem parte do dia a dia do escritor e jornalista Arune Valy. Na identificação e classificação dos fenômenos linguísticos nas crônicas, teremos como material, um *corpus* de exclusão baseado no *Dicionário integral da língua portuguesa* (2008).

6.2.2.1 Inserção dos verbos e dos substantivos

Nas crônicas de “Coisas de Tete” (CT), constata-se a formação de novos verbos a partir de adjetivos e substantivos. Para uma melhor compreensão tomemos o seguinte exemplo:

(40) “...O que normalmente eu me maniei a chamar de costura na cintura...” (CT, p.44)

A unidade lexical maniei é uma formação verbal neológica proveniente do substantivo “mania”, cuja formação se enquadrou na primeira conjugação (-ar). As unidades lexicais *vaquear* (p.63) e *paulando* (p.74) provêm, certamente dos substantivos vaca e pau respectivamente. Também foram enquadradas na primeira conjugação formando os infinitivos “vacar” e “paular”. Estes verbos não existem no dicionário consultado, o que quer dizer que são novas no português. A forma verbal **entusiavam** (p.41) é nova e não deve ser confundida com o verbo entusiasmar já presente no *Dicionário integral da língua portuguesa* (2008,

p.605). É uma construção nova cujo significado está ligado com o verbo entusiasmar. É raro, mas existe nos textos.

Outro aspecto que merece nossa consideração nas crônicas de Valy é a presença de novos substantivos: roubação, bebentas (p.15)/ maputação (p.17)/ criança-mocha (p.21)/ curanderistas (p.13)/ inencontrável, inquaniçável (p.24) /zimdólar (p.31)/ escrevinhação (p.45)/escrevição (p.46) entendível (p.56) hienismo (p.74), cabritismo (p.74).

O substantivo **catorzinha** por exemplo, é uma palavra que surgiu nos anos 1990, com a música do grupo musical *Tabanka jazz* proveniente de Guiné-Bissau. A unidade lexical **catorzinha** é referente a uma menina ou moça que vende sexo. De **catorzinha**, o cronista criou outras acepções, mas sempre com mesmo sentido como se pode ver nos exemplos a seguir:

(41) “...não vias os titios procurarem pedacinho da 13zinha e por aí assim...” (p.12)

(42) “...nocturnos acabei conhecendo e sendo teste minha de uma 10ginha ou 10zinha, como queiram [...] afinal a 10ginha era curta mas funda [...] 10zinha de chimoio...” (p.14)

(43) “...vi então as 10ginhas, as 13zinhas, as 18tinhas, 20tinhas e as 30tonas, sedentas e bebentas buscando [...] mas a 10ginha, essa, ficou-me atravessada...” (p.15)

As três frases apresentadas acima (com grifos nossos) mostram a criatividade lexical nos textos do escritor Arune Valy. Partindo do neologismo **catorzinha** criam-se várias outras unidades que se assemelham semanticamente, quer dizer, são **catorzinhas** (prostitutas) de diferentes idades. O “catorze” não só indica a idade das jovens prostitutas, mas também indica o comportamento que é considerado criminoso na cultura dos povos *nyungwès*.

6.2.2.2 Os estrangeirismos e os empréstimos vindos do inglês

Antes de mais, observemos as frases, em particular as palavras sublinhadas. São grifos nossos justamente para detalhar o que se pretende exemplificar. Entre parênteses marcamos o número da página do língu “Coisas de Tete: mitos, mistérios e realidades”.

(44) “...preocupado com nada porque para ele mais vale jobar do que andar a roubar...” (p.15)

(45) “...viveram as suas casas em pequeno take-a-ways, e outros que nas redondezas...” (p.18)

(46) “...então naquela noite e madrugada do show musical apanharia a ninguém...” (p.85)

(47) “...debaixo dela desde o hotel até à paragem dos machimbombos, ali por detrás...” (p.86)

(48) “...doméstico e provocantes quando á volta da cintura, os chamados beads...” (p.44)

As unidades lexicais sublinhadas nas frases em (45), (46) e (48) provém do inglês e conservaram a sua ortografia embora tenha sofrido mudança semântica. Por exemplo, *take-a-ways* é uma lanchonete. No contexto atual num *take-a-ways* não é imperioso que a pessoa

compre e se vá. Geralmente colocam mesas e cadeiras nas quais as pessoas podem se sentar e ficar no local. Ao longo do tempo, o sentido original da palavra na língua inglesa se modificou. No exemplo 46, a unidade lexical *show* para além de significar **espetáculo**, pode significar **bom** no português de Moçambique.

A unidade lexical *jobar* provém do inglês *job* (trabalho), passou a ser *jobar*, proveniente do verbo *to job*. Esta palavra sofreu mudanças em sua grafia (processo de aportuguesamento),⁸² mantendo obviamente o seu sentido semântico. Há casos em que as pessoas dizem *djopar*. A unidade lexical **machimbombo** provém do inglês, *machine pomb* sofreu mudanças fonéticas, semânticas e gráficas, resultando em **machimbombo** que significa **ônibus** (no Brasil), **toca-toca** (na Guiné-Bissau), **autocarro** (em Portugal) ou **microlete** (em Timor Leste).

6.2.2.3 Os estrangeirismos vindos das línguas bantu

Nesta subsecção mostramos a influência da língua cinyungwè que é língua materna do autor. As frases foram extraídas das crônicas “Coisas de Tete: mitos, mistérios e realidades” de Arune Valy:

(49) “...no local de trabalho, procuram os *nyabhezis* e ainda os que não tendo...” (p.62)

(50) “...a liquidar um prejuízo, o que eles lá chamam de *dhemege* [...]tanto do *n’funa* como do *dhemuge* não param [...] teve que pagar o *n’fuma* juntamente com o *dhemege*...” (p.43)

(51) “...de mágwe, onde o assunto do *likankho* está em evolução [...]” (p.44)

(52) “...seja adulto ou jovem feito *wacukhuma*, vai chamar a todos os familiares ...” (p.42)

(53) “... mesmo aos pais para tratar do *n’fuma* que pode ser em produtos, dinheiro...” (p.43)

(54) “...outra *malemgwa/malodza* estava a dar-lhe naquele povoado...” (p.81)

(55) “...quando *kubzaticar* alguém...” p.85)

Das palavras apresentadas nas frases de (49) a (55) algumas têm equivalência em português outras não. Assim, o autor traz nos seus textos para marcar a sua identidade. Um falante cuja língua materna é xichangana, por exemplo, traria outras palavras da sua língua. É importante referir que os significados estão contextualizados. Para trazer os significados das

⁸² Estas “novas” palavras quando chegam na língua alvo (neste caso, no português) incorporam e usam as regras gramaticais do português. Assim, a palavra *tchova* é estrangeirismo enquanto que *tchovar* é empréstimo, pois assimilou as regras do português. Assim, diremos: eu *tchovo*, eu *tchovei*, eu *tchoverei*, eu *tchovia* e assim sucessivamente. Este é o português moçambicano (TIMBANE, 2012b, p.10).

unidades lexicais provenientes do bantu tivemos apoio do próprio autor via *internet*. É por isso que se diz que a língua está intimamente ligada à sua cultura. Senão vejamos:

nyabhezis são “curandeiros” ou “pais-santo” (no PB); *dhemege* é uma espécie de multa por ter mantido relações sexuais antes do casamento (oficial ou tradicional); *likankho* é medicamento que os homens ciumentos colocam/vacinam no corpo de suas esposas para que estas não traíam. Caso a mulher traia, o homem adúltero fica doente, deficiente e muitas vezes, morre; *wacukhuma* é jovem ou criança considerado adulto através de ritos de iniciação ou considerações culturais; *n’funu* é conjunto de objetos, produtos, bebidas e dinheiro oferecidos no dote ou casamento tradicional; *malemwa* é coisa nunca vista, coisa inusitada, mistério do bom ou do mau e *malodza* é azar, má sorte; *kubzaticar* é decalcar.

Segundo Timbane (2012b), as unidades lexicais sublinhadas nas frases de (49) à (55) são provenientes das LB, em particular do cinyungwe, uma língua falada na província de Tete (região central de Moçambique). Como pudemos constatar, o uso da LB nas frases é originada por escolhas estilísticas ou pela necessidade de designar fenômenos/coisas inexistentes no português. Para os leitores da província de Tete e região não precisam de tradução quando lêem/ouvem as crônicas, pois são falantes ativos da língua cinyungwè. Este fenômeno não só acontece com Valy, quer dizer, pode ser identificado nos textos de Couto (2010)

Vejamos alguns exemplos: “...Foi pela estrada *tchovando* Quintino...” (p.141). O verbo sublinhado (*tchovando*) provem do verbo *ku tchova* que significa “empurrar” na língua xichangana passou para o gerúndio do português adaptando-se às regras ficando **tchovando**.

6.2.2.4 O léxico histórico-político na literatura

As unidades lexicais: *hienismo*, *cabritismo* (p.74) e *candongu*, *xiconhoca* ou *chiconhoca* (p.35) estão contextualizadas num período em que Moçambique era um país monopartidário e predominava a política marxista/leninista, embasada no socialismo/comunismo. Sendo assim, *hienismo* vem do nome de animal selvagem *hiena* que em contos e histórias da oratura aparece como um animal fácil de ser corrompido por outros, infiel com outros animais da floresta. Este comportamento existe em humanos e por isso quem se comporta assim é acusado “de ter praticado hienismo”. *Cabritismo* é outra palavra que designa aquele que é corrupto (mensalista, mensalão, no contexto brasileiro). O uso desta palavra partiu de um provérbio que diz: “O cabrito come onde está amarrado.” Desta expressão acabou ficando na fala/escrita dos moçambicanos que “quem desvia bens públicos ou rouba o bem comum” é cabrito. E a sua ação é *cabritismo* (TIMBANE, 2012b, p.42).

Passemos ao exemplo *candongga*, unidade lexical que também está ligada ao momento histórico do povo moçambicano. *Candongga* refere-se à venda ilegal e apreços elevados de qualquer produto. *Candongga* é “contrabando de gêneros alimentícios, e outros produtos; carinhos fingidos, sonegação” (DICIONÁRIO INTEGRAL DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2008, p.290). Por ser uma palavra de origem bantu pode ser encontrada em várias LB, incluindo no português brasileiro. No português do Brasil, *candongga* é uma “ação ardilosa, de máfé; trapaço, enredo; afeto ou louvor enganoso; carinho fingido, candonguice” (HOUAISS, VILLAR, MELLO FRANCO, 2009, p.384). No português de Angola e da Guiné-Bissau, *candongga* para além de ser negócio ilegal, é também uma van de transporte semi-coletivo de passageiros que em Moçambique se chama “chapa 100”.

Vejamos o exemplo de *xiconhoca*, que ilustra como a história e a política podem criar novas unidades lexicais: A unidade lexical provém de uma história em que o *sr. Xico* ou *Chico* era fofoqueiro (era metido) comparado a uma cobra (*nyocà*, na língua xichangana). Logo a palavra fico *Xico, u nyoca!* (Xico, você é cobra!) e finalmente a palavra passou a ser *xiconhoca* que significa “aquele que é reacionário, corrupto ou aquele que não partilha os mesmos princípios políticos”. Existe outra versão que defende que durante a ocupação colonial, na penitenciária de máxima segurança da Machava, em Maputo, vulgarmente conhecida como B.O. (cadeia especial para presos políticos) havia um guarda prisional de nome Xico, que por ser muito mau e conivente/leal a polícia secreta colonial promoveu torturas, de tal forma que ficou conhecido entre os presos por *nyoca* (cobra), daí o apelido *xiconhoca*.

Hoje, *xiconhoca* é qualquer pessoa que é reacionária, traidora, oposta em termos de ideias enfim, qualquer atitude semelhante a essa. É uma palavra do PM, representando um momento histórico que começa antes e depois da independência e que só pode ser encontrada no contexto moçambicano. Neste momento a unidade lexical perde o seu sentido, uma vez que o país é democrático. Pela mudança do contexto político nacional, o termo começa a desaparecer ou começa a ser usado em outros contextos situacionais.

Outra unidade lexical específica do contexto moçambicano é “camarária”. No contexto moçambicano- “camarárias”- corresponde a guarda municipal ou os responsáveis pela guarda e manutenção do património público municipal e pela segurança dos logradouros públicos. No Brasil, são chamados por “guardas municipais” e em Portugal, “polícia municipal”.

Nas crônicas de Valy ainda se pode explorar as diversas variações de unidades lexicais. Vejamos o exemplo de dinheiro que possui oito designações ao longo do texto, nomeadamente: nota, mola, *taco*, chumbo, *cumbú*, dólar, *zimdor*, *kwachas*. No contexto da

corrupção, as crônicas trazem as unidades lexicais **hienismo**, **cabritismo**, sinônimos de **mensalão** no português do Brasil. A capacidade criativa do Valy (2003) vai além do previsto, senão vejamos mais exemplos: os verbos **descozer** (descoziam, p.40) e **comiciar** (comiciavam, p.41) revelam essa imaginação artística que deve ser decifrada pelos leitores/ouvintes das crônicas para além de serem neologismos do PM. Os empréstimos linguísticos das crônicas de Valy provêm da língua inglesa (*show*/espetáculo, p.85), da língua cinyungwe (*pantsi*/milagre, p.80) e da língua xichangana (*canganhice*/enganar, p.90).

6.2.2.5 Transformação dos acrônimos e das siglas em palavras

Na comunicação, os acrônimos e as siglas perdem o seu valor como tais, adquirindo o estatuto de palavra. É fácil notar na fala ou na escrita de muitos falantes do português que os acrônimos *radar*, *laser*, *aids* ou *sida*, *ipod*, *interpol* e muitos outros perderam o seu valor inicial. A perda resulta do uso frequente na vida cotidiana e passam a constituir palavras consolidadas na língua. Imaginemos que um amigo conduz o seu carro em alta velocidade e você chama atenção: “Não corra porque nesta avenida tem *Radio Detection And Ranging*”. Será que ele vai entender? Claro que não. Mas se usar o acrônimo RADAR que hoje já é usada como palavra compreenderá facilmente e com muita rapidez.

Valy (2003) apresenta nestas crônicas alguns fenômenos semelhantes. Vejamos as palavras sublinhadas:

(56) “... seria esse receio daqueles novos renamistas?...” (p.27)

(57) “... Diz uma velha canção frelimo: não vamos esquecer o tempo que passou...” (p.26)

(58) “... de divulgação nos jornais, nas rádios ou nas TV's...” (p.49)

(59) “... se seperguntassem os nomes dos DJ's saberiam dizer até...” (p.49)

(60) “... um MIG, como daquelas máquinas russas de guerra que haviam...” (p.70)

Os acrônimos e as siglas, agora são palavras: *renamistas* (proveniente da designação do partido RENAMO), *frelimo* (proveniente do nome do partido FRELIMO), *MIG* (proveniente de *Mikoyan-Gurevich*, nome da empresa russa fabricante de aviões de caça, utilizados em combate aéreo). Por serem siglas longas ou de difícil pronúncia os falantes usam as siglas ou acrônimos perpetuando-os como palavras. O mesmo acontece/aconteceu com as siglas/substantivos TV's e DJ's que até são plurularizadas.

Depois desta análise dos textos de Valy (2003) resta-nos dizer que o estudo do PM é relevante no contexto do ensino do português em Moçambique. A variação é uma realidade que precisa ser tratada com cuidado e com muito afinco. O português brasileiro, por exemplo,

é resultado do contato entre portugueses com espanhóis, japoneses, africanos, alemães, entre outros e com populações indígenas que sempre habitaram o continente. O PM é resultado do contato entre o português, as LB e o inglês. O Brasil está caminhando para combater o preconceito linguístico através da publicação de obras: dicionários, gramáticas, artigos, livros que mostram as variedades do português brasileiro. Em contrapartida, em Moçambique estão sendo desenvolvidas pesquisas para que a variedade seja reconhecida e que surjam dicionários e gramáticas que descrevam as suas especificidades.

Voltando para as crônicas vale defender que estes textos chegam de mansinho nas aulas de português, nas provas, nos exames de admissão (vestibular), etc. Os alunos e principalmente os professores devem estar preparados, precavidos e atentos a estas realidades linguísticas para passar boa imagem da nossa variedade, a variedade moçambicana, eliminando o preconceito de que só em Lisboa é que se fala o “O BOM PORTUGUÊS” e que a nossa variedade está “ERRADA”. O conceito “erro” linguístico é motivo de debate no “ringue” dos linguistas (congressos, seminários, grupos de estudos linguísticos, grupos de pesquisa, etc), pois, *Nada na língua é por acaso*. (BAGNO, 2008).

A grande lição que se tira desta obra é a presença de características da variedade moçambicana no nível lexical, semântico, sintático e morfológico. A literatura moçambicana é obrigatória nas escolas primárias e secundárias de Moçambique e é frequente encontrar em muitos textos nos livros dos alunos. Segundo o Ministério da Educação de Moçambique (2010a, 2010b), o ensino da literatura em Moçambique é de extrema importância e ele deve ser feito através do tratamento sistemático e consciente dos autores moçambicanos e estrangeiros. O objetivo é incentivar o gosto pela leitura. Os professores de literatura e de português devem ter em conta as características linguísticas e mostrar aos alunos que a variedade moçambicana existe e deve ser respeitada tanto nas redações dos alunos quanto nos meios de comunicação. Se isso acontecer estaremos diante de um preconceito linguístico. Vejamos exemplos de variação sintática extraídos na pesquisa de Mendes (2012): (61)

- (a) “...Vamos comer festa...”
- (b) “...Filho, estão te a chamar com a tua mãe...”
- (c) “...A mim me disseram com Benjamim...”
- (d) “...A gente estávamos a falar de quê?...”
- (e) “...Você danças muito bem...”

Nota-se nestas frases a transferência de construções das LB para a LP (Exemplo 61a, b, c). Na língua xichangana é exatamente assim como as frases são feitas, por exemplo. Houve assim a transferência de construção do xichangana para o português. Nas frases há

falta de concordância verbal (exemplo 61 d, e.) comum mesmo no PB e PE, embora não pertencente à norma-padrão. O importante é observar a frequência dessas construções no PM e estudar quais fenômenos estão por detrás dessas novas formações. Esse estudo permitirá a construção de uma gramática que especifica a variedade moçambicana.

A literatura fará com que os alunos se confrontem com um conjunto diversificado de vivências que propiciarão a aquisição de valores culturais, morais e intelectuais locais e globais, desenvolvendo também a “imaginação, criatividade, raciocínio crítico e que assimilem valores socialmente válidos como humanismo, respeito, aceitação de realidades alternativas, sensibilidade, entre outros.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, 2010b, p.10).

Estes aspectos devem ser tratados (estudados) em paralelo com questões de variação e mudança linguística porque os textos apresentam características variadas quanto ao gênero, tipo e forma. Sabemos que a “tradição da instituição escolar consiste em não apenas ignorar a legitimidade da variação linguística, mas também submeter as variedades linguísticas ao critério de correção, como uma peneira fina” (CAMACHO, 2011, p.48). Infelizmente a variação e mudança linguística não é tomada em conta nas escolas moçambicanas. Por outro lado, se estes textos são a fonte do estudo da gramática é certo que se está estudando o PM e não a variante europeia. Questões ligadas à variação devem ser discutidas em sala de aula, mas isso passa pela formação ou reciclagem dos professores. Os Programas de Ensino da Língua Portuguesa não prevem o estudo da variação, fato que é preocupante.

Os escritores estão cientes da variação e da mudança linguísticas da LP embora sabendo que não são reconhecidas pelas autoridades locais, através de dicionários e gramáticas. Mas eles usam a prerrogativa que têm de ter estilo e característica própria nos seus textos, pois os textos “são do povo”. Observamos isso em Arune Valy, em Mia Couto e em outros escritores moçambicanos que teremos a oportunidade de estudar com mais profundidade. Para finalizar, pretendemos deixar para a reflexão, as palavras de Mia Couto que dizem o seguinte:

A escrita é uma casa que eu visito, mas onde não quero morar. O que me instiga são as outras línguas e linguagens, sabedorias que ganhamos apenas se de nós mesmos nos soubermos apagar. Da minha língua materna eu aspiro esse momento em que ela se **desidioma**, convertendo-se num corpo sem mando de estrutura ou de regra. O que quero é esse desmaio gramatical, em que o português perde todos os sentidos. (COUTO, 2009b, p.196-197, grifo nosso).

Nesta parte testemunhamos a complexidade da criação de moçambicanismos. Steuckardt (2008) tem toda razão quando diz que o empréstimo linguístico é um

acontecimento. Realmente percebemos que todas as unidades apresentadas estão intimamente ligadas à história, à cultura dos moçambicanos. São palavras que respondem às necessidades de nomear novas situações, fenômenos e situações da vida dos moçambicanos. “Se a mudança nasce na e da variação, e se essa é característica da língua falada, cabe ao linguista buscar nos documentos históricos disponíveis aqueles que mais refletem a linguagem usual, livre das pressões normativas- o vernáculo” (BERLINCK, 2007, p.12).

Não se pode impedir que os neologismos locais ocorram, mas o que se pode fazer é a criação de instrumentos do tipo dicionário para arquivar este acervo lexical. Fica cada vez mais clara a evidência de que a língua portuguesa em Moçambique “tem vindo a sofrer uma série de mudanças a todos níveis, por influência de vários fatores, destacando-se o contato com as LB e os fatores socioeconômicos e políticos inerentes à atual conjuntura moçambicana” (DIAS, 2002a, p.12).

Pesquisas de Dias (2002a, 2009b) mostraram claramente a existência de evidências suficientes de variações no PM. Em 2002, Dias publicou o primeiro minidicionário da moçambicanismos que vem comprovar mais uma vez a mudança lexical comparativamente ao PB ou PE. Na obra há cerca de 1540 verbetes que designam nomes de animais, de plantas, de rituais, de ações, de sabores, de trajés, de instrumentos e de acontecimentos específicos da realidade sociocultural dos moçambicanos. Trata-se de moçambicanismos do domínio oral, recolhidos em contextos de comunicação familiar ou popular, referentes a três cidades do país: Maputo, Quelimane e Pemba. Segundo a autora, o seu principal objetivo é “mostrar algumas palavras e significados novos usualmente utilizados por alguns moçambicanos e que não aparecem nos dicionários portugueses” (DIAS, 2002b, p.18).

Os principais fatores que fazem com que surja o PM são: “a contextualização do país; a difusão do português nos meios rurais e suburbanos; o contato com outras línguas faladas em Moçambique, tais como as LB moçambicanas e o inglês; a evolução tecnológica; a valorização da tradição e da cultura moçambicanas” (MENDES, 2010, p.20). É mais frequente a entrada de unidades léxicas de LB no PM, causado por força da distância geográfica (Portugal-Moçambique), sociais, culturais, e sob a influência das línguas locais. Este fenômeno traz pouco a pouco novos vocábulos, novas expressões idiomáticas, novas construções inexistentes no português europeu, tal como Gonçalves (2005b, p.47-72) explica quando fala sobre os “Falsos sucessos no processamento do input na aquisição de língua segunda: papel da ambiguidade na gênese do português de Moçambique”. Voltando a insistir sobre o léxico é importante sublinhar que este está conectado à história, como se pode ver nos exemplos apresentados por Vilela (1995) e Mbangale (2003): **(a)** *lobolar*, **(b)** *kandongueiro*,

(c) cooperante, (d) desconseguir, (e) confusionar, (f) matabicho entre muitas outras unidades lexicais.

(a) provem do verbo *ku lovòla* (dote) da língua xichangana. *Lobolar* é ato de pagar dote aos pais da noiva, prática frequente em linhagens patrilineares.

(b) alguém que pratica o negócio ilícito. Vem do substantivo *ka ndonga* (indivíduo que faz negócios ilícitos). *Ndonga* é sobrenome.

(c) nome atribuído a qualquer estrangeiro que vem em missão de ajuda.

(d) não conseguir

(e) ser confuso

(f) É uma importação do contexto da língua xichangana. Na cultura bantu acreditava-se que quando alguém sente fome havia bichos no estômago que roncavam procurando comida. Para os “calar” era preciso “comer alguma coisa.”

Até nos dias de hoje, os falantes da língua xichangana ainda dizem: *ku dlaya nyocana!* (matar o bicho!) para se referir à primeira refeição do dia que ocorre antes das 12h. E assim, houve transporte desse contexto para português: **matabicho** que significa “café da manhã” (no português do Brasil) ou pequeno-almoço (no PE). As palavras **sograria** (casa dos sogros), **cortar o ano** (*réveillon*), **falar-alto** (subornar/corromper), **wasso-wasso** (feitiçaria para amar alguém), **tchapo-tchapo** (rápido), **pasta** (mochila), **machamba** (horta, roça), **madala** (idoso), **baraca** (lanchonete) ocorrem no PM e estão intimamente ligados à cultura moçambicana. É importante que em muitas LB não existe palavra para designar o “café da manhã” uma vez que pela cultura se tem duas refeições por dia: almoço e jantar. O café da manhã apareceu com as tradições/civilizações europeias. Ora, esta criação de unidades lexicais é uma característica “normal” das línguas.

7 OS *CORPORA*: DESCRIÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Labov (2008, p. 215), “a língua é uma forma de comportamento social” e ela é constituída de dicionário mental (onde se buscam unidades lexicais) e da gramática (onde se buscam as regras) e “inventário de sons e palavras gramaticais, como artigos, pronomes, conjunções, numerais, bem como conjunto das regras de seleção e de combinação das unidades da língua” (FIORIN, 2013, p.48). É inadequado (e muitas vezes injusto) estudar a língua fora do seu contexto social. Assim, para quem estuda fenômenos sociolinguísticos, é preciso desenhar estratégias claras sobre o que pretende fazer, como pretende fazer, qual é o público alvo, qual será o método e por aí em diante. Nesta pesquisa propõe-se fazer uso do método quantitativo, tal como é desenvolvido no âmbito da **Teoria da variação e mudança linguísticas** por linguistas Tagliamonte (2006), Guy (2000), Guy e Zilles (2007). De acordo com essa proposta,

Para desvelar tanto a estrutura linguística quanto a estrutura social, devemos, necessariamente, coletar grande quantidade de dados de muitos indivíduos; conseqüentemente, devemos enfrentar problemas ligados a controle de qualidade e confiabilidade, a manuseio e apresentação de dados, e a interpretação e inferência. Logo, parece justo dizer que toda pesquisa dialetal, seja ela geográfica ou social, é inerentemente quantitativa. (GUY, 2007, p.19).

O objetivo principal da pesquisa é entender a variação lexical, concretamente os estrangeirismos e empréstimos (variáveis dependentes) na LP escrita e falada pelos moçambicanos nas duas grandes (em termos populacionais) cidades do país. Sendo assim, o trabalho tem dois tipos de *corpora*:

1. *Corpus* oral: composto por entrevistas realizadas nas cidades de Maputo e Nampula.
2. *Corpora* escritos: recolhidos nos jornais “Notícias” e “Verdade”.

A razão da escolha destes dois tipos de *corpora* se deve, primeiramente ao fato de que a língua falada representa uma das mais imediatas marcas de identidade social e cultural de uma comunidade linguística. A língua falada produz-se num lugar geográfico, num tempo determinado, em condições específicas e isso se combina numa dada situação: “as palavras acomodam-se à entoação, aos gestos, aos jogos fisionômicos; há possibilidade de auto-correção e modificação imediata do discurso, de adaptação ao interlocutor” (VILELA, 1995, p.22). Os estudos pioneiros de Labov (2008) mostraram a importância do estudo da língua falada na comunidade da ilha de Martha’s Vineyard (Massachusetts) e também nas lojas de departamentos na cidade de Nova Iorque.

A identidade manifestada em princípio de forma oral é transferida para os textos escritos, como é o caso do jornal. O jornal reflete em muitos casos a língua oral de um povo.

Mesmo que isso seja camuflado pela “norma-culta”, traços linguísticos da “norma-popular”⁸³ aparecem em textos escritos. Sabe-se que a ortografia “fez com que a escrita tivesse como função permitir a leitura, ou seja, permitir que os usuários de diferentes dialetos pudessem reconhecer uma determinada palavra e, assim, entender o que está escrito” (CAGLIARI, 2009a, p. 125-126). Essa normatização não impede, porém, que muitos dos usos correntes na fala vão aos poucos sendo incorporados aos textos escritos. Os jornais são meios de comunicação de massa que a cada dia são lidos por todas as camadas da sociedade.

Com a pesquisa pretende-se observar como o oral e o escrito se entrelaçam na variação lexical do PM. Na língua escrita não há gestos, nem mímica, nem entoação e estes elementos terão que ser substituídos pela pontuação, pela grafia e, essencialmente, pelas palavras (VILELA, 1995, p.22). Mas também, sabe-se que a escrita representa em parte a fala e a ortografia neutraliza a variação linguística. É por isso que achamos importante analisar dados oriundos dessas duas modalidades- a fala (entrevistas) e a escrita (jornais).

Sendo assim, “a língua que falamos (todos nós, operários, professores, mecânicos, médicos e manicure) é bastante diferente da língua que escrevemos (isto é, aqueles dentre nós que têm a formação necessária para tarefa de escrever)” (PERINI, 2013, p.19). Com isso pretende-se dizer que os dois tipos de *corpora* (escrito e oral) ajudarão à compreensão da variação do PM. A análise dos dois jornais e das entrevistas em duas cidades representa uma amostra que será inferida para o país. Na próxima subseção descrevemos o *corpus* oral (7.1.) e mais adiante em 7.2 foram descritos os *corpora* escritos.

7.1. O Corpus oral (entrevistas nas cidades de Maputo e Nampula)

Sabemos que “ao analisar a fala de uma pessoa, obtém-se uma representação da língua bem definida, embora restrita a um falante. Como ele não é um ser isolado linguisticamente, sua fala revelará infalivelmente a maneira como a comunidade a que pertence usa a LP” (CAGLIARI, 2008, p.112). Moçambique é composto por dez províncias e a sua capital é a cidade de Maputo. A província de Nampula é a cidade mais populosa de Moçambique.

O *corpus* oral é constituído por 36 entrevistas⁸⁴ realizadas nas cidades de Maputo - província de Maputo e cidade de Nampula - província de Nampula, universo que consideramos uma amostra representativa para as zonas urbanas de Moçambique porque é nas

⁸³ Norma culta é a fala/escrita de “quem estudou e acumulou conhecimentos, quem detém informações sobre domínios da realidade” enquanto que norma-popular “refere-se a quem não detém uma quantidade suficiente desse tipo de conhecimento” (LEITE, 2003, p.18-19).

⁸⁴ Nesta pesquisa, os entrevistados foram designados por **falantes** ou **informantes**, tal como Lucchesi (2009) sugere.

idades onde se fala a língua portuguesa. Segundo Malik (2013) cerca de 31,4% da população moçambicana mora nas cidades e cada um dos entrevistados representará esse grupo populacional. Vejamos o mapa de Moçambique e a localização das províncias:

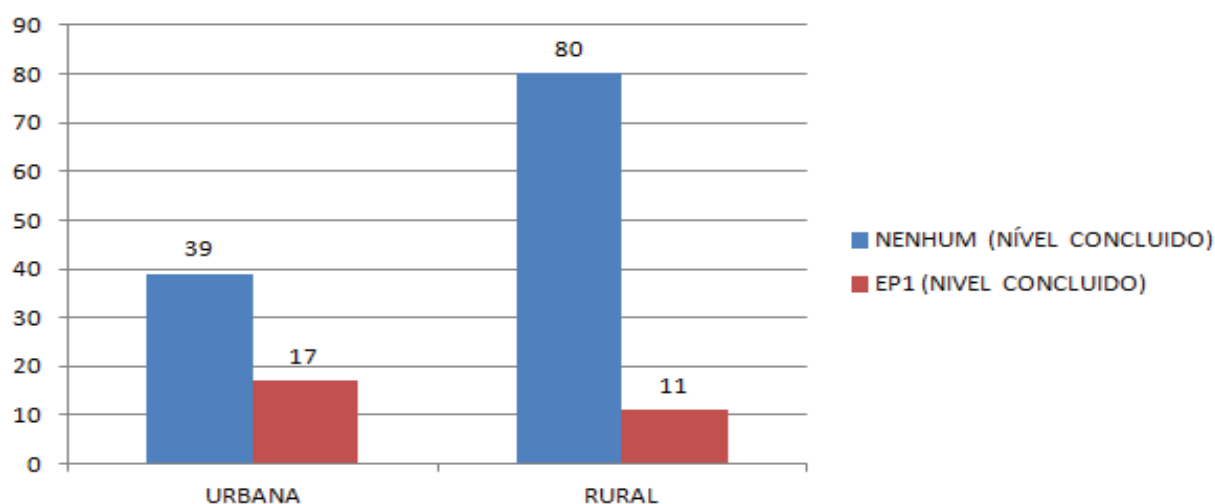
Mapa 5: Moçambique e suas províncias (divisão administrativa)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2009)

A escolha das cidades (uma do sul e outra do norte do país) se justifica pelo fato de que há diferenças geolinguísticas entre as duas regiões. As diferenças se concentram na influência das línguas maternas locais, o número de população e as condições de vida e oportunidades. A escolha das duas cidades se justifica pelo fato de que os falantes da LP se concentram nas cidades e não nas zonas rurais. Outra razão da escolha das duas cidades é o nível de escolarização. Só os cidadãos alfabetizados é que falam português e a maioria está localizada geograficamente nas grandes cidades (cf. gráfico 9) e assim, Maputo (capital do país) e Nampula (província mais populosa do país) são amostras importantes.

Gráfico 9: Ensino básico concluído por zona urbana e rural-2007



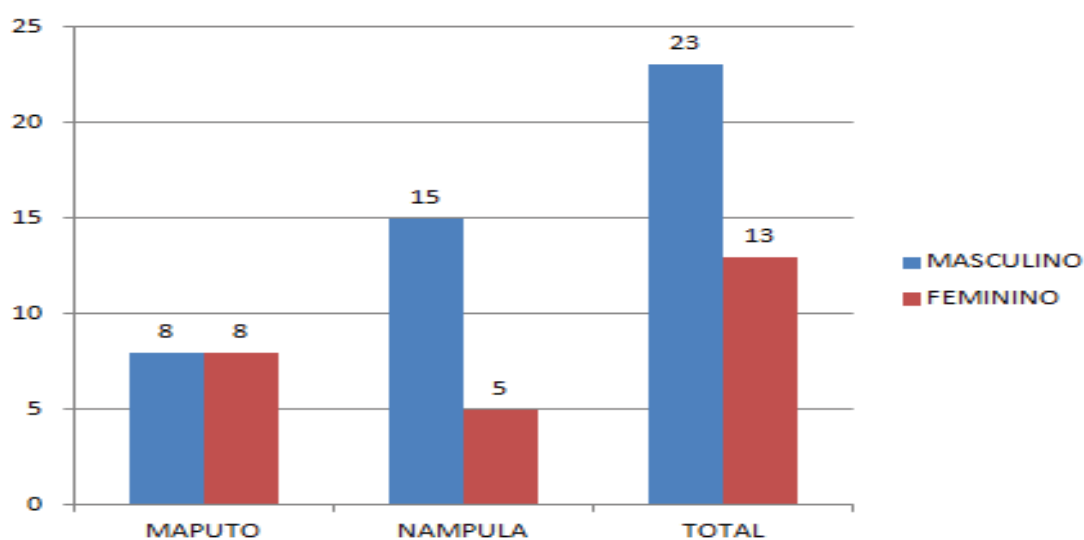
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2009)

Nas zonas rurais 80% de pessoas não concluíram nenhum nível de ensino, o que significa que essas pessoas falam as LB na sua maioria. É na cidade onde existem altas taxas de alfabetismo e de oportunidades de emprego. Os principais assuntos que foram relatados pelos informantes são: o casamento tradicional, a vida dos casais, o custo de vida, política, a cultura, culinária e outros assuntos sociais. Os 36 falantes estão divididos em dois grupos:

- a) Na cidade de Maputo entrevistamos 8 homens e 8 mulheres que somam 16 e
- b) Na cidade de Nampula entrevistamos 15 homens e 5 mulheres. O desequilíbrio entre homens e mulheres se justifica por razões culturais. Em Nampula, as mulheres não aceitaram conversar por ser uma norma da tradição dos *macuas* que aconselha as mulheres a não falar com estranhos, muito menos falar de experiências da vida. Parece-nos uma educação

aprendida nos ritos de iniciação ou de passagem⁸⁵ e que não podemos condená-la, pois faz parte da identidade cultural daquele grupo étnico. Contrariamente às mulheres, os homens foram mais abertos ao diálogo embora evitassem assuntos relativos aos ritos de iniciação por ser tabu. Sobre assuntos gerais, os homens aceitaram conversar em 75%, tal como se pode ver no gráfico 10. Em Maputo equilibrou-se o número de informantes por sexo, portanto 8 homens e 8 mulheres; em Nampula 15 homens e 5 mulheres.

Gráfico 10: Distribuição dos informantes por sexo



Fonte: Elaboração própria

Antes da entrevista, os informantes preencheram dois documentos importantes: a **Ficha do informante** e o **Termo de consentimento** (cf. em anexo, p.317-318), o primeiro que faz o levantamento dos dados essenciais do informante e o segundo que autoriza o uso exclusivo das informações (dados, voz e conteúdos gravados) para fins exclusivamente acadêmicos.

7.1.1 O local de residência

Segundo Relatório de Desenvolvimento Humano-2013, 68,6% da população moçambicana mora nas zonas rurais e apresenta os índices de analfabetismo mais elevados

⁸⁵ Cerimônia ou celebração que marcam a passagem de um status social para o outro numa determinada comunidade ou etnia. É uma espécie de exame ou vestibular que habilita um membro da sociedade a assumir certas responsabilidades ou ganhar direitos e deveres na seu grupo social. Em Moçambique ocorre com mais frequências nas regiões centro e norte do país. A idade mínima para participar é de 12 envolvendo crianças de ambos os sexos. Rito de passagem, segundo Houaiss, Villar e Mello Franco (2009, p.1671) é uma “cerimônia que sanciona o acesso de um indivíduo de um grupo a outro [...] cerimônia religiosa, uso, costume.”

(cf. gráfico 9). Sendo assim, é nas cidades onde se concentram as infraestruturas básicas importantes: escolas, universidades, hospitais, etc.

O local de residência se resume a dois lugares: zona urbana e zona suburbana que praticamente não são marcadas sob o ponto de vista político-administrativo porque, na realidade, pessoas que habitam na zona urbana e suburbana interagem sem distinção. Nas duas cidades, a distância entre o espaço urbano e o suburbano é marcada pelo tipo de construção: prédio/apartamento *versus* casas precárias/cabanas, digamos favelas. Só os resultados da pesquisa é que mostrarão se há variação e mudança lexical entre zona urbana e suburbana. Não se estudou a zona rural porque, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (2009), a população rural tem baixo nível de escolaridade (cf. gráfico 8, p.177). Outro aspecto a considerar é que os que vivem nas zonas rurais pouco se preocupam em falar a LP na comunicação do dia a dia, pois falam as LB.

A motivação do uso da LP nas cidades e nas zonas rurais não é a mesma. Na cidade, os cidadãos aprendem a LP por necessidade, pois os serviços públicos /privados usam a língua oficial. A concentração de pessoas vindas de diferentes lugares faz com que seja preferível “todo mundo” aprender português para que todos se entendam. Contrariamente à cidade, os cidadãos que moram no campo não procuram aprender e a praticar a LP. A população campesina não usa o português no seu dia a dia. Para além disso, é nas zonas suburbanas onde chegam pessoas vindas de outros lugares do país e usam a LP para se comunicar.

Entendemos por **zona urbana** um meio geográfico e social caracterizado por uma forte concentração populacional que cria uma rede orgânica de troca de serviços tais como comércio, administração, política, economia entre outros, enquanto **zona suburbana** é uma aglomeração humana localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras cujas condições de vida na sua maioria são precárias (HOUAISS; VILLAR; MELLO FRANCO, 2009, p.463). Segundo Malik (2013), a maioria da população moçambicana reside nas zonas rurais (70.6%) e não têm acesso aos meios de comunicação tais como jornal, televisão, etc. (cf. tabela 4, p.115). A escolha das zonas urbana e suburbana para estudo deve-se às oportunidades e às condições sociais dos habitantes.

7.1.2 O Sexo ou o gênero

Pesquisas realizadas por Labov (2001, 2008), Scherre e Naro (2007), Hoffnagel (2010) e outros mostraram que a fala de homens e mulheres não é igual. Segundo Paiva (2004, p.36), “as mulheres tendem a liderar os processos de mudança linguística, estando, muitas vezes,

uma geração à frente dos homens”. Sendo assim, foram entrevistadas onze mulheres e vinte e um homens segundo mostra o gráfico 9. Este estudo permitirá observar qual é o sexo/ gênero que apresenta mais unidades lexicais novas usadas no PM.

Lakoff (apud HOFFNAGEL, 2010, p.150) apresentando resultados de um “estudo sobre homens e mulheres falantes de inglês americano”, constatou que a linguagem feminina era fraca, pouco afetiva (impotente), o que contribui para manutenção da mulher no seu lar na sociedade americana - sob a dominância masculina. Além de mostrar as diferenças no nível lexical, sintático e entonação, Lakoff chamou atenção, por exemplo, para as diferentes conotações da palavra agressivo, quando é aplicada ao homem e à mulher - no primeiro caso, relativamente positivo, no segundo bastante negativa.

No caso da presente pesquisa, as mulheres estão em número reduzido na cidade de Nampula situação justificada por questões culturais, pois as mulheres não aceitam conversar com “pessoas estranhas”, muito menos falar sobre a sua vida. Sentimos uma impressão de rejeição se compararmos com os homens. Em várias ocasiões em que as abordamos, as mulheres mostraram-se receosas, com medo, fato que nos levou a abortar as entrevistas. Contrariamente a Nampula, as mulheres da cidade de Maputo foram mais receptivas e abertas à conversa, fato que fez com que se conseguisse um número considerável de entrevistas.

7.1.3 O nível de escolaridade

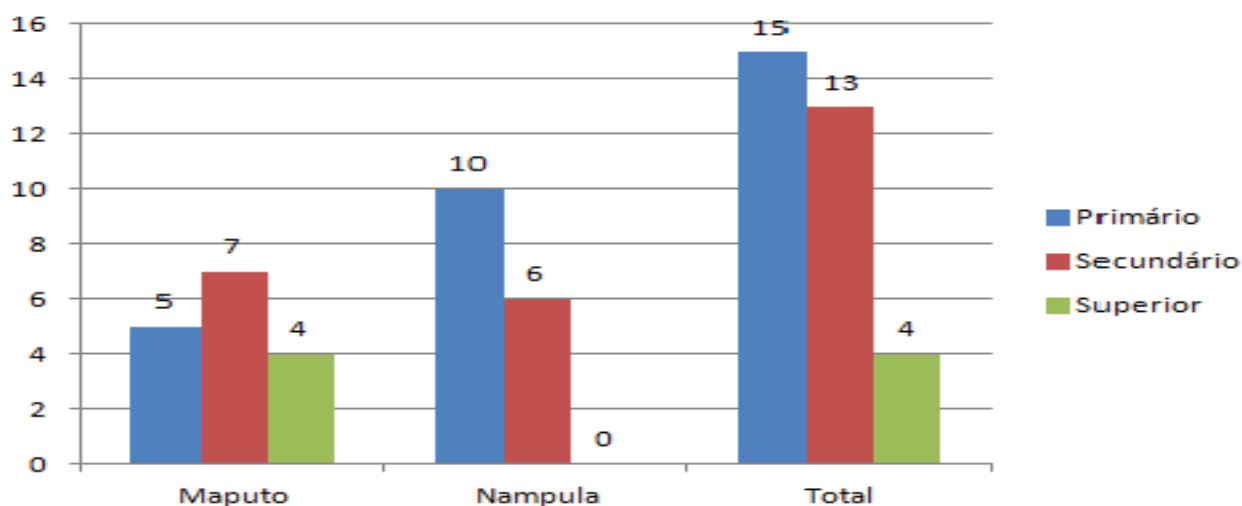
A escolaridade é uma variável importante na pesquisa porque acreditamos que pode interferir na manifestação dos estrangeirismos e empréstimos. Como se pode ver na tabela 4 (p.113), a média de anos de escolaridade em Moçambique é de 1,2 anos, índice que é seis vezes menor se compararmos com Portugal e Brasil. (MALIK, 2013).

Esta variável inclui três grupos: nível primário, secundário e superior (ver gráfico 10). Na vida cotidiana as pessoas alfabetizadas apresentam características linguísticas bem diferentes comparativamente com as não alfabetizadas. Os alfabetizados tendem a seguir a norma-padrão ensinada pelas escolas.

A “escola move campanhas em prol da pureza do idioma, na variante padrão, e atua constantemente na luta contra barbarismos, solecismos e estrangeirismos” (VOTRE, 2004, p.51). Assim, o estudo da variável “nível de escolaridade” vai nos ajudar a compreender em que níveis de escolaridade os informantes apresentam mais estrangeirismos e/ou empréstimos linguísticos. A escolaridade interfere na variação e mudança linguística em todas as sociedades, pois os cidadãos aprendem como dominar a norma-padrão e saber como aplicá-la em diferentes situações de comunicação. Há momentos em que se pode monitorar o discurso e

há momento de relaxamento. Eis a razão pela qual escolhemos esta variável para nossa pesquisa.

Gráfico 11: Distribuição dos informantes por nível de escolaridade



Fonte: Elaboração própria

Conforme se pode constatar no gráfico 11, em Nampula não tivemos informante com nível superior. Este dado é justificado pelos dados da tabela 1 que mostram o abandono escolar no ensino primário. O Relatório de Desenvolvimento Humano-2013 mostra que dos 115% alunos que ingressaram (matricularam) na escola, somente 1,5% conseguiram ter acesso ao ensino superior. Alguns desistem, outros não conseguem ter a nota suficiente no exame de admissão causado pelas passagens automáticas ocorridas no ensino primário e secundário. A ausência de informante com ensino superior em Nampula se justifica pelo número reduzido de pessoas com ensino superior, pois a maior parte dos nampulenses têm apenas o nível primário. Nesta província o índice de analfabetismo é de 60,90%, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (2007; 2009).

7.1.4 A língua materna do falante

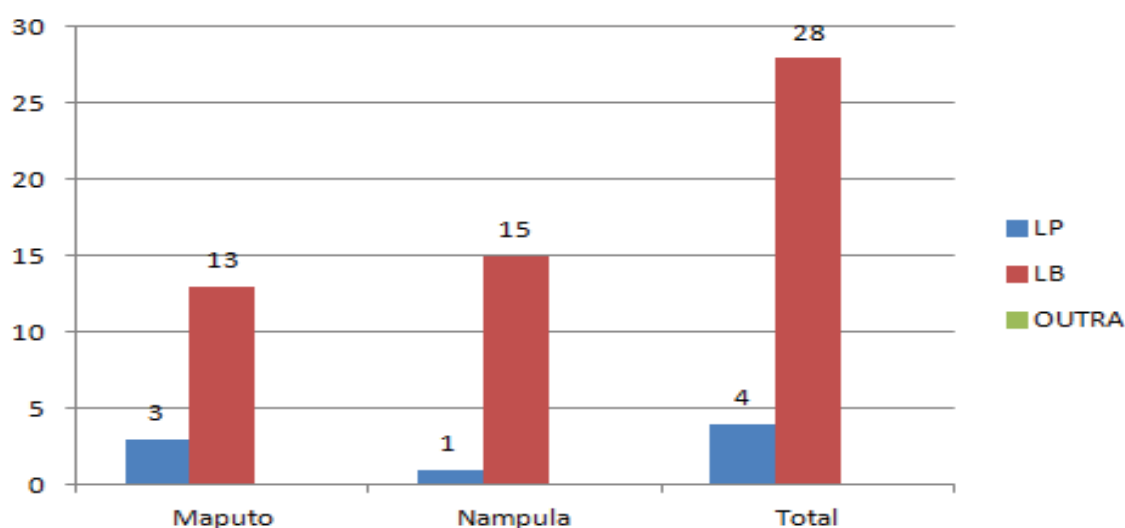
A variável língua materna foi escolhida pelo fato de que as LB têm influenciado fortemente a LP. Ngunga (2012), falando sobre “Interferências de línguas moçambicanas em português falado em Moçambique” dá exemplos de vários casos em que as LB criam interferências no nível lexical, fonético-fonológico, sintático e morfológico. Falantes de português como língua materna apresentam vocabulário diferente em relação àqueles que têm

português como língua materna. O quesito língua materna é crucial em Moçambique e têm se feito sentir no ensino.

A língua materna pode interferir na LP, dando oportunidade ao aparecimento de neologismos de todo tipo. Para Ngunga a “interferência linguística pode-se definir como fenômeno que consiste na utilização numa língua de traços característicos de uma outra língua devido a incapacidade de o sujeito falante produzir corretamente um som, uma palavra, uma frase de uma língua não materna.” (NGUNGA, 2012, p.2).

A língua materna do falante interfere na aprendizagem ou no uso da LP, daí o interesse em estudá-lo. O gráfico 11 ilustra o predomínio de falantes de LB. Não foram entrevistados informantes que tenham a língua materna diferente da LB ou LP, por isso não houve nenhum dado.

Gráfico 12: Distribuição informantes por língua materna



Fonte: Elaboração própria

7.1.5 A idade ou a faixa etária

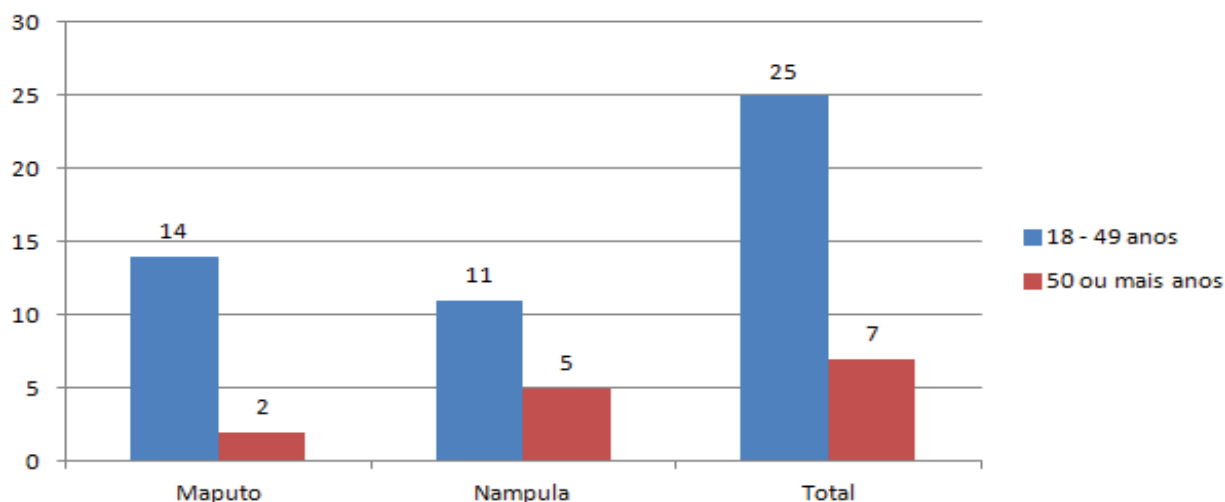
Em Moçambique, a expectativa ou esperança de vida em 2012 era de 50,7 anos, idade que só perde para Guiné-Bissau (48,6), segundo os dados apresentados nas tabela 4. A maior esperança (ou expetativa) de vida na CPLP é de Portugal (79,7 anos) e nos PALOP é de Cabo Verde com 74,3 anos.

Voltando concretamente para Moçambique, os moçambicanos encontram-se numa situação difícil em que o nível de vida é baixo, quer dizer, pobreza extrema, os sistemas de saúde deficientes fato que faz com que as pessoas não vivam mais tempo. Sendo assim, os informantes foram divididos em duas faixas etárias, segundo a teoria de “mudança em tempo

aparente” discutida com pormenor por Naro (2004, p.43-46): (i) primeira faixa: entre 18 a 49 anos reflete o estado da língua há aproximadamente 15 anos atrás; (ii) segunda faixa: de 50 ou mais anos, reflete o estado da língua há pelo menos 45 anos. A justificativa da escolha destas idades reside no fato de que “o estado atual da língua de um falante adulto reflete o estado da língua adquirida quando o falante tinha aproximadamente 15 anos de idade” (NARO, 2004, p.43-46).

O fato de que a maioria dos moçambicanos começa a ser alfabetizado aos seis anos não permite que aos 15 anos tenham competências suficientes em LP. Para os alunos da zona rural, a LP é falada só no recinto escolar e não no meio familiar. A divisão das idades em dois grupos (18-49 anos; 50 ou mais anos) se justifica pelo fato de que a expectativa ou esperança de vida é de 50,7 anos, quer dizer, não se podia criar faixas etárias superiores a 70 anos, por exemplo. Segundo o plano tecnológico do Ministério da Educação de Moçambique (2011), a primeira faixa etária (18-49 anos) é a mais escolarizada, porque corresponde ao período em que o governo implementou políticas de educação massiva e inclusiva.

Gráfico 13: Distribuição dos informantes por idade



Fonte: Elaboração própria

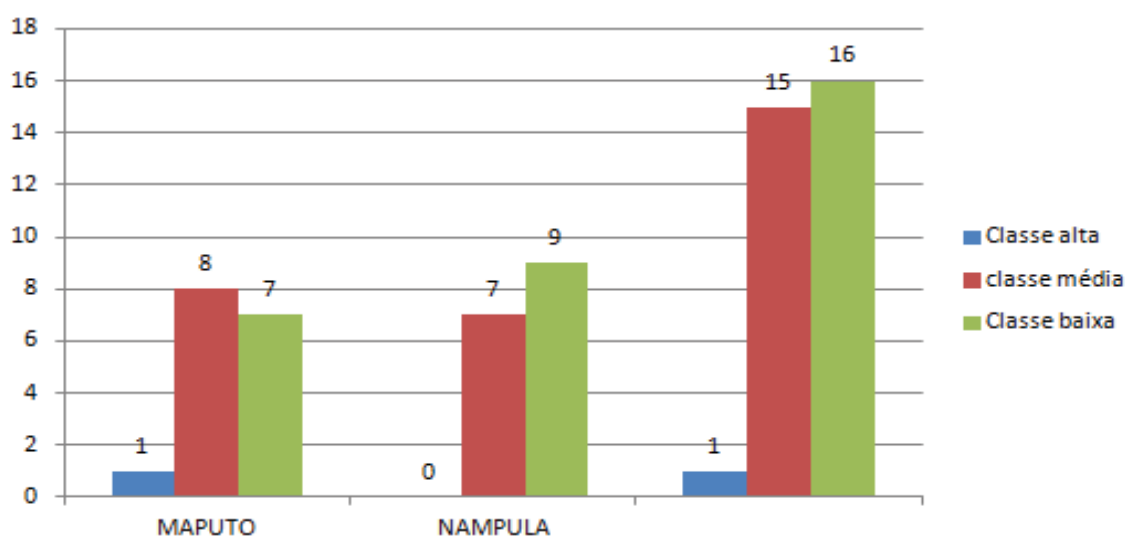
No gráfico 13 pode-se notar que a maior parte dos entrevistados pertence à 1ª faixa etária (18-49 anos), que é o meio da “Pirâmide etária da população” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, 2011, p.26). Consideramos importante porque esta faixa etária por ser a mais ativa e dinâmica na sociedade moçambicana, quer dizer, são os potenciais falantes de português principalmente nas grandes cidades. A maior parte das

peças com 50 ou mais peças têm o grau de escolaridade muito baixo porque o sistema colonial não permitia atingir níveis acadêmicos superiores.

7.1.6 As classes sociais

Uma classe social é um grupo de pessoas que têm *status* social similar segundo critérios diversos, especialmente o econômico. Nesta pesquisa se consideramos três classes⁸⁶: classe alta, classe média e classe baixa, tomando como base o salário ganho pelo chefe da família. No gráfico 14 pode-se notar que a maioria dos entrevistados pertence à classe baixa. Na cidade de Maputo identificamos um caso apenas de informante que declarou ser de classe alta (segundo os critérios salariais da família) e em Nampula não houve nenhum caso.

Gráfico 14: Distribuição por classe social



Fonte: Elaboração própria

A inexistência de informantes com a classe social alta se justifica pelo nível de pobreza que afeta Moçambique. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano-2013, Moçambique é um país com nível de desenvolvimento baixo, posicionando-se na 185ª posição com cerca de 0.327, dado que está longe do Brasil que está na 85ª posição com índice de 0.730 (cf. tabela 4). O desenvolvimento *per capita* do país é de 906, valor que é 11 vezes menor que o do Brasil (10.152). Estima-se que 69% da população se encontra abaixo da linha de pobreza, havendo maior incidência nas zonas rurais com 71%, contra 62% das zonas

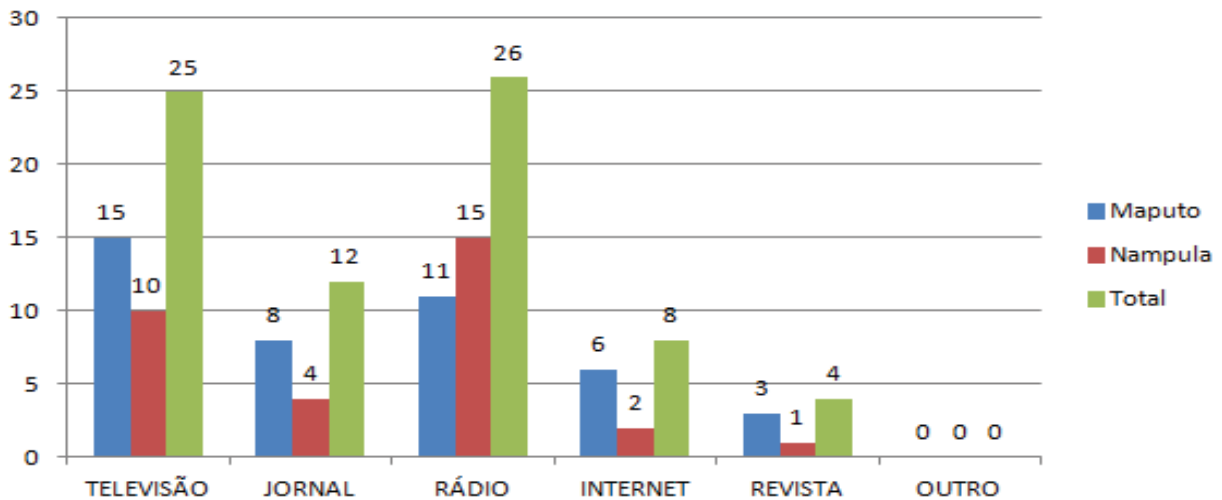
⁸⁶ Metical (MT) é a moeda de Moçambique. Classe baixa (<5.000 MT); média (30.000 a 45.000 MT) e alta (mais de 50.000 MT/mês) (MEUSALARIO.ORG/MOÇAMBIQUE, 2012).

urbanas. Hoje em Moçambique fala-se de “pobreza urbana” para se referir aos cidadãos que mesmo morando na cidade estão na pobreza extrema. Deve-se referir que o “Índice de educação ajustado à desigualdade” de 2012 é de 40,8% numa situação em que a escolaridade esperada é de 9,2.

É importante apontar algumas dificuldades encontradas na pesquisa: impedimento de realizar entrevista com mulheres (na província de Nampula) por causa da tradição; dependência da autorização dos falantes para que sejam gravados; desconfiança constante por parte de homens quando se entrevistam mulheres; recusa para assinar o termo de consentimento por parte de alguns entrevistados.

Sobre o acesso à mídia observemos o gráfico 15. Ele ilustra o acesso e uso dos meios de comunicação, pois sabemos que interferem na mudança de hábitos culturais, incluindo no aperfeiçoamento ou não de uma língua. A mídia mais usada pela população é o rádio, isto porque os cidadãos não têm condições financeiras para a compra de jornal, revistas, etc.

Gráfico 15: Acesso e uso de meios de comunicação



Fonte: Elaboração própria

Na pesquisa perguntamos aos informantes sobre quais assuntos que gostariam de conversar para que fossem gravados. Sendo assim, os assuntos sobre a cultura (29 casos) e sociais (26 casos) foram os mais escolhidos. Os informantes pouco se interessaram por temas ligados a economia (5 casos) e política (8 casos). A maioria dos informantes, embora não quisessem falar sobre temas políticos e de economia acabaram desabafando porque as condições de vida são difíceis nas cidades. Observando as duas cidades, a cidade de Nampula é que tem uma distribuição de temas mais equilibrados.

7.1.7 Os materiais e o tratamento das gravações

O registro das entrevistas foi feito por um gravador de marca *GPx Digital Voice Recorder GPX-DVR 701*, alimentado por duas baterias recarregáveis. Dos 36 informantes, gravamos 191 minutos (correspondentes a 3h 11 minutos), um arquivo de 130 MB. Todas as gravações estão em formato *windows média audio* (wma), e codificadas (ocultando a identificação ou identidade dos informantes para preservá-los) de **A1** à **A16** para cidade de Maputo e **B1** à **B20** para cidade de Nampula.

Quadro 11: Distribuição do tempo e capacidade
Corpus oral

CÓDIGO (Maputo)	DURAÇÃO (em min e seg.)	TAMANHO (em MB)	CÓDIGO (Nampula)	DURAÇÃO (em min e seg.)	TAMANHO (em MB)
A1	4'40''	3,25	B1	8'08''	5,63
A2	2'28''	1,71	B2	4'32''	3,15
A3	1'56''	1,35	B3	1'47''	1,24
A4	3'26''	2,39	B4	2'33''	1,78
A5	2'53''	2,00	B5	1'35''	1,11
A6	2'33''	1,79	B6	3'25''	2,38
A7	1'48''	1,26	B7	2'25''	1,69
A8	1'34''	1,10	B8	4'47''	33,3
A9	6'16''	4,35	B9	1'26''	3,64
A10	8'04''	5,62	B10	1'35''	4,17
A11	2'39''	1,86	B11	2'00''	5,25
A12	1'37''	1,37	B12	3'55''	10,1
A13	19'22''	13,47	B13	2'03''	5,31
A14	2'03''	4,95	B14	11'33''	8,00
A15	1'33''	1,09	B15	2'50''	1,97
A16	9'00''	3,37	B16	2'25''	1,70
			B17	2'11''	5,00
			B18	2'54''	9,00
			B19	1'52''	1,29
			B20	1'13''	0,873
TOTAL	71'00''	54,2	TOTAL	64'10''	76,7
TOTAL GERAL	DURAÇÃO: 3h11min=191min TAMANHO: 130 MB <i>windows média audio</i> (wma)				

Do tempo apresentado acima excluiu-se o tempo de contato, explicação da importância da entrevista e preenchimento da **Ficha social do informante** (cf. em anexo, p.317) e do **Termo de consentimento livre e esclarecido** (cf. anexo, p.318). O local da gravação dependeu de cada informante, variando desde a casa do entrevistado, um restaurante, café, bar, jardim, na rua ou qualquer outro lugar que o informante achou conveniente. Essa questão fez com que a qualidade das gravações se diferenciasse de lugar

para lugar. As melhores gravações de boa qualidade são aquelas que foram realizadas em lugares calmos, sem grandes ruídos fato que nos permitiu fazer melhor as transcrições.

7.1.8 Transcrição dos depoimentos, a codificação e o programa estatístico

7.1.8.1 A transcrição das entrevistas

“Antes de dar início a qualquer processo de transcrição, é necessário delimitar com clareza o grau de detalhamento da transcrição visada” (PAIVA, 2004, p.136). Sendo assim, a autora sugere que se deve indagar quais aspectos serão registrados. Para o trabalho, transcrevemos apenas as passagens onde ocorre o fenômeno, igualando-se assim ao procedimento adotado na recolha dos dados dos jornais. A metodologia da transcrição baseou-se no trabalho do C-ORAL-Brasil (RASO; MELLO, 2012). Na transcrição marcamos o fenômeno (a unidade lexical) com letras maiúsculas com o objetivo de destacá-lo. As frases começam e terminam com reticências, o que significa que identificamos uma parte de um todo. Os nomes próprios começam com letra maiúscula. As siglas e os acrônimos que não interessam à pesquisa (exemplo, FRELIMO, BIM, SIDA, MCEL, BCI, TV, HCB, MEC) colocamos em letra minúscula. Após a organização das frases onde ocorrem os fenômenos, passamos à codificação para que os fenômenos sejam lidos pelo programa *GoldVarb 2001*. Para além disso, a codificação permite o apagamento da identidade (identificação) dos falantes, quer dizer, todos os entrevistados recebem um código por forma a preservar a sua identidade. Todos os códigos dos informantes estão detalhados no quadro 14 apresentado mais adiante:

7.2 Os *Corpora* escritos: o jornal “Notícias” e o jornal “Verdade”

7.2.1 O jornal “Notícias”

O jornal “Notícias” foi fundado a 3 de setembro em 1926, pela Lei João Belo e teve vários proprietários até 1974, ano em que se nacionalizou, passando a pertencer ao Governo de Moçambique. O Governo da FRELIMO passou a custear o jornal bem como a censura da informação. Atualmente o jornal custa 15 MT (cerca de R\$1,00), tem 38 páginas, a maioria dedicada à publicidade. A “Sociedade do Notícias, SA” é proprietária do jornal “Notícias” e dos semanários “Domingo” “Economia” “Cultura” e “Desafio” todos publicados em Maputo.

O *corpus* do jornal “Notícias” é composto por 154 edições. A recolha do material corresponde a seis meses (de 1 de dezembro de 2011 a 31 de maio 2012). O objetivo da coleta de dados foi de identificar a frequência, o tipo de estrangeirismos e empréstimos linguísticos existentes, bem como os processos pelos quais essas unidades lexicais se integram no PM.

O jornal “Notícias” é o maior jornal público de Moçambique. A razão da escolha desse meio de comunicação se deve ao fato de que é público, chega a todas cidades capitais do país. Nesse jornal podem-se encontrar assuntos diversificados: atualidade moçambicana e internacional ligada à economia, política, sociedade, tecnologia, música, esporte, ciência e ambiente, recreio e divulgação, necrologia, opinião, entre muitos outros assuntos incluindo a publicidade. Para além do jornal impresso, é possível acessar o jornal impresso pelo endereço: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml>>. É possível visualizar várias edições desde 2006 ao mais recente. Para mais detalhes sobre datas e edições pesquisadas, no jornal “Notícias”, ver o quadro 12.

Quadro 12: Dados do jornal “Notícias”

Mês/ano	Datas	Número de edições	observação
outubro 2011	1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31	26	A versão impressa do jornal “Notícias” não é editada aos domingos. *
novembro 2011	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30	26	
dezembro 2011	1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31	27	
janeiro 2012	2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31	26	Para além do jornal impresso o “Notícias” tem uma versão eletrônica.
fevereiro 2012	1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29	25	
março 2012	1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31	24	
Total: 6 meses		154	

Fonte: Elaboração própria

7.2.2 O jornal “Verdade”

Este jornal é privado e gratuito, pertencente a uma ONG que luta pela livre expressão, dirigido pelo jornalista Erick Charas. Segundo Charas, em entrevista ao *Canalmoz*, o jornal “surgiu como melhor alternativa e opção para levar a informação ao povo.” Na verdade, este jornal chega às zonas recônditas principalmente às populações que não têm recursos financeiros para comprar jornais. Charas afirma o seguinte:

O ponto é que as pessoas não tinham acesso constante à informação. E nós temos visto regularmente, todas as semanas, as pessoas a correrem atrás do jornal. Em função disso, as pessoas que não liam estão a tornar-se elucidadas. Estão a saber mais, estão a dizer mais. E há os que viram este jornal como social e para pobres. O facto é que nós desconsideramos o pobre neste país. (CHARAS, 2012).

É um semanário e a primeira edição saiu a 3 de setembro de 2008. O jornal tem por objetivo aproximar a informação à população desfavorecida economicamente, principalmente a classe social média e baixa que não tem condições para comprar jornal. O jornal sai sempre na sexta-feira. Para a pesquisa escolhemos 24 edições correspondentes ao período de 1 de outubro 2011 a 31 de março de 2012, quer dizer, o mesmo período escolhido para o jornal “Verdade”. O jornal “Verdade” tem 32 páginas e apresenta vários assuntos, tal como veremos na subsecção 7.2.3. Para além do jornal impresso, de distribuição gratuita, o jornal “Verdade” tem todas as edições *online* pelo *site* <www.verdade.co.mz> ou pode-se baixar (em *pdf*) gratuitamente nos arquivos do jornal, bastando mandar o e-mail ao coordenador do jornal. Para mais detalhes sobre o jornal “Verdade”, ver quadro 13.

Quadro 13: Dados do jornal “Verdade”
Total: 24 edições/jornais

Mês/ano	Data	Número das edições	observação
outubro 2011	7	156	
	14	157	
	21	158	
	28	159	
novembro 2011	4	160	
	11	161	
	18	162	
	25	163	
dezembro 2011	2	164	
	9	165	
	16	166	
	23	167	
	30	168	
	6	-	Sem edição

janeiro 2012	13	-	Sem edição
	20	169	
	27	170	
fevereiro 2012	3	171	
	10	172	
	17	173	
março 2012	24	174	
	2	175	
	9	176	
	16	177	
	23	178	
	30	179	
	TOTAL	24 edições	

Fonte: Elaboração própria

7.2.3 Variáveis consideradas na análise dos jornais “Notícias” e “Verdade”

Na pesquisa com os *corpora* escritos definimos seis variáveis importantes, que passamos a apresentar a seguir:

(1) A **fonte de extração do dado**: Nesta variável pretendemos saber que tipo de informação trata a seção em que o fenômeno foi encontrado; se é da temática de Moçambique (notícias nacionais); da publicidade ou ainda das notícias esportivas.

(2) **Língua de origem do item**: Nesta variável pretendemos avaliar se a língua da qual se originam as unidades lexicais em estudo corresponde a diferenças quanto à sua natureza (empréstimo ou estrangeirismos). Pretende-se saber se a palavra vem do inglês, de uma LB moçambicana, de línguass eruditas ou outras (francês, afrikaans, zulu, etc).

(3) **Estrangeirismos quanto à função**: Por meio desta variável pretendemos saber se a unidade lexical identificada é “necessária” na língua ou aparece como item de “luxo/prestígio”, tal como se discutiu na seção 5.

(4) **Dicionarizadas ou não**: Com ajuda do *Dicionário integral da língua portuguesa* (2008) analisamos se os estrangeirismos e os empréstimos identificados já estão ou não dicionarizados. O *Dicionário integral da língua portuguesa* serve como *corpus* de exclusão para avaliar em certa medida, o grau de integração das unidades lexicais. A utilização deste método tem em conta as discussões sobre neologismos discutidos de forma mais detalhada na seção 4.

(5) **Classe gramatical do dado:** Nesta variável pretendemos avaliar se há relação entre a distinção estrangeirismos e empréstimos e a classe de palavras a que pertence a unidade lexical; se é um substantivo ou nome, adjetivo, verbo ou expressão. Estamos entendendo por expressão como “locução ou frase cristalizada numa língua, cujo significado não é deduzível dos significados das palavras que a compõem e que geralmente não pode ser entendida ao pé da letra.” (HOUAISS; VILLAR, MELLO FRANCO, 2009, p.860). São expressões estrangeiras aquelas que provêm de outras línguas e que conservaram a sua grafia. Pode-se citar exemplos de: *habeas corpus*, *time is money*, *habemus papa*, *in loco* entre muitas outras que ocorrem no português. Lembramos que para esta pesquisa nos interessam particularmente as expressões estrangeiras.

(6) **Tipo de empréstimo ou estrangeirismo:** Nesta variável avaliamos a unidade lexical em função de seu tipo: se é uma sigla, uma palavra ou se é palavra siglacrónima. Palavras siglacrónimas são aqueles acrônimos e siglas que, por tanto serem usadas perderam o valor como tais e passaram a ser usadas como palavras. Alguém duvidaria que os acrônimos/siglas *GPS*, *RADAR*, *AIDS*, *DNA*, *CD* são palavras já enraizadas no português? A resposta para esta e muitas outras perguntas será dada nas conclusões da pesquisa. Um indício mais visível é que muito falantes não conhecem o significado de cada uma das letras que compõem estes acrônimos/siglas.

7.3 O programa *GoldVarb 2001* e a codificação dos dados

O *GoldVarb 2001* é um programa estatístico muito usado nos estudos da variação e mudança linguística. Trata-se de um “conjunto de programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados, de variação sociolinguística” (GUY; ZILLES, 2007, p.105). O programa permite fazer análises univariadas e multivariadas em que a “variável linguística em estudo é influenciada por vários elementos do contexto, ou seja, múltiplas variáveis independentes” (GUY; ZILLES, 2007, p.105). Para que os dados sejam identificados pelo programa, codificamos cada variável com uma letra, símbolo ou algarismo, tal como ilustra o quadro 14.

O programa calcula valores estatísticos (percentuais), indica a quantidade dos dados, calcula os pesos relativos, apresenta testes de significância dos efeitos, permite cruzamento de vários grupos, etc. Inúmeros estudos já comprovaram que o programa é uma ferramenta muito útil e eficiente para as pesquisas sociolinguísticas (SCHERRE; NARO, 1998, 2007; BRESCANCINI, 2002; GUY, 2000; GUY; ZILLES, 2007; TAGLIAMONTE, 2006) e outros.

No entanto, vale lembrar que o programa produz muitos resultados quantitativos que por si só não significam nada, pois é preciso interpretá-los tendo em conta os objetivos e as hipóteses da pesquisa. Estes dados podem ser organizados e apresentados em forma de tabelas, de gráficos, de mapas, etc, com objetivo de trazer discussão e inferências, trazer à tona o fenômeno em estudo. Além disso, o programa permite a recodificação e outros manuseios de dados de forma simples, fato que manualmente seria difícil.

No programa “tudo é feito com um único método analítico, e interpretado dentro do mesmo esquema matemático.” (GUY; ZILLES, 2007, p.221). Para além das vantagens já apresentadas, o *GoldVarb 2001* nos ajudará a cruzar as variáveis independentes, com segurança e rapidez, o que representa um grande ganho para estudos empíricos que trabalham com grandes quantidades de dados ou *tokens*, como o nosso: jornal “Notícias” (2 117 *tokens*), jornal “Verdade” (999 *tokens*) e entrevistas (267 *tokens*) o que totaliza 3 383 *tokens*.

Quadro 14 : Codificação dos *corpora*

ENTREVISTAS (Fala)			JORNAIS (Escrita)			
Item	Código	Significado	Item	Código	Significado	
Fenômeno linguístico	A	Estrangeirismo	Fenômeno linguístico	C	Empréstimo	
	T	Empréstimo		D	Estrangeirismos	
1. Cidade	J	Maputo	1. Fonte de extração do dado	E	Notícias de Moç	
	O	Nampula		F	Publicidade	
2. Local de residência	U	Urbana		#	Desporto	
	S	Suburbana	2. Língua de origem do item	G	Inglês	
3. Língua materna do falante	P	Português		H	Bantu	
	B	Língua Bantu		I	Latim/eruditas	
4. Sexo	M	Masculino		J	Outras	
	F	Feminino	3. Quanto à função	Y	Necessária	
5. Idade (faixa etária)	X	18-49 anos		X	De luxo	
	6. Escolaridade (ensino)	Z	50 ou + anos	4. Palavra/expressão dicionarizada?	T	Sim
E		Primário	V		Não	
7. Classe social		D	Secundário	5. Classificação do dado	1	Nome/substant.
	R	Superior	3		Adjetivo	
	8. Língua de origem do fenômeno	K	Alta		5	Verbo
W		Média	@		Expressão	
9. Quanto a função	Y	Baixa	6. Tipo de empréstimo/ estrangeirismo	\$	Sigla	
	10. Dicionarizado?	4		Inglês	O	Palavra/sigla
		C		Bantu	W	palavra
	G	Árabe	9. Quanto a função	Q	Necessário	
H	Outras	V		De luxo		
11. Classificação do dado	10. Dicionarizado?	L	Sim	11. Classificação do dado	1	Nome
		N	Não		2	Verbo
1	Nome	3	Expressão			

8 OS DADOS E OS RESULTADOS

Nesta seção apresentamos os resultados de forma separada e detalhada, seguindo três momentos: (1) primeiro apresentamos os resultados do *corpus* oral (entrevistas); (2) num segundo momento os resultados da análise do *corpus* escrito (primeiro o jornal “Notícias” e depois o jornal “Verdade”), intermediado por um momento do cruzamento dos dois jornais. O objetivo é entender qual é a tendência sociolinguística dos jornais; (3) por fim cruzamos os resultados da análise dos *corpora* escritos e orais para percebermos a situação geral do fenômeno em estudo. É importante deixar claro que os exemplos que vamos transcrever nesta pesquisa respeitam o Acordo Ortográfico de 1990, isto porque o Governo de Moçambique assinou o Acordo Ortográfico vigente atualmente na CPLP a 8 de junho de 2012, o que significa que para adaptação às novas regras levará algum tempo. Tal como apresentamos na seção anterior utilizamos o programa *GoldVarb 2001* para obter os resultados. Desta forma, utilizamos os termos *token* que significa **dado** ou **ocorrência**, o **peso relativo (PR)**, o **logaritmo de verossimilhança (L.V.)** e a **significância**. Antes da discussão dos resultados mais pormenorizados, observemos a Tabela 5:

Tabela 5: Resultados do *input*, significância e logaritmo de verossimilhança

	CORPUS ORAL		CORPORA ESCRITOS					
	Entrevistas		J. Notícias		J. Verdade		J. Notícias e Verdade	
	Estrang.	Empr.	Estrang.	Empr.	Estrang.	Empr.	Estrang.	Empr.
INPUT	0,84	0,15	0,97	0,02	0,95	0,04	0,95	0,04
SIGNIF.	0,03		0,00		0,04		0,03	
L.V.	-83.033		-320.342		-282.915		-736.245	

Legenda:

Estrang. = Estrangeirismos Empr.=Empréstimos J.= Jornal
SIGNIF.= Significância L.V. =Logaritmo de Verossimilhança

Como se pode observar na tabela 5, as significâncias são menores do que 0,05 o que quer dizer que a hipótese relativa à ocorrência de estrangeirismos e empréstimos é verdadeira. Mais adiante apresentamos as percentagens, os pesos relativos e as frequências de cada um dos *corpora*, nas subseções 8.1, 8.2 e 8.3. Os dados apresentados na tabela 5 são referentes às melhores rodadas em todos os *corpora*. Construímos esta tabela para melhor visualização e comparação. Assim, nota-se que todos os inputs dos estrangeirismos são mais relevantes em todos os *corpora*, se compararmos com os empréstimos. Isso significa que há uma probabilidade maior de aparecer um estrangeirismo tanto na fala quanto na escrita na variedade do português de Moçambique que um empréstimo. Quanto à significância, é

importante dizer que ela é “expressa em termos de probabilidade de que a hipótese nula seja verdadeira [...] se esse número é pequeno, significando que a hipótese nula é improvável, então os resultados são considerados estatisticamente significativos” (GUY, 2007, p.86). Começamos, então, a discussão pelos resultados das entrevistas.

8.1 Resultados das entrevistas (*corpus oral*)

Depois de justificar a escolha de cada uma das variáveis independentes (subseção 7.1), é momento de fazer uma análise mais aprofundada dos dados com o objetivo de interpretá-los. O programa *GoldVarb 2001* só fornece números; tais números precisam de ser interpretados para que se entenda como se manifesta a variação e a mudança lexical da LP em Moçambique.

Tabela 6: Resultados das entrevistas

	ESTRANGEIRISMOS			EMPRÉSTIMOS		
	N/Total	%	PR	N/Total	%	PR
Cidade (grupo #1)						
Maputo	64/109	58,7	0,45	45/109	41,3	0,55
Nampula	139/158	88	0,53	19/158	12	0,46
Escolaridade (grupo #6)						
Primário	72/94	76,6	0,88	22/94	23,4	0,11
Secundário	121/153	79,1	0,27	32/153	20,9	0,72
Superior	10/20	50	0,10	10/20	50	0,90
Classe social (grupo #7)						
Baixa	74/107	69,2	0,26	33/107	30,8	0,73
Media	128/155	82,6	0,69	27/155	17,4	0,30
Alta	1/5	20	0,01	4/5	80	0,99
Língua de origem do dado (grupo #8)						
Bantu	120/155	77,4	0,49	35/155	22,6	0,50
Outra/desconhecida	6/25	24	0,07	19/25	76	0,92
Inglês	31/34	91,2	0,95	3/34	8,8	0,04
Árabe	46/53	86,8	0,33	7/53	13,2	0,66
Item lexical Dicionarizado? (grupo #10)						
Sim	34/74	45,9	0,07	40/74	54,1	0,92
Não	169/193	87,6	0,72	24/193	12,4	0,27
Classificação do dado (grupo #11)						
Nome	195/205	78	0,51	55/250	22	0,48
Verbo	1/9	11,1	0,06	8/9	88,9	0,94
Expressão	7/8	87,5	0,81	1/8	12,5	0,18
		input= 0,84			input= 0,15	
Cells=32	LV= -83.033	significância=0,03	sem convergência na interação=20			

Nas entrevistas obtivemos 267 *tokens* dos quais 76% são estrangeirismos e 24% são empréstimos, resultados que se apoiam no *input* 0,84 e 0,15 respectivamente, o que significa que se a “hipótese tem uma baixa probabilidade de ser verdadeira, digamos $PR=0,05$ ou $0,01$, então se diz que a distribuição observada é estatisticamente significativa.” (GUY, 2007, p.32). O programa estatístico não considerou os grupos a “cidade”, a “língua materna”, a “idade” e função.

Os estrangeirismos aparecem na fala por causa de interferências, pelo fraco conhecimento da LP ou por uma questão de estilo. Contrariamente ao estrangeirismo, o empréstimo exige que o falante domine ou pelo menos conheça as regras da língua receptora para que estas sejam aplicadas. Em Nampula há uma defasagem maior entre estrangeirismos e empréstimos, quer dizer os nampulenses incorporam mais estrangeirismos (88%) do que os empréstimos. Em Maputo, a diferença entre estrangeirismos e empréstimos é de 17,4%, fato que nos leva a crer que há uma diferença relativamente menor entre os dois fenômenos.

Além disso, os resultados da pesquisa mostram que não há diferença do uso de estrangeirismos entre a zona urbana (75,9%) e suburbana (76,2%). Este dado mostra o entrosamento entre pessoas residentes na zona urbana e suburbana. Isso se justifica pelo fato de que as pessoas da zona urbana e suburbana conviverem de forma harmoniosa nos dois ambientes separados pela divisão administrativa. Os limites geopolíticos são diferentes dos limites linguísticos, portanto esses limites nunca impedem a interação entre os falantes da mesma língua ou variante. Esta transposição dos limites geopolíticos acontece com os empréstimos/ estrangeirismos. A guerra de desestabilização ocorrida nos anos 80 e 90 fez com que as pessoas se deslocassem do campo para zona suburbana, fazendo surgir muitos bairros de periferia.

Um dado interessante apresentado na tabela 6 é a escolaridade (grupo #6). Aqui, informantes com nível escolar primário são os mais que incorporam estrangeirismos na fala ($PR=0,88$). Curiosamente o grupo que integra os estrangeirismos integrando-os na gramática do português é o grupo com nível de escolaridade superior ($PR=0,90$). Esperávamos que fossem os menos escolarizados a praticar este fenômeno pelo fato de não ter conhecimento suficiente da LP.

No que se refere ao sexo/gênero dos informantes, os resultados da pesquisa mostram ainda que os estrangeirismos nos homens ocorreram em 79,8% e em mulheres 70,2% uma diferença não muito acentuada de 9,6%, diferença que ocorre em empréstimos. Os dados do gênero fizeram mais sentido ao cruzarmos com outras variáveis. O mesmo fenômeno não se verificou com a variável independente idade. Segundo a tabela 4, a taxa de alfabetismo dos

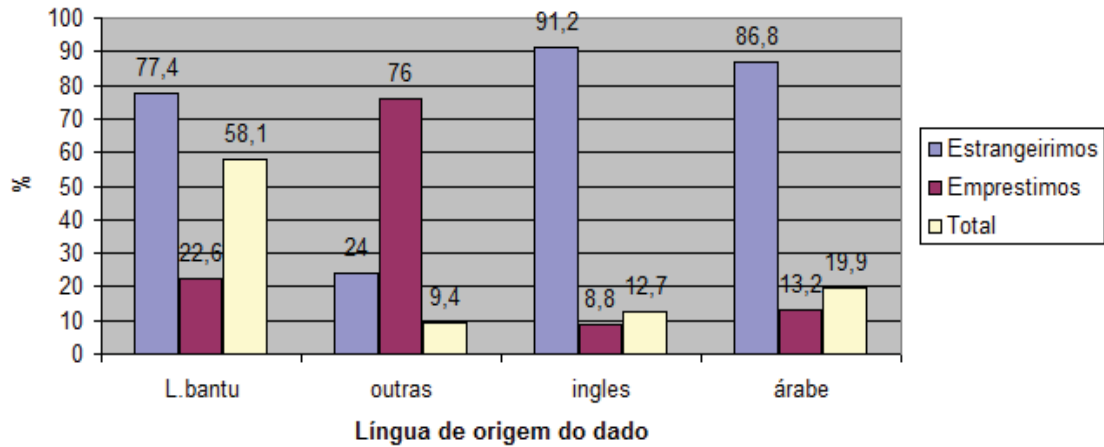
adultos (5 ou mais anos) é de 56,1% segundo o índice de desenvolvimento humano (cf. MALIK, 2013). Esta informação é reforçada pelo índice de educação que atingiu em 2010 cerca de 0,56. A pré-hipótese é a de que quanto menor for o conhecimento de uma língua, maior é a ocorrência de estrangeirismos e empréstimos. Sendo assim, tanto os adultos quanto os idosos produzem estrangeirismos em 76,7% e 75,7%, respectivamente, dados que mostram a igualdade pelo menos neste fator. Os adultos (talvez pelo baixo nível de escolaridade) produziram 66,3% de estrangeirismos e os adultos escolarizados 33,7%. Estes resultados mostram que o grau de escolaridade influencia na redução da ocorrência dos estrangeirismos, porque o falante escolarizado procura alternativas lexicais logo que encontra algum impasse ou obstáculo na comunicação.

Os entrevistados com escolaridade primária e secundária apresentaram mais estrangeirismos comparativamente aos do ensino superior. Este dado parece pouco significativo porque num universo de 36 falantes conseguimos entrevistar quatro pessoas com nível superior, todos da cidade de Maputo. Se formos analisar a percentagem dos falantes de ensino superior, eles representam 11,1% do total. Os empréstimos são mais produzidos por falantes de ensino secundário, talvez porque já dominam as regras gramaticais da LP. Vimos na seção 5 que os estrangeirismos passam a seguir as normas da língua de chegada na maior parte dos casos. Se é substantivo na língua de origem continua sendo como tal na língua de chegada. O verbo *lobolar* (ato de realizar dote) provém do verbo *ku lovòlà* (dar dote) na língua xichangana, por exemplo.

Há integração deste verbo em português que passa a ser verbo da primeira conjugação (termina em **-ar**). Se tivéssemos entrevistado um número mais representativo de falantes de ensino superior, teríamos provavelmente outras tendências percentuais.

O nível social tem influenciado no domínio ou não da LP. Pessoas com nível social alto têm mais oportunidades de apreender, estar em contato com *mídias* do tipo televisão, jornal, rádio, *internet* e podem, de certa forma, adquirir mais conhecimentos da língua. Muitas pessoas com nível social alto vivem nas zonas urbanas rodeados de oportunidades.

Sendo assim, os dados da pesquisa ilustram que falantes pertencentes à classe social média apresentam mais estrangeirismos do que os da classe baixa. Contrariamente aos estrangeirismos, os empréstimos ocorrem mais em falantes de nível social baixo (30,8%). Para estabelecermos a relação entre os estrangeirismos/empréstimos com a língua de origem observemos o gráfico a seguir:

Gráfico 16: Estrangeirismos/empréstimos quanto à origem

Fonte: Elaboração própria

Neste gráfico observa-se que a maior parte dos estrangeirismos provém do inglês, fato que se justifica pela entrada da modernidade, das novas tecnologias de informação, entre outros fatores. Há que considerar que Moçambique faz fronteira com mais seis países anglófonos fato que tem pressionado os falantes. Hoje o inglês é uma língua usada com mais frequência em organizações internacionais e isso faz com que tenha mais prestígio e seja ensinada nas escolas desde a 6ª classe (5ª série, no Brasil). É importante referir aqui que o inglês não faz parte das línguas românicas, mas contribui com muitas palavras para a LP.

Os empréstimos provêm em número considerável (22,6%) das LB, fato que contraria as hipóteses apresentadas inicialmente. Esperávamos que a maior parte dos empréstimos pudesse provir do inglês. No norte de Moçambique predomina a religião muçulmana, em que o árabe é língua da religião. A influência árabe (a partir do século XV) foi tão forte que até fez surgir o nome do país - Moçambique (proveniente do nome de um comerciante árabe de nome *Mussa Al-Mbiki* que se estabeleceu numa ilha conhecida hoje por Ilha de Moçambique). Sendo assim, observa-se que o volume de estrangeirismos vindos do árabe⁸⁷ (86,8%) está muito próximo do número de estrangeirismos vindos do inglês falado, o que mostra influências distintas no norte e no sul de Moçambique. Realmente no sul a presença da religião muçulmana foi muito fraca comparativamente ao norte do país, embora havendo comunidades isoladas.

⁸⁷ Não se deve estranhar a presença árabe em Moçambique porque mesmo as línguas faladas na Península Ibérica a partir do ano 711 receberam muitas unidades lexicais vindas da influência muçulmana. Pode-se citar exemplos do espanhol com cerca de 4000 vocábulos e do português com cerca de 400 mil termos (cf. CUNHA; CINTRA, 2008, p.17).

Designamos por “Outras línguas/desconhecidas” as palavras provenientes do francês, afrikaans, etc, ou palavras cuja sua origem não é conhecida. A palavra “capulana”, por exemplo teria surgido **do nada**, quer dizer, foi ex-nihilo (cf. seção 4.2.), pois muitos linguistas não fazem alusão à etimologia desta palavra. Sabe-se que do Norte ao Sul do país o tecido é designado por “capulana”. Este tecido é conhecido em toda África, mas com nomes diferentes⁸⁸: *kanga* no Quênia, *pagne*, *wax*, *bazin* (na África Ocidental, no Congo, na Costa de Marfim e no Senegal), Burkina Fasso, Senegal *bekou-soukar* ou *tame thiére* ou *keyitoukeur gui* na língua wolof. No Mali é chamado por *bogolan*, *pagne kitas*. Na maior parte da África oriental como em: Comores, Madagascar e Tanzânia, a “capulana” é conhecida por *chiromane*, *lalessa*, *chichia*, *khanga* ou *nambawane*, *kikoi*, etc., dependendo da língua africana dominante. As palavras que designam este pano provêm de línguas africanas: wolof, swahili, bambara, etc. Mas da palavra “capulana” desconhece-se a sua origem. Porém por ser mais antiga e mais conhecida, já está dicionarizada no *Dicionário integral da língua portuguesa* (2008).

Casos de ex-nihilo podem ser observados na fala de jovens e na imprensa escrita, tal como mostram os exemplos:

(62) “...não te preocupes mais velho, vamos te *txunar* [...] mas afinal tinha de ser *txunado* porque, se estava ali por mero e lamentável engano...” (JN, 12.abr.2012, p.29).

(63) “...a prática de *modjeirismo* nos chapa 100, os biscates e lavagens de viaturas...” (JN, 8.out.2011, p.9).

(64) “...Se ele saiu para *txilar* com a namorada vai estar naice...” (informante A9).

(65) “...muitos jovens gostam de *txunar* sem preservativo, mas isso não é bom...” (informante B19).

O verbo *txunar* significa fazer com perfeição (de forma acertada) algo bom ou mau. Vem do verbo *ku txuna* cuja origem é desconhecida. Outro verbo cuja origem é desconhecida é *txilar*. O verbo *txilar* significa “curtir” ou divertir-se. Tanto o verbo *txilar* quanto *txunar* não constam no *Dicionário xichangana-português* (de Bento Siteo, de 1996), nem no *Minidicionário de moçambicanismos* (de Hildizina Dias, de 2002b), mas eles ocorrem nas fala dos moçambicanos, principalmente dos jovens.

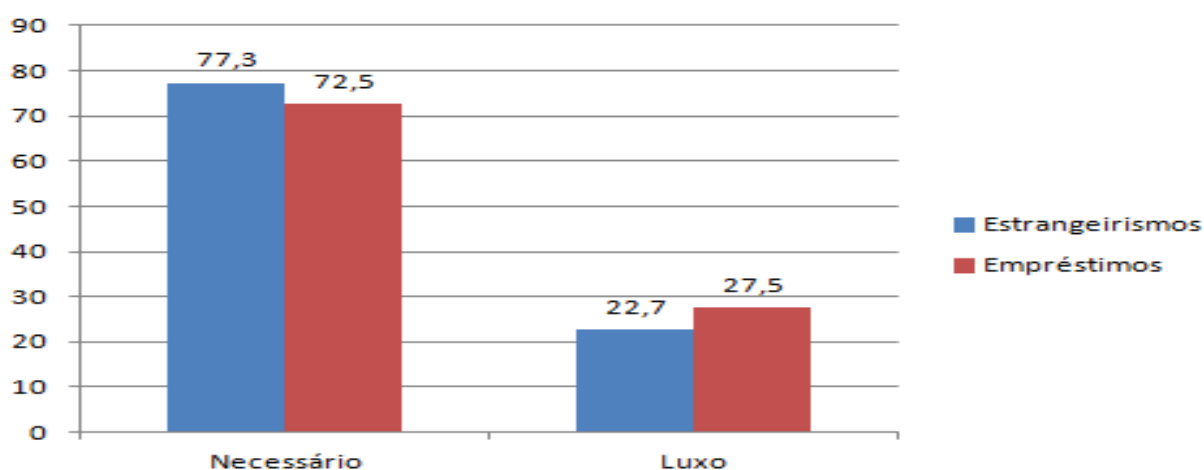
Também considera-se ex-nihilo a unidade lexical *molwene* que significa “morador de rua”, pois a sua origem não está nem ligadas às LB moçambicanas, nem às línguas europeias.

⁸⁸ PAPEA: <<http://lepepeablog.wordpress.com/2012/10/08/tissu-dafrique-le-kitenge-vitengechitenge/>>. Acesso em: 11 jan.2013.

Mas há que referir que na língua xhosa falada na África do Sul *molwe* significa “alô” (saudação) cujo plural é *molwene*. Talvez tenha chegado a Moçambique via mineiros que trabalharam/trabalham nas minas da África do Sul. A verdade é que em todo país, “os moradores de rua” são chamados de *molwenes*. A palavra *molwene* consegue obter produtividade como em: *molwenagem*, *molwenice*, mas não parece formar o verbo **molwenar*, provavelmente. É importante sublinhar que é a camada juvenil que cria as palavras: *tchunar*, *txilar*, *tchecar*, *cabular*, *stor*, *boss*, etc, e de forma gradual estas unidades lexicais passam a se generalizar.

As novas unidades lexicais provenientes de outras línguas podem ser indispensáveis (estrangeirismos necessários) ou dispensáveis (de luxo/prestígio). Estes conceitos foram discutidos nas subseções 5.1 e 5.2. Tomemos o exemplo da palavra árabe *halal* muito usada em Moçambique. Esta palavra se refere às comidas e bebidas cujo consumo é permitido por *Allah* (Deus no islã). Os muçulmanos só consomem alimentos *halal*, quer dizer, alimentos preparados ou abatidos segundo *zabihah* (ritual islâmico de purificação dos alimentos). Não existe uma palavra equivalente em português para designar *halal* nem *zabihah*, pois são realidades de origem externa (neste caso do árabe). O mesmo se pode dizer do *koffió*, que é uma espécie de chapéu usado por homens na religião muçulmana. Estes seriam estrangeirismos necessários para a LP ou PM. No gráfico 17 veremos a relação entre essa distinção (necessário/ de luxo ou prestígio) com os estrangeirismos e empréstimos.

Gráfico 17: Estrangeirismos e empréstimos quanto à distinção: necessário ou de luxo/prestígio



Fonte: Elaboração própria

Os dados aqui apresentados mostram que a diferença entre os estrangeirismos/empréstimos de luxo e necessários é de 48,4%. Isso prova que realmente no

PM há mais estrangeirismos e empréstimos necessários do que de luxo. Os exemplos que vimos anteriormente: *halal*, *allah*, *zabihah*, *koffiô* e muitos outros vêm enriquecer a LP porque não existem os seus equivalentes. Estes neologismos reforçam a designação de nomes, fenômenos ou situações inexistentes anteriormente.

Uma dificuldade da pesquisa, que também é um dos argumentos que a justificam, é o fato de não haver ainda um dicionário para a variedade do PM, fato contrário às variedades brasileira e europeia. Inspiramo-nos nas reflexões de Correia e Ferreira quando afirmam que

Os países que não dispõem ainda de recursos lexicográficos próprios (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, **Moçambique**, São Tomé e Príncipe e Timor Leste), a realização do Vocabulário Ortográfico Comum será a oportunidade de criarem instrumentos que, pela primeira vez, recenseiem e estabilizem os vocabulários próprios de suas variedades nacionais, numa perspectiva de paridade com os demais países; estes vocabulários, baseados na descrição da norma de uso, constituirão recursos lexicográficos que podem ser considerados, ao mesmo tempo, constituintes da norma (CORREIA; FERREIRA, 2013, p.317, grifo nosso).

O dicionário que usamos para identificar casos dicionarizados ou não, foi o *Dicionário integral da língua portuguesa*, publicado em 2008. A escolha do dicionário se justifica pelo fato de ser considerado o mais moderno, o mais atualizado, completo e recomendado para uso nas escolas moçambicanas. Para além disso, o dicionário apresenta etimologias, definições, as etiquetas restritivas, as expressões e locuções. O mais importante para a nossa pesquisa é o fato de o dicionário apresentar uma lista de estrangeirismos de línguas europeias bem como a presença de brasileirismos, portuguesismos, angolanismos, etc. Mesmo assim, sentimos a falta de muitas palavras do PM que já estão sendo usadas há bastante tempo. O nosso “sentimento neológico” (cf. seção 4) considera que o dicionário não consegue abranger a realidade de uma só variedade linguística. Esses argumentos são justificados baseando-se nos dados da tabela 10, que apresenta a quantidade de dados dicionarizados dentre os dados da pesquisa.

Tabela 7: Casos de estrangeirismos / empréstimos dicionarizados ou não

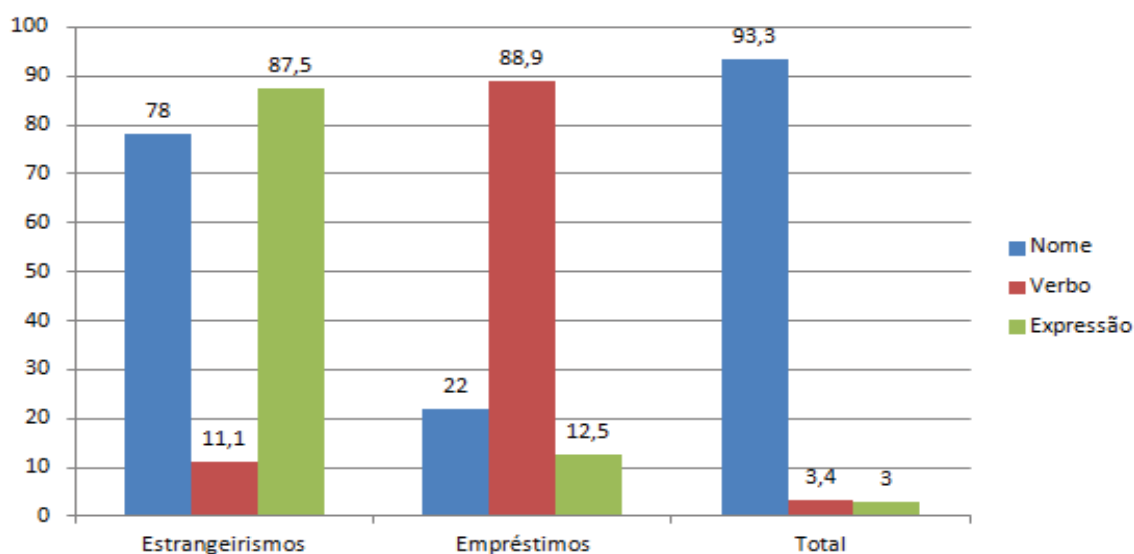
Dicionarizado?	Estrangeirismos	Empréstimos
Sim	34/203=16,7 %	40/64=62,5 %
Não	169/203=83,2 %	24/64=37,5 %
Total	203	64

Quanto aos 203 estrangeirismos só 34/203 unidades lexicais foram dicionarizadas, o que representa 16,7% do universo. Contrariamente aos estrangeirismos, a maior parte dos

empréstimos analisados está dicionarizada. São 40 unidades lexicais, o que corresponde a 62,5%. O que isso significa? Significa que já estão integradas no português e são reconhecidas como palavras do português. Estes dados sustentam a diferença entre os estrangeirismos e empréstimos. Enquanto os empréstimos são sentidos como do português, os estrangeirismos indicam ainda um sentimento de exclusão, quer dizer de pertença a outra língua. A verdade é que os empréstimos assumem características do português se for verbo, por exemplo, se integra automaticamente nos verbos da 1ª conjugação e passa a ter flexão de qualquer verbo regular terminado em **-ar**. Observando a soma dos dois fenômenos, concluímos que a maior parte das unidades lexicais (193 casos) não estão dicionarizadas fato que se acentua porque Moçambique ainda não tem o seu próprio dicionário. É por isso que defendemos que um primeiro passo importante seria a criação de dicionário da variedade moçambicana.

Vejamos, ainda, como se classificam os estrangeirismos e os empréstimos encontrados no *corpus* segundo as classes de palavras:

Gráfico 18: Casos de estrangeirismos/empréstimos *versus* classes de palavras



Fonte: Elaboração própria

Dos 267 dados das entrevistas, constatamos que 93,3% são nomes ou substantivos e que 78% dos substantivos são estrangeirismos. Vejamos alguns exemplos extraídos do *corpus*:

(66) “...Leva aquela *caracata* põe na panela no fogo diminui água...” (informante B18).

(67) “..Ou vou ser fã de *kuduro*, quer dizer cada pessoa nasce e tem maneira dele...”(informante B15).

- (68) “...aqui é *catchiza*, sim esta aqui abuxta, esta aqui adhuwace...” (informante B4).
- (69) “...é a dança de *errenqueia* de Mwecape...sim senhor...”(informante B3).
- (70) “...não e é estilo nossa. Uma mulher deve vestir, o que uma *capulana* ou outros vestidos...” (informante A8).
- (71) “...por exemplo o cantor Ziqo a *pandza* que ele faz, ele tem uma mensagem sim a dizer...” (informante A7).
- (72) “...a cantora, ela canta a *marrabenta* e a música dela tem mensagem, mensagens...” (informante A4).

Esses dados reforçam a tese de que os estrangeirismos vêm completar lacunas, quer dizer a falta de unidades lexicais correspondentes para determinados fenômenos. Cerca de 88.9% dos verbos encontrados nos *corpora* são empréstimos que obrigatoriamente seguem as regras do português, passando a pertencer à 1ª conjugação, como vemos em:

- (73) “...como estão a *lobolar* tinha que fazer dois: um para o pai, um para mulher dele...” (informante A1).

O mesmo se pode dizer dos verbos *nholar*, *chuapar* que vêm de *ku nhola* (estar em posição de servir os outros num jogo de bolinha, jogo de garrafinha ou de linha) e *ku chuapa* (roubar). As expressões que correspondem a estrangeirismos são frequentes no português e muitas delas provêm do árabe. Tomemos alguns exemplos:

- (74) “...e acontece que no dia de *kiyamah* – ressurreição, fim do mundo se ele não pagar...” (informante B1).
- (75) “...Profeta *suallalahu alaihi wa sallama* - Profeta que a paz e bênção de Deus estejam com ele...” (informante B1).
- (76) “...*subhanahu wa ta'ala* – Glória a Deus o Altíssimo...” (informante B1).

Realizando a análise multivariada com os dados do corpus oral, o programa estatístico indicou quais são os grupos de fatores mais relevantes, aqueles que melhor explicam o fenômeno estudado e aqueles que não têm significância. Cinco grupos foram eliminados, por não apresentarem relevância estatística: a idade, o sexo ou gênero, a língua materna do local de residência do informante e, por fim, a função do dado.

A tabela 3 apresenta os resultados gerais dos pesos relativos do *corpus* oral. Quanto ao grupo #1 (cidade), os dados apresentados pelo *GoldVarb 2001* levam-nos a concluir que a cidade de Nampula favorece os estrangeirismos comparativamente à cidade de Maputo. Isso pode-se justificar pelos altos índices de analfabetismo na zona norte do país, tal como vimos

no mapa 7 (p.306). No que se refere à escolaridade, pode-se observar que o grau de escolaridade primário favorece a ocorrência de estrangeirismos mais do que o ensino secundário e superior. Mas um aspecto importante a remarcar é que os pesos e os percentuais tanto do primário (0,88 e 76,6%) quanto do secundário (0,27 e 79,1%) apresentam valores contrários. Este problema é causado pela “distribuição desequilibrada ou estranha em algum outro fator de outro grupo.” (GUY; ZILLES, 2007, p.213). O desequilíbrio aconteceu na cidade de Nampula onde não se entrevistou nenhum cidadão de ensino superior.

Na análise da “classe social” constata-se que os estrangeirismos têm uma correlação mais alta com falantes de classe média (0,69). Outro desequilíbrio se manifesta no número de falantes de classe social alta. Dissemos na seção 7 que a classificação da classe social é baseada no salário que a família tem. Sendo assim, as pessoas (principalmente em Nampula) não revelam sempre o verdadeiro salário que têm por mês e é por isso que só encontramos um falante que deu essa informação. Neste ponto evitamos deduzir por meio de vestimenta ou outro aspecto.

Em relação à língua de origem do dado, constata-se que o inglês (0,95) e as LB (0,49) favorecem o aparecimento dos estrangeirismos, comparativamente ao árabe (0,33) e outras línguas (0,07). Esse dado se justifica pelo prestígio que o inglês tem no nível nacional e internacional. Já no caso dos empréstimos “outras línguas” (0,92) e o árabe (0,66) são as línguas que mais definem a origem das unidades lexicais.

A política moçambicana incentiva a expansão do inglês em muitas vertentes. Para além de ser ensinado desde o 6º ano de escolarização, o inglês é língua oficial de várias organizações africanas, nomeadamente a União Africana (UA), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), membro da *Commonwealth*. Todos os países vizinhos de Moçambique são de língua oficial inglesa. Remarcamos aqui a contradição dos percentuais e pesos relativos do árabe como língua de origem do fenómeno linguístico em estudo. Isso se justifica pelo fato de que os estrangeirismos do árabe ocorreram somente em Nampula e não em Maputo.

Quanto ao grau de aceitação dos estrangeirismos e empréstimos medido pela sua dicionarização (ou não), verificou-se que os estrangeirismos se correlacionam predominantemente à não dicionarização (0,72), porque muitos termos ou unidades lexicais vindas das LB não são tidas em conta durante a elaboração de dicionários em Portugal. Esta questão se justifica pelo fato de que os dicionários de uma língua se preocupam mais em integrar neologismos da matriz interna (novas palavras criadas dentro do sistema) do que se preocupar com aquelas que vêm da matriz externa (novas criações provenientes de outras

línguas) (cf. seção 4). Por fim, no que se refere à classe de palavras à qual pertence a unidade lexical, constatou-se que os estrangeirismos se correlacionam mais fortemente às expressões (0,81) e aos nomes (0,51). Já no caso dos empréstimos, destacam-se os verbos (0,94). Ao avaliar a língua de origem das expressões, constatou-se que provêm do árabe e do latim, não havendo nenhum caso oriundo do inglês.

Ao cruzarmos a idade e o grau de escolaridade dos entrevistados, constata-se que a maior parte dos estrangeirismos (58,8%) provêm da fala dos adultos (18-49 anos) com ensino secundário. Esta faixa etária é a fonte de surgimento de variação e mudança. É nesta faixa etária que as pessoas têm contato com outros mundos, pelo contato com outras realidades devido ao emprego, trazendo os estrangeirismos para a LP. Os falantes da mesma faixa etária com nível de escolaridade primário apresentam mais empréstimos. Também se constatou que os entrevistados da faixa “adultos” (18-49 anos) são os que mais usam estrangeirismos em Nampula.

Outro cruzamento realizado foi entre a língua de origem do dado e o fato de a unidade lexical estar ou não dicionarizada. Observa-se que os empréstimos vindos do árabe, apesar de serem numerosos, não incluem nenhuma unidade lexical dicionarizada. Não há nenhum empréstimo vindo do inglês dicionarizado, isto porque a dicionarização se preocupou com os estrangeirismos, no caso do *Dicionário integral da língua portuguesa* que serviu como corpus de exclusão. Este assunto é contrário aos dicionários da variedade brasileira. Por exemplo, o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009) incluiu vários empréstimos: **estoque** (p.837), **esqueite** (p.824), **sufle** (p.1786), **nocaute** (p.1358). Também se verificou que a maioria dos estrangeirismos ditos “necessários” (64/74) são dicionarizados, enquanto os de “luxo” (6/74) não estão. Estes dados sustentam a tese de que os dicionários se preocupam mais com o registro de unidades lexicais adotadas para fechar lacunas lexicais que eventualmente possam existir na língua.

Ao cruzar a língua de origem do dado com a cidade de pesquisa, constatamos que os estrangeirismos vindos da língua árabe não ocorrem na cidade de Maputo, mas sim na província de Nampula. Este fato não quer dizer que não exista a religião muçulmana em outras províncias do país, pois a religião é a segunda mais professada (17,9%) depois da cristã/católica (28,4%) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2007).

Outro cruzamento é referente ao nível social e à localização de residência. Os estrangeirismos ocorrem em população de nível social baixo (urbana-86%, suburbana-73%). Por outro lado, cidadãos de classe social baixa e morando nas zonas suburbanas incluem

estrangeirismos nas suas falas (78%). Na fala de cidadãos de classe social alta residentes nas zonas urbanas ocorrem menos estrangeirismos (20%).

Aos observarmos o cruzamento entre as faixas etárias 1 (18-49 anos) e 2 (50 anos ou mais) com o nível de escolaridade, observa-se que na fala dos adultos da faixa etária 1 ocorrem mais estrangeirismos principalmente em cidadãos de nível primário (87%) e secundário (74%). Como se esperava, não houve nenhum caso de estrangeirismos entre pessoas de 50 ou mais anos com nível de escolaridade superior. Ao observarmos a ocorrência de estrangeirismos entre homens e mulheres notamos que tanto os homens quanto as mulheres incorporam estrangeirismos necessários. Mas as mulheres (15%) não usam empréstimos de luxo se compararmos com os homens (86%).

Cruzando o local de residência e a língua de origem do fenômeno (quadro 15) não percebemos nenhum caso de estrangeirismo proveniente da língua árabe na cidade de Maputo, enquanto que em Nampula obtivemos 87%, dado que comprova a influência da cultura árabe no norte do país. Os estrangeirismos do inglês ocorrem com maior frequência tanto em Maputo quanto em Nampula, comparativamente às outras línguas. A província de Nampula não faz fronteira com nenhum país anglófono, mas a ocorrência foi considerável devido ao impacto desta língua no nível internacional. Os estrangeirismos provenientes das línguas bantu foram observados em 94% na cidade de Nampula, dado sustentado pelos índices baixos de alfabetismo.

Quadro 15: Cruzamento entre local de residência e a língua de origem de fenômeno

	MAPUTO	NAMPULA
BANTU	45/120=60%	75/120=94%
OUTRAS	2/6=13%	4/6=40%
INGLÊS	17/31=89%	14/31=93%
ÁRABE	0/46=0%	46/46=87%
TOTAL	64/203=59%	139/203=88%

Agora passemos aos resultados dos *corpora* escritos. Começamos pelo Jornal “Notícias”.

8.2 Resultados dos jornais (os *corpora* escritos)

8.2.1 O jornal “Notícias”

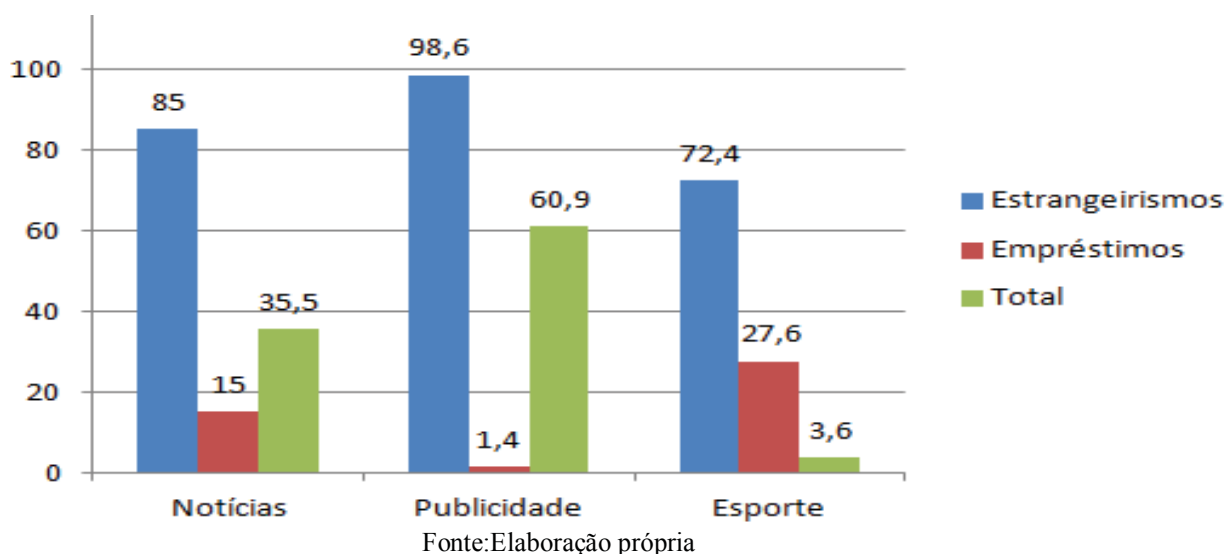
Para melhor compreendermos os resultados do jornal “Notícias” pode-se analisar a tabela 7. A tabela mostra os valores gerais obtidos através do programa *GoldVarb 2001*. As discussões que serão feitas a seguir visam interpretar estes dados:

Tabela 8: Resultados do jornal “Notícias”

	ESTRANGEIRISMOS			EMPRÉSTIMOS			
	N/Total	%	PR	N/Total	%	PR	
Fontes de extração (grupo #1)							
Notícias nacionais	638/751	85	0,26	113/751	15	0,73	
Publicidade	1272/1290	98,6	0,66	181/1290	1,4	0,33	
Esporte	55/76	72,4	0,16	21/76	27,6	0,83	
Língua de origem (grupo #2)							
Bantu	57/142	40,1	0,08	85/142	59,9	0,91	
Outras	32/47	68,1	0,15	15/47	31,9	0,84	
Inglês	1636/1682	97,3	0,59	46/1682	2,7	0,40	
Latim/Eruditas	240/246	97,6	0,29	6/246	2,4	0,71	
Quanto a função (grupo #3)							
Luxo	1095/1124	97,4	0,66	29/1124	2,6	0,33	
Necessário	870/993	87,6	0,31	123/993	12,4	0,68	
Classificação do dado (grupo #5)							
Nome	1945/2084	93,3	0,50	139/2084	6,7	0,49	
Verbo	1/11	9,1	0,01	10/11	90,9	0,98	
Expressão	16/17	94,1	0,82	1/17	5,9	0,17	
Adjetivo	3/5	60	0,01	2/5	40	0,98	
			input= 0,97				input= 0,02
cells=32			LV=-320.342	Interação na convergência=10		significância=0,00	

O *corpus* do jornal “Notícias” é maior, com cerca de 2117 *tokens*. O *input* de estrangeirismos é de 0,97 opondo-se aos empréstimos, que têm *input* de 0,02. (cf. tabela 7). Se o *input*, segundo Guy e Zilles (2007, p.207) “representa o nível geral do uso”, então o nível de uso dos estrangeirismos no jornal “Notícias” é de 0.97. As ocorrências dos estrangeirismos no *corpus* do jornal “Notícias” chegam a 1965/2117 - casos (92,8%) e para os empréstimos temos 152/2117 casos (7,2%). Isso mostra que há mais estrangeirismos do que empréstimos no jornal “Notícias”, fato que é ainda confirmado pelo *input* maior.

O Gráfico 18 ilustra a distribuição dos fenômenos estrangeirismos e empréstimos pela fonte de extração do dado. Dentre os vários assuntos tratados no jornal, escolhemos três: **Notícias nacionais**, **Publicidade** e **Esporte** pelo fato de serem assuntos mais importantes, segundo os leitores dos jornais. Dezesseis de vinte pessoas inquiridas escolheram estes três assuntos como os mais importantes nos jornais. Da pesquisa obtivemos os resultados apresentados no gráfico que se segue:

Gráfico 19: Os estrangeirismos e os empréstimos segundo a fonte de extração do dado

O fenômeno “estrangeirismo” está presente em todos os temas escolhidos, mas com maior ênfase na publicidade (98,6%). Observando os totais de ocorrências, nota-se que a publicidade é que apresenta mais casos de empréstimos (181 dados) e estrangeirismos (1272 dados). Vejamos alguns exemplos extraídos dos *corpora*:

(77) “...promoção válida enquanto os *stocks* durarem...” (JN, 29.fev.2012, p.9).

(78) “...gestão logística de transportes, vendas, *marketing* ou qualificação relacionada será vantajosa...” (JN, 29.fev.2012, p.12).

(79) “...identificar e dar *inputs* para o planeamento e *roullout* de novos elementos de rede...” (JN,13.mar.2012, p.12).

(80) “...não mantenha o seu cartão junto do seu *PIN*...” (JN,1.mar.2012, p.3).

Há que realçar que a publicidade não tem tendência em transformar seus estrangeirismos em empréstimos. Os empréstimos identificados nas publicidades só chegam a 1,4%, número que se considera muito baixo. Isso se justifica pelo fato de que os empréstimos tendem a se integrar. A presença das unidades lexicais em itálico mostra que os estrangeirismos são uma realidade e a sua frequência incentiva o uso mesmo na fala dos moçambicanos.

Como já vimos, todas as seções analisadas têm mais estrangeirismos que empréstimos. Mas é na seção de esportes (72,4%) que foram encontrados proporcionalmente, mais empréstimos. Vejamos alguns desses exemplos:

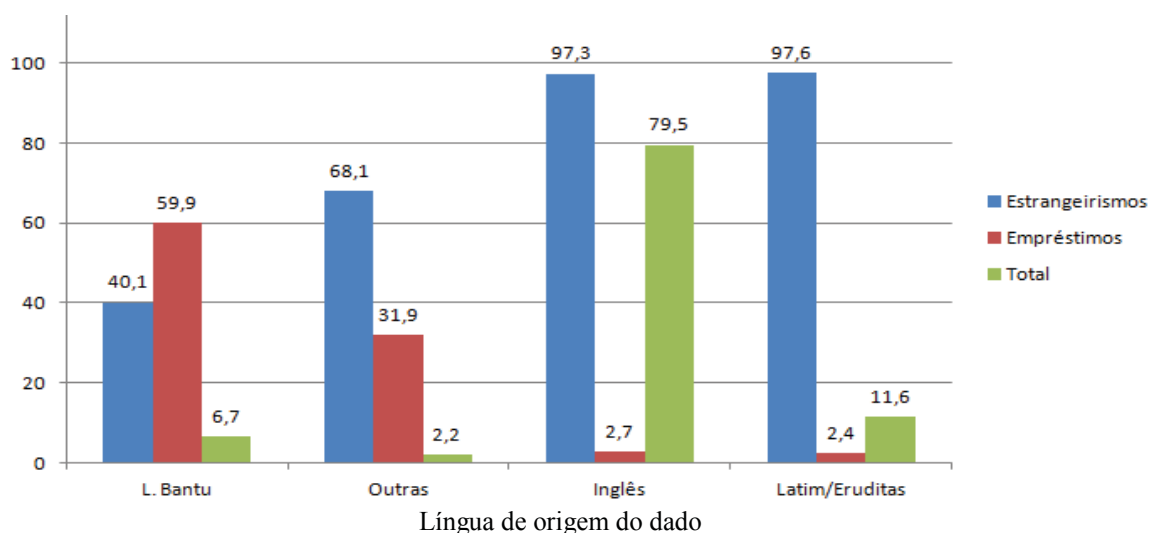
(81) “...as atenções do *staff* técnico. Liderado por Nacir Armado, estão focalizados...” (JN,1.mar.2012, p.31).

(82) “...tendo vencido os dois primeiros jogos por [...] evitando desta forma, um terceiro desafio do *play-off*...” (JN,1.mar.2012, p.31).

(83) “...penso que cumprimos o pedido do *mister* e demos o nosso máximo e conseguimos vencer...” (JN,12.mar.2012, p.35).

A próxima variável está relacionada à língua de origem do item apresentado analisado. Antes de tudo é importante lembrar que os “estudos de etimologia envolvem conhecimentos de muitas línguas e etapas da história de línguas. O português, por exemplo, têm palavras de origem latina, grega, tupi, iorubá, entre outras” (VIARO, 2004, p.19). Dentre as várias línguas que contribuem para o PM, escolhemos (por uma questão metodológica) estas quatro: as LB moçambicanas, o inglês, o latim e outras línguas (que são de pouca expressão).

Gráfico 20: Casos de estrangeirismos/empréstimos por língua de origem do item



No *corpus* do jornal “Notícias”, a maior parte dos estrangeirismos provém do inglês (97,3%) e do latim/palavras eruditas (97,6%). Segundo o Dicionário *Le Robert Micro: dictionnaire d'apprentissage de la langue française* (1998, p. 1209), as palavras eruditas seriam estrangeirismos que provêm do latim e do grego e que não evoluíram foneticamente como as formas ditas populares. Inclui-se nesta categoria expressões da mesma origem: *in locus, honoris causa, a priori, modus operandi*, etc. Estes são raros, mas presentes na nossa língua. Dos dados apresentados no gráfico, se pode concluir que os estrangeirismos e os empréstimos no PM na sua maioria provêm do inglês e de palavras eruditas.

Já os empréstimos identificados provêm, predominantemente das LB e de outras línguas (francês, afrikaans). As transformações de estrangeirismos para empréstimos são frequentes nesta *mídia* escrita. Vejamos alguns exemplos:

8.2.1.1 Exemplos das palavras vindas das línguas bantu

Os empréstimos oriundos das LB predominam no PM como resultado do contato linguístico. Esses neologismos aparecem no PM motivados pela estratégia de comunicação: cobrir lacunas linguísticas (ausência da palavra correspondente ou mesmo desconhecimento da língua), fraco domínio da LP ou mesmo por questão de estilo. Os exemplos de 84 à 89 ilustram o fenômeno:

(84) “...quando a mulher não pudesse dar mais filhos era comum o homem casar, *lobolar* uma segunda esposa, para poder continuar a fazer filhos...” (JN, 31.jan.2012, p.21).

(85) “...eu já tinha realizado o *lobolo*, mas a sua morte aconteceu numa altura em que faltavam dois meses...” (JN, 31.jan.2012, p.21).

(86) “...limpeza, deviam beneficiar dos serviços destes *tchovas* que operam naquele lugar...” (JN, 1.fev.2012, p.25).

(87) “...dos grandes constrangimentos é a convivência com os *txovas*, as cartinhas movidas pela força humana...” (JN, 25.abr.2012, p.21).

(88) “...a atribuição da licença para os *txopela* passa pelo pagamento de uma quantia...” (JN, 10.out.2011, p.3).

(89) “...as *mamanas* vigiavam para não serem surpreendidas nas *machambas*...” (JN, 7.nov.2011, p.21).

No exemplo 84, o verbo *lobolar* provém da LB (xichangana, xitswa e xironga), do verbo *ku lovòlà* (dar ou pagar dote). Conforme se pode observar, a ortografia desta palavra se transformou ao entrar no português passando de *ku lovòlà* para *lobolo*, unidade lexical já dicionarizada. Observa-se a mudança de [v] para [b]. O substantivo *lobolo* (exemplo 85) deriva do verbo *lobolar*, empréstimo proveniente das línguas xichangana, xitswa e xironga todas faladas no sul de Moçambique. O substantivo *txovas* (exemplos 86 e 87) significa “carroça de mão” (no PB). Palavra de origem bantu (grupo tsonga) *txova* quer dizer “empurrar”. Os exemplos *txopela* (exemplo 88) e *mamana* (exemplo 89) também provém de LB e significam “rabeira” e “mãe” (no PB) respectivamente.

Outro aspecto importante que precisa ser sublinhado é a ortografia porque ela não está padronizada. Alguns jornalistas escrevem *txova* outros ainda escrevem *tchova*. Mas Siteo (1996, p.23) em seu *Dicionário xichangana-português* registra a entrada com ortografia *chòvhà*, ortografia não usada na imprensa escrita moçambicana. Lembramos que o alfabeto da língua xichangana tem 46 letras (NGUNGA; FAQUIR, 2011, p.229-231). A palavra

machamba (exemplo 89) significa **horta** (no PB) e provêm da língua swahile (*shamba*) cujo plural é *ma~~sh~~amba*. E assim, passou por empréstimo à LP com a ortografia *machamba*. Como a LP não tem casos de grafia **-sh-** passou-se a grafar com **[-ch-]**. Esta adaptação influenciou até os linguistas envolvidos na padronização das LB moçambicanas. No quadro 17 (cf. no anexo) observa-se a relação da padronização das línguas em Moçambique. É uma palavra já dicionarizada no dicionário consultado.

8.2.1.2 Unidades lexicais vindas do inglês

A língua inglesa têm influenciado muitas línguas do mundo. O fato é que Moçambique é rodeado por países anglófonos: Suazilândia, África do Sul, Zimbábue, Zâmbia, Malawi e Tanzânia. O contato, principalmente nas zonas fronteiriças faz com que os estrangeirismos não ocorram apenas no português, mas também nas diversas LB faladas no país. Para a discussão sobre este assunto, observemos as seguintes frases:

(90) “...não houve tentativa de suborno dos seus agentes pelos *mukheristas*...” (JN, 6.fev.2012, p.1).

(91) “... os *madjoni-djoni* são apontados como sendo poucos os que usam o preservativo nos seus múltiplos...” (JN, 9.fev.2012, p.2).

(92) “...vibra com seus *bradas*...” (JN, 14.nov.2011, p.3).

(93) “...vê que os amigos partilharam um *link*, entenderá que é interessante e *clicar* no mesmo...” (JN, 17.fev.2012, p.27).

(94) “...o oportunismo e o *gangsterismo* na praça 25 de junho...” (JN, 25.fev.2012, p.13).

(95) “...da emissora RFI, que promove formação de *blogueiros* africanos no espaço francófono...” (JN, 2.mai.2012, p.26).

Os exemplos de 90 a 95 mostram empréstimos vindos do inglês: *mukherista* (aquele que faz tráfico ilegal/contrabando de produtos). A palavra surgiu do inglês e passou para xichangana e depois para o português. Esta palavra provém de *to carry*. Surgiu nos anos 1990, na fala dos comerciantes que passam as fronteiras de Moçambique com a Suazilândia e a África do Sul. *Mukherista* vem de *mukheru* (*to carry*-carregar antecedido de **mu-** classe 1, no xichangana, cujo plural é **va-**, classe 2) (cf. SITOIE, 1996; NGUNGA, 2004; NGUNGA; SIMBINE, 2012).

A unidade lexical *madjoni-djoni* (exemplo 91) refere-se aos trabalhadores moçambicanos na África do sul. A palavra *madjoni-djoni* provém do nome Johannesburg

(cidade mais populosa da África do Sul) que passou de inglês para xichangana como *djoni-djoni* (singular) e *madjoni-djoni* (plural) e mais tarde para o português como *madjoni-djoni*. Os empréstimos *bradas*, *clicará*, *gangsterismos* e *blogueiro* (exemplos 92, 93, 94 e 95) provêm do inglês *brother* (substantivo), *to click* (verbo), *gang* (substantivo) e *blog* (substantivo) respectivamente, cuja integração na LP provocou algumas mudanças ao nível fonético e ortográfico.

O empréstimo de uma unidade lexical de uma língua “A” para outra “B” pode ter função “necessário” ou “de luxo”, tal como se debateu na seção 5. Moçambique tem realidades socioculturais inexistentes em outros lugares da lusofonia e por isso há necessidade de se atribuir um nome. São os chamados empréstimos necessários. Pode-se citar exemplos de: (a) *ntchuva*: jogo tradicional no qual se joga com pedrinhas ou frutos de *ncanhi* colocadas em quatro filas de covinhas feitas no chão; (b) *nipipa*: bebida tradicional feita a partir de farinha de arroz ou de milho e (c) *mulala*: raiz usada para escovar dentes.

Os exemplos ilustram somente os empréstimos que provêm das LB. Existem outros casos que provêm do inglês e de outras línguas europeias. O gráfico abaixo indica a distribuição dos empréstimos e estrangeirismos quanto à função. Constatamos que 97,4% dos estrangeirismos são de luxo, pois são casos de palavras existentes no português, mas que por motivo de estilo ou prestígio os falantes preferem a palavra estrangeira. Vejamos alguns exemplos:

(96) “...os *molwenes* tornaram-se seus proprietários, embora advogados...” (JN, 17.dez.2012, p.3).

(97) “...as instituições académicas do continente este *status* que se perpetua...” (JN, 28.dez.2011, p.33).

(98) “...A selecção nacional de futebol caiu dois lugares no *ranking* da FIFA...” (JN, 8.mar.2012, p.31).

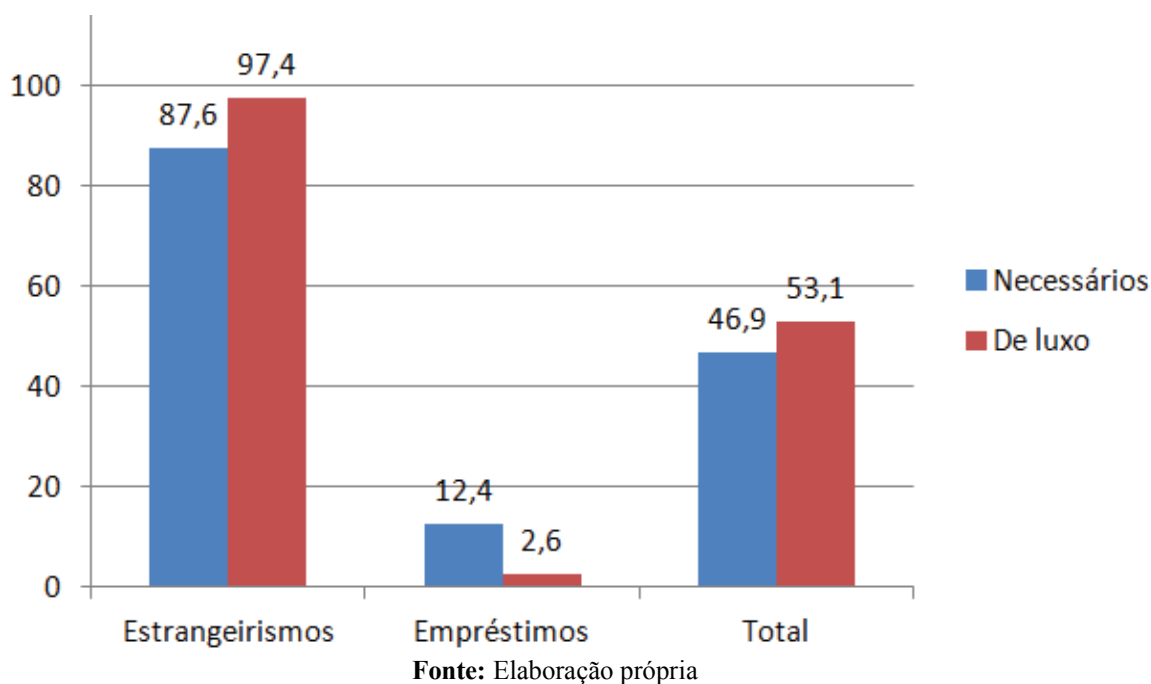
(99) “...o portal deverá ter espaço para professor *on-line* e estudante *on-line*, afim de permitir...” (JN, 12.mar.2012, p.18).

As unidades lexicais destacadas em itálico têm os seus equivalentes na LP, mas os jornalistas preferem as estrangeiras por motivo de estilo e de prestígio que elas têm. O falante, em qualquer situação de comunicação faz escolhas lexicais, quer dizer, cada contexto de comunicação, tem de apresentar escolhas lexicais próprias. A frequência destas unidades na comunicação cotidiana faz com que estas se integrem na língua.

Prestemos atenção na palavra “4x4” (*four by four*). Muitos moçambicanos conhecem qualquer carro com sistema de tração nas quatro rodas por “4x4”. Ninguém pronuncia “quatro por quatro”. Todos preferem a pronúncia inglesa. Esta palavra se integrou no PM com pronúncia inglesa e já está enraizada na língua e aparece com mais frequência. Baseando-se na frequência de uso e nas consultas feitas aos entrevistados concluímos que “4x4” é uma palavra que nos remete a um só significado: carro com tração nas quatro rodas. É um estrangeirismo de luxo ou de prestígio, pois existe uma palavra equivalente em português, mas os falantes adotaram a pronúncia inglesa.

Agora prestemos atenção ao gráfico 21. Ele ilustra as percentagens dos estrangeirismos e os empréstimos quanto à função. Constatamos que os estrangeirismos (87,6%) são “necessários” de compararmos com os empréstimos. Ao mesmo tempo os estrangeirismos são de “luxo” por que existem palavras equivalentes em português. Discutimos na seção 5 que nem sempre a palavra emprestada existe na língua. Isso acontece (em muitos casos) pelo prestígio que a língua emprestadora tem.

Gráfico 21: Os estrangeirismos e os empréstimos quanto à função.



Outro aspecto a observar neste gráfico é a quantidade dos empréstimos de luxo (2,6%), fato que nos leva a crer que nos empréstimos não se pode falar da distinção da função: “luxo/necessário” porque os empréstimos são unidades lexicais já que fazem parte da LP,

enquanto que os estrangeirismos ainda não pertencem. A integração de unidades lexicais no dicionário é complexa porque depende de várias condições: a escolha do *corpus* a ser usado na seleção de unidades lexicais, os objetivos do dicionário, porque o dicionário “nunca deverá ser tomado apenas como um simples repositório ou acervo de palavras, ao contrário, deve ser um guia de uso e, como tal, tornar-se um instrumento pedagógico de primeira linha” (BORBA, 2003, p.16).

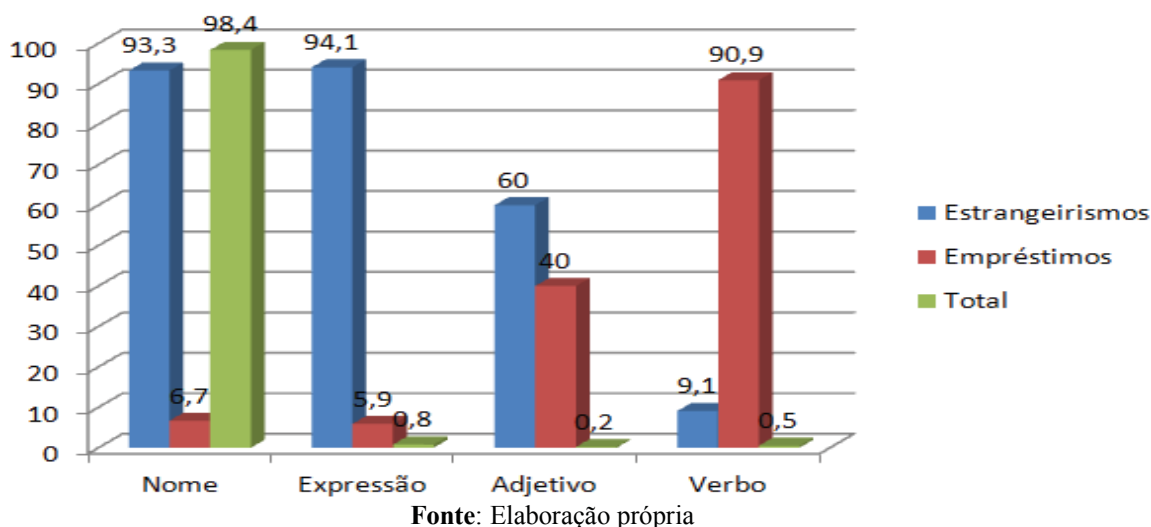
Analisando os resultados da “dicionarização ou não” dos empréstimos e estrangeirismos, constata-se que 1564 unidades lexicais (de estrangeirismos) não estão ainda dicionarizadas. No caso do PM isso se justifica pelo fato de que Moçambique ainda não tem seu próprio dicionário. O dicionário usado como *corpus* de exclusão nesta pesquisa foi elaborado e produzido em Portugal (embora tenha sido impresso em Moçambique), o que faz com que muitas das palavras usadas na imprensa moçambicana não estejam dicionarizadas.

A razão pela qual os empréstimos estão em número reduzido se justifica pelo fato de que eles são simplesmente transformações ou adaptações para integração no português. Entendemos aqui que a integração de uma unidade lexical não é feita apenas por meio de alguma transformação. A maior parte dos estrangeirismos “necessários” se integram sem que tenham sofrido alguma adaptação gráfica. Podemos citar exemplos de *e-mail*, *powerpoint*, *leasing*, *xitende*, *fair-play*, *lodge*, *canhú*, *mahala*, *ntchuva*, *umbila*, *campus*, *ballet*, etc.

Também é importante observar como se podem classificar as unidades lexicais presentes no *corpus* do jornal “Notícias”. Neste trabalho optou-se em considerar quatro categorias: nomes/substantivos, adjetivos, verbos e expressões. Cerca de 93,3% dos casos de nomes ou substantivos são estrangeirismos vindos das diferentes línguas.

A maior parte dos empréstimos são verbos 90,9%, porque os verbos sempre se adaptam às regras da língua de chegada, mas conservando algumas características do PM. Para exemplificar, o verbo “**escanear**” que vem do inglês *scanner* ficaria: eu **escaneio**, tu **escaneaste**, ele **escaneará**, etc, segundo a norma de gramática do PE ou PB. Em Moçambique, o mesmo verbo (**escanear**) não é acrescido de **e-**, quer dizer o verbo permanece *scanear*. Portanto a conjugação seria eu *scaneio*, tu *scaneaste*, ele *scaneará*, etc.

Gráfico 22: Classificação dos estrangeirismos e empréstimos



Observando o gráfico acima, nota-se facilmente que os casos de estrangeirismos vindos de verbos são raríssimos ou inexistentes. Houve uma ocorrência somente, o que resulta num $PR=0,01$ que está muito longe dos $0,50$, sabendo que quanto maior for o peso mais relevante é o fator para a ocorrência do elemento em estudo. O fenômeno que se verificou com os verbos se assemelha com o dos adjetivos. Nota-se no gráfico acima que os estrangeirismos vindos de adjetivos são raros ou inexistentes (3/5 ocorrências) fato que resulta num $PR=0,01$. Contrariamente aos estrangeirismos, os empréstimos têm percentagem reduzida em nomes (6,7%) e em expressões (5,9%) fato sustentado pelos pesos PR (0,49 e 0,17 respectivamente). O gráfico mostra ainda que a maior parte dos estrangeirismos são nomes (93,3%), muitos dos quais têm a função de “luxo” (97,4%), uma vez que existem unidades lexicais correspondentes na LP.

Os fenômenos “estrangeirismos/empréstimos” podem aparecer como palavras, siglas, acrônimos ou palavra **siglacrônimo**. Quando se fala de siglas/acrônimos inclui-se neste item todos os acrônimos e siglas estrangeiras em que o sentimento neológico ainda não está presente, quer dizer, acrônimos e siglas que ainda não são percebidos como palavras. São exemplos: CV (*Curriculum Vitae*), LCD (*Liquid Crystal Display*), MP3 (*Mini player Layer-3*), 3G (*Third generation*), MPEG (*Moving Picture Experts Group*).

Palavras **siglacrônimos** são aquelas siglas e acrônimos que são sentidas como palavras. É o caso de palavras *HIV*, *radar*, *DVD*, *VIP*, *PC* e muitas outras, cujo “sentimento neológico” demonstra que têm o valor de palavras. Os dados mostram que este grupo tem uma percentagem elevada de estrangeirismos. Inclui-se neste grupo palavras formadas por

sigla+palavra= neologismo (palavra nova). Pode-se citar os seguintes exemplos: *e-learning*, *e-book*, *e-workflow*, *e-mail*, *e-edition*, *e-fatura*, *e-bay*, *e-finanças*, *e-banking*. O *e-* em todos os neologismos aqui apresentados significa *electronic*. Deixamos claro que não se trata de nenhum prefixo, mas sim uma sigla que se junta a uma palavra. A criatividade lexical na LP pode apresentar:

a) **sigla + palavra** (língua estrangeira): Exemplos: *e-commerce*, *e-journal*, *e-procurement*, *e-ticket*.

b) **sigla + palavra** (da LP): Exemplos: *e-agendamento*, *e-alunos*, *e-finanças*, *e-tiquete*, *e-escola*.

Nessa categoria cerca de 98,3% dos estrangeirismos são formados por palavras/siglas/acrônimos, quer dizer há maior probabilidade de se transformar siglas e acrônimos em palavras. Este fenômeno acontece porque a maior parte desses acrônimos/siglas são estrangeirismos necessários na LP. Pode-se citar exemplos do tipo:

(100) “... com eles foi recuperada a arma de fogo do tipo *AKM* com a qual executaram o jovem casal...” (JN, 18.jan.2012, p.4).

(101) “... o *LCD* do seu laptop está partido ou danificado...” (JN, 28.abr.2012, p.3).

As palavras/siglas *AKM* (*Avtomat Kalashnikova Modernizirovanniy*) e *LCD* não têm seus equivalentes em português. Diferentemente dos estrangeirismos necessários, os de luxo têm equivalências em português, mas os falantes do PM preferem/escolhem a sigla/acrônimo estrangeiro. Por exemplo, o acrônimo *AIDS* (*Acquired Immunodeficiency Syndrome*) no PB é usado por preferência, pois na LP existe o acrônimo *SIDA* (usado no PE, PA, PM, etc); em toda CPLP prefere-se a sigla *HIV* (*Human Immunodeficiency Virus*) ao invés de *VIH* (sigla correspondente em português); prefere-se a sigla *ATM* (*Automated ou Automatic Teller Machine*) no PM aos invés da palavra “caixa eletrônica” usada no PE e no PB; no PM prefere-se *DD* (disco duro) ao invés de *HD* (*Hard Disc*) sigla usada no PB, e assim sucessivamente. Vejamos outros exemplos extraídos do *corpus* escrito, fato que comprova que estas siglas/acrônimos são sentidas como palavras, pois quando se pergunta o seu significado, poucos falantes conhecem:

(102) “...para activar envia *SMS* para 822040 com formato BBEM...” (JN, 5.jan.12, p.9).

(103) “...da Teledata que permitiu acesso a *internet* *WIFI* em locais públicos tais como...” (JN, 6.out.11, p.12).

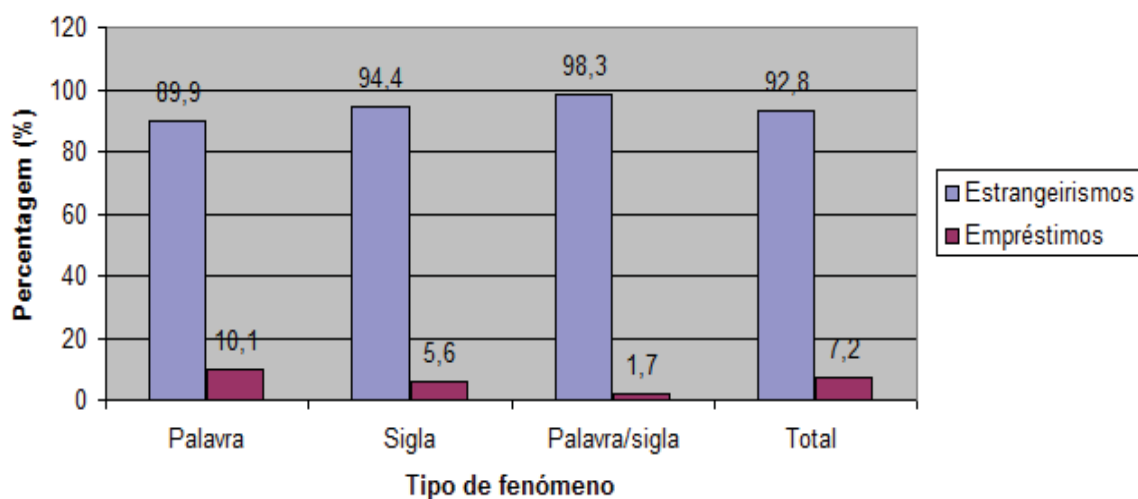
A sigla *SMS* e o acrônimo *WIFI* são usados no PM como palavras. O importante a reter é que sempre mantém a siglação e o valor semântico do inglês. Existem palavras

equivalentes em português que substituiriam as mesmas, mas os falantes/jornalistas preferem a versão inglesa. Essa classificação designamos por “prestígio” ou “luxo”, assunto bem discutido na seção 5.

Diante desta situação concluiu-se que a escolha da sigla/acrônimo depende de cada comunidade linguística falante de uma variedade, porque o que se constata é que há necessidade de satisfazer as necessidades comunicativas. Em cada um dos países da CPLP há uma vasta variedade de siglas/acrônimos relacionados ao contexto local. Por exemplo: STAE (Secretariado Técnico de Administração Eleitoral), TPM (Transportes Públicos de Maputo), PIN (senha), PIC (Polícia de Investigação Criminal), EDM (Eletricidade de Moçambique), CFM (Caminhos de Ferro de Moçambique), ATM (auto banco), 2M (cerveja), FADM (Forças Armadas de Defesa de Moçambique), TRAC (*Trans African Concession*), RM (Rádio Moçambique), etc. (cf. JN, 1.mar.2010; JN, 25.fev.2012; JN, 6.mar.2012).

É importante sublinhar que no PM alguns acrônimos/siglas se transformam em verbos. É o caso de *DJ* (*Disk Jockey*) que passou para **dijear**; *RAP* (*Rhyme And Poetry*) que passou para **repar**; *internet* (*interconnected*) que passou para **internetar**, etc. O gráfico a seguir ilustra a distribuição dos estrangeirismos/empréstimos por tipo segundo nosso entendimento:

Gráfico 23: Tipo de empréstimo/estrangeirismo formado



Fonte: Elaboração própria

Assim, percebe-se que os estrangeirismos ocupam percentagens acima de 80% fato que mostra a sua frequência no *corpus*. Outro aspecto importante a remarcar é que as LB não trazem para PM nenhum estrangeirismo formado por acrônimo/sigla, fato justificado pelo fraco uso destas LB na literatura. Poucos escritos existem em LB. Dos grupos de fatores

analisados no *corpus* do jornal “Notícias” foram excluídos (considerados não-relevantes estatisticamente) dois grupos apenas: tipo de estrangeirismo e ocorrência dicionarizada ou não. Quanto ao grupo “Fonte de extração”, a publicidade favorece mais o uso de estrangeirismos do que as notícias nacionais e o esporte. O que acontece na publicidade é que encontramos ali os termos das novas tecnologias presentes na atualidade. Vejamos alguns exemplos:

(104) “...uso de novas tecnologias de informação, *word*, *excel*, *powerpoint*...” (JN, 10.out.2011, p.18).

(105) “...de informação e comunicação, *e-mail*, *internet*, folhas de texto, cálculos...” (JN, 10.out.2011, p.18).

(106) “...aumenta tua fama no *facebook*...” (JN, 10.out.2011, p.11).

(107) “...tecla *facebook*, *internet 3G*, redes sociais e *e-mail*, *bleutooh*...” (JN, 10.out.2011, p.11).

(108) “...corta *rating* de nove bancos portugueses...” (JN, 10.out.2011, p.8).

As unidades lexicais em itálico são “necessárias” e aparecem devido às novas tecnologias de comunicação. Uma vez que a maioria dos nomes referentes às tecnologias novas provêm de países anglófonos, é lógico que os estrangeirismos provenham do inglês. É o que vemos representados pelos pesos relativos e os percentuais, com índices 0,59 e 97,3% respectivamente.

No caso de estrangeirismos oriundos do latim ou outras línguas eruditas não se pode ignorar a discrepância entre os percentuais (97,6) e os pesos relativos (0,29). Este fenômeno se justifica pela distribuição dos dados nas duas variáveis dependentes. Os empréstimos vindos do latim estão em 6/246, enquanto os estrangeirismos vindos do latim estão em 240/246. Isso significa que as unidades lexicais do latim raras vezes se adaptam à LP. Os exemplos mais comuns são:

(109) “...entregar o *curriculum vitae* completo até sexta-feira...” (JN, 17.out.2011, p.27).

(110) “...também uma informação da comissão *ad-hoc* sobre a revisão da constituição...” (JN, 25.out.2011, p.7).

(111) “...motor de alta *performance* de tecnologia modernizada...” (JN, 2.nov.2011, p.12).

(112) “...eles não adequam a nossa realidade, nosso *modus vivendi*...” (JN, 29.nov.2011, p.33).

Nas expressões e palavras apresentadas em itálico nos exemplos 109 a 112, a LP não as adapta. Elas mantêm a ortografia da língua de origem. Quanto ao grupo “Função do estrangeirismo”, os estrangeirismos se correlacionam preferencialmente ao fator “luxo” (0,66).

No grupo “classe de palavra a que pertence a unidade lexical”, temos uma dispersão entre os pesos relativos e os percentuais de tal forma que nos cabe tomar uma decisão tendo em conta o fenômeno em estudo. Neste caso acreditamos que os estrangeirismos estão mais fortemente associados aos nomes. Esta decisão é tomada porque os números estão dispersos, fato que não nos permite dar resultados só na base dos números. Realmente os adjetivos representam 0,2%, os verbos 0,5% e as expressões 0,8%, números que nem atingem 10%. São percentuais reduzidos que não nos permitem chegar a uma avaliação precisa do fenômeno em estudo.

8.2.2 O jornal “Verdade”

Como dissemos na seção 7, o jornal “Verdade” é semanal, saindo toda sexta-feira, com cerca de 20.000 exemplares distribuídos só nas zonas urbanas e suburbanas porque nas zonas rurais há falta de meios de transportes, uma vez que o país é muito extenso (801 590 km² de superfície). Pesquisando manualmente jornal por jornal analisamos 24 edições desde a edição de 7 de outubro 2011 a 30 de março 2012. O *corpus* do jornal “Verdade” é composto por 999 *tokens* (dados); desse universo 85,4% são estrangeirismos e 14,6% são empréstimos. Dados apresentados na tabela 8 mostram que o *input* da variável estrangeirismo é de 0,95 dado que se considera bastante elevado.

Ao observarmos os resultados apresentados na tabela 9 nota-se o fenômeno “estrangeirismos” é o mais frequente e o mais possível para ocorrer no jornal “Verdade”. O jornal é escrito por jornalistas moçambicanos e da lusofonia. Muitas informações do jornal são divulgados em jornais brasileiros e portugueses. O jornal pede autorização para divulgar essa informação. O que se pode dizer desse dado é que os estrangeirismos não só ocorrem no PM, mas também em muitos países da lusofonia.

Comparativamente com os empréstimos, os estrangeirismos lideram a sua frequência de uso, sendo na sua maioria de “luxo” (PR=0,60), muitos deles dicionarizados (PR=0,66) do Dicionário Integral da Língua Portuguesa. Esses estrangeirismos são nomes (85,9%) na sua maioria e provêm do inglês (87,6%) e de palavras eruditas (91,9%). As palavras eruditas são polémica no seio dos neólogos. As palavras *campus*, *performance*, *habeas corpus* são estrangeiras na LP? Realmente já se interiorizaram na LP e não só. Ocorrem em inglês,

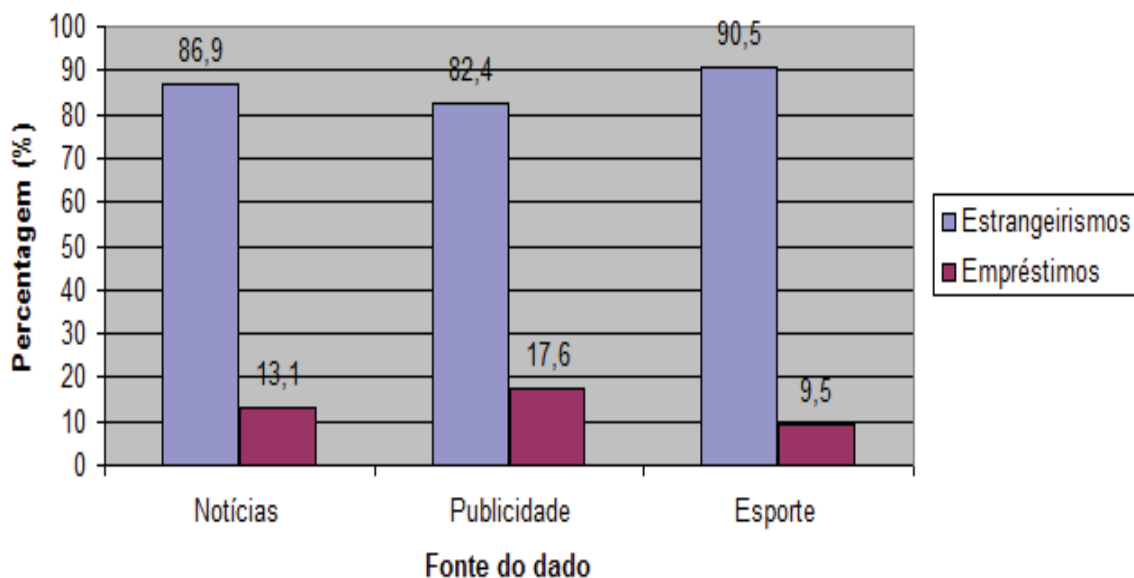
francês, etc. O censo não é claro, mas neste trabalho consideramos estrangeiras pela sua grafia e valor morfológico.

Tabela 9: Resultados do jornal “Verdade”

	ESTRANGEIRISMOS			EMPRÉSTIMOS		
	N/Total	%	PR	N/Total	%	PR
Fontes de extração (grupo #1)						
Notícias Nacionais	544/626	86,9	0,68	82/626	13,1	0,31
Publicidade	290/352	82,4	0,19	62/352	17,6	0,80
Esporte	19/21	90,5	0,77	2/21	9,5	0,22
Língua de origem (grupo #2)						
Bantu	104/146	71,2	0,31	42/146	28,8	0,68
Outras	22/25	88	0,36	3/25	12	0,63
Inglês	693/791	87,6	0,51	98/791	12,4	0,48
Latim/Eruditas	34/37	91,9	0,90	3/37	8,1	0,09
Quanto a função (grupo #3)						
Luxo	315/336	93,8	0,60	21/336	6,2	0,39
Necessário	538/663	81,1	0,44	125/663	18,9	0,55
Dicionarizado (grupo #4)						
Não	775/893	84,5	0,47	138/893	15,5	0,52
Sim	98/106	92,5	0,66	8/106	7,5	0,33
Classificação do dado (grupo #5)						
Nome	884/982	85,9	0,50	138/982	14,1	0,49
Verbo	3/5	60	0,33	2/5	40	0,66
Expressão	2/3	66,7	0,02	1/3	33,3	0,97
Adjetivo	4/9	44,4	0,11	5/9	55,6	0,88
Tipo de estrangeirismo/empréstimo (grupo #6)						
Palavra/Sigla	430/434	99,1	0,93	4/434	0,9	0,06
Palavra	412/549	75	0,11	137/549	25	0,88
Sigla	9/13	69,2	0,02	4/13	30,8	0,97
	input= 0,95			input= 0,04		
cells=41	significância= 0,04	LV= -282.915	Convergência de interação=19			

Observando a tabela 9 nota-se que a significância é de 0,04 o que significa que a probabilidade de aparecer um estrangeirismo ou empréstimo neste jornal é de 99,96%. Contrariando as nossas hipóteses os empréstimos das LB são os mais que se adaptam na sua grafia, aportuguesando-se sem que sejam dicionarizados em dicionários. As LB não apresentam casos de acrônimos nem siglas, isto porque a padronização ortográfica dessas ocorreu em 2008. A produtividade da escrita das LB não chega a formar siglas e acrônimos.

No gráfico 24 ilustra os casos de estrangeirismos e empréstimos por fonte de extração do dado.

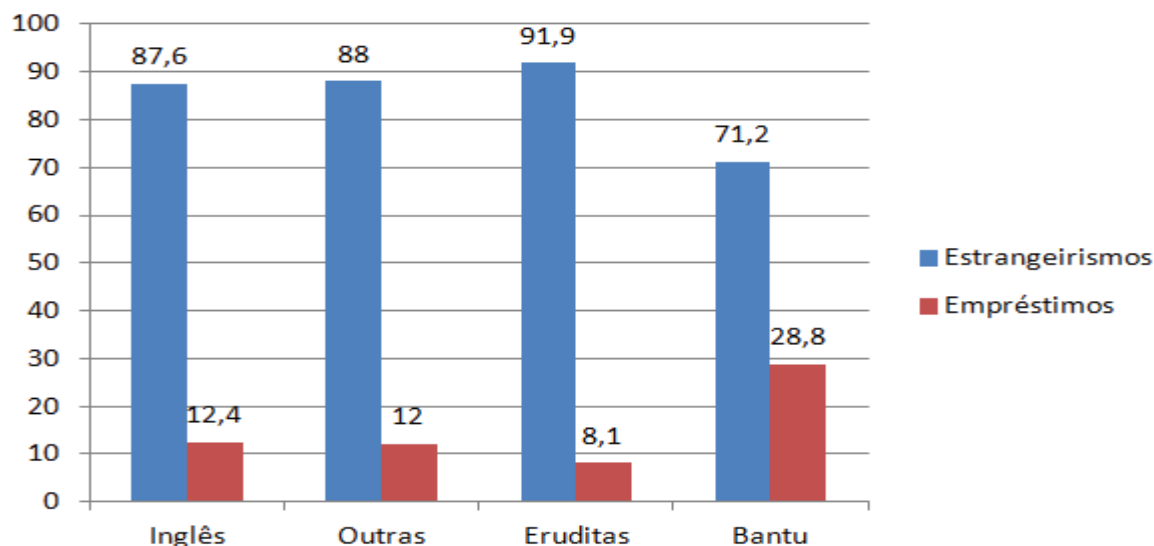
Gráfico 24: Casos de estrangeirismos e empréstimos por fonte da extração do dado

Fonte: Elaboração própria

Verificamos que os estrangeirismos estão acima de 80% quando equiparados aos empréstimos que nem atingem a 20%. A frequência de estrangeirismos tanto nas notícias nacionais quanto na publicidade e no esporte é quase a mesma (86,9%; 82,4% e 90,5% respectivamente), fato que nos leva a concluir que o tema tratado não determina fortemente a opção por um estrangeirismo ou um empréstimo. Quando se fala de “Notícias” estamos falando de notícias que aparecem no jornal retratando assuntos que ocorrem em Moçambique e com moçambicanos. Isso resulta da nossa escolha dos assuntos a ser investigados na pesquisa.

No jornal “Verdade” a maior parte dos empréstimos provêm da publicidade (17,6%). Alguns empréstimos que foram identificados no JV (22/03/2012) são: *cartão-sim, tuitar, flash, notebook, photoshop, bradas, beer, etc.*

Analisando os pesos relativos da tabela 9, nota-se que as páginas de publicidade (PR=0,19) desfavorecem a ocorrência de estrangeirismos, fenômeno oposto quando se avaliam os empréstimos.

Gráfico 25: Casos de estrangeirismos/empréstimos por língua de origem do item

Fonte: Elaboração própria

Outro aspecto que merece ser observado é a origem dos estrangeirismos no PM. No gráfico 25, observa-se uma percentagem superior a 70% tanto no inglês (87,6%), em outras línguas (88%), no latim (91,9%) e nas LB (71,2%). Ainda que a percentagem dos estrangeirismos vindos do latim seja muito considerável (91,9%), o seu número de ocorrências é muito reduzido (34/37). De fato, são os estrangeirismos vindos do inglês (693/791 ocorrências) que soam mais representativos, são mais expressivos e revelam uma percentagem considerável (87,6%).

Os casos de empréstimos vindos do latim são raros, quer dizer, ocorreram apenas 3 dados em 37 no *corpus* do jornal “Verdade”, fato que resultou em 0,09 de PR, e este valor considera-se insignificante. É que as palavras eruditas ainda resistem conservando a sua ortografia e gramática. Segundo Viaro (2004, p.59), “o português é uma língua românica (como espanhol, o francês, o italiano, o romeno, etc), isto é, vêm do latim, mas as palavras não vieram todas ao mesmo tempo.” Para esse autor “existem neologismos calcados no latim ainda hoje, quando se diz sobre a fertilização *in vitro*, em *curriculum vitae*, em pós-graduação *lato sensu*, em *campus* universitário, e mesmo o *fax*, invenção moderna, que provém da expressão *fac simile*.” (VIARO, 2004, p.59).

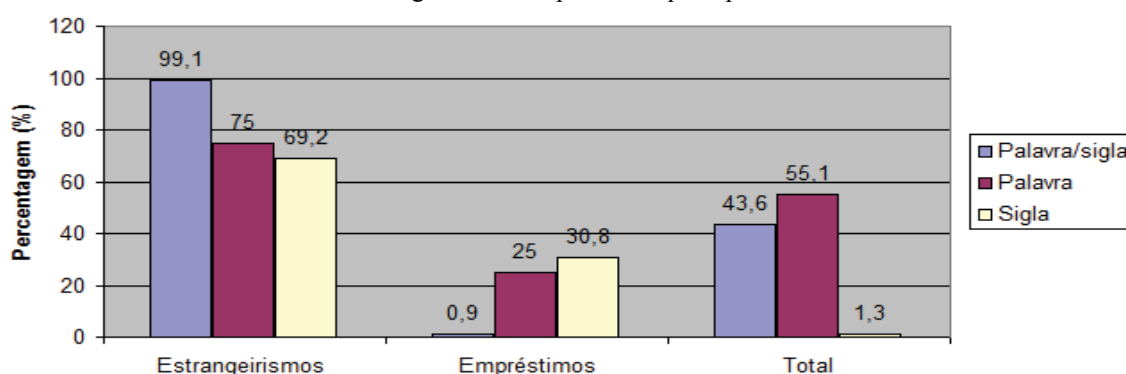
As palavras eruditas tendem a conservar os traços gramaticais, senão vejamos: *campus* (singular)- *campi* (plural); *curriculum* (singular) – *curricula* (plural) e muitas outras unidades

lexicais que ilustram o que Viaro (2004) acaba de sustentar. Também os empréstimos vindos de outras línguas (3/25) ocorrem com pouca frequência no jornal “Verdade”.

No jornal “Verdade” observa-se que a maior parte dos estrangeirismos são de luxo (93,8%). Este dado é sustentado pelo PR que é de 0,60, quer dizer, a função de “luxo/prestígio” se associa mais fortemente o *status* de estrangeirismos (0,60) que a função de elemento “necessário” (0,44). No jornal “Verdade” percebe-se que a maior parte dos estrangeirismos são “necessários” (93,8%) porque são unidades inexistentes na LP. Nos empréstimos constata-se que a maior parte dos empréstimos é “necessário” (18,9%) quer dizer, são unidades lexicais que não existiam no português.

O que se constata nos resultados apresentados na tabela 9 é que os estrangeirismos encontrados no jornal “Verdade” tendem a ser dicionarizados se tivermos em conta o *Dicionário integral da língua portuguesa* que serviu como *corpus* de exclusão na identificação dessas novas unidades lexicais. Os números não falam por si. É preciso que façamos uma análise aprofundada do fenômeno em estudo. Sendo assim, acreditamos que muitos estrangeirismos não estão dicionarizados (775/893) principalmente porque na elaboração de muitos dicionários não se observa as variedades africanas em geral. Vimos que os estrangeirismos podem vir das mais de vinte LB faladas em Moçambique, bem como de outras línguas. Essas novas unidades lexicais moçambicanas não aparecem nos *corpora* usados na seleção de unidades lexicais em Portugal.

No que se refere à classe de palavras a que pertence o dado, os estrangeirismos que aparecem no jornal “Verdade” são na sua maioria nomes (884/982) e existem poucos casos de integração de verbos (3/5), expressões (3/3) ou adjetivos (4/9) estrangeiros. O fato de a categoria “nome” apresentar um PR equivalente a 0,50 (cf. tabela 8), comprova que essa característica não favorece nem desfavorece o *status* de estrangeirismo. Para melhor percebermos a relação entre estrangeirismos/empréstimos e o tipo de formação observamos o gráfico 26.

Gráfico 26: Casos de estrangeirismos/empréstimos por tipo de unidade formada

Fonte: Elaboração própria

Como vemos no gráfico 26, os estrangeirismos no jornal “Verdade” formam palavras simples ou palavras formadas por meio de siglas e acrônimos. Os dados indicam que há uma maior concentração de estrangeirismos (99,1%) sob a forma de palavras/sigla/acrônimos neste meio de comunicação. Também se constata que a formação de palavras/sigla nos empréstimos é muito incipiente (0,9%), fato que nos leva a concluir que são casos isolados, embora existentes no PM.

8.3 Conclusões preliminares (jornais e entrevistas)

Para apresentação das conclusões preliminares apresentamos a tabela 10 que ilustra os resultados dos dois *corpora* escritos (jornais “Notícias” e “Verdade”). Nas análises anteriores analisamos os jornais separadamente e agora apresentamos os resultados da rodada dos dados dos dois jornais. De forma a facilitar a comparação entre os resultados das análises feitas com dados das entrevistas (modalidade falada) e dos jornais (modalidade escrita), retomamos os resultados gerais, passando em seguida, a uma discussão de cada um dos aspectos considerados na pesquisa.

Já que rodamos os dados no GoldVarb 2001 de forma separada precisamos entendemos como os estrangeirismos e os empréstos iriam se comportar nos dois jornais. Os resultados significativos (0,03) dado que leva a concluir que os dois meios de comunicação são potenciais na inclusão dos estrangeirismos e empréstimos. Mas o JN é o mais notável nos estrangeirismos (PR= 0,55) se compararmos com o JV (PR=0,39). Com relação aos empréstimos os dados indicam o fenômeno contrário, quer dizer, JN tem peso relativo de 0,44 enquanto que o JV tem 0,61. É um fenômeno inesperado, mas precisa ser relatado nesta pesquisa. Vejamos a tabela 10.

Tabela 10: Resultados dos jornais “Notícias” e “Verdade”

	ESTRANGEIRISMOS			EMPRÉSTIMOS		
	N/Total	%	PR	N/Total	%	PR
Jornal (grupo #1)						
Jornal "Notícias"	1965/2117	92,8	0,55	152/2117	7,2	0,44
Jornal "Verdade"	853/999	85,4	0,39	146/999	14,6	0,61
Fontes de extração (grupo #2)						
Notícias nacionais	1182/1377	85,8	0,49	195/1377	14,2	0,50
Publicidade	1562/1642	95,1	0,51	80/1642	4,9	0,48
Esporte nacional	74/97	76,3	0,32	23/97	23,7	0,68
Línguas de origem do item (grupo #3)						
Bantu	161/288	55,9	0,18	127/288	44,1	0,82
Outras Línguas	54/72	75	0,20	18/72	25	0,40
Inglês	2329/2473	94,2	0,54	144/2473	5,8	0,45
Latim/Eruditas	274/283	96,8	0,59	9/283	3,2	0,79
Fenômenos quanto a função (grupo #4)						
Necessário	1408/1656	85	0,36	248/1656	15	0,63
Luxo	1410/1460	96,6	0,65	50/1460	3,4	0,34
Classificação do dado (grupo #6)						
Nome	2789/3066	91	0,50	277/3066	9	0,49
Expressão	18/20	90	0,50	2/20	10	0,49
Adjetivo	7/14	50	0,82	7/14	50	0,91
Verbo	4/16	25	0,13	12/16	75	0,86
Tipos de dado (Grupo #7)						
Palavra	1609/1880	85,6	0,34	271/1880	14,4	0,65
Sigla	111/121	91,7	0,24	10/121	8,3	0,75
Palavra/Sigla/Acrônimo	1080/1095	98,6	0,77	15/1095	1,4	0,22
			input=0,95	input=0,04		
cells=73	LV=-736.245	Interação na convergência=8		Significância=0,03		

8.3.1 Influência do local de residência na variação

As cidades de Maputo e Nampula têm índices altos de uso de estrangeirismos e empréstimos. Esse resultado decorre de alguns fatores. As cidades são realidades recentes em Moçambique, com menos de 80 anos na sua maioria. As pessoas que se aglomeram nas cidades saíram do campo devido à guerra, a fenômenos naturais, tais como a seca, cheias ou mesmo à procura dos serviços básicos do tipo: escolas, hospitais, emprego remunerado entre outros. Os PR, quando se calculam estrangeirismos e empréstimos separadamente, são altos nas duas cidades, fato que comprova que os estrangeirismos e os empréstimos são realidades presentes no PM. A maior incidência (deste fenômeno linguístico) nas cidades se justifica

pelo fato de que é nestes locais onde há mais falantes de português. As zonas rurais têm uma taxa de analfabetismo muito elevada.

Os estrangeirismos no PM variam segundo a cidade ou local de residência. Cada etnia tem a sua língua e as interferências linguísticas virão da língua predominante no local. O estudo não se estendeu para as zonas rurais porque as LB predominam nesses lugares e a probabilidade de encontrar falantes do português é muito reduzida. Outro aspeto a observar é que não há uma distinção linguística que possamos fazer entre a zona urbana e suburbana, pois as pessoas convivem juntas e interagem como resultado da história política formada nos últimos 30 anos.

8.3.2 A influência da língua materna na variação

Já discutimos nas seções 1 e 2 que Moçambique tem uma diversidade linguística complexa. É normal encontrar falantes que tenham pelo menos duas línguas maternas em que uma delas é uma LP. Os estrangeirismos e os empréstimos aparecem na LB por influência da língua materna dos falantes. O convívio de falantes de várias línguas no mesmo espaço geográfico (falantes com baixo nível de escolaridade) pode influenciar na frequência de estrangeirismos e empréstimos.

Os estrangeirismos variam de província para província porque dependem da LB falada localmente assim como dos aspetos sociais e culturais. Em Nampula, por exemplo, nota-se que há uma influência muçulmana muito forte fato que faz com que a LP tenha empréstimos vindos do árabe. A língua materna da maioria da população é emakhuwa fato que faz com que apareçam mais termos emprestados desta língua. Na cidade de Maputo, por ser capital e por ter, entre outras uma LB falada em três províncias, nota-se o predomínio de estrangeirismos vindos do xichangana. Esse resultado reforça a ideia de que a língua “é dinâmica, plástica, aberta e em contínuo movimento porque a experiência humana tem essas características. O ilimitado e a dinamicidade da língua têm a ver com o ilimitado e a dinamicidade da vida humana” (FARACO, 2012, p.42). E na variação leva sempre traços da língua materna que é dominante em 89% da população moçambicana.

8.3.3 A questão do sexo/gênero na variação lexical

O sexo tem influenciado na frequência do uso de estrangeirismos. Na fala dos homens observou-se 79,8% de estrangeirismos e na fala das mulheres 70,2%. Nestes dois resultados não há uma diferença considerável entre os dois sexos. Ao cruzarmos os dados entre gênero e língua materna percebe-se que na fala dos homens (76%) mais estrangeirismos do que em

mulheres (24%). Os homens tomaram mais liberdade, foram mais abertos nas entrevistas do que as mulheres. A questão cultural, segundo a qual as mulheres não podem “puxar a conversa” com estranhos pode ter sido o maior fator para se ter uma percentagem reduzida de estrangeirismos.

8.3.4 Como a idade influência na variação e na mudança lexical?

Neste trabalho dividimos as idades em dois grupos ou faixas etárias: faixa etária 1: 18-49 anos e faixa etária 2: 50 ou mais anos. Os resultados da rodada do *GoldVarb 2001* mostram que o primeiro grupo apresenta mais estrangeirismos (76,7%) dos que as pessoas com mais de 50 anos (75,7%). Entendemos que não é uma diferença significativa entre os dois grupos daí que se pode concluir que tanto adultos quanto idosos são potenciais criadores de estrangeirismos. Em muitos casos, esses adultos e idosos têm a LP como sua língua segunda ou terceira.

Os resultados mostram que independentemente da idade, os moçambicanos incorporam estrangeirismos e empréstimos resultado das condições sócio-culturais em que estão inseridos. Há, no entanto, uma projeção de unidades lexicais da língua materna (língua africana) para o português fato que vem preencher, “por analogia, as lacunas com que se depara, como se ambas as línguas fossem detentoras da mesma estrutura” (MIGUEL, 2003, p.52).

8.3.5 O nível de escolaridade teria influência na variação?

O nível de escolaridade é muito relevante ao uso ou não de estrangeirismos e empréstimos. Na situação em que falantes de português não a têm como sua língua materna, é normal que apareçam interferências linguísticas sobretudo no nível fonético e lexical. Falantes com ensino primário são favorecedores (PR=0,88) ao uso de estrangeirismos. Isso significa que, pelo fraco domínio da LP, recorrem aos estrangeirismos para preencher lacunas em suas frases. Nos pesos relativos da variável nível de escolaridade, é notável o decréscimo dos números de estrangeirismos na medida em que aumenta o nível acadêmico. Quer dizer, nível primário (PR=0,88), secundário (PR=0,27) e superior (PR=0,10). Falantes com ensino superior, devido à bagagem de conhecimentos que possuem, poucas vezes introduzem estrangeirismos se compararmos com outros níveis de ensino.

Quanto aos empréstimos, é importante referir que falantes com ensino superior tendem a usar mais empréstimos. Esse fenômeno se justifica pelo fato de que falantes escolarizados conhecem as normas da LP. Lembramos que para a realização dos empréstimos é necessário

esse conhecimento, porque é preciso adaptar a unidade lexical às regras gramaticais da língua de chegada. Jamais se pode integrar um verbo estrangeiro aos verbos da 2ª, 3ª ou 4ª conjugação. Por exemplo, *pandza* (do xichangana, tipo de dança)- *pandzar* (ato de dançar *pandza*); *to print* (proveniente do inglês e significa **imprimir** e que passou para **printar**).

O que faz com que pessoas menos escolarizadas recorram às LB para fazer empréstimos se justifica pelo fato de que ainda existem dificuldades no ensino. O fato de que o português seja a única língua de escolarização (embora não sendo a mais falada) desencoraja muitos alunos. Ki-Zerbo (2006) defende que “África precisa promover a educação em suas línguas, porque a escolarização nas línguas maternas abrirá espaço à identidade cada um [...] quando nos exprimimos na nossa língua materna, a imaginação liberta-se” (KI-ZERBO, 2006, p.73).

8.3.6 A classe social *versus* a variação lexical

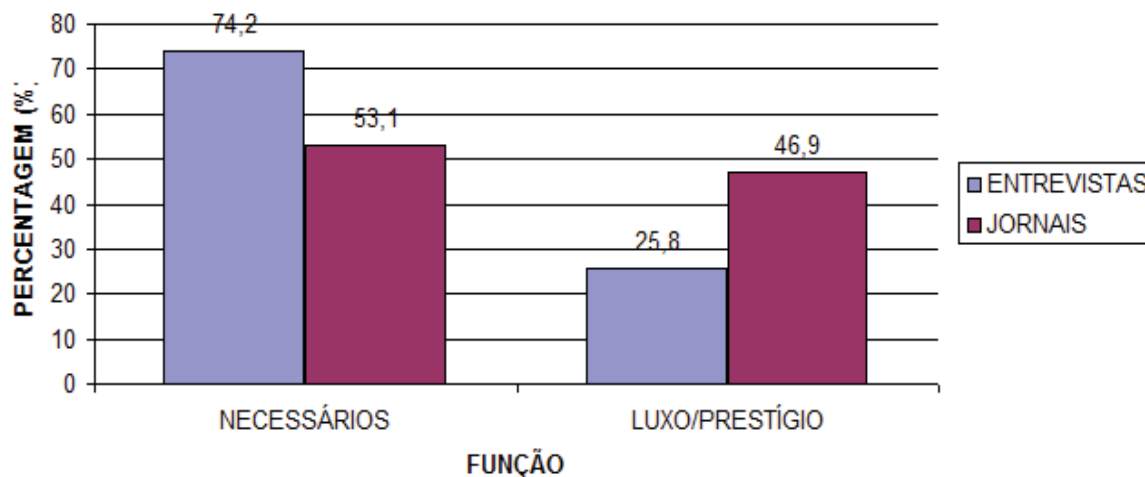
A classe social é determinada pelo ganho mensal de cada família. É tabu em muitas comunidades moçambicanas informar salário/ganho mensal da família. Na análise desse aspecto tivemos dificuldades enormes para determinar esta variável. Apesar desse constrangimento, acreditamos que pessoas com nível social alto têm alto padrão comunicativo em português, pois têm condições financeiras para frequentar as melhores escolas e sempre convivem num ambiente urbano. Dados que resultam da pesquisa com o *GoldVarb 2001* mostram que a classe média é a que mais tende a usar estrangeirismos (PR=0,69). É provável que este dado tenha tido um alto PR função de distorções de representatividade. Percebe-se que a maior parte dos falantes pertence a este grupo social. Houve uma ocorrência de 128 estrangeirismos em 155 ocorrências totais na fala da classe média.

O importante a salientar é que a classe social alta tende a apresentar menos estrangeirismos vindos das LB. A classe alta tem oportunidade de aprender em melhores escolas e está em constante ligação com as novas tecnologias: *internet*, televisão, revista, jornal, etc.

8.3.7 Os estrangeirismos quanto à função

As unidades lexicais novas (sejam elas da matriz interna ou externa) não aparecem por acaso. Podem ter uma função necessária (quando não existe equivalente no português) ou de luxo ou prestígio (quando a unidade lexical é escolhida só por questão do prestígio da língua). No gráfico abaixo estão indicadas as percentagens das entrevistas e dos jornais no quesito “função” do estrangeirismo.

Gráfico 27: Os estrangeirismos quanto à função no JN, JV e nas entrevistas



Fonte: Elaboração própria

No gráfico nota-se que os estrangeirismos são usados predominantemente com a função necessária em entrevistas. Isso significa que há situações de comunicação conectadas à cultura moçambicana e que não têm equivalência em português. Este fenômeno chama-se por **neologia denominativa**, na seção 4. Pode-se citar exemplos de:

(113) “...como chama aquilo ali *nqueka* precisa aí é muita coisa...mas muita coisa mesmo...” (informante A1).

(114) “...então este dele, segundo dele aqui é *catchiza* e esse aqui é...” (informante B5).

(115) “...agora esse *mapiko* é de homens. Levam bambus e começam a dançar...” (informante B7).

(116) “...então são as próprias *malassas*. Isto aqui tira-se do mato é uma fruta...” (informante B6).

As unidades lexicais *nqueka*, *catchiza*, *massalas*, *muravarava*, *mapiko* e *uputsu* são inexistentes no contexto cultural português. Daí que os falantes se socorrem da sua língua materna para completar lacunas. *nqueka*: é um pequeno pano cortado de lençol que as mulheres amarram na cintura nas primeiras duas semanas após o parto. Provém da língua xichangana; *catchiza* é um tipo de batuque característico da província de Nampula; *malassas*: fruto silvestre com casca dura, de polpa doce e sementes grandes e duras (a planta nasce nas savanas africanas); *muravarava*: jogo tradicional; *mapiko* é um tipo de dança; *uputsu*: bebida feita de farinha de milho e *xicandarinha* (chaleira) unidade lexical que entrou no PM via literatura.

Nos jornais “Notícias” e “Verdade”, os textos passam por uma revisão desde o jornalista até ao editor final. E os jornalistas pelo menos têm o nível fundamental completo. Mas isso não quer dizer que não possam aparecer casos de estrangeirismos “necessários” ou “de luxo”. Por vezes o jornalista traz termos estrangeiros com a intenção de se aproximar ao leitor moçambicano. Vejamos alguns casos extraídos dos *corpora* escritos:

(117) “...sobretudo no amor a Deus e ao próximo, *khanimambo!*...” (JN, 28.abr.2012, p.17).

A palavra *khanimambo* (do exemplo 117) significa “obrigado” em português. Existindo a palavra equivalente em português, por que o jornalista utiliza aquela palavra do xichangana? Cremos que o objetivo é aproximar o leitor ao seu texto e consequentemente à sua ideia. A existência da palavra da língua xichangana provaria ao leitor que o texto é moçambicano; foi escrito por moçambicano e relata algo que é nacional.

É importante ressaltar que, na maioria dos casos, esses estrangeirismos não precisam de nenhuma nota de rodapé ou mesmo explicação. Na maioria dos casos, os leitores entendem o significado. O grande problema pode ocorrer caso o texto seja lido por estrangeiro que não domina os contextos sociolinguísticos de Moçambique. Nesse caso pode ocorrer uma espécie de “corte” na compreensão do texto.

8.3.8 Os estrangeirismos estão dicionarizados?

Muitas unidades lexicais faladas e escritas em Moçambique não estão dicionarizadas. Nos *corpora* identificamos 72,3% nas entrevistas e 82,3% nos jornais. Estas unidades novas no PM raramente ocorrem nos *corpora* usados em Portugal no momento em que se elaboram os dicionários. É por isso que apoiamos a criação de um dicionário elaborado e produzido em Moçambique no qual se podem incluir todas essas unidades lexicais que retratam a variedade moçambicana. Os itens lexicais analisados que estão dicionarizados no *Dicionário integral da língua portuguesa* (2008) são 27,7% nas entrevistas e 17,7% apenas nos jornais.

Há, no entanto, muitas palavras provenientes das LB que não estão dicionarizadas, mas que são usadas com muita frequência. Pode-se citar exemplos de *maheu* (bebida não alcoólica feita de farinha de milho ou mapira), *ngoma* (bataque), *mapiko*, *xigubo*, *makwaela* (tipos de dança).

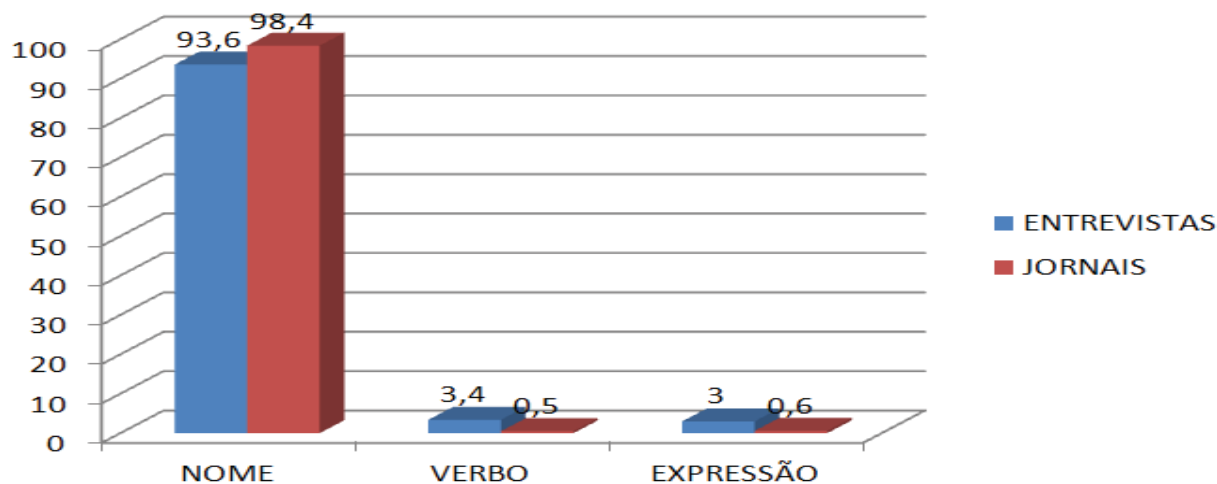
É por isso que apoiamos a criação de um dicionário elaborado e produzido em Moçambique no qual se podem incluir todas essas unidades lexicais que retratam a variedade moçambicana. Na elaboração dos dicionários da LP “devia haver o levantamento cuidadoso das unidades lexicais da língua, das unidades documentadas e contextualizadas: morfemas,

afixos, neologismos, empréstimos, inovações lexicais e sintáticos” (VILELA, 1995, p.86). O autor acrescenta que falta-nos uma inventariação autêntica e fidedigna das unidades da língua. A criação de um dicionário da variedade moçambicana seria um passo importante rumo à diminuição do preconceito e ao sucesso na educação. Outro aspecto a considerar é que na elaboração ou extração das unidades não se recolhe os *corpora* orais (língua falada). Se o dicionário é o “conhecimento genérico culturalmente partilhado por uma comunidade linguística e codificado no léxico” (VILELA, 1995, p.78), então todos os *corpora* orais e escritos deveriam servir de referências para a elaboração da base de dados.

Concordamos com Bagno (2013b, p.88) quando diz que é erro considerar a “escrita como o ideal”. Porquê? Por que tanto a escrita quanto a fala podem ser espontâneos ou monitorados. Aliás, a escrita não é língua, simplesmente é a representação da fala. Assim, considerar apenas os *corpora* escritos para a elaboração de dicionário é um equívoco. Entendemos que é importante mudar o conceito de **dicionário**, o de “ser instrumento normalizador, um repertório de usos corretos [...] enfim, o **manual de tira-teimas**” (CORREIA, 2011, p.234, grifo da autora). O dicionário podia ser simplesmente um acervo de consulta de todas as unidades lexicais usadas em determinada língua, incluindo os estrangeirismos e empréstimos em uso. Para isso, os *corpora* orais escritos seriam importantes, porque cabe ao linguista ou dicionarista ou cientista da linguagem observar e estudar tal como a língua é e sem um pré-julgamento, porque o “**certo** é aquilo que ocorre na língua” (PERINI, 2013, p.21) e neste caso é o universo lexical que ocorre nos *corpora* orais e escritos.

8.3.9 Classificação dos fenômenos/dados da pesquisa

O gráfico a seguir mostra a distribuição da classificação dos dados encontrados nos *corpora* segundo a classe de palavras a que pertencem. Sendo assim, o gráfico dá uma visão mais clara de que os estrangeirismos dos *corpora* são nomes, sendo 93,6% nas entrevistas e 98,4% nos jornais. Os verbos e as expressões são casos raros que nem chegam a 5%. Senão vejamos:

Gráfico 28: Classificação dos estrangeirismos nas entrevistas e nos jornais (JN e JV)

Fonte: Elaboração própria

Acabamos de ver que há muitos estrangeirismos que são nomes/substantivos. A circulação dessas palavras é ilimitada e pode sem dúvida aparecer em sala de aulas. Os alunos podem encontrar estas palavras em seus livros (poesias, contos, etc) e dificilmente saberão seu significado, uma vez que nem aparecem nos dicionários portugueses usados nas escolas.

Consideramos os nomes vindos das LB como palavras do PM quando já estão integradas no ‘nosso português’. São essas unidades que distinguem as variedades da LP no mundo. As unidades lexicais **gol, goleiro, escanteio** só ocorrem no PB. Elas caracterizam a variedade brasileira. Assim, concluímos, que as unidades lexicais *tchovas, xiconhocas, mukheristas, mazonas* e muitas outras discutidas na subseção 5.1.4, representam as características do PM. As unidades lexicais *avilo* (amigo), *dikamba* (amigo, companheiro), *kumbú* (dinheiro), *funji* (fubá) e *maka* (problema, conflito), por sua vez fazem parte do Português de Angola (PA).

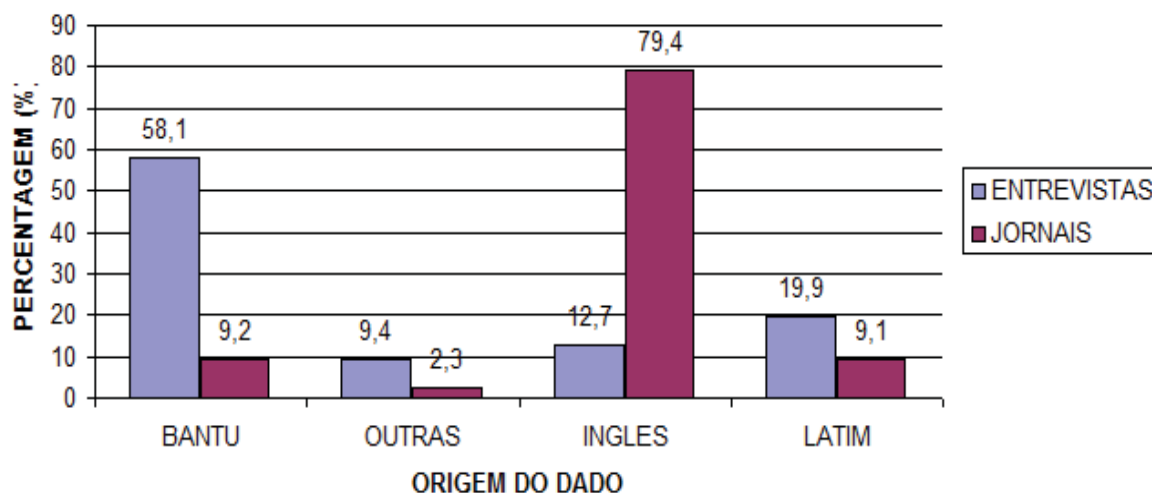
8.3.10 Os estrangeirismos quanto às línguas de origem

Na seção 5 discutiu-se a noção de estrangeirismos e os seus desdobramentos. Os estrangeirismos no PM provêm de várias línguas faladas em Moçambique até aquelas que são faladas no estrangeiro. Acreditamos que cada palavra quando entra no PM chega com uma história. Não é só o contato entre pessoas que falam línguas diferentes que cria os estrangeirismos. Hoje, há uma presença muito ampla dos meios de comunicação do tipo rádio, televisão, jornal, etc. Assim, esses contatos internacionais podem trazer para o PM novas

palavras sem que se tenha um contato direto com os falantes dessas línguas. As novelas brasileiras presentes em todos os canais televisivos moçambicanos chegam com novo léxico proveniente da variedade do Português do Brasil bem como dos diversos hábitos e costumes. A globalização permite que haja essa interação entre povos criando assim, uma aldeia única. Nessa arena linguística internacional, a língua inglesa ganha sempre um espaço privilegiado, pois é, em muitos casos, entendida como língua da tecnologia, da ciência, etc.

As importações de produtos de outros países (principalmente anglófonos) podem trazer de certa forma uma quantidade de estrangeirismos, principalmente para objetos ou situações anteriormente inexistentes na nossa língua. Vejamos a seguir o gráfico 29:

Gráfico 29: Línguas de origem dos estrangeirismos nos jornais e nas entrevistas



Fonte: Elaboração própria

Aqui observa-se que os estrangeirismos nos jornais provêm principalmente da língua inglesa, incentivados em muitos casos pela publicidade e pelas novas tecnologias. A segunda língua que é fonte dos estrangeirismos no PM são as LB. Cada uma das mais de vinte LB faladas e usadas em Moçambique influencia, ou melhor, contribui na formação do PM de forma menos ou mais visível. Não podemos negar a constante transferência de construções gramaticais das LB para o PM, fato muito bem demonstrado nos trabalhos de Dias (2009a; b), Ngunga (2009, 2012), Timbane (2012a; c), Timbane e Berlinck (2012), Gonçalves (2001a; b) e muitos outros.

Os estrangeirismos vindos das LB aparecem como os mais frequentes na fala do que na escrita. Por que razão? É pelo fato de as LB serem as línguas maternas dos moçambicanos.

As LB são línguas de referência para cada falante que tem LP como língua segunda. Enquanto no corpus escrito predomina o inglês (por causa da publicidade e das novas tecnologias), no *corpus* oral predominam as LB (por serem língua materna da maioria dos moçambicanos). O gráfico 29 ilustra esta análise. É importante acrescentar que “outras línguas” são as LB não faladas em Moçambique e línguas europeias faladas nos países vizinhos de Moçambique.

O predomínio do inglês na LP não acontece apenas na variedade moçambicana. Numa pesquisa feita por Alves (2008) em dois jornais (*Folha de São Paulo* e *O Globo*) e duas revistas (*Veja* e *Isto é*) brasileiras, a autora constatou que a maior parte dos estrangeirismos (73%) provêm do inglês. As restantes línguas que contribuem para o PB são: francês (8%), italiano (3%), japonês (3%), espanhol (2%) e outras (11%).

Nessas outras línguas, Alves (2008) inclui as línguas indígenas e as LB que chegaram com os escravizados no período colonial. A realidade sociolinguística brasileira é diferente daquela de Moçambique e é por isso que há variações sobretudo no nível lexical e semântico. Para concluir esta sub-seção é importante salientar que o jornal “Notícias” é o maior meio difusor de estrangeirismos (92,8%) se compararmos com o jornal “Verdade” (85,4%), entrevistas da cidade de Maputo (58,7%) e Nampula (88%).

8.3.11 Casos de línguas bantu não moçambicanas (o exemplo do kimbundo)

Na seção 1 falamos dos limites linguísticos, que são diferentes dos limites políticos. Algumas línguas faladas no território onde é Moçambique também são faladas nos países vizinhos e não só. Uma das curiosidades da pesquisa é que das dez LB angolanas nenhuma é falada em Moçambique. Mas constatamos que através da mídia e do contato entre os PALOP e sobretudo através da música, palavras da língua kimbundo chegam a Moçambique.

Angola tem uma situação sociolinguística semelhante com a de Moçambique. Convive no mesmo espaço uma diversidade linguística, principalmente nas grandes cidades. A guerra fez com que as pessoas saíssem das zonas do interior para as cidades. Nesse contexto, pessoas falantes de diferentes línguas bantu tiveram que aprender português que desde já chamamos de Português de Angola.

O kimbundo, segundo Miguel, “pertence à grande família das línguas bantas e apresenta, tal como as demais línguas desta família, características próprias, a principal das quais é o sistema de concordância que se processa por classes.” (MIGUEL, 2003, p.52). Antes de mais, vejamos as línguas africanas faladas em Angola.

Mapa 6: As línguas africanas em Angola



Fonte: Povos e línguas de Angola (2012, s.p.); Costa (2006, p.48)

Todas estas línguas convivem no território angolano e uma atua em contexto da vida social. Mas também estas línguas interagem entre si e acontecem interferências devido a mobilidade da população e do impacto do português. Sendo assim,

as interferências de ordem lexical constituem o tipo de contágio que menos afeta a estrutura interna e a identidade de uma língua. Contudo, [...] os empréstimos lexicais traduzem o tipo de interferências que menos violam a identidade da língua portuguesa, enriquecendo-a [...] (COSTA, 2006, p. 49).

Segundo Vilela (1995) a população angolana atual é resultado do cruzamento de vários povos que, entre os séculos XIII e XIX ocuparam o território que hoje é conhecido por Angola. Mas a vida nômade desses povos permitiu que a situação linguística seja plurilíngue. Os contextos sociolinguísticos de Angola se assemelham com os de Moçambique, porque a LP é “veículo inter-étnico e inter-línguas nacionais” (VILELA, 1995, p.50).

A língua kimbundu é a terceira língua mais falada de Angola (9,5%) depois do umbundu (28,7%) e português (82,8%), segundo dados do *Inquérito integrado sobre o bem-estar da população 2008-2009*. O kimbundo é mais falado nas províncias de Kwanza norte (50,4%), Malanje (49,8%), Bengo (42,2%), Luanda (15,7%) e Kwanza Sul (14,1%).(cf. REPÚBLICA DE ANGOLA, 2011, p.48). O kimbundo é língua materna de 6,8% dos angolanos tendo maior incidência nas províncias de Kwanza Norte (43,3%), Malanje (40,5%),

Luanda (11,7%), Bengo (10,2%) entre outras províncias (cf. REPÚBLICA DE ANGOLA, 2011, p.50).

A existência de uma parte da população angolana que tem o kimbundo como língua materna que faz com que várias interferências, empréstimos e estrangeirismos ocorram no português angolano e se espalhem pela lusofonia através da música, poesia, drama, enfim pelos meios de comunicação. Vejamos alguns exemplos dessas unidades lexicais: *mbaia* (ultrapassagem), *malembe* (devagar), *matuku* (rabo), *muxima* (coração), *raias* (óculos), vírgulas altas (aspas), *xaxu* (papo furado), *xinguilar* (ficar doido), *tambula conta* (cuidado), *musseque* (favela), *alambamento* (dote), *kazukuta* (confusão), *sunguilar* (curtir), *gasosa* (gorjeta), encalhamento (estar encalhado), *camanguista* (vendedor de diamantes), namoração (namorar), *calembeiro* (*ferry boat*) etc. (CASA DE LUANDA, 2008; PINTO, s.d.; VILELA, 1995).

8.3.11.1 Casos de palavras das línguas bantu angolanas (exemplo de kimbundo)

A República de Angola é um país africano que tem uma situação linguística semelhante à de Moçambique - a de ser multilíngue, multicultural e o domínio das LB. (cf. mapa 6). Curiosamente há muitas unidades lexicais vindas do PA para o PM através da música e da interação cultural entre os dois países. Esse entrosamento é mais frequente hoje devido ao uso de novas tecnologias como é o caso da *internet* e da televisão. Vejamos o exemplo extraído do *corpus*:

(118) “...ninguém deu ouvido aos *kotas* e o drama...” (JV, 11.nov.2011.p.33)

A palavra *kota* é empréstimo vindo do kimbundo, uma LB angolana. *Kota* vem de *dikota* que significa o mais “velho” em kimbundo e que sofreu transformações no PA. Outra unidade lexical muito frequente no PM é *candongueiro*, que vem do kimbundo *kan donga* que significa “venda ilegal”. Houve aqui uma adaptação ortográfica na LP de *kan* para *can-* ficando *candonganga*. No PM a produtividade lexical passa pela criação de verbos-*candongar*, criação de substantivos *candogueiro*. Outra unidade lexical proveniente do kimbundo via PA é a palavra *kumbú*. Esta palavra vem do kimbundo *ukumbu* que significa vaidade. Mas o seu significado mudou no PM e no PA. Significa “dinheiro”.

Outra unidade lexical que merece ser apresentada é *canhangulo*. *Canhangulo* é uma espingarda de carregar pela boca usada pelo exército colonial e depois da independência usada na caça. A palavra *canhangulo* também vem da língua kimbundo. É uma palavra formada por aglutinação de duas palavras *kunyanga* (matar) + *ngulu* (porco). Esta aglutinação formou a palavra *kanyangulu* que passou a ser grafada como *canhangulo* no PA e PM.

Outras palavras comuns no PM e no PA são: **maka** (problema), **mboa** (mulher), **puto** (moço mais novo), **museke** (bairro, terreno arenoso), **susse** (mijar), **xuxa** (chupeta), **sungura** (dança zimbabweana), **pancar** (bater), **xinguilar** (ficar doido), **garina** (garota), **kapuka** (cachaça) (cf. CASA DE LUANDA, 2008; PINTO, s.d.).

8.3.12 Casos de neologismos (da matriz interna) semânticos nos jornais e nas entrevistas

Na seção 4 discutimos a questão dos neologismos e a sua complexidade. No *corpus* escrito encontramos várias unidades lexicais novas de matriz interna. Os estrangeirismos e os empréstimos são neologismos de matriz externa, pois são unidades lexicais provenientes de outras línguas. Agora veremos como dentro da LP há novas formações lexicais que atingem a variação semântica. Para uma análise aprofundada observemos as seguintes frases:

(119) “...ou seja, o *lambebotismo* um grupo sobre o qual [...] pior ainda, ele torna-se um *lambebotas* mesmo...” (JV, 16.mar.2012).

(120) “...os *bicicleteiros* condutores de *bicicletas-táxi* são outro trunfo: eles são uma correia de transmissão decisiva entre o povo carênciado no...” (JV, 2.dez.2011).

(121) “...estamos tão bem como apregoamos e nem sequer o *deixa-andar*, jargão amplamente...” (JV, 2.dez.2011).

(122) “...transportadores de semi-colectivos de passageiros vulgo *chapa 100* [...] o motorista do veículo automóvel, do *chapa 100*...” (JN, 28.abr.2012).

Antes de qualquer explicação sobre as unidades lexicais destacadas nas frases acima, é importante saber que cada uma delas está inserida num determinado contexto sócio-político. A unidade lexical **lambebotismo** provém da composição por justaposição, em que as unidades lexicais **lambe+bota** se juntaram formando **lambebota**. Assim, **lambebota** é um indivíduo que é muito submisso ao seu chefe, mas com pretensão de ganhar vantagens do seu superior hierárquico. A mesma aglutinação apresentada anteriormente se verificou na formação da palavra **chapa 100** que é a junção de **chapa + 100**. O **chapa 100** é o meio de transporte privado de passageiros. Surgiu pelo fato de que esse transporte (geralmente van ou ônibus) trazia no para-brisa, uma placa com a tarifa do transporte que era (nos anos 1980) de 100 meticais.

As unidades *bicicletas-táxi* e *deixa-andar* são formadas por justaposição. No contexto do PM, *deixa-andar* significa “desleixo” ou “não tomar atitude positiva numa determinada situação.” É uma palavra que surgiu recentemente (ano 2005) com políticos para se referir aos governos anteriores que deixaram de fazer ou tomar atitude perante situações importantes da vida dos moçambicanos. É importante referir que há muitas unidades lexicais (até

dicionarizadas) que são neologismos no contexto do PM. Isso porque os neologismos podem ser morfo-semânticos, sintático-semânticos, morfológicos, pragmáticos, lexicais tal como Sablayrolles (2006, p.146) mostra. Uma simples mudança semântica da palavra torna a palavra nova, senão vejamos: na conversa entre jovens, em músicas, em notas de rodapé de televisão é frequente vermos ou ouvirmos as palavras **cena** (coisa, algo), **damo** (menino que leva anel na cerimônia de casamento ou moços que cortejam um casamento), **casório** (local, lugar onde se realiza uma cerimônia de casamento), **puto** (moço, rapaz), **taco** (dinheiro), **rochar** (errar, falhar), **sograría** (casa dos sogros), **biscato** (trabalho temporário), **babalaze** (ressaca), **infelicidade** (morte), etc.

8.3.13 Casos de hibridismos no português de Moçambique

Tal como vimos nas subseções 4.2.2., o hibridismo é uma palavra formada por elementos retirados de duas línguas diferentes (BECHARA, 2009). Na LP parece haver poucos exemplos desse tipo de formação, mas é importante apresentar e discutir os poucos encontrados nos *corpora* do nosso trabalho que passamos a citar:

(123) “...onde, além de dirigir um *showmício*, vai manter contactos interpessoais, enquanto as brigadas...” (JN, 4.abr.12, p.7).

A unidade lexical *showmício* é uma junção de duas palavras: *show* (do inglês) e *comício* (do português). *Showmício* é uma unidade lexical não dicionarizada no DILP, mas a sua frequência é mais notável na publicidade escrita e oral. O dicionário do PB Houaiss (2009) registrou a unidade lexical que surgiu em 1989 para se referir a “reunião em praça pública, com números musicais e discursos de caráter social e político.” (HOUAISS, VILLAR, MELLO FRANCO, 2009, p.1741). O mesmo acontece com as unidades lexicais *zouk-love* (tipo de dança) que vem do crioulo da base francesa *zouk* (significa **festa**, em crioulo de base francesa) e *love* (que significa **amor**, em inglês). Há vários hibridismos na LP dos quais Viaro (2004, p.149) mostra vários exemplos de formações híbridas muitas delas formadas de latim + grego (ex. sociologia), árabe + latim, árabe + grego (ex. alcoômetro), LB + grego (ex. sambódromo), francês + grego (ex. burocracia), etc.

O PM cria hibridismos muitas vezes para completar um *déficit* lexical. É o caso das palavras *txuna-baby*, *feijão-nhemba* ou *feijão-cutu* (da família *vigna unguiculata*). A palavra *txuna-baby* é formada por *txuna* (origem desconhecida, ex-nihilo) + *baby* (do inglês, bebê) que justapostos formam um neologismo lexical bem usado no contexto moçambicano. As palavras *feijão-nhemba* (no sul de Moçambique) ou *feijão-cutu* (no norte de Moçambique) são muito antigas no PM embora não tenham sido dicionarizadas. São formadas por feijão

(português) + *nhemba* e/ou *cutu* (LB). Outras variedades do feijão são: *feijão-holoco*, *feijão-soloco*, etc. Outra palavra que consideramos hibridismo é *internet-café* que significa *lan-house*, no PB. *LAN* significa *Local Area Network*. Sendo assim, **internet-café** é formada por *internet* (do inglês) + café. Outro exemplo de hibridismo identificado nos *corpora* escritos do PM é **cartão-sim** que significa *chip* no PB. A palavra **cartão-sim** é composta por cartão+ *sim* (da sigla do inglês, *subscriber identity module*). Outro hibridismo que ocorre nos *corpora* escritos é **professor on-line** e **estudante on-line** [exemplo 99 que repetimos aqui: “...o portal deverá ter espaço para professor *on-line* e estudante *on-line*, afim de permitir...” (JN, 12.mar.2012, p.18)].

Segundo estudo desenvolvido por Freitas, Ramilo e Arim (2005); Antunes (2012), Correia e Gonçalves (apud CAPUCHO, 2008, p.279), os hibridismos correspondem a 4% de palavras do português, o que significa que a LP ainda está em construção. Não existe uma língua pronta e os hibridismos dão indicação de que os neologismos tendem a crescer. Os hibridismos são fenômenos raros na nossa língua, mas merecem um espaço no estudo e análise da variedade moçambicana.

8.3.14 Casos de ex-nihilo no português de Moçambique

Na seção 4 (subseção 4.2) discutiu-se o conceito de ex-nihilo. São construções que aparecem na fala da camada jovem moçambicana que se propagam, surgindo também na imprensa escrita. Vejamos exemplos extraídos dos nossos *corpora*:

(124) “são especialistas em *tchapitas*, fazendo das bermas sociais um autêntico palco de espectáculo...” (JN, 1.mai.2012, p.29).

(125) “... mas afinal tinha de ser *txunado* porquê, se estava ali por mero e lamentável engano...” (JN, 12.abr.2012.p.29).

(126) “...“ao contrário, estes são chamados de *matrecos*, fofinhos, não sabem aproveitar...” (JN, 24.fev.2012, p.25).

As unidades lexicais destacadas nas frases surgiram do nada, pois não se sabe a sua origem. Aparecem geralmente na fala da camada juvenil e se propagam para as restantes faixas etárias. Sendo assim, *tchapita* (exemplo 123) é uma moto-táxi: rápido que circula nas cidades; *txunado* (exemplo 124) significa estar bem vestido; estar bem ou reprimir fisicamente alguém. Por exemplo: “Ele vai te *txunar*.” significa “ele vai te bater” ; “Hoje está bem *txunado*.” significa “hoje está bem vestido” ou “hoje está chique”

A unidade lexical *matreco* (exemplo 125) significa idiota, quer dizer alguém que não sabe agir em determinadas situações ou mesmo é tímido. Para além destas palavras

encontradas no *corpus* da pesquisa, existem *bidjonson* (que é nome de jogo da corda), *marrar* (que significa estudar), *bazari*⁸⁹ (que significa ir embora) e *bufos* (que significa polícia), que também são formações cuja origem não se conhece. Todos estes neologismos vêm enriquecer o português e, sobretudo, a variedade moçambicana. Estas unidades lexicais não estão dicionarizadas no dicionário consultado, mas são frequentes na comunicação cotidiana.

Outra unidade lexical que merece ser integrada como ex-nihilo é **maningue**. O verbete dessa palavra no *Dicionário de moçambicanismos* adverte que as origens do advérbio **maningue** são controversas. Está dicionarizada também no *Dicionário integral da língua portuguesa* (2008, p.970). Na qualidade de falante nativo de xichangana, pressupomos que a palavra tenha vindo de *vanyingue* (que significa “muito”). Há defensores da ideia de que **maningue** tenha vindo da língua inglesa, *many* que também significa “muito”. Há muitas composições de músicos moçambicanos que fazem uso da palavra **maningue**, por vezes acompanhado do adjetivo *naice* que vem de *nice*, do inglês (*maningue naice*/muito bem). Nossa opinião é a de que é um ex-nihilo, pois ninguém assume a autoria e nem se sabe de que língua a palavra apareceu.

O mesmo se pode dizer da palavra *gone* que significa “casa” no PM. É provável que tenha se integrado no PM vindo do inglês *go on* mas infelizmente não existem fontes que sustentem essa tese. Em conversa com cinco jovens (por sinal entrevistados), nenhum deles foi capaz de explicar de que língua teria vindo essa palavra. Por enquanto, entendemos que seja um ex-nihilo.

Outra unidade lexical que merece nossa atenção é *fixe* [fife]. Esta unidade lexical faz parte do léxico da camada juvenil e não se percebe a sua origem, pois não faz parte do léxico das LB, nem das línguas estrangeiras que emprestam suas palavras para o PM. Consideramos ex-nihilo uma vez que sua origem é desconhecida. No PM este adjetivo significa: bom, certo, perfeito.

Na LP não existe um verbo para designar o fenômeno “não ter dinheiro”. O PM criou a palavra *txonar* para designar esse fenômeno ou estado. É frequente ouvir na língua falada os jovens falarem: “Eu estou *txonado*!” A palavra *txonado* é ex-nihilo também, pois não se sabe de que língua provém. Nesta posição frasal parece ser um adjetivo, mas não é, pois é usada como verbo. Sendo verbo é colocado no grupo dos verbos da primeira conjugação que terminam em **-ar**, isto é, *txonar*. Em muitas frases aparece sempre acompanhado do verbo

⁸⁹ É provável que esta palavra tenha vindo do japonês *banzai* que significa “vamos”, “vai”, “salve”, mas infelizmente ainda não existe bibliografia sobre a origem da palavra, nem autoria do surgimento.

“estar” e assim passa para o particípio passado (*txonado*). Mas *txonar* é o verbo principal na frase e significa “não ter dinheiro”. É uma palavra da língua xichangana. Concluimos esta subseção sublinhando que estes ex-nihilos foram identificados na fala de jovens, de ambos os sexos, nas duas cidades com nível de escolaridade primário e secundário.

8.4 Integração dos estrangeirismos no português de Moçambique

Tal como se discutiu na subseção 5.2, os estrangeirismos são diferentes dos empréstimos. No PM, os estrangeirismos tendem a conservar alguns traços gráficos da língua de origem (*scanear, spidar, phatthar, tchovar*), mas outras tendem a mudar por influência da adaptação fonética que ocorre em primeiro lugar (CAGLIARI, 2002). A ortografia é propriedade da escrita. Cada falante pronuncia da sua maneira, mas a escrita está normatizada através do Acordo Ortográfico⁹⁰. Isso não acontece só em português, mas também em todas as línguas do mundo. Só para dar um exemplo: a palavra **tia** na LP pode se pronunciar [tia] em Maputo, [dia] em Nampula, [tʃia] no interior de São Paulo e assim sucessivamente. Vejamos alguns exemplos extraídos do *corpus* escrito que ilustram a integração de estrangeirismos no português:

(127) “...os novos tarifários aplicam-se, exclusivamente ao *roaming* 3G e *roaming* de dados que passam a custar 14 MT...” (JN, 5.abr.2012, p.8).

(128) “...totalmente danificada enquanto que o *mini-bus* teve danos apenas na parte frontal...” (JN, 30.abr.2012, p.3).

(129) “...recebemos novo *stock* de materiais de construção...” (JN, 3.abr.2012, p.7)

(130) “...Ministro da Educação decreta *lock-out* contra estudantes bolseiros...” (JN, 9.abr.2012, p.29).

(131) “...já estamos cansados de ver os *gangs* a actuarem, desgraçando pessoas enquanto os agentes circulam...” (JN, 2.abr.2012, p.29).

(132) “...os veterinários explicam que essa mudança deve ao *stress* vivido pelos paquidermes, principalmente...” (JN, 10.abr.2012, p.26).

As unidades lexicais inglesas *roaming, mini-bus, stock, lock-out, gangs e stress* (127 a 132) são frequentes no PM. Mas há uma especificidade que merece ser apresentada: as palavras *stock, gangs e stress* não sofrem nenhuma mudança gráfica, tal como acontece no PB

⁹⁰ O acordo ortográfico é uma lei estabelecida pela política linguística de uma comunidade linguística cujo objetivo é indicar a escrita correta de palavras. Sabe-se que o “sistema de escrita permite a leitura, ele é uma representação da linguagem oral e só faz sentido se associado à linguagem oral; não é uma linguagem independente, mas vale por si. A escrita nunca é uma representação direta do pensamento, porque este só existe na linguagem oral” (CAGLIARI, 2009b, p.18).

em que as mesmas são grafadas: **estoque**, **gangue** e **estresse**. As palavras **bifes** (do inglês *beef*) que significa “problema”, **John** (do nome mais comum em inglês *John*) que significa “amigo”, **brada** (do inglês *brother*) “irmão”, **niga** (do *black english vernacular*, *nigger*) que significa “companheiro, amigo”, **bosse** (do inglês *boss*) que significa “chefe” são alguns exemplos de unidades lexicais frequentes na fala dos jovens, residentes nas zonas urbanas e suburbanas, de classe social média e baixa.

8.5 Integração dos empréstimos no português de Moçambique

Antes de avançar com a análise, cumpre recuperar a noção de empréstimos como uma unidade que já passou pelo *status* de estrangeirismos na língua, mas que com o uso do tempo sofre transformações e adequações nessa nova língua. Neste trabalho, consideramos empréstimos palavras que foram aportuguesadas e que assimilaram uma ou mais características da LP. Pode ser no nível ortográfico ou fonético. Diante de um *corpus* escrito interessam-nos as mudanças morfológicas observáveis na sua materialidade ortográfica. Observemos estes dois outros exemplos retirados do *corpus*:

(133) “... de futebol, os *mambas*, Mart Noiij desmentiu publicamente...” (JN,15.jun.2011).

(134) “... valoriza-o. Até conheço *maziones* que te admiram...” (JN,16.jul.2011).

Os exemplos que acabamos de apresentar demonstram a inserção dos empréstimos nas mídias moçambicanas. Estes casos não ocorrem apenas nas “cartas de opinião”, mas também em outras páginas do jornal (notícias, publicidade). Muitos jornalistas estão cientes desse fenômeno linguístico, e é por isso que sempre colocam essas palavras entre aspas. As palavras destacadas (*em itálico*) provêm de estrangeirismos de origem xichangana. Ocorreu a transformação das palavras *mamba*⁹¹ cujo plural deveria ser *timamba*)⁹² e *muzione*⁹³ (plural

⁹¹ Cobra muito venenosa que ocorre em África e que tem a capacidade de imitar sons de animais tais como: galinha, cabrito, boi, etc.

⁹² O xichangana tal como muitas outras LB está organizada em classes nominais para marcação de concordância. Nesta língua há cinco prefixos que marcam o plural nos substantivos: **mu**, **va**, **mi**, **ma**, **svi** e **ti** ou **tin**. Por exemplo, *munhu/vanhu* (pessoa/pessoas), *munti/minti* (casa/casas), *ribzè/maribzè* (pedra/pedras), *xipflàlò/svipfàlò* (porta/portas), *rìmitsù/timitsù* (raiz/raízes) e *rìsokòti/tinsokòti* (formiga/formigas) (SITOE, 1996). “uma das características fundamentais das LB reside na morfologia do nome cuja estrutura chamou atenção dos linguistas (Bleek, 1869; Bryam, 1959; Guthrie, 1967, Meinhof, 1906, Werner, 1915) que desde muito cedo observaram a organização rigorosa destes grupos denominados classes (nominais) marcados através de prefixos [...] no nome podem distinguir-se duas partes, a saber, um prefixo variável em função da classe e um tema. O tema é portador do significado lexical do nome. Isto é, ao radical podem afixar-se diferentes prefixos e diferentes sufixos, a mudança semântica é apenas parcial” (NGUNGA; SIMBINE, 2012, p.91). ver quadro 18, em anexo (p.316).

mazione). Para adaptação à LP acrescentou-se à forma singular *mamba* a desinência –s, elemento morfológico que na LP tem a função de marcar o plural dando origem à forma *mambas* no lugar de *timamba*, como é na língua xichangana.

A segunda palavra *mazione* deriva de *zione* cujo singular é *muzione* em xichangana. O uso dessa unidade lexical no português revela que o ponto de partida não foi acrescentar a desinência –s à forma (singular é **muzione**). Curiosamente tomou-se a forma plural *mazione* e a ela acrescentou-se marca do plural prototípica dos substantivos em português (-s), dando origem à forma *mazioni*. Na palavra *muzione* temos o tema *zione* antecedido do prefixo **mu-** que é prefixo do plural.

É frequente vermos nos meios de comunicação as transformações: *timbila/timbilas* (xilofone/xilofones), *pala-pala/pala-palas* (chifre/chifres de antílope), *capulana/capulanas* (tecido de algodão que as mulheres usam como adorno amarrado à volta da cintura), *tchova/tchovas* (carrinho / carrinhos de mão), *madala/madalas* (idoso / idosos), *mamana / mamas* (mãe / mães), *molwene / molwenes* (marginal / marginais), *mufana / mufanas* (rapaz / rapazes) (DIAS, 2002b). As formas do plural apresentadas nesse conjunto de unidades lexicais são empréstimos de origem xichangana ao PM.

Os empréstimos oriundos do xichangana totalizaram sete casos em todo o corpus e todas as formas observadas correspondem ao uso do plural: *candongas*, *xiconhocas*, *mukheristas*, *mazioni*, *mambas*, *nhamacacatas* e *tchovas*. Como se pode observar, quando a unidade sai da língua “A” para “B”, o PM, ela naturalmente se conforma às novas regras da língua “B”. Já que na língua “B” a desinência –s marca o plural, os usuários dessa língua adaptam as formas da língua às regras da língua “B”, o que resulta na passagem de um estrangeirismo de “A” para numa nova designação - empréstimo em “B”.

Há que se considerar ainda alguns neologismos encontrados no *corpus* que ilustram a criatividade do PM: **populista**, **piscinazinhas**, **chapeiro**, **miserabilista**, **taxi-ciclismo**, **futebolando**, **senta-baixa**, **bebedores-mor**, **estrangeirice** e muito recentemente, **chissanismo**, **guebusismo**, **guebuziano**. Essas palavras estão carregadas de uma polifonia político-cultural característica do PM. Como vimos na seção 4, as matrizes internas e externas é que fazem com que a língua varie e mude. A LP usou vários empréstimos greco-latinos para formar/cristalizar o português falado ou escrito atualmente.

⁹³ Indivíduo que professa a religião zione. zione é a 3ª religião mais professada em Moçambique, depois da católica e muçulmana. A religião zione tem 21,7% e 15,7% para a zona urbana e rural respectivamente. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1997).

8.5.1 Adaptação gráfica

Para uma boa acomodação na língua de chegada, muitas palavras adaptam a sua grafia às regras ortográficas da língua de chegada. Todos os verbos são obrigados a fazer adaptações devido às formas verbais da conjugação. Por exemplo, o verbo *guevar* que vem do xichangana *ku gueva* (comprar para revender) flexiona-se no português aplicando todas as formas verbais da LP. Vejamos outros exemplos transcritos do *corpus*:

(135) “...a plataforma persa Janela da Angústia, do *blogueiro* Arash...” (JN,2.mai.2012, p.26).

(136) “...começou um festim de muros, pontapés e *gotwanas* no diminuto espaço do semicoletivo...” (JN,3.mai.2012, p.21).

(137) “...o que é nos dado a observar é um *show-offismo* protagonizado por alguns automobilistas majotariamente cobradores de chapa que fazem a maior parte...” (JN, 9.abr.2012, p.29).

As palavras *blogueiro* (que vem de *blog*, do inglês), *gotwanas* (que vem de *gotwana*, do xichangana) e *show-offismo* (que vem de *show-off*, do inglês) sofreram uma adaptação morfossintática no português, mantendo o receptivo valor semântico. A palavra *gotwana* significa *carolho* (cascudo, no PB). Na integração no PM acrescenta-se a dissidência –s como marca do plural, quer dizer, *gotwanas*. Outro exemplo de integração gráfica é a palavra **machimbombo**. Vejamos o exemplo:

(138) “...a implementação do bilhete electrónico nos **machimbombos** à empresa PMS plataforma...” (JV, 21.out.2011, p.3).

As línguas dos países vizinhos de Moçambique têm influenciado no PM. Vejamos o exemplo **machimbombo** que significa ônibus no PB. A palavra vem do inglês *machine pumb* (bomba mecânica), que mais tarde passou a ser escrito *maximbombo* e deu entrada no dicionário com a grafia **machimbombo**. Muitas das unidades lexicais bem integradas perdem o sentido estrangeiro (sentimento neológico) e passam a ser grifadas sem aspas e/ou itálico. É exemplo de *capulana* e *lobolo*. No entanto, há tantas outras que já aparecem na imprensa escrita desde os anos 80, mas ainda não aparecem em dicionário. É o caso da palavra *xiconhoca*. É por isso que Sablayrolles (2006b) pede uma reflexão muito profunda sobre o que é neologismo e até que ponto se pode considerar uma palavra nova na língua.

O aparecimento de uma unidade lexical no dicionário não significa que ela seja nova nem significa que deixa de ser nova. Há várias decisões e sentimentos (meramente linguísticos) que devem ser tomados para se tomar tal decisão. Na integração de palavras

estrangeiras há adaptação às regras gramaticais da LP principalmente em verbos. É o caso de *biznar* (que vem do inglês *business*) que significa negociar ou vender no PM; *djobar* (que vem do inglês *to job*) que significa trabalhar, *djampar* (que vem do inglês *to jump*) que significa negar ou saltar no PM e *djimar* (que vem do inglês *gym*, abreviatura de *gymnastic*) que significa “malhar” ou “fazer ginástica.”

Para os restantes casos surgem algumas formações raras, como é o exemplo da palavra *shofista* (que vem do inglês *show-off*), que significa exibicionista, cuja adaptação foi resultado de mudanças fonéticas e morfológicas. A unidade lexical *brada* (que vem do inglês *brother*) e significa “irmão”, companheiro, parceiro sofreu transformação gráfica na integração à LP, conservando uma pronúncia que se mantém próxima à palavra em inglês. O prefixo *hyper* do inglês se grafa como hiper no PM. Por exemplo: **hipermercado** (JV,12.mar.2012, p.29). A palavra **sacudum** que significa mochila, no PM resulta de várias mudanças gráficas. É uma palavra que surgiu com o aparecimento de “mochilas militares” nos anos 1980 e a partir daí, o seu valor semântico se generalizou para qualquer objeto com as mesmas características e funções. Desta forma, **sacudum** vem do francês *sac-au-dos*, que quer dizer, **mochila** ou **pasta de costas**. A influência fonética criou uma nova grafia acrescida de uma nasalização, passando a ser grifada assim: **sacudum**.

8.5.2 A mudança gramatical

De forma geral, os verbos provenientes de outras línguas ao chegar no português, são obrigados a seguir normas vigentes. O que primeiro salta a vista é o aspecto fonético e a seguir o gráfico. Não é por acaso que as pessoas grafam *maningue naice*, *mukheru*, *sutiã*, *tchekar* desta forma. Estas unidades lexicais acabaram sendo grafadas desta forma por influência fonética e fonológica. A escrita correta da língua de origem é *many*, *nice*, *carry*, *soutien*, *check* respectivamente. Na pesquisa não pudemos testar foneticamente as palavras, mas acreditamos que nas palavras *game*, *lan house*, *DJ*, *laser*, *bus*, os falantes jamais pronunciariam /game/, /lan'oze/, /dêjota/, /lazer/ e /bus/, etc.

8.5.2.1 Integração de verbos estrangeiros na 1ª conjugação:

Antes de mais, entendamos que a integração não implica necessariamente a palavra sofrer alguma alteração de qualquer tipo. Outras palavras sofrem alguma alteração gráfica ou fonética ou semântica. Na seção 5 apresentamos vários exemplos de integração de unidades lexicais. Vale lembrar que os verbos sempre são integrados na primeira conjugação.

Vejamos, por exemplo os verbos: *tchovar*, *printar* que provêm de xichangana (*ku tchova*) e inglês (*to print*) respectivamente.

8.5.2.2 O português de Moçambique ignora a gramática das palavras estrangeiras

Todas as palavras estrangeiras chegam ao PM pertencendo a uma das classes de palavras. Por exemplo, a palavra *madjerimanes* chega no PM via inglês. Primeiro entendamos que *madjerimanes* significa “estudante ou trabalhador (a) moçambicano (a) que estudou ou trabalhou na Alemanha.” A palavra provém de *Germany* (Alemanha). Na integração foi antecedido pelo prefixo plural **ma-** que pertence a classe 6 (Sobre prefixos nominais de concordância das LB, conferir o quadro 18, p. 316, em anexo). O singular do prefixo **ma-** é **mu-** (classe 1), quer dizer, ***mu**djerimana* (sing.) e ***ma**djerimane* (plural) (cf. SITOIE, 1996, p.310; NGUNGA; SIMBINE, 2012, p.98). O que acontece é que esta unidade lexical entrou no PM como palavra pluralizada, quer dizer, *madjermane*. E o português ignorou, obviamente, as regras gramaticais que a palavra trouxe do xichangana e colocou a desinência **-s**, no final da palavra como marca do plural, resultando a palavra *madjerimanes*.

Resumindo: a palavra partiu do inglês para xichangana e depois do xichangana para o português. O importante a reter aqui é que as palavras estrangeiras mesmo vindo carregadas de valores gramaticais, passam a se submeter às regras da língua de chegada. Não há regra sem exceção. A variedade moçambicana, por exemplo, aceita que haja palavras que começam com **st-**, **sc-**, **tch-**, **ph-**, **sp-** tal como vimos com as palavras *startar*, *scanear*, *tchovar*, *phalhar*, *spidar*. A presença de **st-**, **sc-**, **tch-**, **ph-**, **sp-** no PM contraria as pesquisas de Assis (2007), Seara, Nunes e Lazzarotto-Volcão (2011), Possenti (2002), Carvalho (2009) discutidas na seção 5. Por quê? É que a base da criação neológica dos estrangeirismos no PM são as línguas bantu.

A influência das línguas bantu têm feito surgir outro tipo de adaptação incomum no contexto da variedade moçambicana. Observando o quadro 17 (p.315, em anexo), observa-se que algumas línguas têm lacunas de consoantes e vogais na sua estrutura. Por exemplo, na língua Yao falada nas províncias de Niassa e parte de Nampula há algumas limitações, tal como se pode ver na tabela 11:

Tabela 11: Fonemas consonânticos da língua Yao

	Bilabial	Lábio-dental	Alveolar	Palatal	Velar	Lábio-velar
Oclusivos	p b		t d	c j	k g	
Nasais	m		n	ny	ng'	
Vibrantes			(r)			
Fricativas			s			
Aproximantes		v	l	y		w

Fonte: Ngunga (2009, p.192)

Depois de analisar esta tabela, qual seria a porcentagem do falante do português como língua segunda que adapta um estrangeirismo segundo as normas rígidas do PE ou PB? Como se pode ver, os fonemas /f/, /x/, /r/, etc não existem na LP, fato que nos leva a acreditar que a influência da língua Yao provoca mudanças consideráveis no PM falado por cidadãos daquele ponto do país.

8.5.2.3 Como se sabe, se uma palavra estrangeira é masculina ou feminina?

A língua portuguesa é por natureza uma língua do gênero, quer dizer, todas as palavras são enquadradas ou no masculino ou no feminino havendo algumas exceções, tal como é o caso de lápis, papel, folha, presidente, etc. A inconsistência do gênero gramatical, segundo Bechara (2009, p.133) “fica patente quando se compara a distribuição de gênero em duas ou mais línguas, e até no âmbito da mesma língua histórica na sua diversidade temporal, regional estilística.” Bechara (2009) dá exemplos de **sol** que é masculino em português e feminino (*die sonne*) em alemão; **sal** e **leite** são, masculino em português, mas femininos em espanhol (*la sal* e *la leche*). Há casos ainda em que o português fica indiferente quanto a atribuição do gênero: crisma, íris, lhama, soprano, personagem, etc. (BECHARA, 2009).

A atribuição do gênero a uma unidade lexical é, na verdade, uma tarefa difícil mesmo para os mais escolarizados. Como integrar uma palavra como *mahala* (gratuito) proveniente da língua xichangana? Em xichangana não existe distinção gênero, quer dizer, o gênero é neutro. A pergunta é como atribuiremos o gênero em português? Esse problema atinge até aos países que têm instituições específicas que controlam a entrada de estrangeirismos e empréstimos. A França e o Canadá têm uma longa história de controle de estrangeirismos tal como vimos na seção 4. Na experiência francesa e segundo Loubier (2011) não é possível delimitar a feminização sem que tenha havido uma adaptação gráfica e fonológica ao sistema francês. Segundo a autora “deve-se resolver o problema da francisação das formas sob plano

fonético para poder fixar a grafia do gênero”⁹⁴ (LOUBIER, 2011, p.54, nossa tradução). Mas, caso exista uma variação de gênero na francofonia, Loubier defende que privilegiará as regras em vigor em Québec (Canadá).

8.5.2.4 Casos de estrangeirismos vindos das línguas bantu

Na maioria dos casos, as LB não têm marcas morfológicas de gênero tal como acontece no português. O xichangana, por exemplo, admite marcas neutras (*xinyanyana* “passarinho”) ou casos de prefixo zero (*nguluvi ya wamuna*/porco; *nguluvi ya wansati*/porca). Significa “porco homem” e “porco mulher”. Como as LB não distinguem por afixo o gênero, torna-se muito irrelevante ou menos preocupante quando chega no PM. Assim, quando uma palavra da LB chega ao PM, a escolha do gênero da palavra é aleatória e depende da frequência do uso. Levantamos, então, as questões: é o *xitende* ou a *xitende* (birimbau)? É o *matapa* ou a *matapa* (prato feito com folhas de mandioca)? É o *tchopela* ou a *tchopela* (moto-taxi)? É o *tchuva* ou a *tchuva* (jogo feito com pedrinha ou sementes em covas)? É o *tontonton* ou a *tontonton* (cachaça)? É o *cacana* ou a *cacana* (*momordica balsamina*)? O *bassela* ou a *bassela* (bônus; oferta de um produto após uma compra)?

Na pesquisa concluímos que não existe uma regra de integração dessas palavras por gênero. O que acontece é uma escolha aleatória e depende muito da frequência do uso. Sendo assim, as palavras acima apresentadas são usadas da seguinte forma: o *xitende* (masculino), a *matapa* (feminino), o *tchopela* (masculino), a *tchuva* (feminino), o *tontonton* (masculino) e a *cacana* (feminino).

8.5.2.5 Casos de estrangeirismos vindos do inglês e do francês

Na maior parte dos casos, os estrangeirismos vindos do inglês se integram no português recebendo um novo gênero, isto porque o português é uma língua do gênero em que as palavras na sua maioria pertencem a um gênero. É importante referir que no inglês há muita neutralidade do gênero. Exemplos do inglês: *derby* (neutro), *gangster* (neutro), *funcky* (neutro), *knock-out* (neutro). É claro que existem casos especiais em que uma palavra estrangeira é masculina e quando passa para português fica no feminino ou *vice-versa* e exemplos: *t-shirt* é neutro em inglês e masculino em português; *password* é neutro em inglês e masculino em português. A integração de um estrangeirismo inclui o ato de atribuição do gênero na língua de chegada.

⁹⁴ *Il faut ainsi résoudre le problème de la francisation des formes sur le plan phonétique pour pouvoir fixer la graphie du genre.*

No caso de palavras do francês, elas conservam gênero na maior parte dos casos. Exemplos do francês: *tournée* (feminino) = turnê, *champagne* (masculino)=champanhe, *marron* (masculino)=marrom, *beige* (feminino)=bege *boutique* (feminino).

Segundo Loubier (2011) temos que considerar que há empréstimos **aceites** e **não-aceites**. Os **empréstimos aceites** são aqueles que (a) se adaptaram ao sistema; (b) se está conforme ou adaptado ao sistema fonético-fonológico, morfossintático e gramatical; (c) corresponde a uma variedade linguística em uso na comunidade; (d) se está implantado na língua, quer dizer, está sendo usado de forma mais frequente na fala ou na escrita. No PM, a palavra *cocktail* (JV, 25 nov. 2011, p.4) não se adaptou graficamente tal como aconteceu no PB (coquetel). Segundo Loubier (2011) os **empréstimos não-aceites** são aqueles cujo emprego é desaconselhado. Isso acontece em comunidades linguísticas que têm instituições que controlam a entrada de estrangeirismos como é o caso do francês na França e no Québec.

Concluindo: Tanto os estrangeirismos vindos da LB quanto do inglês, francês ou outra língua podem ser ou não-aceites na integração. Por outro lado, os foneticistas defendem que não é possível que não sejam integrados, quer dizer, haverá sempre qualquer tipo de adaptação fonética. De qualquer forma é importante referir que é o uso que generaliza, integra as novas unidades lexicais estrangeiras na língua de chegada.

8.6. A variação e a mudança semântica do português de Moçambique

As palavras ganham sentido segundo os contextos nos quais são usadas. Uma única palavra pode ter vários significados dependendo das variáveis sociais. Por vezes o significado de uma palavra muda ao passar de uma língua para outra por meio do processo que denominamos por estrangeirismo e empréstimo. Senão vejamos os exemplos extraídos do *corpus*:

(139)“...o já que o seu *ten years* pega avarias quase cada dia que nasce ...” (JN,6.abr.2012, p.29)

(140)“...mercadorias para revenda, na luta contra os *ninjas* e com os policcias...” (JN, 16.ago.1997, p.9)

(141) “... os populares cogitam ser uma catorzinha por sua vez...” (JN, 19.dez.2011,p.21)

As palavras estrangeiras destacadas nas frases acima perderam o seu sentido real da língua de origem. No contexto do PM *ten years* /tenies/⁹⁵ significa van (no PB), *ninja*

⁹⁵ Esta adaptação fonológica que influencia a escrita, ocorre no PB com a palavra **picapizinha** que vem da palavra inglesa *pick-up*. Os falantes do PB escrevem *pick-up* na sua forma formal, mas, quando passam a palavra

significa ladrão, vagabundo e *catorzinha* significa moça que vende sexo (prostituta) independentemente da sua idade. No princípio a expressão era usada apenas para moças menores de 18 anos e com o passar do tempo o valor semântico se estendeu para qualquer mulher que pratica a prostituição, independentemente da sua idade.

Como pudemos constatar, as unidades lexicais *ten years*, *ninjas* e *catorzinha* perderam o seu valor original que corresponde a dez anos, agente secreto (em filmes japoneses) e catorze respectivamente, já que no PM as palavras em itálico significam van, ladrão e prostituta. Estes valores semânticos não são encontrados no PB ou no PE. Essa situação pode ser estendida para: *take-away* (lanchonete no PB), *show* (bom, certo), *off* (sem dinheiro), *slow* (música com ritmo lento; romântica), *soft* (bom, suave, ótimo), *dama* (dançarina, mulher, namorada), *damo*, palavra adaptada de dama (proveniente de francês *madame*) que significa “dançarino de valsa em cerimônias de casamentos”. Esses exemplos foram extraídos dos Jornais “Notícias” e “Verdade”.

Quando falamos de neologismos semânticos, estamos falando de novos significados atribuídos a unidades lexicais novas ou velhas. A palavra “calamidade” é antiga e bem conhecida na LP, mas no contexto do PM, para além do significado já conhecido na CPLP significa “roupa usada”. Este é o novo valor semântico que é conhecido no contexto do PM.

Vejamos a seguir neologismos semânticos no PM: **chapa**: transporte privado de passageiros; **chapeiro**: motorista e cobrador dos transportes privados de passageiros; **giro**: recarga de celular; **patrão**: dono de um empreendimento ou aquele que tem dinheiro; **cinzentinho**: polícia civil; **dubai**: qualquer carro importado; **perdiz**: partido RENAMO (o 1º partido de oposição em Moçambique); **deixa-sofrer**: saia muito curta grupo-dinamizador: chefe de um bairro; **mexe-mexe**: doença contagiosa de olhos (conjuntivite); **altamente**: bom, certo; **bater**: roubar; **batedor**: ladrão; **abastecimento**: alimentos cuja quantidade para compra era controlada pelo Governo nos anos 1980.

Vale ainda mostrar que no PM há expressões tais como **mais-velho** (cara, no PB), **muita-carga (legal, bom)**, **bater-na-rocha** (que significa fracassar; insucesso), **panha-bola** (gandula⁹⁶, no PB), **bem-bom** (estar conforme), **bomdiamos** (cumprimentar mais de uma pessoa de uma vez), **espera-pouco** (espingarda), **homem-do-jogo** (melhor jogador numa partida), **todo-o-terreno** ou **4x4** (viatura com tração nas quatro rodas) que caracterizam as

para o diminutivo, transformam a grafia da palavra inglesa aportuguesando-a - **picapizinha**. Esperávamos que se pudesse grafar ***pick-upizinha**.

⁹⁶ Nome que surgiu em homenagem ao jogador Bernardo Gandula, jogador de futebol Vasco da Gama (na década 1930) “que tinha o hábito de buscar as bolas que saíam de campo” (HOUAISS; VILLAR; MELLO FRANCO, 2009, p.952).

especificidades regionais da “nossa língua.” As palavras **pouco-pouco, muito-muito, andar-andar, pega-pega** aparecem por influência das LB em especial na língua xichangana, quer dizer, *ngopfu-ngopfu* (muito-muito), *svitsongo-tsongo* (pouco-pouco), *koma-koma* (pegar-pegar), *famba-famba* (andar-andar) e *guele-guele* (prostituição). A palavra *guele-guele* provem do inglês, *girl*. Este processo na língua xichangana é chamado reduplicação⁹⁷ e os falantes do português como língua segunda fazem esta transferência.

Estes e muitos outros neologismos aparecem no PM com objetivo de responder às necessidades comunidades do grupo social. Os neologismos semânticos caracterizam um determinado grupo social. É importante sublinhar que os novos significados que estes neologismos trazem ainda não estão dicionarizados, porque os dicionários são feitos em outros contextos, neste caso, em Lisboa. Os alunos moçambicanos escrevem em suas redações escolares estas palavras e até podem ser lidas na imprensa escrita.

Assim, a escola deve respeitar esta variação mostrando aos alunos que as línguas variam tendo em conta variáveis sociais. A criatividade lexical é inerente a todas as línguas e a LP não seria uma exceção, muito menos a variedade moçambicana. No PM usa-se a palavra “bombeiro” para se referir a frentista e bombeiro (da salvação pública). O PB criou a palavra “frentista” para distinguir as duas profissões. Essa é a variação semântica que não deve ser escondida aos alunos.

8.7 Sobre os neologismos da matriz interna

Sabe-se que os neologismos da matriz interna constituem formações dentro do sistema linguístico. A criatividade lexical desse tipo é muito frequente na literatura moçambicana, tal como vimos em 4.2.6 (p.151 deste trabalho). Vimos que palavras se formam por meio de justaposição e aglutinação trazendo novos valores semânticos. No *corpus* oral (entrevistas) e escrito (jornais) foram encontrados poucos casos desse tipo. Mas é importante mostrar alguns exemplos extraídos dos *corpora* escritos:

8.7.1 Casos de formação de palavras por justaposição

No *corpus* do jornal “Notícias” foram identificadas várias unidades lexicais formadas por justaposição. Se não vejamos:

(142)

⁹⁷ Reduplicação é “um processo de repetição de uma parte ou de todo o tema” Ela pode ser **total** (é um processo morfológico em que o reduplicante e a base são idênticos a nível segmental) ou **parcial** (quando uma parte da base é reduplicada ou repetida) (NGUNGA; SIMBINE, 2012, p.165-170).

- (a) bola-ao-cesto (JN, 23.fev.2012, p.35) (g) rés-do-chão (JN, 30.abr.2012, p.34)
 (b) áreas-chave (JN, 29.fev.2012, p.30) (h) todo-o-terreno (JN, 29.fev.2012, p.35)
 (c) meio-campista (JN,20.abr.2012, p.31) (i) guarda-redes (JN, 20.abr.2012, p.31)
 (d) mão-de-obra (JN, 27.abr.2012, p.1) (j) operação-experimental (JN, 28.fev.2012, p.1)
 (e) corre-corre (JN, 1.mar.2012, p.25) (k) cessar-fogo (JN, 1.mar.2012, p.32)
 (f) processos-crime (JN, 20.abr.2012, p.7) (l) sem-número (JV, 7.out.2011, p.16)

O exemplo **142a** significa “basquete”; **142c** significa “volante”; **142g** é “térreo”; **142h** significa “viatura com tração nas quatro rodas”; **142i** significa “goleiro”. Como se pode ver algumas unidades lexicais estão intimamente ligadas à realidade moçambicana.

8.7.2 Casos de formação de neologismos por aglutinação

São formações raras, mas ocorrem de forma isolada nos jornais. Os casos de aglutinação são mais frequentes em textos literários: crônicas, contos, romances onde o autor tem mais “liberdade” impulsionado pelo estilo. Vários exemplos foram apresentados na subsecção 4.3. Mas também, os nomes próprios podem sofrer esse tipo de formação. Timbane (2011) cita exemplos de Jonantónia (Jonas+Antónia), Joãotónio (João+António), Carolinda (Carolina+ Linda), Ildefonso (Ilda+Afonso), exemplos extraídos das obras “Estórias abensonhadas”; “Terra sonâmbula” e “O outro pé da sereia” de Mia Couto. Na vida cotidiana temos vários casos do tipo: Rosangela (Rosa+Angela), Martinália (Martinho +Anália), Anátalia (Ana+Atália), etc.

São formações raras, mas ocorrem nos jornais. São exemplos (**143**)

- (a) girassol (JN, 6.fev.2012. p.25) (b) *marrabenta* (JN,6.fev.2012, p.25)
 (c) moçambola (JV,25.nov.2011, p.7) (d) planalto (JV, 25.nov.2011, p.13)

É importante sublinhar que no exemplo 143b desapareceu o artigo definido “a” que é invariável nos nomes das línguas xichangana, ronga e xitswa faladas no sul de Moçambique. Por exemplo: *a mòvhà* (o carro), *a hìndlu* (a casa), *a nòmò* (a boca), etc. O artigo, que acabamos de descrever aparece na formação e adaptação da palavra **marrabenta** que é a junção de: **amarra** + **rebenta**, para formar o “nome de uma dança tradicional do sul de Moçambique”. Para integração no PM ouve queda do “a” de **amarra** passando a ser **marrabenta** (no PM) aos invés de **amarrabenta** (para as línguas xichangana, ronga e

xitswa). O processo de apagamento da vogal também ocorre no PB popular. Exemplo: “guenta”, “mor” ao vez de **aguenta**, **amor** respectivamente.

8.7.3 Formações de neologismos por meio de afixos

A formação de neologismos por meio de afixos no PM é muito frequente. O prefixo **des-** serve para formar o antônimo da palavra. Por exemplos:

Encontrar - **desencontrar**, cabelar (pentear) - **descabelar**, conseguir - **desconseguir**, capular (pôr a capulana) - **descapular**, mandar - **desmandar**, consolar - **desconsolar**.

Vejamos outros exemplos extraídos dos *corpora* da pesquisa: (144)

- | | |
|---|---|
| (a) infra-estruturas (JN, 11.fev.2012, p.4) | (e) micro-bancos (JN, 14.fev.2012, p.4) |
| (b) micro-crédito (JN, 11.fev.2012, p.1) | (f) agro-negócio (JN, 14.fev.2012, p.8) |
| (c) multi-riscos (JN, 1.mar.2012, p.23) | (g) sem-números (JV, 7.out.2011, p.16) |
| (d) ultracentralizado (JV, 7.out.2011, p.7) | (h) supertaça (JN, 23.fev.2012, p.35) |

É importante deixar claro que estas unidades lexicais também ocorrem nos restantes países da CPLP. Consideramos neologismos porque a nossa base de exclusão é o Dicionário Integral da Língua Portuguesa (2008).

8.7.4 Alguns neologismos dos verbos do português de Moçambique na matriz interna

Na seção 4 falamos que os neologismos podem advir de uma matriz interna (dentro da língua) ou da matriz externa (fora do sistema linguístico). Definimos que o neologismo pode ser uma palavra antiga e que adquire novos referentes ou melhor novos significados. Nesta subseção, mostramos alguns verbos formados dentro do português e que mudaram o seu valor semântico. São exemplos: **bichar** (fazer a fila), **esquinar** (esperar alguém na esquina), **boatar** (propagar mentiras), **depressar** (andar/fazer rápido), **estilar** (exibir-se), **afinar** (apertar as pessoas no chapa 100 ou van), **bala-balar** (correr, andar rápido), **anelar** (pagar dote, *lobolar*), **panhar** (contrair doença sexuais), **cabular** (copiar na prova), **barulhar** (fazer barulho), **bater** (roubar), **cabritar** (fazer corrupção), **chimbar** (bater fortemente), **coisar** (fazer sexo), **engarafar** (fazer feitiço para amar alguém), **fechar** (combinar) **ferrar** (dormir), **gamar** (roubar), **marrar** (estudar), **mortar** (perder no jogo da bolinha), **nenecar** (colocar o bebé no colo), **pedir** (fazer cerimônia de apresentação da noiva), **placar** (ir a uma vila próxima para se esconder da guerra), **botar** (colocar, pôr), **mamar** (comer), **gazetar** (faltar a aula, “matar aula”) **famar** (exibir a fama), **lambe-botar** (aquele que se submete ao seu superior hierárquico para conseguir vantagens corruptas) e **linchar** (queimar um ladrão com pneu).

A primeira conclusão que se pode tirar desta pesquisa de verbos é a de que todos os verbos são da primeira conjugação. Parece ser mais fácil atribuir novos valores semânticos aos verbos terminados em **-ar**. Em segundo lugar, observamos que neste grupo de verbos alguns já estão dicionarizados na língua portuguesa (cf. DICIONÁRIO INTEGRAL DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2008), mas com valor **semântico diferente**⁹⁸ daquele que se apresenta aqui. Além disso, nestes verbos observa-se uma carga cultural, histórica e social do meio moçambicano, daí fazerem parte do PM. Para além deste levantamento, o escritor Mia Couto tem criado muitos neologismos deste tipo, só que esses se limitam especialmente à literatura. É o exemplo de **bonitar, sozinhar, azular, despernar, maniar**, tal como vimos na subseção 6.2. Mas aqueles que acabamos de mostrar aqui refletem a comunicação cotidiana e tendem a ser mais frequentes.

No PM é frequente se observar a formação de neologismos da matriz interna por meio do prefixo **des-**, quer dizer, há formação de novas palavras colocando o prefixo de negação **des-**. Bechara afirma que se utiliza o prefixo latino **de-** para (a) indicar um movimento para baixo, separação, e intensidade e (b) para indicar a negação, ação contrária, cessação de um ato ou estado. (cf. BECHARA, 2009, p.366). Desse modo, no PM surgiram as palavras **desconseguir** (não conseguir), **despegar** (terminar uma jornada de trabalho), **destrocar** (dar troco em dinheiro), **descabelar (despentear)**, **desvestir** (tirar a roupa). Quando os falantes não conhece o antônimo das palavras recorrem ao uso do prefixo de para ultrapassar o impasse. Exemplos: **descaminhar** (para se referir a desviar do caminho), **desdeixar** (estar sujo), **deslobolar** (devolução do dote), **descasar** (divorciar), **desquieto**, **desprogramar**, etc.

8.8 Que dizer de palavras eruditas nos *corpora* dos jornais?

Na seção 5 discutimos o conceito de palavras eruditas ou *savants*. Estes casos não são frequentes, mas existem esporadicamente principalmente nos *corpora* escritos. Na área jurídica, por exemplo, as palavras sábias aparecem como “termos judiciais”. A religião católica também tem conservado várias palavras e expressões **eruditas** vindas do latim: *habemus papa, angelus domini*, etc. Mas a comunicação escrita também já tem trazido vários exemplos. Vejamos no quadro a seguir alguns exemplos:

⁹⁸ **Puto**, no PM significa “garoto, moleque”, mas **puta** que provavelmente seria o feminino de **puto** significa “prostituta ou menina de programa.” Então chega-se à conclusão de que **puto** não tem feminino e por sua vez **puta** não tem masculino. São duas palavras distintas que trazem um significado semântico diferente. No PM, **biscate** significa “trabalho temporário”, mas no PB para além desse significado significa prostituta. O sinônimo de **biscate**, no PM é *part-time*.

Quadro 16: Palavras eruditas provenientes do latim

PALAVRA OU EXPRESSÃO	SIGNIFICADO EM PORTUGUÊS
<i>a priori</i>	de frente para trás
<i>ad hoc</i>	para isto
<i>honoris causa</i>	equipara a honra
<i>latu sensu</i>	em sentido geral
<i>modus vivendi</i>	o modo de viver
<i>per capita</i>	por cabeça; por pessoa
<i>sine qua non</i>	sem a qual não
<i>veto</i>	impedido, proibido
<i>persona grata</i>	pessoa grata
<i>modus operandi</i>	modo de operar
<i>referendum</i>	sob condição de ser aprovado
<i>habeas corpus:</i>	que tenhas teu corpo

Fonte: jornais “Verdade” e “Notícias”

Na análise feita nos jornais, constatamos que as palavras do quadro 16 não são estranhas para o leitor assíduo dos jornais. São palavras que aparecem em itálico e aparecem sem explicação à frente, tal como se faz com outras palavras estrangeiras. Estas palavras ainda conservam o significado e a grafia da língua de origem. A abreviatura de *et cetera* (etc) deixou de ser como tal e passou a ser assumida como palavra. Muitos falantes falam, escrevem e leem [etcetera], mas não sabem o equivalente em latim. Em muitos trabalhos acadêmicos é frequente se usar *ibidem*, *et al*, *op cit*, etc.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da variação e da mudança lexical parece uma tarefa simples. Mas exige um estudo e debate muito profundo. Por isso levamos mais tempo discutindo aspectos teóricos, tentando criar bases para que os conceitos fiquem claros. Nesta pesquisa mostramos que há diferença entre estrangeirismos e os empréstimos propriamente ditos. Houve necessidade de explicar essa diferença porque, embora os dois façam parte da matriz externa têm uma integração bem diferente. Sabemos também que

o estabelecimento da norma moçambicana culta do português é uma tarefa particularmente complexa, uma vez que o discurso dos falantes de uma língua segunda se distingue por uma maior variabilidade do que aquela que se verifica em falantes de língua materna, isto é, os traços elegíveis para esta norma não se distribuem uniforme e sistematicamente pelos falantes que podem ser classificados como instruídos. (GONÇALVES, 2001a, p.988).

A escrita da palavra latina *curriculum vitae* é arbitrária no jornal “Notícias”. Por vezes é grafado como CV ou C.V. e por vezes se pluraliza assim: CV`s, CVS, CVs. Em nenhum momento vimos o plural: *curricula vitae*. Um exemplo extraído do *corpus*: (a)“...deverão enviar os seus *curriculum vitae* em português e em inglês para...” (JN, 15.fev.2012, p.27).

Há problemas na escrita de muitos estrangeirismos vindos das LB moçambicanas, porque havia controvérsias sobre a escrita. Foi em 2008 que finalmente algumas LB moçambicanas foram padronizadas (ver quadro 17, em anexo). A adaptação à ortografia padronizada leva o seu tempo, por isso até hoje há disparidades na grafia. Por exemplo, para a palavra “carrinho de mão” em xichangana, alguns escrevem *tchova*, *shova*, *xova* outros *txova*. O que faz com que esse processo demore é que pouca gente escreve em LB. É por isso que citamos a falta de bibliografia escrita em LB moçambicanas.

Contrariamente ao PB, na integração gráfica no PM não se coloca **e-** em palavras que começam por **sc-** (*scanner*), **sp-** (*spidar*) e **st-** (*stock*, *star*), tal como linguistas brasileiros propõem. Mantém-se sim a forma gráfica da língua de origem. Os hibridismos e os ex-nihilos são frequentes no PM, fato que indica que a variedade moçambicana está em construção, mas de forma acelerada.

O PM age com base nas regras do PE e por vezes por regras próprias. A criatividade lexical por meio de empréstimos e estrangeirismos vai continuar a ocorrer no PM, pois isso resulta dos contextos sociolinguísticos que incluem situações e fatores diversos: (a) contato entre as LB e o inglês com o português; (b) expansão dos meios de comunicação; (c) o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e de informação; (d) deslocação da

população do campo para cidade e crescimento populacional das cidades; (e) valorização da tradição e da cultura moçambicana; (f) redução da taxa de analfabetismo.

Os resultados ilustram que há uma relação simultânea entre a fonética e a ortografia: quando uma palavra sai da língua “A” para a língua “B”, a primeira adaptação ocorre no nível fonético, quer dizer, a palavra é “submetida às regras fonológicas da língua de chegada. Aliás, esse é o caminho natural dos empréstimos, que assim, entram na língua de chegada sem alterar seu sistema fonológico, e, portanto, sua organização (NEVES, 2010, p.252). Logo que essa fase se estabilize, surgirá uma adaptação gráfica. Por exemplo: *bred* (proveniente do inglês, *bread*), *craque* (do inglês *crack*), *sutiã* (do francês *soutien*), *tchovar* (da língua xichangana *ku tchova*, que quer dizer, empurrar).

Este aspecto (de adaptação fonológica) afetou diretamente os sobrenomes (nome de família) de muitos moçambicanos. São exemplos: Mandlate (Manjate), Mondlane (Monjane), n’wamba (Moamba), Sithòye (Sitoi), Matlhathine (Majatine). Este processo não só aconteceu em Moçambique, mas também temos casos de nomes que sofreram um aportuguesamento. Segundo Fonseca (2012, p.118) “houve um aportuguesamento do nome dos africanos e de seus descendentes, estruturado de maneira violenta e compulsória, contribuindo, assim, com os processos de desenraizamento identitário, porque seus nomes de origem foram substituídos por outros alheios, sem qualquer significado histórico-cultural mais profundo”. O que se vê no PM se aproxima do que acontece no PB, com uma onda de adaptação a partir de nomes próprios ingleses: Uilson (Wilson), Taison (Tyson), Jonleno (Jonh Lennon), Magaiver (Mccgyver), Maicon (Michael) (cf. MASSINI-CAGLIARI, 2010).

Na pesquisa também se constatou que a criação de neologismos da matriz interna é uma tarefa mais difícil. Os falantes não acham ter autonomia para criar uma palavra. Assim, os neologismos da matriz interna ocorrem com mais frequência na literatura. Apresentamos aqui exemplos de obras de Mia Couto e Arune Valy que ilustram este tipo de criatividade lexical. O PM começa de forma silenciosa a se distanciar do PE no nível sintático e lexical, fato que se verifica com mais frequência na comunicação oral cotidiana e na televisão. Começa de forma individual e se propaga por toda a comunidade linguística.

A ousadia dos escritores na criação de neologismos é motivada pelo embelezamento do texto. Mas constata-se que os textos literários chegam nas mãos de crianças e jovens de forma muito acelerada e podem ser lidos, interpretados e discutidos em sala de aula, nas aulas de português, na literatura, etc. Sabendo que as crianças e jovens tem uma capacidade de retenção, esses neologismos podem começar a ser usados por essa camada da população e

propagar-se, quer dizer, ganhar uma frequência de uso. Poucos casos de palavras passam da literatura para a fala do dia a dia.

Os falantes do português de Moçambique, na comunicação oral cotidiana não criam neologismos da matriz interna. Preferem buscar neologismos da matriz externa, isto é, estrangeirismos e empréstimos para completar lacunas que possam surgir ou mesmo para satisfazer as necessidades comunicativas. Não custaria, por exemplo, criar as palavras “*quintal universitário”, “*inscrefa”, “*fotocarro”, “*mameiro” para se referir à *campus*, *internet*, *radar*, *soutien* respectivamente. Como se pode imaginar, estas palavras em (*) seriam da matriz interna. Mas os falantes do português preferiram emprestar do latim, do inglês e do francês, talvez pelo prestígio que estas línguas têm. Unidades lexicais novas tais como *txiling* (curtição), *mampara* (idiota), *xiconhoquices* (malandrices), *guadjisador* (aquele que vasculha para roubar; arrastão, no PB) continuarão a existir no PM. Por isso o estudo da variação e mudança do PM é de extrema importância não só para os moçambicanos, mas também para a CPLP, pois acreditamos que a variação deve ser encarada sem preconceito, como um recurso que todas línguas naturais usam.

As siglas e os acrônimos tendem a se consolidar no PM e deixam de ser como tais e assumem o estatuto de palavra. A transformação de siglas e acrônimos em palavras se justifica (i) pela frequência do uso; (ii) pela ausência da sigla correspondente; (iii) pelo prestígio da língua de onde provém a sigla ou estrangeirismos; (iv) necessidade de uso por estar associada a um meio tecnológico da atualidade. Vimos com exemplos que **sigla+palavra** formam novas palavras (neologismos) na LP. São os casos de *e-book*, *e-banking*, *e-mail*, *e-finanças*, *e-tiquete*. Para além disso, há casos de **sigla+ número** ou vice-versa que formam outros neologismos. São exemplos como: *MP3*, *MP4*, *G20*, *11h30*, *2M*, *G20*, *T3*, *km 15*, *AK-47*, *EN1*, *H1N1*, *3G*, *3D*, *4WD*. Na língua há imprevistos. Observamos no Jornal “Verdade” casos de silabação de siglas, como por exemplo:

(145) “Tirem as *akapayemis* e olhem para a nossa polícia” (JV, 25.nov.2011, p.7).

Aqui neste exemplo, observa-se a grafia originada a partir da sigla *AKM* (*Avtomat Kalasnnikova Modernizirovanniy*) que é um tipo de arma mais usadas pela Polícia da República de Moçambique nas suas patrulhas. A palavra **futsal** identificada nos nossos *corpora* escritos provem da junção de duas palavras: futebol + salão. Outro caso, é a formação de palavras+número ou vice-versa: *chapa 100*, *Rio + 20*, *25 mil*, *1ª mão*, *2ª feira*, *Playstation 2*. Há casos de prefixo+número. Exemplo: *sub-20*.

Outro caso “estranho” de formação lexical é a construção **Número+ número**. No PM encontramos o exemplo: **4x4**, /*four by four*/, que significa “viatura com sistema de tração nas quatro rodas.” Outra questão relativa aos acrônimos e siglas é o fato de que nenhum caso vindo das LB se verificou. Isso se justifica pelo fato de que a escrita em LB ainda é raro, pouco usado pelos falantes moçambicanos. Os jornais, as revistas, os anúncios são escritos em português. Os canais televisivos trazem “legenda ou rodapé” e outras informações escritas em português. As siglas e os acrônimos são resultado da prática da escrita e não da oralidade.

É difícil separar a variação lexical da semântica. É que a palavra carrega consigo um significado que pode variar segundo os contextos sociais e culturais. Uma única palavra pode ter significados diferentes em diferentes lugares geográficos. Na matriz interna temos exemplos de “abastecimento”, “calamidade”, “colete” e “chapeiro”: o primeiro significa “venda de produtos alimentícios controlados pelo governo” em Moçambique, para além dos significados apresentados pelos dicionários brasileiros e portugueses; “calamidade” significa roupa usada no PM, para além de outros significados apresentados pelos dicionários brasileiros e portugueses; **colete** significa sutiã; **chapeiro** significa motorista ou cobrador de van, ônibus, caminhão, bicicleta ou moto do transporte de passageiros. Na matriz externa, por exemplo a palavra *show* não só significa espetáculo, mas também significa “bom”, “certo”, “correto” no PM.

Mesmo dentro de Moçambique, os empréstimos e os estrangeirismos variam de região para região, resultados das influências culturais. No norte de Moçambique predomina a religião muçulmana e lá podemos encontrar muitas unidades lexicais emprestadas da cultura do islã. Outros exemplos que merecem ser apresentados são *tchungamoyo* e *dumba nengue*. Ambas as palavras significam “mercado informal”, a primeira usada no centro do país e a última no sul. Há ainda palavras mais comuns em todo país, como o exemplo de *capulana*. Esse tipo de estrangeirismo e empréstimo que refletem uma determinada cultura, Mendes (2010) designa por **lexicultura**. A maioria dos estrangeirismos “necessários” pertencem à **lexicultura**, quer dizer, ao léxico que reflete uma determinada cultura.

Respondendo aos questionamentos iniciais, se pode dizer que felizmente em Moçambique não se fala PE, mas sim uma variedade da LP, esta variedade que “deixa de ser apenas veículo político-administrativo para formar novos modelos de mensagens e símbolos ou novos valores sócio-simbólicos” (VILELA, 2003, p.8). As evidências da variedade moçambicana aqui apresentadas sustentam a ideia de que o PM começa a desempenhar novas funções sociais e os moçambicanos começam também a assumi-lo como sua própria identidade, ganhando assim confiança de que a LP é também moçambicana. As diferenças

entre o PE com o PM se manifestam no nível lexical, sintático, morfológico, semântico, pragmático e fonético-fonológico.

Sabemos que a “escola é uma instituição inculcadora, por excelência, dos valores culturais que geralmente correspondem aos da classe dominante. Um desses valores é o ensino de língua que se dá na forma de norma-padrão (CAMACHO, 2013, p.75). É por isso que a escola moçambicana ainda é intolerante com relação à variedade moçambicana e isso se reflete no aproveitamento pedagógico. Os professores ainda insistem na gramática tradicional, gastando mais tempo trabalhando a gramática ao invés de estudar a realidade sociolinguística que está presente na variedade moçambicana. Os manuais (livros escolares) dos alunos não fazem alusão a questões de variação, fato que mostra que a variação não é tolerada por causa da norma-padrão europeia. Os professores de língua portuguesa poderiam tomar uma atitude contrária a esta, pois esta atitude, para além de influenciar nas “reprovações em massa”, cria timidez e falta de segurança nos alunos.

Neste trabalho chama-se a atenção para a necessidade de abrir espaço em sala para que estes assuntos sejam discutidos de forma aberta, evitando o preconceito não prevaleça. Em Moçambique não se fala mal português. Simplesmente fala-se de forma diferente, porque os contextos sócio-culturais conduzem a isso. A situação sociolinguística de Moçambique permite que haja contato linguístico, interferências de todo tipo, fatos que resultam na variedade moçambicana.

Outro aspeto importante a sublinhar é a alta taxa de analfabetismo que assola os moçambicanos, bem como o prestígio que das LB têm principalmente nas zonas rurais. Esses aspectos ilustram que há um enfrentamento em relação ao português e é essa a causa do crescimento lento do número de falantes de português. A maior parte das pessoas que falam português são as escolarizadas e localizam-se geograficamente nas zonas urbanas.

Nesta pesquisa concluímos que a fonte dos estrangeirismos depende da influência das LB em cada província. No norte de Moçambique onde o islamismo é mais forte, constata-se a presença de muitos estrangeirismos e empréstimos vindos do árabe se compararmos com o sul. O sul do país tem mais influência do inglês e de LB da África do Sul, porque muitos moçambicanos foram trabalhar nas minas sul-africanas e trouxeram consigo algum vocabulário. Há que salientar que a etnia tsonga existente no sul de Moçambique é um desdobramento dos tsongas existentes na África do Sul. A história de África mostra que este grupo étnico deslocou-se da África do Sul para Moçambique, onde a influência inglesa se fazia sentir. O importante a sublinhar é que estes fenômenos linguísticos não vêm “estragar” a língua, mas sim enriquecê-la, adequá-la a uma realidade sócio-cultural.

A questão da “variação” é da atualidade moçambicana, fato que é comprovado pelos artigos publicados nos jornais “Notícias” e “Verdade”, bem como os comentários feitos na televisão e na rádio. Não há sombra de dúvidas de que os empréstimos e os estrangeirismos são fenômenos linguísticos que sempre existirão na LP. Inclusive as LB têm recebido vários estrangeirismos vindos da LP. Há, no entanto uma reciprocidade e cumplicidade entre as línguas. O português de Angola é dos angolanos, o PM é dos moçambicanos, etc, e precisam ser estudados, pesquisados e criados gramáticas e dicionários que ilustrem a criatividade destas variedades. A partir do momento em que os linguistas cumpram a sua parte, acreditamos que os políticos poderão obviamente submeter projetos para que enfim a escola trabalhe com instrumentos legais sobre esta questão. O PB já está muito avançado nesta perspectiva, embora continue investindo nas pesquisas, pois a resistência ainda continua.

Já existem vários estudos sobre o PM e já está ocorrendo um recenseamento dos neologismos do PM efetuado pela *Cátedra do Português* coordenada pela professora Inês Machungo na Universidade Eduardo Mondlane. Este recenseamento tem cerca de 1035 neologismos dos quais 47% provêm das LB, 72% adaptados do português. O importante a reter nesse recenseamento é que a principal fonte de enriquecimento lexical são as LB e o inglês.

A lição que se pode colher nesta pesquisa é que tanto a fala (entrevistas) quanto a escrita (jornais) são potenciais criadores e difusores de neologismos (matriz interna e externa). O jornal (imprensa escrita) tende a ser normativo, mas, não consegue superar as necessidades criativas do léxico. Apesar de os artigos passarem por uma revisão, ainda escapam muitas construções provenientes das LB sobretudo a nível lexical. Mas a variação lexical tende a ser incontrolável, principalmente em cartas de opinião. O importante é que a fala e a escrita juntos se entrelaçam, fazendo com que as especificidades da variedade moçambicana sejam visíveis. “A língua é um conjunto de possibilidades; a fala é a realização concreta dessas possibilidades. Já a norma são as realizadas habituais num dado tempo e lugar, ou seja, o conjunto de realizações constantes e repetidas de carácter sociocultural, dependentes de fatores operantes na comunidade” (FIORIN, 2013, p.50).

Vimos, com base em exemplos que a variedade, seja ela, moçambicana, brasileira, angolana, portuguesa é regulada por princípios relativos à combinação de sons em sílabas e em palavras; por processos fonológicos e da construção das sentenças. Com isso não se pode predizer que a variedade é uma outra língua, mas sim uma das possibilidades que qualquer língua do mundo fornece. O PM não se formou após a colonização, mas sim com a colonização, tal como discutimos em 2.3. Quer dizer, foi um processo “natural” que ocorreu

na aprendizagem da LP, desde os primeiros contatos com os portugueses. É uma formação que está intimamente ligada à influência das LB e à inexistência de modelos de fala europeia para serem seguidos.

Segundo Vilela (1995, p.68) “estamos perante a formação de construções típicas, alterações sémicas e classemáticas, enquadramento e simplificações: os mesmos fenômenos que se verificam na formação dos idiomas românicos a partir do latim.” O que se constata em Moçambique é que a variedade está presente no cotidiano dos falantes do português, embora estes não percebam que não é norma-padrão europeia. Está passando de geração em geração, mas sempre recebendo contribuições das LB e do inglês no seu enriquecimento lexical.

O PM pode ser observado nos jornais (como foi o caso dos jornais “Notícias” e “Verdade”) aqui estudados, na rádio, na televisão, no meio escolar e na fala cotidiana dos moçambicanos. Precisa-se o mais urgente possível a criação de instrumentos (do tipo dicionários e gramáticas) que apoiem aos consulentes, principalmente alunos das escolas primárias e secundárias, porque estes ficam “perdidos” ou mesmo “frustrados” quando consultam um dicionário de Lisboa. É na verdade frustrante procurar palavras no dicionário e não encontrá-las, pois se isso acontecer perde-se o valor, a importância e os objetivos da criação de um dicionário. É frustrante e humilhante estudar uma gramática que reprova tudo o que se aprendeu como língua materna.

A pesquisa confirma a hipótese de que a LP em Moçambique caminha de forma acelerada para sua autoafirmação, embora sendo perturbada pelas políticas linguísticas vigentes. A prolongada colonização e escravização não permitiram uma definição mais rápida da variedade moçambicana. Enquanto Moçambique lutava contra o colonialismo e opressão (1885-1975) e depois pela democracia (1976-1992), o Brasil já tinha linguistas que descreviam a sua variedade. Por exemplo, Aguilera (2006) num artigo intitulado “A geolinguística no Brasil: estágio atual” mostra vários trabalhos publicados desde 1963 até ao período mais recente. Esses trabalhos apresentam atlas geolinguísticos regionais e descrevem as variedades do PB em várias regiões/estados/cidades do Brasil. (cf. AGUILERA, 2006, p.216). Em Moçambique estamos “atrasados”, mas pretendemos chegar lá, pesquisando e apresentando resultados, tal como a presente pesquisa ilustra.

As unidades lexicais estrangeiras no PM são evidentes e tendem à aumentar segundo os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais presentes. A escola moçambicana deve declarar a sua independência linguística na qual valorizará a variedade local sem preconceito e mostrar aos alunos e à sociedade que não existe uma única forma de falar português.

As palavras **cocuana, machamba, *xor, *tascos, *buputyo, canganhuiçar, *machongueiros, bacela, babar, *boamente, landim, lobolo, *munumuzana, *languçar, palhota, *languça, *nkanyi, *hossi, sura, *shwayawaya, *tingar** já existem no PM desde os anos 1900, segundo Zamparoni (2009; 1998). São unidades lexicais identificadas em crônicas, artigos, cartas da época que eram publicados nos jornais “O africano” e “O brado africano” ambos publicados nos anos 1900. Se Moçambique e os moçambicanos esperam que venham estrangeiros para reconhecer a sua variedade isso durará uma eternidade porque os corpora usados nos dicionários não refletem a realidade sociolinguística de Moçambique. Os exemplos marcados com asterisco deixaram de ter frequência na fala e na escrita dos moçambicanos mesmo antes de ser dicionarizadas.

Outros exemplos de Vilela (2003) que caíram em desuso nos *corpora* escritos e orais do PM da atualidade são: *xicalamedida* (indivíduo que exagera), estrutura, pingo-de-chuva (roupa militar, farda), abastecimento, bolacha (pseudohigiênico). Mia Couto em sua obra *Terra sonâmbula* apresenta moçambicanismos *babalazes* (ressaca), *sacudum* (mochila), *balalaicos* (tipo de terno), *xicuembo!* (jura!), *xipoco* (fantasma), *congolote* (maria-café), *monhé* (indivíduo de origem indiana) entre outras.

Posto tudo isto não se pretende dizer que a LP seja o único causador do subdesenvolvimento em Moçambique. Há quem diga que se tivéssemos sido colonizados pelos ingleses o nosso destino seria diferente, opinião que nós não partilhamos. Até porque é impensável e impossível rejeitar as línguas impostas pela colonização porque, objetivamente, elas foram integradas ao nosso patrimônio cultural. Elas unem povos africanos entre si e com a comunidade internacional. “As línguas fazem-nos ter acesso a filões fabulosos de cultura e história que são postas incontornáveis para entrar no mundo contemporâneo. Mas com as condições de sairmos da posição de colonizados e de que não nos obriguem a deixar as nossas próprias línguas no vestiário ou no caixote de lixo do mundo moderno” (KI-ZERBO, 2006, p.73).

O que se pretende é moçambicanizar o português, publicar dicionários, gramáticas e manuais escolares que refletem a realidade moçambicana. É necessário que as LB moçambicanas sejam ensinadas nos locais onde elas ocorrem para que não percamos a nossa identidade. No PM, as palavras *katla* (ato de pegar ou som emitido pelas algemas quando são trancadas nos pulsos), *bipar* (falsa chamada), *bang-bang* (som do disparo), *xicorocoro* (carro lata velha), *tchapo-tchapo* (ser rápido), *tchin-tchin* resultaram de onomatopeias e, a partir delas, modificou-se o seu valor semântico. Por exemplo, *katla* significa “namorar”, *bipar* significa “provocar alguém”, etc.

As palavras *Colgate* (creme dental), *Tentação* (cachaça), *Xirico* (rádio-aparelho), *Bingo* (sabão sólido), *Gilete* (lâmina de barbear), *Davita* (suco), *Fizz* (refrigerante), *Omo* (sabão em pó), *Fanta* (refresco ou refrigerante), *Petromax* (candeeiro a petróleo), *Baygon* (inseticida para insetos), *Jeito* (preservativo), *Kibom* (sorvete), *Quentex* (bebida forte, no PA), eram conhecidas como marcas de produtos, mas atualmente significam as referências marcadas entre parênteses. Ao invés de serem marcas de produtos passaram a ser nomes dos produtos.

Na área da política surgiram as palavras tugas (indivíduo de nacionalidade portuguesa), *xiconhoca*, cabritismo, *matsangas* (proveniente do sobrenome do líder político André Matsangaíça), deixa-andar, lambebotismo, khadafismo (proveniente do nome do ex-presidente da Líbia, Muammar al-Gaddafi), machelismo (proveniente do nome do ex-presidente de Moçambique, Samora Machel), chissanismo (proveniente do nome do ex-presidente de Moçambique, Joaquim Chissano), guebusismo (proveniente do nome do atual presidente de Moçambique, Armando Guebuza), etc. Estas unidades lexicais estão intimamente ligadas a história e a cultura dos moçambicanos.

As condições sociolinguísticas e históricas de Moçambique não permitiram que surgisse um pidgin nem um crioulo, tal como aconteceu na Guiné-Bissau, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. O português não conseguiu se impôr por causa da extensão territorial e pelo pouco número de portugueses presentes no país. Para além disso, a estabilidade e o isolamento dos diferentes grupos étnicos perpetuou o uso das LB de forma mais plena.

O crescente número de unidades lexicais não dicionarizados sensibiliza-nos na necessidade de criação de dicionário do português de Moçambique, instrumento que não frustrará aos consulentes moçambicanos. A frequência dos moçambicanismos nos meios de comunicação, mesmo de forma sutil dá-nos a certeza de que este instrumento faz falta no cotidiano, principalmente na sala de aula. Terminamos a apresentação da pesquisa desejando que as ideias aqui colocadas sirvam de reflexão para a mudança de políticas linguísticas vigentes em Moçambique bem como o reconhecimento da variedade do português em uso no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AÇÃO EDUCATIVA. **Por uma vida melhor**: intelectuais, pesquisadores e educadores fala sobre o livro. São Paulo: Ação educativa, mai.-jun. 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/proling/images/stories/Dossi_da_polmica_-_livro_Por_uma_vida_melhor.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2012.
- ADACI, S. **La néologie journalistique**: Analyses des néologismes de la presse écrite francophone, les cas du Quotidien d'Oran. Tese. (Doutorado em Linguística). Universidade Mentori Constatine. École Doctorale de Français, Algerie, 2008.
- AGUILERA, V. A. Aspectos fonético-fonológicos e sistema ortográfico da língua portuguesa: interferências no binômio ensino-aprendizagem da escrita. In: _____. (org.). **Diversidade fonética no Brasil**: pesquisas regionais e estudos aplicados ao ensino. Londrina: Ed. UEL, 1997.
- _____. A geolinguística no Brasil: estágio atual. In: **Revista da ABRALIN**, v.5, nº 1 e 2, dez 2006. p.215-238.
- AITCHISON, J. **Language change**: progress or decay. 4ªed. New York: CUP, 2005.
- ALBUQUERQUE, D. B. O português de Timor Leste: contribuições para o estudo de uma variedade emergente. In **Revista Papia**. nº 21, v.1, 2011. p. 65-82.
- ALCARAZ, M. Las siglas del discurso biomédico escrito en inglés: análisis y aplicaciones didácticas. In: **The ESP**. nº 23, v.1. São Paulo. 2003. p.37-51. Disponível em: <lael.pucsp.br/especialist/23_1_2002/AlcarazAriza.pdf>. Acesso em: 13 ago.2011.
- ALEONG, S. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. (org.) **Norma linguística**. São Paulo: Layola, 2001.
- ALKMIM, T. M. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001.
- ALKMIM, T. M.; PETTER, M. Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (orgs.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.
- ALVES, I. M. **Neologismos**: Criação lexical. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. O conceito de neologia: da descrição lexical à planificação linguística. In **Revista ALFA**, São Paulo, nº 40, 1996, p.11-16.
- _____. Empréstimos lexicais na imprensa política brasileira. In: **Revista ALFA**, nº 32. 1988. p.1-14.

_____. Neologia e tecnoleto. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (orgs). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2ª ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

_____. A unidade lexical neológica: do histórico-social ao morfológico. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

_____. Neologia e níveis de análise linguístico. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. v.3. Campo Grande: Humanitas, 2007.

_____. Integração de estrangeirismos à língua portuguesa. In: HERNANDES, M. C.; MARÇALO, M. J.; MICHELETTI, G. et al. (orgs). **A língua portuguesa no mundo**. v. 24. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

_____. Aspectos da neologia lexical do português brasileiro contemporâneo. In: BERLINCK, R. de A.; HATTNER, M. M. D.; IAGALLO, P. O. (orgs.). **Estudos linguísticos**: níveis de análise. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ANDRADE de, M. M. Lexicologia, terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. In: OLIVEIRA de, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2ª ed. Campo Grande: Ed. UFMS/INEP, 2001.

ANTUNES, I. **Território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2012.

ANTUNES, M. As estruturas mais produtivas da terminologia do cinema em português europeu. In: HWANG, Á. D.; NADIN, O. L. (orgs.). **Linguagens em interação III**: estudos do léxico. Maringá: Clixhetec, 2010.

APONTES, S. A. Acomodação de palavras bantu em português: algumas consequências morfofonológicas. In: **Revista Philologus**. Ano 16, nº 46, Rio de Janeiro: CIFEFil, jan.-abr. 2010. p.41-58.

APPEL, R.; MUYSKEN, P. **Bilinguismo y contacto de lenguas**. Barcelona: Ariel Lingüística, 1996.

ASSIS, A. B. G. **Adaptações fonológicas na pronúncia de estrangeirismos do inglês por falantes do português brasileiro**. Dissertação. (Mestrado em linguística e língua portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. SP-Araraquara, 2007.

ASSIRATI, E. T. Neologismos por empréstimo na informática. In: **Revista ALFA**, São Paulo, nº 42, 1998. p.121-145.

BAGNO, M. Introdução: norma linguística e outras normas. In: _____. (org.). **Norma linguística**. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Dramática da língua portuguesa**: tradição gramatical, mídia e exclusão social. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. 2ed. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **Português ou brasileiro:** um convite à pesquisa. 7ªed. São Paulo: Parábola, 2009a.

_____. **Preconceito linguístico:** o que é, como se faz. 52 ed. São Paulo: Loyola, 2009b.

_____. **Não é errado falar assim:** em defesa do português brasileiro. 2ªed. São Paulo: Parábola, 2010a.

_____. **A norma oculta:** língua e poder na sociedade brasileira. 8ed. São Paulo: Parábola, 2010b.

_____. O que é uma língua? imaginário, ciência e hipótese. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. **Políticas da norma e conflitos linguísticos.** São Paulo: Parábola, 2011.

_____. Do galego ao brasileiro, passando pelo português: crioulização e ideologias linguísticas. In: LOPES, L. P. M. (org.). **O português no século XXI:** cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013a.

_____. **Sete erros aos quatro ventos:** a variação linguística no ensino de português. São Paulo: Parábola, 2013b.

BARBOSA, M. A. **Léxico, produção e criatividade:** processos do neologismo. 2ed. São Paulo: Global Editora, 1989.

_____. Da neologia à neologia na literatura. In: OLIVEIRA de, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (orgs). **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. 2ª ed. Campo Grande: Ed. UFMS/INEP, 2001.

BARCELLOS ALMEIDA, G. M. da. Os anglicismos e as linguagens de especialidade no português do Brasil. In **Debate terminológico.** nº 2, 2006. (s.p.). Disponível em: <seer.ufrgs.br/riterm/article/view/21555/12425>. Acesso em: 20 set. 2012.

BARROS, L. A. A. **Curso básico de terminologia.** São Paulo: Ed. USP, 2004.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa.** 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2009.

BERLINCK, R. de A. Crônicas e relatos de viagens: fontes para o estudo da história da língua. In: MURAKAWA, C. A. A.; GONÇALVES, M. F. (orgs.). **Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. (Série trilhas linguísticas, nº 11).

_____. Como o ensino vê a variação. In: **Revista InterteXto.** v. 5, nº 1, Uberaba, 2012. p. 1-18.

_____.; BARBOSA, J. B.; MARINE, T. C. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. In: **Revista da ABRALIN**, v.7, nº 2, jul-dez 2008. p.169-195.

BIDERMAN, M. T. C. A formação de um padrão linguístico nacional. In: **Revista de cultura vozes: panorama da sociolinguístico**. nº 8, ano 67. São Paulo: Vozes, 1973.

_____. **Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

_____. Conceito linguístico de palavra. In: **Revista Palavra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA de, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2ª ed. Campo Grande: Ed. UFMS/INEP, 2001.

BIZZOCCHI, A. **Léxico e ideologia na Europa Ocidental**. São Paulo: Annablume editora, 1997.

BONA, M.; MATAVEL, C.; MAHOTA, E. **É bom saber ler: português, 2ª classe**. Maputo: Longman, 2010.

BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (orgs.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. Os vocábulos de origem africana na contribuição do português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (orgs.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008b.

BORBA, F. S. **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemu na escola, e agora?: sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aulas**. 6ª ed. São Paulo: Parábola, 2009.

BOULANGER J. -C. Chronologie raisonnée des bibliographies de la néologie précédé de quelques miscellanées. In: **Neologica**. nº 2, Paris: Éditions Garnier, 2008. p.185-199.

BOUZIDI, B. Néologicit  et temporalità dans le processus néologique. In: **Revue Synergies Algérie**. nº 9, 2010, p. 27-36.

BRANCA-ROSOFF, S.; REBOUL-TOURE, S.  v nement discursif ou événement linguistique: l'emprunt et le terme dans le vocabulaire de l'internet. In: **Neologica**. nº 2, Paris: Éditions Garnier. 2008. p.39-54.

BRASIL. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA: **PROJETO DE LEI Nº 1676-D, de 1999**. Disponível em: <www.camara.gov.br/sileg/integras/153443.pdf>. Acesso em: 21 mar.2011.

BRESCANCINI, C. R. A análise de regra variável e o programa Varbrul 2S. In: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. R. (orgs.). **Fonologia e variação**: recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPURS, 2002.

BROWN, K.; OGILVIE, S. **Concise encyclopedia of languages of the world**. 1ª ed. Oxford: Elsevier Ltd, 2009.

CAGLIARI, L. C. A ortografia na escola e na vida. In: MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L. C. (orgs.). **Diante das letras**: a escrita na alfabetização. Campinas, SP: Mercado de letras, 1999.

_____. **Questões de morfologia e fonologia**. v.5. Campinas, SP: Coleção espiral, 2002.

_____. **Análise fonológica**: introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas, SP: Mercado de letras, 2008.

_____. **Alfabetizando sem bá-bé-bi-bo-bu**: pensamento e ações na sala de aula. São Paulo: Scipione, 2009a.

_____. Aspectos teóricos da ortografia. In: SILVA, M. (org.). **Ortografia da língua portuguesa**: história, discurso, representações. São Paulo: Contexto, 2009b.

_____. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 2010.

CALDAS, R. N. de. Estudo linguístico comparativo sobre onomatopeias em histórias em quadrinhos: português/alemão. In: **Revista Pandaemonium**. São Paulo, nº 18, 2011, p. 153-184.

CALVET, L - J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

CAMACHO, R. G. Norma culta e variedades linguísticas. In: **Caderno de formação**: formação de professores didática geral. v. 11. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 34-49.

_____. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.

CÂMARA Jr., M. J. **Princípios de linguística geral**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

CAPUCHO, M. F. Língua, expressões linguísticas e diversidade cultural. In: LAGES, M. F.; MATOS de, A. T. (orgs.). **Portugal**: percursos de interculturalidade, v.3. Lisboa: ACIDI, I. P, 2008. p. 253-298.

CARVALHO, M. J. **Aspectos sintáticos e semânticos**: dos verbos locativos no português oral de Maputo. Luanda: ICALP-Angolê, 1991.

CARVALHO, N. de. **Empréstimos linguísticos**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Neologismos na imprensa escrita. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (orgs). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2ª ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

_____. A criação neológica. In: **Revista Trama**. v.2, nº4, 2006. p. 191-203.

_____. **Empréstimos linguísticos na língua portuguesa**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

CASA DE LUANDA. **Dicionário angolano**. mar. 2008. Disponível em: <<http://casadeluanda.blogspot.com/2008/03/dicionario-angolano-de-m-z.html>>. Acesso em: 11 jun.2013.

CASTILHO, A. O estudo da norma culta do português do Brasil. In: **Revista de cultura vozes: panorama da sociolinguística**. nº 8, ano 67. São Paulo: Vozes, 1973. p.21-25.

_____. **Gramática do português brasileiro**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E.; OLIVEIRA de, M. R.; CEZARIO, M. M. et al. (orgs.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

CHAGAS, P. Mudança linguística. In: FIORIN, J. L. (org). **Introdução à linguística**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAS, E. **Os jovens devem revoltar-se perante a falta de oportunidades e pobreza**. (Jornal CanalMoz, 30 jan. 2012). Disponível em: <www.canalmoz.co.mz/hoje/21219-os-jovens-devem-revoltar-se-perante-a-falta-de-oportunidades-e-pobreza.html>. Acesso em: 3 dez. 2012.

CORPUS DE PORTUGUÊS. **45 milhões, séculos XII-XV**. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org/>>. Acesso em: 24 mar.2011.

CORREIA, M. Neologia e terminologia. In: **Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1998, p. 59-74.

_____. Produtividade lexical e ensino da língua. In: VALENTE, A. C.; PEREIRA, M. T. G. (orgs.). **Língua portuguesa: descrição e ensino**. São Paulo: Parábola, 2011.

_____.; BARCELLOS ALMEIDA, G. M. de. **Neologia em português**. São Paulo: Parábola, 2012.

_____.; FERREIRA, J. P. Dicionários e vocabulários ortográficos na constituição da norma. In: LOPES, L. P. M. (orgs.) **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013.

COSERIU, E. **Teoria da linguagem e linguística geral**. São Paulo: Presença/Ed. USP, 1979. (trad. Agostinho Dias Carneiro).

COSTA, A. F. **Rupturas estruturais do português e línguas bantu em Angola: para uma análise diferencial**. Luanda, Ed. UCAN, 2006.

COUTO, M. **Cronicando**. Lisboa: Caminhos, 1991.

_____. **Terra sonâmbula**. São Paulo: Companhia de Letras, 2007a.

_____. Perguntas à língua portuguesa. In: **Revista CAPMAG: Le journal des lusodépendants**. n° 162. dez. 2007b, s.p. (ed. Especial). Disponível em: <www.capmagellan.org/pt/news-capmag/162/capmagpdf.pdf>. Acesso em: 14 out. 2012.

_____. **Estórias abensonhadas**. Lisboa: Caminho, 2009a.

_____. **E se Obama fosse africano?** e outras interinvenções. Lisboa: Caminho, 2009b.

_____. **O outro pé da sereia**. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

_____. Escritor Mia Couto defende equiparação entre línguas moçambicanas e português. 2012. (**entrevista**). Disponível em: <www.rm.co.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=369:escritor-mia-couto-defende-equiparacao-entre-linguas-mocambicans-e-o-portugues-&catid=102:mia-couto&Itemid=361>. Acesso em: 10 dez. 2012.

CRYSTAL, D. **A revolução da linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (trad. Ricardo Quintana).

CUNHA, C. **Língua, nação, alienação**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1981.

_____.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

DAL, G. Productivité morphologique: définitions et notions connexes. In: **Revue Langue Française**. v.140, n° 140, 2003. p.3-23.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUISTICOS. In: OLIVEIRA, G. M. de (org.). **Declaração universal dos direitos linguísticos: novas perspectivas em política linguística**. São Paulo: IPOL/ALAB, Mercado de letras, 2003.

DEFENSE DE LA LANGUE FRANÇAISE. (2012). Disponível em: <www.langue-francaise.org/Sites.php>. Acesso em: 10 jun 2011.

DIAS, H. N. Os empréstimos lexicais das línguas bantu no português. In: **Actas do simpósio nacional sobre a língua portuguesa em África**. Lisboa: Ed. ESS, 1991.

_____. Língua e mudanças sociais: algumas reflexões sobre o caso de Moçambique. In: **Revista internacional de língua portuguesa**. Lisboa: AULP, 1993. p. 96-100.

_____. **As desigualdades sociolinguísticas e o fracasso escolar em direção a uma prática linguística escolar libertadora**. Maputo: Promédia, 2002a.

_____. **Minidicionário de moçambicanismos**. Maputo: Imprensa Universitária, 2002b.

_____. Análise de erros da preposição “com”. In: _____. (org.). **Português moçambicano: estudos e reflexões**. Maputo: Imprensa Universitária, 2009a.

_____. A norma padrão e as mudanças linguísticas na língua portuguesa nos meios de comunicação de massas em Moçambique. In: _____. (org.). **Português moçambicano: estudos e reflexões**. Maputo: Imprensa Universitária, 2009b.

DICIONÁRIO INTEGRAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. 3ªed. Maputo: Texto Editores, 2008.

FARACO, C. A. Empréstimos e neologismos: uma breve visita histórica. In: **Revista ALFA**. São Paulo, 2001, p. 131-148.

_____. Guerras em torno da língua: questões de política linguística. In: _____. (org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.

_____. **Linguagem escrita e alfabetização**. São Paulo: Contexto, 2012.

ENCICLOPÉDIA LIVRE. **Onomatopeia**. (2013). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Onomatopeia>. Acesso em: 20 ago.2013.

FERRAZ, A. P. Neologismos na publicidade imprensa: processos mais frequentes no português do Brasil. In: ISQUERDO, A. N; ALVES, I. M. (orgs). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**, v.3. Campo Grande: Humanitas, 2007.

FIDALGO, M. **Mia Couto fala sobre a literatura de Moçambique e de sua relação com as palavras**. 2012. Disponível em: <www.saraivaconteudo.com.br/Entrevistas/Post/45036>. Acesso em: 17 out. 2012.

FIGUEIRA, H. **O plural de siglas, acrônimos, abreviaturas e símbolos: Ortografia/flexão nominal**. In Saraiva: Entrevista:16 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.flip.pt/Duvidas-Linguisticas/Duvida-Linguistica.aspx?DID=1570>>. Acesso em: 15 ago.2011.

FIORIN, J. L. Considerações em torno do Projeto de Lei nº 1676/99. In FARACO, C. A. (org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. 2ed. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. As línguas do mundo. In: _____. (org.). **Linguística? que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013.

FIRMINO, G. **A questão linguística na África pós-colonial: o caso de português e das línguas autóctones em Moçambique**. Maputo: Promédia, 2001.

FONSECA, D. J. **Você conhece aquela? a piada, o riso e o racismo à brasileira**. São Paulo: Selo negro, 2012.

FREITAS, T.; RAMILO, M. C.; ARIM, E. O português europeu e os meios de comunicação. In: MATEUS, M. H. M.; NASCIMENTO do, F. B. (org.). **A língua portuguesa em mudança**. Lisboa: Caminhos, 2005.

_____.; _____.; SOALHEIRO, E. O processo de interação dos estrangeirismos no português europeu. In: MATEUS, M. H. M.; NASCIMENTO do, F. B. (org.). **A língua portuguesa em mudança**. Lisboa: Caminhos, 2005.

GARCEZ, P.; ZILLES, A. M. Estrangeirismos: desejos e ameaças. In: FARACO, C. A. (org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2002.

GARMADI, J. **Introdução à sociolinguística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.

GONÇALVES, P. Aspectos da sintaxe do português de Moçambique. In: FARIA, I; PEDRO, E., DUARTE, I. et al. (orgs.). **Introdução à linguística geral e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1996a.

_____. **Português de Moçambique: uma variedade em formação**. Maputo: Ed.UEM, 1996b.

_____. Panorama geral do português de Moçambique. In: **Revue Persée**, v.79, nº 79-3, Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche, 2001a. p.977-990.

_____. Panorama do português de Moçambique. In: **Revue belge de philologie et d'histoire**. v.79, nº79, nº3, 2001b. p. 977-990. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rbph_0035-0818_2001_num_79_3_4557>. Acesso em: 12 jan. 2013.

_____. Dinâmicas do português em Moçambique: afinal, o que são erros do português. In: **Primeiras jornadas de língua portuguesa**. Maputo: UEM, 2005a.

_____. Falsos sucessos no processamento do input na aquisição de L2: papel da ambiguidade na gênese do português de Moçambique. In: **Revista ABRALIN**, v.4, nº 1 e 2, 2005b. p. 47-73.

_____. **Lusofonia em Moçambique com ou sem glotofagia?** Comunicação apresentada no 2º Congresso Internacional de Linguística Histórica. São Paulo: USP, 2012. (7 fev. 2012).

_____.; MACIEL, C. A. Estruturas de subordinação na aquisição do português língua segunda. In: GONÇALVES, P. (orgs.). **Mudanças do português de Moçambique**. Maputo: Livraria Universitária, 1998.

GREENBERG, J. H. Classificação das línguas de África. In: KI-ZERBO, J. (org.). **História da África 1: Metodologia e pré-história de África**. 2ed. Brasília: UNESCO, 2010.

GUILBERT, L. **La créativité lexicale**. Paris: Larousse, 1975.

GUTHRIE, M. **The classification of the bantu languages**. Tese. (Doutorado em linguística). University of London. London: IALU/ IOUP, 1948.

GUY, G. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões de variação linguística. In: **Revista Organon**. v.14, nº 28-29. 2000.p.17-32.

_____. Introdução à análise quantitativa da variação linguística. In: _____; ZILLES, A. (orgs.). **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola, 2007.

_____; ZILLES, A. Guia prático para o uso da metodologia quantitativa em sociolinguística. In: _____; _____. (orgs.). **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola, 2007.

HAUGEN, E. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, M. (org.). **Norma linguística**. São Paulo, Layola, 2001.

HOFFNAGEL, J. C. **Temas em antropologia linguística**. Recife: Letras, 2010.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S; MELLO FRANCO, F. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUMBLEY, J. **Emprunts, vrais et faux dans le Petit Robert 2007**. Paris: N/P, 2008.

HUSTACHE-GODINET, H. Quelques néologismes du lexique informatique. In: **Revue de l' EPI**, nº 69, mar. 1993. p.53-69.

ILARI, R. ; BASSO, R. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. PNAD 2011: **Crescimento da renda foi maior nas classes de rendimento mais baixas**. 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2222&id_pagina=1>. Acesso em: 12 out. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **A religião em Moçambique**. Maputo: INE, 1997.

_____. **Dados populacionais de Moçambique por província. 2007**. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/Map.aspx>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

_____. **Mulheres e homens em Moçambique: Indicadores selecionados de gênero**. Maputo: INE, 2008.

_____. **Taxa de analfabetismo**. 2009. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/Dashboards.aspx>>. Acesso em: 22 set. 2011.

ISQUERDO, A. N. Brasileirismos regionalismos e americanismos: desafios e implicações para a lexicografia brasileira. In: GUEDES, M.; BERLINCK, R. de A.; MURAKAWA, C. de A. A. (org.). **Teoria e análise linguísticas: novas trilhas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO [JFSP]: **Famosa boate gay completa sete anos com DJs internacionais**. 7 set. 2011a. Disponível em: <<http://guia.folha.uol.com.br/noite/970559->

famosa-boate-gay-completa-sete-anos-com-djs-internacionais.shtml>. Acesso em: 8 nov. 2011.

_____. **Casa onde Strauss-Kahn morou em NY é colocada à venda.** 7 set.2011b. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mundo/971786-casa-onde-strauss-kahn-morou-em-ny-e-colocada-a-venda.shtml>. Acesso em: 8 nov. 2011.

_____. **CET retira radares “fantasmas” da radial leste, em SP.** 4 ago. 2011c. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/cotidiano/954168-cet-retira-radares-fantasmas-da-radial-leste-em-sp.shtml>. Acesso em: 8 nov.2011.

_____. **Cante com César Menotti e Fabiano grandes sucessos em novo DVD.** 7/set/2011d. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/970673-cante-com-cesar-menotti-e-fabiano-grandes-sucessos-em-novo-dvd.shtml>. Acesso em: 8 nov. 2011.

JORNAL NOTÍCIAS. Disponível em: <www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/117081>. Acesso em: 3 jan. 2012.

JORNAL VERDADE. Disponível em: < http://www.verdade.co.mz/>. Acesso em: 12 jan. 2011.

KASCHULA, R. H. National language policy revisited: the challenge of implementation. In **Alternation**, nº 11, v.2, 2004, p. 10-25. Disponível em: <ts.ukzn.ac.za/docs/11.2/02%20Kas.pdf>. Acesso em: 14 out.2012.

KATZNER, K. **The languages of the world.** 3ed. London/New York: Routledge, 2002.

KI-ZERBO, J. **Para quando África?** Rio de Janeiro: Pallas, 2006. (trad. Carlos Aboim de Brito).

KOOGAN, A. **Enciclopédia e dicionário ilustrado.** Rio de Janeiro: Delta, 1994.

LABOV, W. **Principles of linguistic change: social factors.** 1ª ed, v.2. Oxford: Blackwell, 2001.

_____. **Padrões sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAITIN, D. **Language repertoires and state construction in Africa.** Cambridge: CUP, 1992.

LE ROBERT MICRO. **Dictionnaire de la langue française.** Paris: Dictionnaires le Robert, 1998.

LEITE, M. Q. Aspectos de uma língua na cidade: marcas de transformação social no léxico. In: PRETI, D. (org.). **Léxico na língua oral e escrita.** São Paulo: Humanitas, 2003.

LOPES, A. J. **Política linguística: princípios e problemas.** Maputo: Imprensa universitária, 1997.

_____. **A batalha das línguas: perspectivas sobre a linguística aplicada em Moçambique.** Maputo: Imprensa universitária, 2004.

LOPES, J. de S. M. Escola e política linguística em Moçambique: a cidadania ameaçada. In: **Revista Teias.** Rio de Janeiro, ano 2, nº 3, jan.-jun. 2001. p.1-10.

LOPES-MIGUEL, J. S. **Cultura acústica e letramento em Moçambique em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural.** São Paulo: EDUC, 2004.

LOUBIER, C. **De l'usage de l'emprunt linguistique.** Montreal: ed. OQLF, 2011.

LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (org.). **Linguística da norma.** São Paulo: Loyola, 2004.

_____. A metodologia. in: _____; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). **O português brasileiro.** Salvador: Ed. UFBA, 2009.

_____. Os limites da variação e da invariância na estrutura da gramática. In **Revista da ABRALIN**, v. eletrônico (nº Especial) 2011. p. 227-259.

_____.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. In: _____; _____; RIBEIRO, I. (orgs.). **O português brasileiro.** Salvador: Ed. UFBA, 2009.

MACALANE, G. A análise comparativa do aspecto em português europeu e nas línguas bantu. In: DIAS, H. N (org.). **Português moçambicano: estudos e reflexões.** Maputo: Imprensa universitária, 2009.

MALIK, K. **Relatório do desenvolvimento humano-2013: a ascensão do sul, progresso humano num mundo diversificado.** New York: PNUD, 2013. (trad. Camões Instituto de Cooperação e da Língua).

MANESSY, G. Les langues negro-africaines de grande extension et l'unification linguistique de l'afrique noire. In: **Revue Persée.** v. 4, 1964. p.71-86.

MARIANI, B. A redação do código civil: polêmica linguística, jurídica ou política. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos.** São Paulo: Parábola, 2011.

MÁRIO, M.; NANDJA, D. A alfabetização em Moçambique: desafios da educação para todos. In: **Education for all global monitoring report-2006: Litteracy for life.** Paris: UNESCO, 2006. p.1-11.

MARTINS, J. P. **Idioma português brasileiro.** São Paulo: Scortecci, 2007.

MASSINI-CAGLIARI, G. Discutindo questões de identidade a partir da (não) adaptação fonológica de nomes próprios de origem estrangeira no Brasil. In: MARÇALO, M. J.; LIMA-HERNANDES, M. C.; ELISA et al. (orgs.). **Lingua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas.** Évora: Ed. Universidade de Évora, 2010.

MASSOUMOU, O.; QUEFFÉLEC, A. J-M. **Le français en République du Congo: sous l'ère pluripartiste (1991-2006)**. Paris: EAC/AUF, 2007.

MATEUS, M. H. M. A mudança da língua no tempo e no espaço. In: _____; NASCIMENTO do, F. B. (orgs). **A língua portuguesa em mudança**. Lisboa: Caminho, 2005.

_____; VILLALVA, A. **O essencial sobre linguística**. Lisboa: Caminho, 2006.

MATOSSE, S. V. Erros que cometemos ao falar o português. In: **Jornal Notícias**. Opinião. 8 - 9 de mar. 2013. Disponível em:
<<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1615053/20130308>> e
<<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1616789>>. Acesso 9 mar. 2013.

MATTOS e SILVA, R. V. **O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola, 2004a.

_____. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004b.

_____. **Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008.

MBANGALE, M. T. As unidades neológicas do português em África. In: **Revista Babilónia**. Lisboa: Miolo Babilónia, jun. 2005. p.179-188.

MENDES, H. M.; OLIVEIRA, C.; TEIXEIRA, A. PLE: uma sigla para ler ou soletrar? In **Cadernos de PLE/ Centro de Línguas e Culturas**, nº 3, 2004. p.121-139.

MENDES, I. **Da neologia ao dicionário: o caso do português de Moçambique**. Maputo: Texto editores, 2010.

MENDES, R. Uma breve análise dos “erros” do nosso português. 2012. In: **Jornal “Notícias”**. Opinião. 7 dez. 2012. Disponível em:
<<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1546919/20121207>>
Acesso em: 8 dez. 2012.

MENESES, L. Desconstruindo a língua: o caso da mudança e das interferências linguísticas no português de Moçambique. In: **Revista Odisseia**. nº 5, jan.-jun. 2010. s.p.

MEU SALARIO.ORG/MOÇAMBIQUE. **O que ganham os moçambicanos**. 2012. Disponível em: <www.meusalario.org/mocambique/main/campanha-meu-salario/o-custo-de-vida>. Acesso em: 21 nov.2012.

MIGUEL, M. H. **Dinâmica da pronominalização no português de Luanda**. Luanda: Nzila, 2003. col.15.

MILROY, J. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental:** língua portuguesa. Brasília: MEC, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE MOÇAMBIQUE. **Português:** programa da 8ª classe. Maputo: INDE/MINED, 2010a.

_____. **Português:** programa da 12ª classe. Maputo: INDE/MINED, 2010b.

_____. **Plano tecnológico da educação.** Maputo: MINED, 2011. (1ª versão). Disponível em: <http://www.ptemocambique.leadership-bt.com/images/stories/Planote_v1.pdf>. Acesso em: 2 jan.2013.

_____. **Plano estratégico da educação 2012-2016.** Maputo, 2012. (Aprovado pelo Conselho de Ministros). Disponível em: <www.mept.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=79&Itemid=48>. Acesso em: 6 dez.2012.

MOITA LOPES, L. P. Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. In: _____.(org.). **O português no século XXI?** cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013.

MOSELEY, C. (org.). **Encyclopedia of the world's endangered languages.** New York: Routledge, 2007.

MOURA, H. M. de M. A língua popular tem razões que os gramáticos desconhecem. In: SILVA da, F. L.; MOURA, H. de M. (orgs.). **O direito à fala:** a questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Insular, 2002.

MUTURZIKIN. **Mapas linguísticos:** Moçambique. 2012. Disponível em: <<http://www.muturzikin.com/cartesafrique/19.htm>>. Acesso em: 12 ago.2012.

NARO, A. J. O dinamismo das línguas. In MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L.(orgs.). **Introdução à sociolinguística:** o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004.

_____.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2007.

NEVES, M. H. de M. **Guia de uso do português:** confrontando regras e usos. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

_____. **Que gramática estudar na escola:** norma e uso na língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Ensino de língua e vivência de linguagem:** temas em confronto. São Paulo: Contexto, 2010.

NEVES, O. M. L. S. I. O movimento associativo africano em Moçambique: tradição e luta (1926-1962). In: **Revista Africanologia:** Revista lusófona de estudos africanos. nº 2, 2009. p.179-214.

NGUNGA, A. Papel da língua na manutenção da paz. In: MAZULA, B. (org). **Moçambique 10 anos de Paz**. v.1. Maputo: Imprensa Universitária, 2002. p.3-15.

_____. **Introdução à linguística bantu**. Maputo: Imprensa universitária, 2004.

_____. A Intolerância linguística na escola moçambicana. In: **Laboratório de estudos sobre a intolerância da FFLCH**. São Paulo: USP, 2007 (s.p.). Disponível em: <www.rumoatolerancia.fflch.usp.br/node/2184>. Acesso em: 21 mai 2010.

_____. Empréstimos nominais de português bantu: o caso do Yao. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (orgs.). **África - Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2009.

_____. Interferências de línguas moçambicanas em português falado em Moçambique. In: **Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane**. v.1, nº 0 (ed. Especial.). 2012. p.7-20.

_____.; FAQUIR, O. G. **Padronização da ortografia de línguas moçambicanas**: Relatório do 3º Seminário. Maputo: CEA/UEM, 2011.

_____.; NHONGO, N.; LANGA, J. et al. **Educação bilíngue na província de Gaza**: Avaliação de um modelo de ensino. Maputo: CEA-UEM, 2010.

_____.; SIMBINE, M. C. **Gramática descritiva da língua changana**. Maputo: CEA/ UEM, 2012.

NIESLER, T.; LOUW, P.; ROUX, J. Phonetic analysis of afrikaans, english, xhosa and zulu using South African speech databases. In: **Southern african linguistics and applied language studies**. nº23. v.4, 2005. p.459-474. Disponível em: <http://academic.sun.ac.za/su_clast/documents/SALALS2005.pdf>. Acesso em 2jun.2013.

NORTE, G. M. **Escolaridade em Moçambique**: diferenciais regionais e determinantes, 2003. 2006. 120 p. Dissertação. (Mestrado em ciências econômicas), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

OLIVEIRA, A. M. P. P. O português do Brasil: a questão dos brasileirismos. In: BARCELLOS ALMEIDA, G.M; SOTO, UCY; BERLINCK, R. A. (orgs.). **Corpos e voz**. Ano 15, nº 5. Araraquara, SP: Ed. UNESP, 1997. p.165-176. (série encontros).

PAIVA, M. C. Transcrição de dados linguísticos. In: MOLLINA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004.

PAPEA: **Tissue d'Afrique 2**: Le kitenge (vitenge/chitenge).s.p. 8 out.2012. Disponível em: <<http://lepepeablog.wordpress.com/2012/10/08/tissu-dafrique-le-kitenge-vitengechitenge/>>. Acesso em 11 jan.2013.

PATEL, S. A.; CAVALCANTI, M. C. O caso do português em Moçambique: uma unidade nacional com base em educação bilíngue e intercompreensão. In LOPES, L. P. M. (org.). **O português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013.

PAVEL, S. Néologie lexicale: transfert, adaptation, innovation. In: **Revue ERUDIT/TTR**, v.2, nº1, 1989. p.125-137.

PEPETELA. Uma língua que aceita brincadeiras. In: **Revue CAPMAG: Le journal des lusodépendants**. nº 162 (Ed. Especial) dez.2007. p.6-7. Disponível em: <www.capmagellan.org/pt/news-capmag/162/capmagpdf.pdf>. Acesso em: 14 out. 2012.

PEREIRA, D. **O essencial da língua portuguesa: crioulo de base portuguesa**. Lisboa: Caminhos, 2006.

PERINI, M. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem**. São Paulo: Ética, 2005.

_____. **Gramática do português do brasileiro**. 1ªed. São Paulo: Parábola, 2013.

PETTER, M. M. T. Aspectos morfossintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano. In: **Revista PAPIA**, nº19, 2009. p. 201-220.

PINTO, A. O. **Vocabulário kimbundu-português: vocabulário de kimbundu no português de Luanda**. Luanda, (s.d.). Disponível em: <http://www.multiculturas.com/angolanos/alberto_pinto_kimb_port_vocab.htm>. Acesso em: 14 jun.2013.

POSSENTI, S. A questão de estrangeirismos. in: FARACO, C. A. (org). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

POVOS E LÍNGUAS DE ANGOLA. 2012. Disponível em: <http://www.cpires.com/angola_povos.html>. Acesso em: 14 jan 2013.

PRADO, N. C.; MASSINI-CAGLIARI, G. A presença de palavras de origem inglesa nos dicionários de português brasileiro: questões de identificação cultural. In: **Revista RAVEL**, v.9, nº17, 2011.p.16-32.

PRETI, D. Variação lexical e prestígio social das palavras. In: _____.(org.). **Léxico na língua oral e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2003.

QUEFFÉLEC, A.; DERRADJI, Y.; DEBOV, V. et al. **Le français en Algérie: lexique et dynamique des langues**. Bruxelles, Duculot/AUF, 2002.

RADFORD, A.; ATKINSON, M.; BRITAIN, D. et al. **Linguistics: an introduction**. Cambridge: CUP, 2000.

RADIO MOÇAMBIQUE. **Emissão nacional**. Programa “Bom Português”. 8h15 e 21h15 (segunda a sexta).

RASELEKOANE, N. R. **African language literature: towards a multiple-reading approach**. 2010. 220p. Tese. (Doutorado em literatura). Faculdade de Literatura e Filosofia. Universidade da África do Sul: Johannesburg, 2010.

RASO, T.; MELLO, H. (orgs.). **C-Oral-Brasil I**: corpus de referência do português brasileiro falado informal. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. **National language policy framework. Departamento de Artes e Cultura.** 2003. Disponível em: <www.dac.gov.za/policias/LPD_Language%20Policy%20Framework_English%20_2_.pdf> Acesso em: 23 nov. 2012.

REPÚBLICA DE ANGOLA. **Inquérito integrado sobre o bem-estar da população 2008-2009.** v.2. Luanda: INE, Ministério do Planeamento, 2011.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Constituição da República.** 2004 (de 19 de novembro de 2004). Disponível em: <<http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf>>. Acesso em: 17 out.2012.

REY, A. **Dictionnaire d'apprentissage de la langue française.** Paris: Dictionnaires Le Robert, 1998.

REVISTA E-CIÊNCIA. A evolução da língua portuguesa. in: SOLLA, L. (org.). **Em dia com as línguas.** nº 55. Setúbal: ESE/IPS, 2006.p.23-29.

ROSA, M. C. **Introdução à morfologia.** 6 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

ROUGÉ, J. - L. A inexistência de crioulo no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (orgs.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa.** São Paulo: Contexto, 2008.

ROUSSEAU, L.-J. Élaboration et mise en oeuvre des politiques linguistiques. In: **Revue cahiers du FIFAL: terminologie, culture et société.** dez. 2007. p.58-71.

SABLAYROLLES, J-F. Fondements théoriques des difficultés pratiques du traitement des néologismes. In: **Revue française de linguistique appliquée,** v.7, 2002, p.97-111.

_____. La néologie aujourd'hui. In : GRUAZ, C. et LAMBERT-LUCAS, L. (orgs.). **À la recherche du mot: de la langue au discours.** 2006. p.141-157.

_____. Néologismes, dictionnaires et informatique. In: **Revue cahier de lexicologie.** nº93, nº2, 2009. p. 175-192.

_____. Archaisme: un concept mal défini et des utilisations littéraires contrastées. In : HIMY-PIERI, L.; MACÉ, S.(orgs.). **Stylistique de l'archaïmes.** PUB. col. Poétique et stylistique, 2010a. p.43-65.

_____. Neologia una base de données pour la gestion des néologismes. In: CABRÈ, M. T.; DOMÈNECH, O.; ESTOPÁ, R. et al. (orgs.). **Actes del I congrès internacional de neologia de les llengües romàniques.** Barcelone: UPF/IULA, nº 22. 2010b. p.757-766.

_____. Le grec dans l'oeuvre de Darmesteter, dont le dictionnaire général. In: STEUCKARDT, A. ; LECLERCQ, O.; NIKLAS-SALMINEN, A.; THOREL, M. (orgs.). **Langues et language.** nº8, PUP, 2011a. p.201-217.

_____. Neologia: un dictionnaire néologique sous forme de base de données. In: CARDOSO, S. A.; MEJRI, S.; MOTA, J. A. (orgs.). **Os dicionários, fontes, métodos e novas tecnologias**. Ed. ILUFBa, 2011b. p.221-235.

_____. Des néologismes par détournement ? ou plaidoyer pour la reconnaissance du détournement parmi les matrices lexicogéniques. In : JULLION, M-C. ; LONDEI, D. ; PUCCINI, P.(orgs.). **Recherches , didactiques, politiques linguistiques**: perspectives pour l'enseignement du français en Italie. Milan: Ed. DORIF, 2012a. p.17-28.

_____. Extraction automatique et types de néologismes: une nécessaire clarification. In: **Revue les cahiers de lexicologie**. n° 100, jui. 2012b, p. 37-53.

_____. ; JACQUET-PFAU, C. Les emprunts: du repérage aux analyses. diversité des objectifs et des traitements. In: **Neologica**, n° 2, ed. Garnier, 2008. p.19-38. Disponível em : <halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/41/13/42/PDF/HAL_JFS_28_2008d_.pdf>. Acesso em: 1 set.2012.

SALIBA, S. M. P. ; AYRES, V. M. M. **Morfologia do português**: estruturas nominais e verbais criação lexical. 1ª ed. Vitória: Ed. UFES, 1999.

SANTOS, E. A expressão do sujeito no português oral de Maputo. In: DIAS, H. N. (org.). **Português moçambicano**: estudos e reflexões. Maputo: Imprensa universitária, 2009.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 27ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein].

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: RUFFINO, G. (org.). **Dialetologia, geolinguística, sociolinguística**. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, n°5, 1998. p.509-523.

_____; _____. Sobre o deslocamento do controle da concordância verbal. In: **Revista linguística (PPGL/UFRJ)**. v. 3, 2007. p. 133-159.

SEARA, I. C.; NUNES, V. G.; LAZZAROTTO-VOLCÃO, C. **Fonética e fonologia do português brasileiro**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

SERRA, C. O assassinato do português. In: **Diário de um sociólogo**. n° 12, Maputo, 7 de out. 2008. s.p. Disponível em: <<http://oficinadesociologia.blogspot.com.br/2008/10/o-assassinato-do-portugus-em-moambique.html>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

SEQUEIRA, F. J. M. **Rol de estrangeirismos e respectivas correspondências em português de lei**. Lisboa: LPFF, 1962.

SILVA de, J. G. Interferência e variante linguística: algumas considerações sociolinguísticas sobre o português falado em Moçambique. In: **Revista internacional de língua portuguesa**. v. 5/6. Lisboa: AULP. dez. 1991, p.101-105.

SILVA, C. de. Ensino Monolíngue e o insucesso escolar em Moçambique: escolarização bilíngue melhorará também o ensino de português. In: **Aprender juntos**. Maputo: CELP, 2003. s.p.

SITOE, B. **Dicionário changana-português**. Maputo: INDE, 1996.

SPINA, S. **Ensaio de crítica literária**. São Paulo: Ed. USP, 2010.

STATISTICS SOUTH ÁFRICA. **Percentage of speakers per home language in South Africa: 1996, 2001 and 2011**. Johannesburg: Statistics South África, 2012. Disponível em: <<http://www.salanguages.com/stats.htm>>. Acesso em 1 mai 2013.

STEUCKARDT, A. L'emprunt: un événement linguistique? Présentation. In: **Neológica**, nº 2. Paris: Editions Garnier, 2008. p. 9-18.

STROUD, C.; GONÇALVES, P. Panorama do português oral de Maputo: objetivos e métodos. Maputo: INDE, 1997.

TAGLIAMONTE, S. A. **Analysing sociolinguistic variation: key topics in sociolinguistics**. Cambridge: CUP, 2006.

TARALLO, F.; ALKMIM, T. **Falares crioulos: línguas em contato**. São Paulo: Atica, 1987.

THE FREE DICTIONNARY: Ipod. In: **Farlex**. [s.d.]. Disponível em: <<http://acronyms.thefreedictionary.com/iPod>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

TIMBANE, A. A. **A problemática do ensino da língua portuguesa na 1ª classe num contexto sociolinguístico urbano: o caso da cidade de Maputo**. Dissertação. (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras e Literatura, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2009.

O português moçambicano: um olhar sobre os neologismos em cartas de opinião e em obra de Mia Couto. São Paulo: USP, 2011. (Comunicação Apresentada no Congresso Internacional da Neologia-CINEO).

_____. Os estrangeirismos e os empréstimos no português falado em Moçambique. In: **Revista Via Litterae**. Anápolis. v. 4, nº 1, jan.-jun. 2012a. p. 5-24.

_____. O léxico nas crônicas de Arune Valy: uma identidade da moçambicanidade. In: **Revista Língua e Literatura**. FW, v.14, nº 23, dez. 2012b. p.25-51.

_____. Os empréstimos do português e do inglês na língua xichangana em Moçambique. In: **Revista Linguagem: estudos e pesquisas**, Catalão, v.16, nº 1/2. jan./dez. 2012c. p. 53-79.

_____. A variação terminológica dos termos de futebol moçambicano. In: MURAKAWA, C. A. A.; NADIN, O. L. (orgs.). **Terminologia: uma ciência interdisciplinar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013a. p.145-165.

_____. A criatividade lexical da língua portuguesa: uma análise com brasileirismos e moçambicanismos. in **Revista Caligrama**. v.18, nº 2, 2013b.

_____. A variação linguística e o ensino do português em Moçambique. In: **Revista Confluências**. nº 43, 2º sem., Rio de Janeiro 2013c. p. 263-286.

_____; BERLINCK, R.A. A norma-padrão europeia e a mudança linguística na escola moçambicana. In: **Revista Gragoatá**. Niterói. nº 32, 1º sem. 2012. p. 207-226.

TURAZZZA, J. S. **Léxico e criatividade**. São Paulo: Pleide, 1996.

UNESCO. Guia da política sobre a integração de línguas e culturas africanas nos sistemas educativos. In: **Association pour le développement de l'éducation en Afrique**. Ouagadougou, Burkina Faso, nº 20-22, jan. 2010. p.1-11.

_____. Atteindre les enfants non scolarisés est crucial pour le développement. In: **Bulletin d'information de l'Institut de Statistique de l' UNESCO**. nº 18, jun. 2012. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0021/002170/217081f.pdf>. Acesso em: 11 out. 2012.

VALY, A. **Coisas de Tete**: mitos, mistérios e realidades. Tete: INDE, 2003.

VANOYE, F. **Usos da linguagem**: problemas técnicas na produção oral e escrita. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VIARO, M. E. **Por trás das palavras**: manual de etimologia do português. São Paulo: Globo, 2004.

VILELA, M. **Estudos de lexicologia do português**. Lisboa: Ed. Universidade Aberta, 1994.

_____. **Ensino da língua portuguesa**: léxico, dicionário, gramática. Coimbra: Almedina, 1995.

_____. O léxico do português: perspectiva geral. in: **Revista filologia e linguística portuguesa**. nº 1, 1997, p. 31-50.

_____. Português de Moçambique ou as metáforas à solta. In: **Revista VERBA**, v. 30, 2003. p.7-22.

VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004.

WEINREICH, U.; LABOV, W. ; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006. (trad. Marcos Bagno).

XATARA, C. M. Estrangeirismos sem fronteiras. In: **Revista ALFA**, São Paulo, nº 45, 2001. p.149-154.

ZAMPARONI, V. D. **Entre naros e mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c.1890-c.1940**. Tese. (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Monhés, baneanes, chinas e afro-maometanos: colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique-1890-1940. In: **Revista Lusotopie**, 2000, p.191-222.

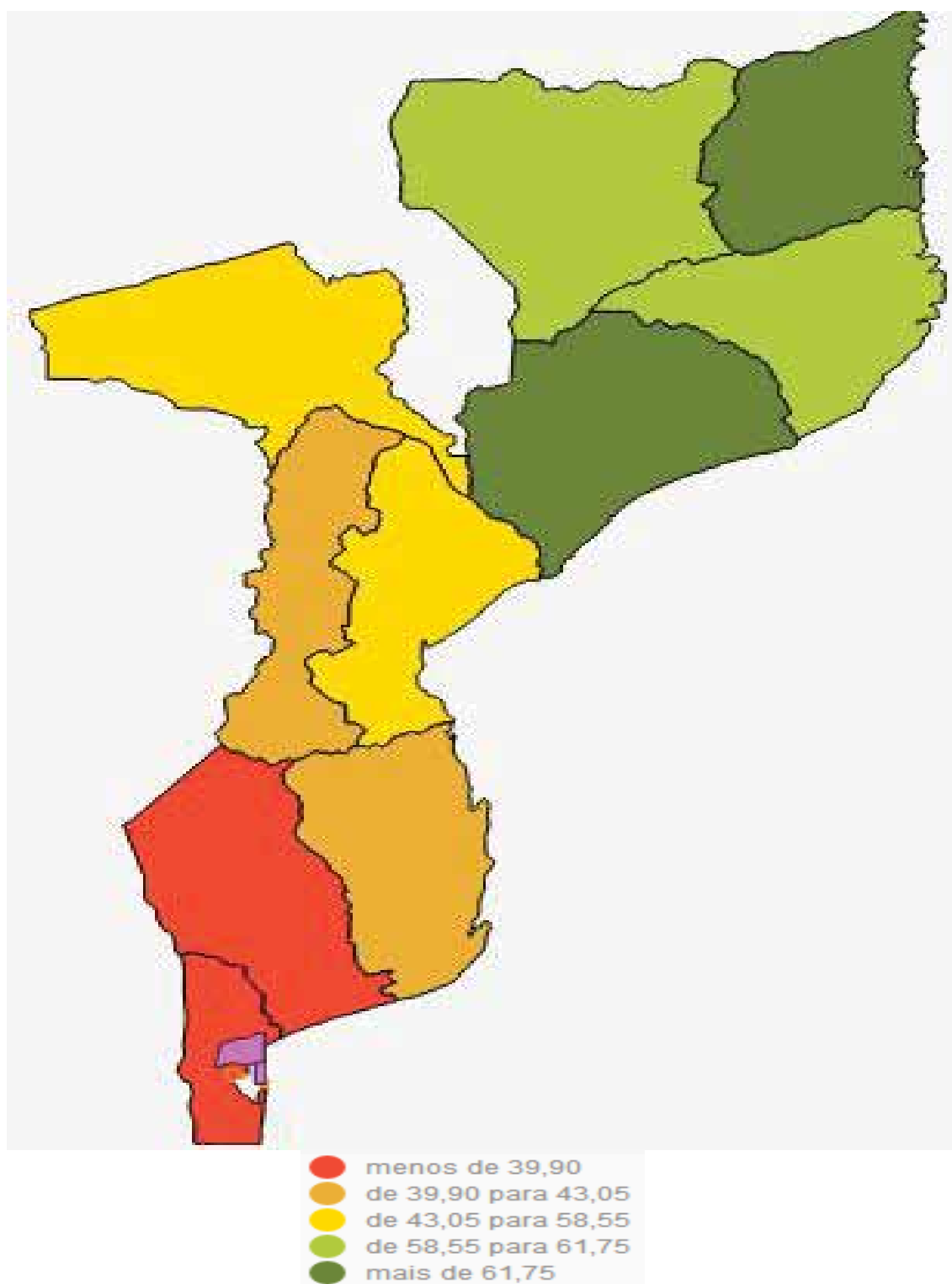
_____. As escravas perpétuas e o ensino prático: raça, gênero e educação no Moçambique colonial, 1910-1930. In: **Revista Estudos afro-asiáticos**, ano 24, nº 3, 2002. p. 459-482.

_____. Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do séc. XX. In: GALVES, C.; GARMES, H.; ROBEIRO, F. R.(orgs.). **África-Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas,SP: Ed.UNICAMP, 2009.

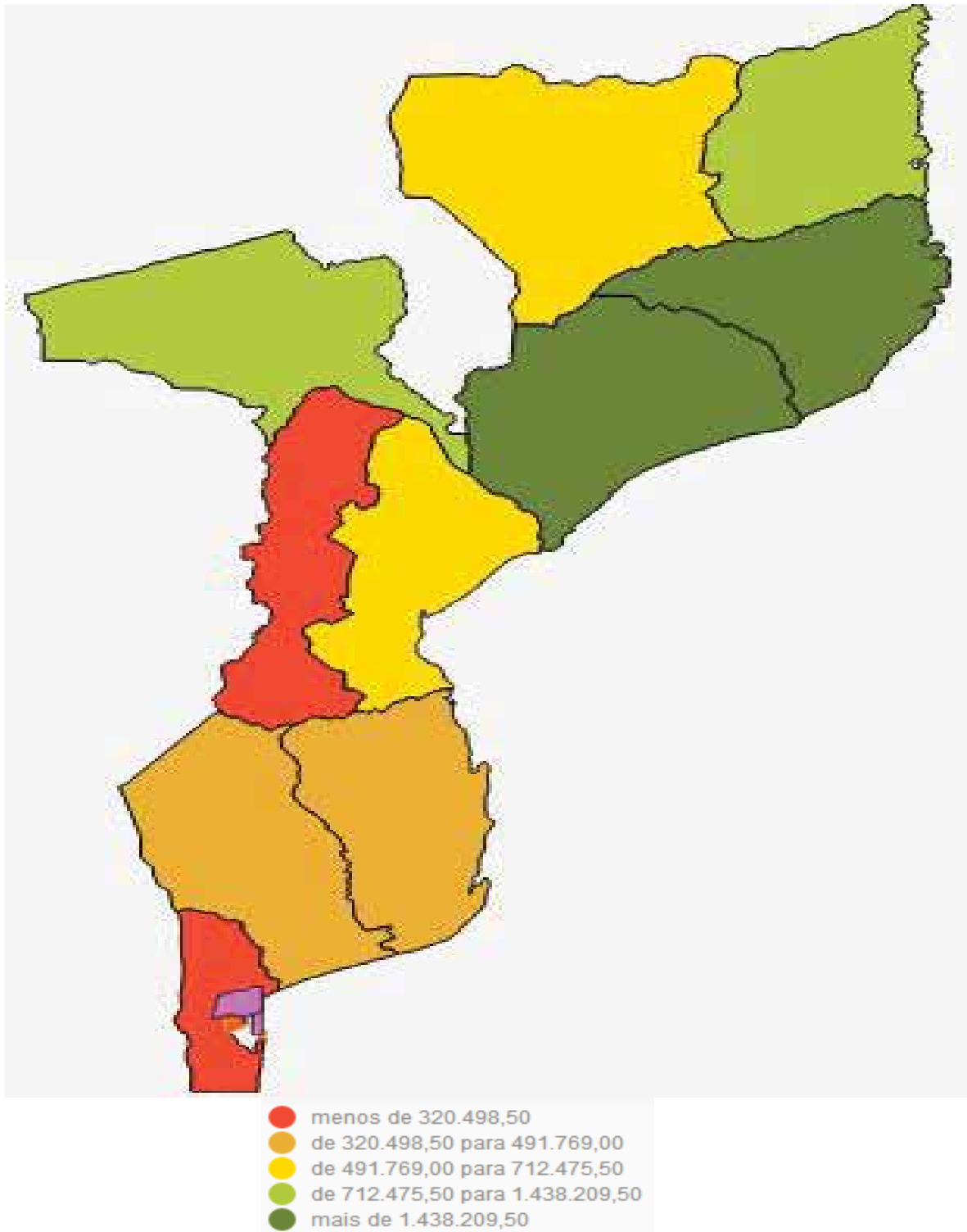
ZILLES; A. M. S. Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos. In: FARACO, C. A. (org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2002.

ANEXOS

Mapa 7: Taxa de analfabetismo em Moçambique-2007



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2009)

Mapa 8: População que não sabe ler nem escrever (5 ou mais anos)-2007

Fonte Instituto Nacional de Estatística (2009)

Legenda: A. SF (Símbolo Fonético); SP (Símbolo Padronizado); Mw (Mwani); MK (Makonde); YO (Yaawo); MH (Makhuwa); CW (Chuwabu); NY (Nyanja); NG (Nyungwe); SN (Sena); BL (Balke); SH (Shona); TN (Tonga) CP (Copi); CG (Changana); RH (Rhonga); TW (Tshwa).

Fonte: Ngunga e Faquir (2011, p.346)

Quadro 18: Prefixos de concordância na língua xichangana

Classes	Prefixos nominais	Prefixos de concordância				
		Adjectivo	Numeral	Possessivo	Demonstrativo	Verbo
1	mu-	mu-, m-, n-	mu-	w-	lweyi, lweyo, lwiya	a-, wa-
2	va-	va-	va-	v-	lava, lavo, lavaya	va-
3	mu-	w-	wu-	w-	lowu, lowo, lowuya	wu-
4	mi-	y-	yi-	y-	leyi, leyo, liya	yi-
5	ri-	ri-	ri-	r-	leri, lero, leriya	ri-
6	ma-	ma-	ma-	y-	lawa, lawo, lawaya	ma-
7	xi-	xi-	xi-	x-	lexi, lexo, lexiya	xi-
8	svi-	svi-	svi-	sv-	lesvi, lesvo, lesviya	svi-
9	N-	y-	yi-	y-	leyi, leyo, liya	yi-
10	ti (N)-	ti-	ti-	t-	leti, leto, letiya	ti-
11	ri-	ri-	ri-	r-	leri, lero, leriya	ri-
14	wu-	bza, bzi-	bzi-	bz-	lebzi, lebzo, lebziya	bza/bzi-
15	ku-	ku-	ku-	ka	loku, loko, lokuya	ku-
16	(-ha)	ku-	ku-	ka	laha, lano, lahaya	ku-
17	(-ku)	ku-	ku-	ka	loku, loko, lokuya	ku-
18	(-mu)	ku-	ku-	ka	lomu, lomo, lomuya	ku-

Fonte: Ngunga e Simbine (2012, p.98)

FICHA SOCIAL DO INFORMANTE

Nº de informante..... Código de informante:

Nome.....

Sexo: M F Nível de escolaridade: primário secundário superior

Língua materna: LP LB Outra Idade : 18-49 De 50 ou mais

Província de nascimento/Distrito.....

Língua do local de nascimento.....

Bairro onde mora atualmente.....

Em que cidades ou localidades já morou:.....

Profissão/ões:.....

Já morou para exterior? Sim Não Se sim, qual é País/Cidade?.....

Considera-se de nível económico: alto? médio? ou baixo?

Quais os meios de comunicação que usa para se informar diariamente?

Televisão jornal rádio internet revista outro:.....

Quais os temas da sociedade gosta de conversar com seus amigos/as?

Política economia cultura desporto social outro:.....

Duração da entrevista :.....min Duração da gravação:.....min Hora local:.....h....

Observações:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

....., de maio de 2012.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS/CAMPUS DE ARARAQUARA
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LÍNGUA PORTUGUESA**

COMISSÃO DE ÉTICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) Senhor(a), _____, foi convidado(a) pelo doutorando **Alexandre António Timbane**, estudante da Universidade acima indicada, a participar da pesquisa intitulada “**A variação e mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique**”, de forma apropriada, voluntária e gratuita. O objetivo da pesquisa foi de analisar a variação e mudança do léxico do português falado em Moçambique bem como os processos de sua adaptação linguística. A pesquisa consistiu na gravação de um depoimento sobre um fato da vida (política, cultural, social, econômica ou esportiva) e que o material será transcrito e analisado linguisticamente. É necessário ressaltar que o nome será sigiloso (passando a usar apenas um código) e a apresentação dos dados será de forma implícita, revelando apenas o sexo, a profissão, o grau de escolaridade, a região de origem, a língua materna e a faixa etária. A pesquisa não consistiu em nenhum risco psicológico, moral, físico ou de outra qualquer forma. Sendo assim, o(a) Senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone, e-mail e o endereço do pesquisador e da instituição podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Endereço em Moçambique

Q. 2, Casa 79/ Bairro de Sikwama
Cidade da Matola, Maputo
Moçambique
Celular: +258 (82) 6463961
e-mail: alextimbana@yahoo.com.br

Endereço no Brasil

Avenida Mário Ybarra de Almeida N.1682
CEP: 14800-420/ Bairro São José
Cidade de Araraquara- SP-Brasil
Celular : +55 (16) 8121-7433
e-mail: alextimbana@fclar.unesp.br

Endereço da Universidade

Rodovia Araraquara-Jaú, Km 01/Campus Universitário
CEP:14800-901, Araraquara, São Paulo, Brasil
Telefone: + 55(16) 3301-6212 / Fax: +55(16)3301-6264
Site: www.fclar.unesp.br / e-mail: pgling@fclar.unesp.br

Declaro que entendi os objetivos e a importância de minha participação na pesquisa e concordei em participar voluntariamente, visto que se trata de uma pesquisa meramente acadêmica.

_____, aos _____ de maio de 2012.

O entrevistado